

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**TECNOCRACIA CAPITALISTA:
FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO**

FLÁVIO REIS DOS SANTOS

**SÃO CARLOS
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**TECNOCRACIA CAPITALISTA:
FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO**

FLÁVIO REIS DOS SANTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rothen

SÃO CARLOS

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S237tc

Santos, Flávio Reis dos.

Tecnocracia capitalista : fundamentos e implicações para a educação / Flávio Reis dos Santos. -- São Carlos : UFSCar, 2014.

205 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Capitalismo. 2. Tecnocracia. 3. Educação. I. Título.

CDD: 330.122 (20^a)



Programa de Pós-Graduação em Educação
Comissão Julgadora da Tese de Doutorado de

Flávio Reis dos Santos

São Carlos 27/02/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Rothen

Prof. Dr. Valdemar Sguissardi

Prof^a. Dr^a. Gladys Beatriz Barreyro

Prof. Dr. João dos Reis Silva Junior

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

Handwritten signatures of the five members of the examining committee, each written on a horizontal line.

DEDICATÓRIA

Manoel dos Santos (in memoriam) e Waldér dos Reis,
Meus amados pais pela criação, princípios e educação.

Marlene Olinto,
Mulher, mãe, amiga e companheira de todas as horas, minha base de sustentação.

Flávio Ribeiro e Maria Eduarda,
Razões e propagação de minha existência.

Egle Talita e Mayra Manoella,
Sempre em meus pensamentos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu competente e paciente Orientador, Professor Doutor José Carlos Rothen, meus mais sinceros agradecimentos e expressão de consideração e estima por toda a sua dedicação, empenho, disposição, auxílio e amparo. Meu muito obrigado pelo bom senso e pertinência em seus apontamentos e aconselhamentos.

Aos Professores Doutores Valdemar Sguissardi, Gladys Beatriz Barreyro, João dos Reis Silva Junior e Luiz Bezerra Neto, agradeço pela disposição e pelas arguições efetuadas tanto no exame de qualificação quanto no exame de defesa, pois contribuíram substancialmente para que pudéssemos reparar os enganos, eliminar os excessos e corrigir as deficiências, na perspectiva de melhorar a qualidade e o resultado do estudo.

Aos Professores Doutores Luiz Bezerra Neto e Maria Cristina dos Santos Bezerra, minha gratidão desde sempre, pela receptividade, acolhida, aconselhamento e ensinamento.

Ao Professor Doutor Celso Luiz Aparecido Conti, obrigado por tudo e por todas as oportunidades proporcionadas.

Ao Ronildo Santos Prado da Biblioteca Comunitária da UFSCar por sua atenção, presteza e competência.

À Universidade Federal de São Carlos, obrigado por toda a vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) minha gratidão pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para a minha manutenção pessoal e para a realização da pesquisa.

RESUMO

O objetivo central deste estudo é o de explicitar as formulações tecnocráticas utilizadas pelo capitalismo, mediante o emprego do conhecimento técnico e científico do mundo material, para intervir nas estruturas institucionais da sociedade, tendo em vista a (re)organização do sistema socioeconômico, sobretudo em período de crises acentuadas. Estudar as proposições tecnocráticas nos distintos contextos históricos que envolveram as estruturas da sociedade, o Estado e a Educação na realidade capitalista exigiu referenciais teóricos da sociologia, da economia, da educação, da sociologia econômica, da economia política, da história e da economia da educação. Limitamos o nosso universo de análise ao compêndio das teorias que entendemos serem as mais substanciais para a realização da pesquisa, na perspectiva de identificar os princípios e/ou fundamentos que caracterizaram as propostas tecnocráticas para a administração da sociedade e suas implicações para a educação. Dividimos o estudo em quatro momentos distintos: no primeiro estágio, recorreremos aos escritos de Saint Simon e de Thorstein Veblen para caracterizar a tecnocracia em seus aspectos político-sociais; no segundo estágio, concentramos as nossas análises nos estudos de Max Weber e nas proposições de Frederick Taylor e de Henri Fayol, para expressar o caráter político-administrativo da tecnocracia; no terceiro estágio analisamos as teses de John Keynes e as teorias de Theodore Schultz, para exprimir a finalidade político-econômica intervencionista da tecnocracia; e no quarto estágio, examinamos as críticas e proposições de August Von Hayek e de Milton Friedman, para caracterizar a tecnocracia em sua disposição político-econômica liberal. Concluimos que os fundamentos tecnocráticos constituem o conjunto de dispositivos e estratégias racionalmente construídos por intelectuais, altamente especializados em seus campos de atuação, para mediar, fiscalizar, controlar e dirigir a sociedade e suas dinâmicas relações, considerando os seus aspectos e condições econômicas, políticas e sociais, em função das necessidades determinadas pelas realidades históricas que caracterizam o universo capitalista.

Palavras-Chave: Capitalismo, Tecnocracia, Saintsimoniano, Vebleniano, Weberiano, Tayloriano, Fayoliano, Keynesiano, Hayekiano.

ABSTRACT

The central objective of this study is to clarify the technocratic formulations used by capitalism through the use of technical and scientific knowledge of the material world to intervene in the institutional structures of society with a view to organisation of socio-economic system, especially in times of crises. Study the technocratic in the different historical contexts propositions involving the structures of society, the State and education in capitalist reality demanded theoretical references of sociology, economics, education, economic sociology, political economy, history and economics of education. We restrict our analysis to the compendium of universe theories that we believe are the more substantial for the realization of research, in order to identify the principles and/or foundations which characterized the technocratic proposals to the directors of the company and its implications for education. We divided the study in four different moments: in the first stage, we resorted to the writings of Saint Simon and Thorstein Veblen to characterize the technocracy in their socio-political aspects; in the second stage, we focus our analysis on the studies of Max Weber and the propositions of Frederick Taylor and Henri Fayol for expressing political-administrative character of the technocracy; in the third stage we analyze the theses of John Keynes and theories of Theodore Schultz to express political and economic purpose of interventionist technocracy; in the fourth stage, we examine criticisms and proposals of August Von Hayek and Milton Friedman to characterize the technocracy in his liberal political and economic disposition. We conclude that the fundamentals technocratic constitute the set of devices and strategies rationally constructed by highly skilled intellectuals in their fields of expertise to mediate, monitor, control and direct the society and their relationship dynamics, considering aspects and economic, political and social conditions in accordance with the needs determined by the historical realities that characterize the capitalist universe.

Keywords: Capitalism, Technocracy, Saintsimonian, Veblenian, Weberian, Taylorian, Fayolian, Keynesian, Hayekian.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PRIMEIRO ESTÁGIO: SOCIEDADE TECNOCRÁTICA	21
2.1 Capitalismo e Utopia Tecnocrática	22
2.2 Ciência, Indústria e Sociedade	31
2.3 Ciência do Homem e Novo Cristianismo	39
2.4 Sistema Industrial e Soviet de Técnicos.....	45
2.5 Educação: Fenômeno Cultural e Tradição Escolástica	50
2.6 Conclusão	68
3 SEGUNDO ESTÁGIO: BUOCRACIA E TECNOCRACIA	72
3.1 Fundamentos da Administração Burocrática.....	74
3.2 Fundamentos da Administração Científica.....	85
3.3 Fundamentos da Administração Industrial e Geral.....	93
3.4 Burocracia e Tecnocracia	100
3.5 Organização da Administração Escolar e da Educação	106
3.6 Conclusão	114
4 TERCEIRO ESTÁGIO: TECNOCRACIA E UTILITARISMO	118
4.1 Depressão Econômica e Utilitarismo Tecnocrático	120
4.2 Formulações Tecnocráticas e Utilitarismo do Estado	130
4.3 Três Pilares para a Reordenação da Política Econômica Capitalista	136
4.4 Keynesianismo e Tecnocracia Utilitarista	143
4.5 Teoria Econômica da Educação: Investimento em Capital Humano.....	148
4.6 Conclusão	160
5 QUARTO ESTÁGIO: LIBERALISMO E TECNOCRACIA	164
5.1 Da Servidão à Liberdade Capitalista.....	166
5.2 Contra Revolução Friedmaniana	177
5.3 Educação para o Contexto Liberal	182
5.4 Conclusão	186
6 CONCLUSÃO.....	190
7 REFERÊNCIAS	201

1 INTRODUÇÃO

A realização deste estudo decorre de nossas inquietações sobre os contextos históricos que envolveram os processos de desenvolvimento e evolução do sistema econômico capitalista, bem como do ajustamento do campo educacional à satisfação do mercado, mediante a ação técnica e científica na organização racional do sistema produtivo e da própria sociedade. Tal ação, empreendida por intelectuais, cientistas, engenheiros, economistas – aqui denominados tecnocratas – foi absorvida pela dinâmica econômico-social do sistema, na mesma medida que assegurou a sua subordinação à dinâmica do capitalismo.

O conhecimento técnico e científico como instrumento de aplicação e utilização à possível superação dos problemas econômicos e sociais não constitui elemento novo ou recente no interior da sociedade capitalista. Em realidade, remete sua constituição à Revolução Industrial que envolveu a Europa a partir do século XVIII, em consequência do cientificismo iluminista e pós-iluminista, caracterizado pela movimentação de intelectuais que se destacaram por seu saber especializado e pela sistematização de conhecimentos e de práticas científicas.

Tanto o sistema capitalista quanto a racionalidade científica estão atrelados às leis de oferta e demanda e às leis do mercado, respectivamente. O universalismo almejado pelo capitalismo localiza-se no permanente acúmulo do capital pelo capital. Para a ciência, a finalidade universalista encontra-se exatamente no aumento do conhecimento pelo conhecimento, conduzindo-o à eliminação das particularidades de suas práticas e suprimindo os interesses humanos imediatos, em favor de seu contentamento em patamares qualitativos, cada vez mais elevados e de longa duração.

O resultado da associação entre a ciência e o capitalismo pode ser caracterizado por sua relação direta, lucrativa para ambas as partes, visto que a ciência combinada com a técnica pode assegurar um elevado nível de controle sobre os processos naturais, inimagináveis pelos sistemas filosóficos que as precederam, e o sistema econômico, concentrado no mercado e assentado no desenvolvimento técnico-científico, garante uma opulência material também impensável, se comparado aos sistemas econômicos antecedentes.

A sociedade capitalista caracteriza-se pelas transformações técnicas – conjunto de instrumentos e práticas da indústria, do transporte, da comunicação para distinguir o sistema de dominação tecnológica e de sua utilização (MARCUSE, 1999) – e científicas que,

por seu turno, são transformadas pelos objetivos, valores e práxis do sistema econômico assentado nos fundamentos da maximização da eficácia dos meios de produção, da eficiência produtiva e do lucro. Essa relação entre a práxis da ciência e o modo de produção capitalista consubstancia as propostas de ação empreendidas pela tecnocracia (racionalidade técnica e científica) na (re)organização da sociedade, sobretudo, em períodos de crises acentuadas, visando garantir a manutenção do campo econômico, a constante evolução tecnológica – processo de desenvolvimento social que abrange a preparação, mobilização e movimentação de pessoas para novos modelos de atividades produtivas que reorientam o padrão de investimentos econômico-sociais, reorganizam as instituições da sociedade, redefinindo em si, as relações e interações sociais (MARCUSE, 1967) – e encontra na Educação o mecanismo capaz de suprir as demandas requeridas pelo sistema e para a preservação do *status quo*.

Entendida como processo de socialização, a educação é essencial tanto para a formação de mão de obra necessária ao processo produtivo quanto para a constituição, preservação e perpetuação do sistema social. Sem os processos educacionais seria impossível manter-se integrado, estabelecer e manter a sua ordem, autoridade, estabilidade e resguardar suas fronteiras. Por meio do campo educacional o sistema capitalista apresenta mais uma de suas inter-relações na medida em que exprime a necessidade de socializar seus sujeitos integrantes, os quais, por sua vez, têm necessidades que somente podem ser saciadas pelo próprio sistema em si (PARSONS, 1988).

A educação na representação da sociedade capitalista é imposta ao sujeito que sofre a ação educativa, a fim de integrar-se e socializar-se com o sistema para benefício de ambos. Os conteúdos empregados na ação educativa do sujeito independem de seus anseios e vontades individuais, visto que são as regras, os valores e os costumes estabelecidos pela sociedade em determinado contexto histórico que conquistam natureza e extensão próprias, alheias ao sujeito objeto da ação educativa. Assim sendo, a educação se configura como campo ajustado às determinações do capitalismo e instrumento para sua disseminação, visando garantir a manutenção, funcionamento e desenvolvimento de suas estruturas e instituições.

As instituições que movimentam o desenvolvimento da sociedade capitalista na crescente complexidade de suas funções e relações – econômicas, políticas e sociais – exigem permanente coordenação e controle das ações dos sujeitos em suas realidades concretas, isto

é, uma constante “administração das coisas em substituição ao governo dos homens¹” (SAINT SIMON, 1823, p. 196). Não consideramos a administração do capitalismo, aqui, apenas em sua essência e especificidade, mas também na análise dos contextos que envolvem as suas determinações históricas no interior da sociedade. A administração representa a organização, o planejamento e a utilização racional de recursos determinados para a realização de uma ação humana (societária ou não) de acordo com objetivos preestabelecidos.

As leituras analíticas – realizadas sobre a instituição da administração como atividade cientificamente definida e organizada, reguladora das relações de produção e das forças produtivas características das proposições de ação tecnocrática como força decisiva para a (re)organização das instituições e da própria sociedade capitalista, tendo por finalidade fornecer ao sistema não apenas os meios para a sua manutenção, mas também os recursos e mecanismos para a sua permanente evolução – nos impulsionaram a busca por possíveis respostas para os seguintes questionamentos que deram significado a este estudo:

1) Que fundamentos orientam as proposições teóricas para o estabelecimento de uma sociedade administrada pela racionalidade tecnocrática?

2) Quais princípios caracterizam a organização político-administrativa institucional da sociedade no contexto do capitalismo monopolista?

3) Como é construída a fundamentação teórica proposta para a reorganização político-econômica da sociedade capitalista Pós-Depressão de 1930?

4) Que fundamentos sustentam a adequação do campo econômico para a administração (coordenação) da sociedade capitalista pós *Welfare State*?

5) Como as fundamentações tecnocráticas ajustam o campo da educação às demandas do sistema econômico capitalista?

O nosso objetivo central encontra-se na possibilidade de explicitar as formulações por meio das quais a tecnocracia capitalista utiliza o conhecimento técnico e científico do mundo material para interferir nas estruturas institucionais visando promover a reordenação do sistema socioeconômico, especialmente em situação de crise. Estudar as proposições de ação tecnocrática nos contextos da realidade capitalista que incidem sobre as estruturas da sociedade, do Estado e da educação, a partir de uma perspectiva histórico-sociológica, demanda referenciais teóricos encontrados na sociologia, na economia, na

¹ Original na Língua Francesa: “gouvernement des hommes est remplacé par l'administration des choses” (SAINT SIMON, 1823, p. 196).

sociologia econômica e na economia da educação.

Esclarecemos não ter a pretensão de realizar uma revisão de todas as concepções teóricas acerca do tema; limitamos a nossa concentração de análise ao compêndio e aos benefícios das teorias que entendemos serem as mais relevantes para os propósitos deste estudo, na perspectiva de alcançar os seguintes objetivos específicos:

1) Identificar em Saint Simon² e em Thorstein Veblen³ a fundamentação tecnocrática proposta para a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária;

2) Explicitar os princípios que orientam a administração burocrática de Max Weber⁴, da administração científica de Frederick Taylor⁵ e da administração industrial

² Claude Henri de Rouvroy (Paris, 1760 – Paris, 1825): aristocrata de origem, serviu ao exército francês por quatro anos lutando ao lado das Treze Colônias Inglesas contra a Coroa Britânica; em 1781 tomou parte na decisiva Batalha de Yorktown que colocou termo à guerra de independência estadunidense. A sua estadia na América permitiu-lhe tomar contato com uma sociedade edificada pela burguesia inspirada nos ideais iluministas, na qual os títulos de nobreza nada representavam e os direitos humanos, o trabalho e a igualdade política eram valorizados e ressaltados. Em seu retorno à França, abdicou ao título de nobreza (Conde) e passou a apoiar os ideais revolucionários de 1789. Esse pensador é costumeiramente associado aos *socialistas utópicos* e tem o mérito de ser considerado um dos fundadores, senão o próprio fundador da sociologia ou fisiologia social, como ele mesmo a denominava.

Fonte: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/518228/Henri-de-Saint-Simon>.

³ Thorstein Bunde Veblen (Cato, 1857 – Menlo Park, 1929): ingressou no Carleton College Academy em Northfield (1874-1880). Um ano após se formar, retomou os estudos, concentrando-se em Filosofia e Economia Política na John Hopkins University em Baltimore. Transferiu-se para a Yale University, tendo em vista aprofundar os estudos em Filosofia, concluindo em 1884 o doutorado com a Tese: *Os Fundamentos Éticos da Doutrina de Retribuição*. Atuou nas Universidades de Chicago, Stanford e Missouri; é considerado o fundador da chamada *economia institucionalista*, termo derivado da ênfase aplicada por ele ao exaustivo estudo das instituições. Defendia a acumulação de riquezas enquanto ferramenta de manutenção da existência humana e não como mecanismo de sustentação da dinâmica capitalista. Veblen lecionou Economia Política, ganhando reputação de professor inovador, excêntrico e um pensador brilhante. Fonte: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/624279/Thorstein-Veblen>.

⁴ Maximilian Karl Emil Weber (Erfurt, 1864 – Munique, 1920): iniciou sua carreira acadêmica no curso de Direito da Universidade de Heidelberg. Um ano mais tarde transferiu-se para Estrasburgo, onde prestou serviço militar. Em 1884 retomou os estudos nas Universidades de Göttingen e Berlim, simultaneamente, dedicando-se à filosofia, história, economia e direito. Em 1889, escreveu a sua tese de doutoramento *História das Sociedades Mercantis na Idade Média*. Em seguida, apresentou tese de agregação *História Romana e sua Importância para o Direito Público e Privado*. Trabalhou como professor na qualidade de livre docente na Universidade de Berlim. No ano de 1894, tornou-se professor de economia da Universidade de Freiburg, transferindo-se, em 1896, para a Universidade de Heidelberg. Em 1896, passou por um período conturbado com sérios problemas de saúde que o impeliram a abandonar a docência para cuidar de seus problemas nervosos. Retornou às atividades profissionais no ano de 1903, participando da direção de uma das mais destacadas publicações de ciências sociais da Alemanha – *Archiv für Sozialwissenschaft* (GERTH; MILLS, 1971, p. 15-38).

⁵ Frederick Winslow Taylor (Filadélfia, 1856-1915): iniciou seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, mas em decorrência de problemas de saúde (visão) foi obrigado a abandonar o curso. Em seguida, conseguiu seu primeiro emprego como aprendiz industrial na Enterprise Hydraulic Works. Anos mais tarde (1878) ingressou na Midvale Steel Works como operário, sendo rapidamente promovido para o exercício de outras funções: escriturário, chefe de equipe, supervisor, gerente, diretor de pesquisa e engenheiro-chefe. Concluiu o curso de engenharia mecânica em 1883, pelo Instituto de Tecnologia Stevens de Nova Jersey e por vários anos atua, exclusivamente, com consultoria empresarial. Ocupando as funções de gerente geral e engenheiro consultor em gestão na Manufacturing Investment Company (1890-1893) desenvolveu e testou suas

(gerencial) de Henri Fayol⁶ determinantes para a organização da sociedade capitalista;

3) Apontar as concepções centrais propostas pela teoria geral de John Maynard Keynes⁷ para a reordenação da sociedade capitalista em oposição à teoria econômica clássica;

4) Apontar os principais elementos constituintes da crítica política de Friedrich Hayek⁸ à economia planejada intervencionista e explicitar os fundamentos econômicos de Milton Friedman⁹ para a reorganização econômica da sociedade capitalista;

teorias a respeito da divisão do trabalho e racionalização do tempo de serviço. Fonte: <http://www.marxists.org/glossary/people/t/a.htm#taylor>.

⁶ Jules Henri Fayol (Istambul, 1841 – Paris, 1925) : cursou engenharia na École Nationale Supérieure des Mines de Saint Etienne. Aos dezenove anos ingressou na Compaigne de Commentry Fourchambeau Decazeville e pela importância e significado de seu trabalho, contribuiu para a condução da empresa a um novo patamar de excelência produtiva. Aos quarenta e sete anos, passou a exercer a função de diretor, posição que ocuparia nos trinta anos seguintes. Segundo a compreensão e afirmação de engenheiros, economistas, administradores e empresários, a maior contribuição de Fayol está no pioneirismo da análise da natureza da atividade empresarial e na definição das principais competências do administrador: planejamento, organização, comando, coordenação e controle.

Fonte: <http://annales.org/archives/x/fayol.html>.

⁷ John Maynard Keynes (Cambridge, 1883 – Tilton, 1946): cursou Matemática, Filosofia e Humanidades na Universidade de Cambridge, especializando-se no ensino dos Princípios Econômicos de Marshall, no King's College. Atuou em diversas áreas da atividade humana, tendo sido *chairman* da National Mutual Insurance Company e, depois, diretor da Independent Investment Company e da Provincial Insurance Company. Foi influente assessor do Tesouro Britânico e diretor do Banco da Inglaterra. Keynes teve ainda destacado papel em negociações internacionais como representante do governo inglês: primeiro no Tratado de Paz em Versalhes em 1918 e, segundo, durante a Segunda Guerra Mundial, particularmente no que diz respeito à reorganização financeira da economia mundial, tendo sido um dos coordenadores da organização do Fundo Monetário Internacional (FMI) (SILVA, 1985, p. VII-IX, grifos do autor).

⁸ Friedrich August Von Hayek (Viena, 1899 – Freiburg, 1992): economista da escola austríaca e um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Economia (1974) por seu trabalho sobre teoria da moeda e flutuações econômicas e pela análise da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais. Foi educado na capital austríaca, tendo estudado na Universidade de Viena (1918-1923) onde recebeu o grau de Doutor em Direito (1921) e Doutor em Ciências Políticas (1923). Realizou seu pós-doutorado na New York University (1923-1924). Na vida profissional, após alguns anos no setor privado austríaco, como diretor do Österreichisches Institut für Konjunkturforschung (1927-1931) foi convidado para uma cátedra na London School of Economics and Political Science (1931). Lecionou Ciências Econômicas e Estatística (1931-1950). Em 1950, transferiu-se para a Chicago University, onde permaneceu até 1962, como Professor de Ciência Social e Moral. Retornando à Europa, lecionou economia na Albert Ludwig Universität, na Alemanha (1962-1968), onde se tornou Professor Emérito, em 1968.

Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EcFriAHa.html>.

⁹ Milton Friedman (Brooklin, 31/07/1912 – São Francisco, 16/11/2006): aos quinze anos graduou-se na Rahway High School. Beneficiado com uma bolsa de estudos do Estado de Nova Jersey destacou-se em Matemática e Economia (1932) na Rutgers University e obteve o título de doutor em Economia dois anos mais tarde pela Columbia University. Trabalhou no National Resources Committee (1935) e, depois, no National Bureau of Economic Research (1937). Atuou também no US Treasury Department (1941-1943) e na Columbia University (1943-1945). Foi professor de economia da University de Chicago (1946) e publicou *Essays in Positive Economics* (1953) e *The Quantity Theory: A Restatement* (1956) em que defendia as propostas do *liberalismo econômico clássico* em oposição às teses de Keynes ao afirmar que a evolução da atividade econômica dependia menos dos investimentos que da oferta monetária e das taxas de juros. Desenvolveu sua doutrina monetarista em *A Theory of Consumptive Function* (1957), *Monetary History of the United States* (1963) e *Capitalism and Freedom* (1962). Foi contemplado com o Prêmio Nobel de Economia em 1976, por suas realizações nos campos

5) Discutir a utilidade instrumental do campo educacional ajustado às variações das políticas tecnocráticas alinhadas às exigências do sistema capitalista de produção preservando a dualidade formativa: humanística e tecnicista.

Para identificar os fundamentos tecnocráticos propostos para a organização e estabelecimento de uma sociedade organizada e coordenada pela racionalidade técnico-científica responsável pela melhoria física, material, moral e intelectual da classe pobre recorreremos ao conjunto das obras de Saint Simon e de Thorstein Veblen, os quais, apesar da distância espaço-temporal que os separa, comungam concepções e perspectivas econômicas, políticas e sociais bastante similares.

Os fundamentos decorrentes das teses *saintsimonianas* e *veblenianas* nos fornecem os meios para descrever a proposta de uma administração científica do Estado, na qual os interesses privados e as ideologias dominantes precisam ceder lugar à realização do bem-estar comum. As questões políticas, econômicas e sociais devem ser equacionadas e superadas por meio da aplicação de eficientes técnicas de planejamento, coordenação e organização da sociedade (SAINT SIMON, 1814; VEBLEN, 1944).

Para a compreensão da Educação em Saint Simon buscamos identificar os elementos que a caracterizam historicamente em seus aspectos afirmativos e a sua apreensão como fenômeno sociocultural transmitida por seus elementos constituintes, representada pela ação societária sobre o sujeito, para a sua adequação aos padrões sociais, políticos e econômicos convencionados e difundidos pela sociedade.

Em Thorstein Veblen, procuramos localizar os argumentos que indicam a manutenção de uma educação orientada pela tradição escolástica, diretamente vinculada ao modo de vida da classe dominante, visto ser na estrutura que as transformações se processam, espaço em que a racionalidade técnica se estabelece e ajusta-se às necessidades do sistema capitalista de produção.

Na perspectiva de reconhecer e explicitar as proposições tecnocráticas que serviram de base para a reorientação da sociedade capitalista e de suas instituições em virtude do progresso técnico e científico que evidenciaram as transformações no sistema de produção no início do século XX, debruçamo-nos sobre as análises de Max Weber acerca do modelo burocrático de administração, centrados na promoção da eficiência e efetividade racional,

de análise de consumo, história e teoria monetária e por sua demonstração da complexidade da política de estabilização. Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ECMltFri.html>.

maximização dos resultados em sua capacidade operacional e como sistema de dominação orientado pela organização hierárquica vertical, pela formalidade, impessoalidade e competência técnica.

Estudamos, também, a pragmática racionalização científica e divisão do trabalho de Frederick Taylor tecnicamente elaborada para aumentar a produtividade industrial, organizada sob os princípios de planejamento, controle e execução das atividades e formação do trabalhador no interior da fábrica. Abordamos, ainda, as concepções da administração industrial de Henri Fayol, ordenadas pela divisão do trabalho em níveis hierárquicos verticalizados, com vistas a assegurar maior fiscalização e controle das atividades no interior da empresa, organizada em departamentos responsáveis pelas atividades técnicas, comerciais, financeiras, contábeis, de segurança e administrativas.

O modelo de administração estudado por Max Weber e aqueles propostos por Frederick Taylor e por Henri Fayol concentram-se em alcançar maior eficácia na aplicação dos recursos, eficiência dos meios empregados no processo produtivo e racionalidade formal na organização da instituição para assegurar maior rentabilidade. Esses modelos nos permitem identificar e apreender as regras para estruturação organizacional das instituições públicas e privadas no interior da sociedade capitalista, rumo à maximização produtiva, bem como a necessidade de uma maior especialização da mão de obra, para lidar com as inovações tecnológicas, produzidas pelo avanço técnico e científico.

Com a finalidade de verificar a assimilação das proposições *weberiana*, *tayloriana* e *fayoliana* na organização e adequação do campo educacional às mudanças do mundo produtivo, para exemplificar, recorreremos às concepções gerais de Jesse Sears¹⁰ e aos escritos de José Ribeiro¹¹, cujas fundamentações se concentravam no atendimento às

¹⁰ Jesse Brundage Sears (1876–1973): tornou-se membro da Escola de Educação de Stanford em 1911. Concluiu o doutorado no Teachers College da Universidade de Columbia em 1919. Reconhecido nacionalmente por uma meticulosa erudição, Sears foi um dos pioneiros no estudo acadêmico da educação profissional. Na década de 1930, publicou dez livros, cada um contribuindo para nutrir uma forte concepção de escola para a educação profissional e um sistema escolar nacional mais relevante. Suas principais publicações na teoria da administração escolar vieram depois de sua aposentadoria: *Administração da Escola Pública (1947)* e *A Natureza do Processo Administrativo: Referência Especial à Administração da Escola Pública (1950)*.
Fonte: <http://histsoc.stanford.edu/pdfmem/SearsJ.pdf>.

¹¹ José Querino Ribeiro (Descalvado, 27/02/1907 – São Paulo, 01/02/1990): cursou Administração Escolar pelo Instituto de Educação anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Ingressou no Curso de Ciências Sociais da mesma Faculdade, onde concluiu o Bacharelado e a Licenciatura (1940). Fez seu doutorado em História da Educação no Brasil (1943). Em 1953, assumiu a Cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1970, passou ao cargo de Professor Titular do Departamento de Metodologia de Ensino e Educação Comparada, da então criada Faculdade de Educação, por ocasião da Reforma Universitária – Lei n. 5.540/68. Exerceu os cargos de Diretor da Faculdade de Educação da USP, Diretor e

demandas para a formação da força de trabalho proletária, obediente aos princípios de eficácia, eficiência e racionalidade de recursos e meios empregados no processo educacional.

Tanto na apreensão Sears (1950) quanto na de Ribeiro (1978), a hierarquia, a disciplina, a fiscalização, a organização, a coordenação, o controle, a racionalidade intelectual e material constituem elementos fundamentais para o sucesso administrativo da educação, sempre receptiva às exigências da economia capitalista e inflexível na sistematização de suas funções e atividades.

Visando identificar a reorientação político-econômica da sociedade capitalista no contexto da Depressão da década de 1930, recorremos à dinâmica da teoria macroeconômica de John Maynard Keynes na proposição de caminhos para regular as relações do mercado por meio de uma efetiva intervenção do Estado. As políticas propostas a partir das teorias econômicas *keynesianas* podem ser analisadas em sua essência utilitária, orientadas por fundamentos técnico-científicos, para a satisfação das necessidades prementes do sistema capitalista em situação de crise, mediante o planejamento das ações.

Dentre outras necessidades imediatas do capitalismo, procuramos apontar as carências de formação e especialização institucionalizada da mão de obra, concebida como ativo de investimento pessoal, para promover a evolução permanente do sistema capitalista, de acordo com a denominada formação do capital humano.

À ordenação e ajuste do campo educacional às demandas da economia Pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), concentramos os nossos estudos nas concepções de Theodore William Schultz¹², tendo em vista explicitar o conceito de capital aplicado ao ser humano, assentado na união de habilidades e conhecimentos adquiridos com o propósito de elevar a produtividade de cada sujeito/trabalhador. A escola se torna um apêndice da fábrica.

Para identificar os elementos que caracterizam os supostos prejuízos causados

organizador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (atualmente UNESP) e Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho. Fonte: MENESES, João Gualberto de Carvalho. *A teoria da administração escolar de Querino Ribeiro*. São Paulo, RBPAE, v. 23, n. 3, set./dez. 2007, p. 543-549.

¹² Theodore William Schultz (Arlington, 1902 – Evanston, 1998): foi educado no South Dakota College (1921-1924), entrou na Universidade de Wisconsin, concluindo seu doutorado em Economia em 1930. Lecionou no Iowa College (1930-1943), no Institute of Current World Affairs (1935-1958) e, depois, na Universidade de Chicago (1943-1972), onde também foi chefe do Departamento de Economia (1946-1961). Trabalhou com as relações entre o desenvolvimento da agricultura e a economia em geral, enfatizando a importância do capital humano. Prestou serviços para o Population Council (1957-1978), para o National Bureau of Economic Research (1949-1967), para o International Development Research Centre (1973-1977) e para o governo do Canadá, no Governor International Agricultural Development Service (1975). Ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1979.

Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/TheoWSch.html>.

pela economia *keynesiana* à livre iniciativa e concorrência capitalista, recorreremos aos escritos de Friedrich August Von Hayek. Dentre os seus argumentos, Hayek defende a tese de que as iniciativas do Estado em promover políticas sociais para o bem comum produzem resultados indesejáveis, na medida em que interferem diretamente no campo econômico e contrariam os interesses e as liberdades individuais (mercado).

Na tentativa de explicitar os fundamentos teóricos propostos para a reorientação da sociedade capitalista com base na mão invisível *smithiana*, concentramo-nos no exame das proposições de Milton Friedman. O autor nos fornece um conjunto de princípios do liberalismo econômico ajustado ao século XX para justificar a supressão do modelo *keynesiano* sob a alegação de que o homem livre deve sempre questionar o que ele, associado à sua classe, pode realizar, mediante a utilização do Estado para alcançar os seus propósitos e objetivos mais diversos, tendo em vista assegurar, acima de tudo, sua própria liberdade.

Milton Friedman dedica parte de sua atenção para a organização do campo educacional ao especificar as funções e responsabilidades do Estado sobre a utilização de recursos públicos aplicados racionalmente à administração escolar, de modo a favorecer a concorrência entre o âmbito público e o privado, pois a Educação deve ser encarada do ponto de vista mercadológico, a partir da concepção de investimento em capital humano.

Para complementação da organização e ajuste do campo educacional em função de atender as demandas do capitalismo contemporâneo, recorreremos aos documentos oficiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que apontam os princípios básicos para a sua administração.

As concepções tecnocráticas apresentadas neste estudo assentam-se no princípio da organização administrativa e possuem bases teóricas semelhantes, mas distintas na variação de seus conteúdos em decorrência de suas condições históricas: a) Em Saint Simon e Thorstein Veblen caracteriza-se por seus aspectos político-sociais; b) Em Max Weber, Frederick Taylor e Henri Fayol expressa um caráter predominantemente político-administrativo; c) Em John Maynard Keynes e em Theodore Schultz exprime uma finalidade político-econômica intervencionista; d) Em Friedrich August Von Hayek e em Milton Friedman caracteriza-se pela primazia político-econômica liberal, adequada às realidades contemporâneas.

Acreditamos ser pertinente esclarecer que a nossa opção pela realização de

uma pesquisa bibliográfica aconteceu na fase da realização de nossas leituras exploratórias, momento em que pudemos verificar a importância que os livros, as obras de referência e os periódicos selecionados para este estudo constituem fonte perene, de onde retiramos as evidências para sustentar as nossas declarações e argumentações.

De acordo com Menga Lüdke e Marli André (1986, p. 38-39) a pesquisa bibliográfica e/ou documental “se constitui numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um problema”, pois as fontes bibliográficas não representam apenas uma fonte de informação contextualizada, elas podem fornecer as mais diversas informações sobre um contexto histórico determinado.

Partindo da realidade histórica que revestiu o capitalismo, na transposição do século XIX para o século XX apresentamos, no Primeiro Estágio (Seção 2) deste estudo, as impressões gerais de Saint Simon e de Thorstein Veblen sobre a sociedade capitalista e suas proposições para a edificação de uma nova sociedade coordenada e dirigida pela racionalidade intelectual e produtiva de cientistas e técnicos altamente especializados. Procuramos identificar os princípios teóricos e as condições político-sociais fundamentais para a construção de uma sociedade tecnocrática. Indicamos as preocupações de Saint Simon com a educação da classe pobre e a sua proposição para a criação de um sistema público de ensino. Apontamos, ainda, as concepções e distinções acerca da formação escolar burguesa e proletária, consideradas por Thorstein Veblen.

No Segundo Estágio (Seção 3), empenhamo-nos em caracterizar brevemente as transformações técnico-produtivas que requisitaram da racionalidade tecnocrática a elaboração de novos modelos administrativos para a organização das instituições públicas e privadas, no interior da sociedade capitalista, com base nos escritos de Max Weber, Frederick Taylor e Henri Fayol. Buscamos explicitar as propostas para a eliminação de qualquer tipo de desperdício material ou intelectual e supressão da ineficiência e ineficácia administrativa, bem como as propostas e implementação de ações para a padronização e sistematização das atividades produtivas industriais e não industriais. Apontamos os aspectos que definem o campo educacional de base rígida, centrado em duas formações distintas: a instrumental ou técnica para o proletariado; e a intelectual ou mental para a burguesia.

Descrevemos no Terceiro Estágio (Seção 4), a retração econômica que envolveu o capitalismo no limiar da década de 1920, dando origem à Grande Depressão que abalou a sociedade mundial durante a década de 1930. Empenhamo-nos em desvelar os

fundamentos teóricos que caracterizaram o período em direção à reordenação econômica da sociedade capitalista, a partir das concepções de John Maynard Keynes, implementadas pelo Estado, entendido como esfera utilitária capaz de planejar e implantar as políticas de interesse da sociedade, legitimadas por meio da racionalidade científica. Abordamos as concepções teóricas de Theodore Schultz, contidas na representação da educação como passivo de investimento, e a sua fundamental importância para o desenvolvimento da economia moderna.

No Quarto Estágio (Seção 5) abordamos as críticas ao Estado de Bem-Estar Social estabelecido na Europa e nos Estados Unidos após a década de 1930 sob a argumentação de que a interferência estatal na economia restringe as liberdades individuais na medida em que controla a livre iniciativa e limita o regime de concorrência. Apresentamos as estratégias para o restabelecimento da economia liberal como sistema hegemônico no interior da sociedade, fundamentada na crítica política de Friedrich August Von Hayek ao planejamento estatal.

Apontamos, os fundamentos teóricos construídos pela racionalidade econômica de Milton Friedman para eliminar a interferência do Estado nos assuntos do mercado e restringir o seu espaço de atuação à garantia das liberdades individuais e dos grupos de interesses privados, a fim de promover uma maior competitividade entre as empresas e recolocar a sociedade capitalista sob a regulação da dinâmica oferta-demanda. Por fim, discutimos os princípios tecnocráticos para a orientação do campo educacional, a partir das proposições teóricas *friedmanianas*.

2 PRIMEIRO ESTÁGIO: SOCIEDADE TECNOCRÁTICA

O advento da Revolução Industrial demarca a divisão histórica do modo de produção capitalista em dois períodos: o primeiro período caracteriza-se pela mecanização do processo produtivo, tem início na segunda metade do século XVIII e encontra seu esgotamento na primeira metade do século XIX; o segundo período compreende os anos de 1850 a 1910, sendo marcado por um conjunto de inovações tecnológicas que acarretaram nova série de transformações no capitalismo.

As mudanças geradas pela Revolução Industrial foram decorrentes da racionalidade, competência e eficiência técnico-científica que produziram a mecanização da indústria e da agricultura e pelo emprego da eficaz força motriz do vapor, primeiramente, depois da eletricidade e, em seguida, do petróleo. A separação entre os meios de produção e os trabalhadores se intensificou, visto que a divisão do trabalho por meio da fragmentação do processo produtivo eliminava o trabalho artesanal/manufatureiro e assegurava o aumento substancial da produtividade (HOBSBAWM, 1997).

Com o estabelecimento da sociedade capitalista assentada na propriedade privada dos meios de produção, o trabalhador se tornou vendedor de sua força de trabalho para produzir as mais variadas mercadorias. O salário que recebe paga apenas uma parte do tempo que emprega no trabalho. O excedente produtivo gerado por ele caracteriza-se pelo “prolongamento da sua jornada de trabalho além do ponto em que produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho que é apropriada pelo capital” e constitui o ponto de partida da exploração capitalista e o seu estabelecimento como sistema econômico hegemônico (MARX, 1982, p. 585).

O capitalismo representa, em si, o movimento de expansão e diversificação do processo produtivo de criações múltiplas que não deve ser dissociado do movimento de produção intelectual que resultou no surgimento das ciências positivas, bem como na emergência de novos critérios de verificação, análise e certificação científicas. Do mesmo modo, as técnicas industriais e as artes e ofícios não podem ser separadas da evolução das ciências da natureza, visto que o progresso do conhecimento científico se encontra vinculado ao desenvolvimento industrial.

Nesse contexto, encontram-se as propostas tecnocráticas de Saint Simon e de Thorstein Veblen, que se apresentam como alternativa política caracterizada pela perspectiva da instituição de uma administração científica do Estado, na qual e pela qual os interesses

privados e as ideologias capitalistas deveriam ser desprezados, em prol da promoção do bem-estar comum da população mundial. Os problemas políticos, econômicos e sociais deveriam ser solucionados e superados a partir da aplicação de técnicas racionais, eficientes e eficazes de planejamento, coordenação e direção da administração da sociedade tecnocrática.

Neste sentido, definimos a pergunta que orienta o primeiro capítulo deste estudo e que motivou o processo de realização da pesquisa em busca de embasamentos teóricos que pudessem ajudar a respondê-la: Que fundamentos orientam as proposições *saintsimonianas* e *veblenianas* para a superação do capitalismo, mediante a instauração de uma sociedade dirigida e administrada pela racionalidade tecnocrática, tendo em vista o bem-estar comum?

As obras que tivemos a oportunidade de estudar nos permitiram estabelecer os seguintes objetivos vinculados à extensão de nosso questionamento: 1) Identificar, nos escritos *saintsimonianas* e *veblenianos*, as proposições tecnocráticas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária; 2) Discutir a disposição do campo educacional e a necessidade de seu ajustamento à satisfação da sociedade tecnocrática, em conformidade com as preocupações *saintsimonianas* e *veblenianas*.

Na primeira seção deste capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos que orientam as teses gerais de Saint Simon e de Thorstein Veblen. Na segunda seção, abordamos as suas apreensões acerca do contexto histórico-social para a instituição da sociedade tecnocrática. Na terceira e quarta seções, apresentamos as propostas organizacionais *saintsimoniana* e *vebleniana*, respectivamente, para a direção da sociedade tecnocrática orientada pela racionalidade técnico-científica. Na quinta seção, discutimos as concepções dos autores sobre a Educação e as propostas para a sua (re)organização em prol da humanidade. Na sexta seção, indicamos as características centrais da preconizada sociedade tecnocrática de Saint Simon e Thorstein Veblen e apontamos alguns de seus fundamentos constituintes.

2.1 Capitalismo e Utopia Tecnocrática

Saint Simon e Thorstein Veblen influenciaram significativamente os debates econômicos, políticos e sociais, em virtude da peculiaridade de suas proposições sobre uma estrutura social global, planejada para substituir a vigência do capitalismo, orientada pelo ideal industrial, pela primazia e valorização da técnica e da produção em seu limite máximo. A essa peculiaridade, empregamos o termo tecnocracia, consubstanciado no pioneirismo e originalidade de seus autores, na profundidade teórico-científica de suas concepções que

devem ser consideradas como uma alternativa político-social ao capitalismo. A tecnocracia *saintsimoniana-vebleniana* deve ser apreendida na extensão da instituição de uma sociedade dirigida e administrada por cientistas e técnicos altamente capacitados – associação da formação teórico-científica à experiência prática profissional – em substituição aos políticos.

A elaboração de um novo sistema de conhecimentos científicos resultaria numa reorganização dos sistemas de religião, de política, de moral, de educação pública e especialmente do clero – novo cristianismo – com a ocorrência de uma substituição sumária dos sacerdotes pelos cientistas, os quais concentrariam em suas mãos todas as funções, direitos e privilégios atribuídos até então ao corpo eclesiástico, e cuja substituição era perfeitamente coerente com o caráter essencialmente elitista da tecnocracia (SAINT SIMON, 1802).

Dois dos principais fundamentos de orientação da sociedade tecnocrática são representados pela eficiente utilização e pela eficaz aplicação dos recursos materiais e imateriais na perspectiva de garantir o pleno emprego das fontes de energia e matérias-primas, equipamentos e força de trabalho para suprimir o desperdício de qualquer ordem e assegurar à humanidade o fornecimento e a distribuição das riquezas produzidas para a promoção irrestrita do bem-estar social.

Tanto para Saint Simon como para Thorstein Veblen, os recursos materiais são compreendidos na razão de sua natureza concreta, disponíveis em sua forma natural (terra, árvores, minerais etc.) ou desenvolvidos pela ação transformadora do homem como casas, prédios, fábricas, ferramentas, máquinas e demais equipamentos empregados na produção de um bem ou mercadoria. Os recursos imateriais são aqueles de natureza abstrata, associados à inteligência e intelectualidade humanas, à formação técnica e acadêmica dos cientistas, industriais, engenheiros e aos conhecimentos acumulados ao longo da história da civilização estritamente necessários ao estabelecimento e desenvolvimento da indústria e da sociedade.

De acordo com Saint Simon (1823, p. 38-45), as bases para impulsionar a construção de uma sociedade liderada e dirigida pela racionalidade técnica e produtiva dos cientistas – classe economicamente útil e capaz de realizar tal empreendimento – localizavam-se na força e nas relações econômicas da sociedade. A edificação da nova sociedade e a promoção do bem comum seriam possíveis, mediante a aplicação e o desenvolvimento de técnicas industriais eficazes para o progresso produtivo e para fornecer à classe industrial informações, conhecimentos, instrumentos e ferramentas, necessários para a retirada dos nobres, militares, clérigos, leigos, metafísicos e rentistas – integrantes da classe parasita – da

direção da sociedade.

Na concepção de Thorstein Veblen (1944), o sufrágio do sistema capitalista ocorreria em consequência de sua própria evolução, ou seja, o seu desenvolvimento, por si só, desencadearia crises periódicas que resultariam em períodos de grande depressão, caracterizados por uma conjuntura de contradições estruturais, orientada pela dicotomia existente entre aqueles que produziam os bens de consumo e aqueles que ganhavam o dinheiro.

Veblen acreditava que a concentração dos negócios e dos lucros em algumas poucas mãos alcançaria um nível insustentável e exaltaria os sentimentos de pobreza relativa dos trabalhadores, que se aliariam a uma elite de técnicos e engenheiros para eliminar as deficiências do sistema industrial e instituir a sociedade tecnocrática em benefício da ampla maioria da população, a classe pobre.

A denominada *classe ociosa vebleniana* pouco se distinguia da *classe parasita saintsimoniana*. A *classe ociosa* era composta pelos nobres e seus serviçais, o clero e seus dependentes, os militares e todos aqueles que não produziam bem algum pelo emprego de sua força de trabalho, vivendo em conforto graças ao emprego da exploração de outrem. Essa classe parasita é descrita por Veblen em *A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições (1899)*:

A classe ociosa, como um todo, compreende as classes nobres e as classes sacerdotais e grande parte de seus agregados. As ocupações são diferentes dentro da classe ociosa, mas todas elas têm uma característica comum: não são ocupações industriais. Estas ocupações não industriais das classes altas são em linhas gerais de quatro espécies: governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas. O trabalho manual, a indústria e de modo geral todas as tarefas relativas ao trabalho diário de subsistência tocam exclusivamente à classe inferior [...] as tarefas manuais implicam em subserviência ou submissão, são indignas, humilhantes, vis (VEBLEN, 1965, p. 20 e 31).

Essa histórica relação paradoxal – explorador e explorado, dominante e dominado, rico e pobre – associada ao estado de coisas¹³ da sociedade europeia dos primeiros

¹³ O *estado de coisas* a que nos referimos é esclarecido por Eric Hobsbawm e se refere às guerras que acometeram a Europa, a partir de 1789, com o advento da Revolução Francesa que, em princípio, foi encarada pelos monarcas do continente com relativa tranquilidade, pois a simples e repentina transformação das instituições, a ocorrência de insurreições, a deposição de dinastias, a degola de reis não era algo que chocava os governantes do século XVIII. Entretanto, os feitos e efeitos da Revolução não se circunscreveram aos limites territoriais franceses, sobretudo, pelo papel desempenhado por Napoleão em sua *cruzada europeia*, disseminando os princípios, ideais, doutrinas e instituições revolucionárias, da “Andaluzia a Moscou, do Báltico à Síria”, estendendo eficazmente a universalidade da Revolução, explodindo “os sistemas políticos de todo o continente europeu”. A revolução social passou a ser uma realidade possível, “as nações existiam independentemente dos Estados, os povos independentemente de seus governantes”, até a classe pobre existia

anos do século XIX, poderia ser superada, segundo Saint Simon, pelo concurso da indústria e da ciência, pois somente “os cientistas, cada um em seu domínio, eram os homens que possuíam as condições de fornecer à sociedade os meios úteis para realizar esse empreendimento¹⁴”, visto que as “pessoas ricas não têm tido, até o presente, outra ocupação além de mandar e obrigar outros braços e cabeças a trabalhar em seu favor¹⁵” (SAINT SIMON, 1802, p. 10). Somente a própria ciência poderia assegurar a sua utilidade e demonstrar que os cientistas eram homens superiores, pois apenas o interesse comum era importante: o progresso científico e industrial para a superação da sociedade capitalista em direção à instituição da sociedade tecnocrática.

Saint Simon (1817) argumenta que a dinâmica que revestiu os conflitos sociais indicando para a constituição de um novo modelo de sociedade no contexto da Restauração Francesa¹⁶ deveu-se à articulação dos seguintes fatores: a) crescimento industrial; b) destituição hegemônica das classes feudais e ociosas; c) declínio do Estado sustentado pelo Antigo Regime; d) organização progressiva do pensamento positivo (revolução filosófica).

No entendimento *saintsimoniano*, este período de transição política significou a ruptura com a antiga estrutura feudal e trouxe à superfície a divisão interna entre as forças incompatíveis e conflitantes, caracterizada pela inabilidade das elites dirigentes divergentes em edificar uma nova ordem social, representadas materialmente pelos legistas – legisladores, juristas, magistrados, advogados – e burocratas – políticos opositores do Antigo Regime – que operavam o aparelho de Estado para proteger os interesses antissociais das classes ociosas,

independentemente da classe dominante. Aos anos idos às Guerras Napoleônicas resultaram a grande “fome de 1816-17 e as depressões nos negócios, mantendo um vivo e injustificável temor às revoluções sociais em toda parte, inclusive na Inglaterra” (HOBSBAWM, 1997, p. 109 e 121).

¹⁴ Original na Língua Espanhola: “los *savants*, cada uno en su dominio, fueron los hombres que tenían la posición de proporcionar a la sociedad con los medios adecuados para llevar a cabo esta tarea” (SAINT SIMON, 1802, p. 10).

¹⁵ Original na Língua Espanhola: “las personas ricas no han tenido, hasta el presente, otra ocupación que la de mandaros. Ellas hacen trabajar vuestros brazos en su beneficio, haced que trabajen sus cabezas para vosotros” (SAINT SIMON, 1802, p. 10).

¹⁶ Passadas quase três décadas ininterruptas de “guerras e revoluções, os velhos regimes vitoriosos enfrentaram os problemas do estabelecimento e a preservação da paz, que foram particularmente difíceis e perigosos”; era evidente que os governantes não tolerariam outra guerra de tais proporções na Europa, “pois este tipo de guerra, certamente, significaria uma nova revolução e a consequente destruição dos velhos regimes”. A estabilização do continente europeu “após as Guerras Napoleônicas não foi mais justa nem moral do que qualquer outra”, porém em razão do “propósito antiliberal, antinacional e antirrevolucionário de seus organizadores, ela foi realista e sensata [...] Os Bourbons foram reconduzidos ao poder, mas ficou entendido que eles tinham que fazer concessões ao perigoso espírito de seus súditos (HOBSBAWM, 1997, p. 117-119). A Restauração da Dinastia dos Bourbons (1815-1830) na França significou a reimplantação de um governo elitista, associando absolutismo a *doses homeopáticas* de liberalismo; um governo contrário à sua Constituição, na medida em que cerceou os direitos e a liberdade de sua população, conseguidos com o imperioso derramamento de sangue durante o processo revolucionário iniciado em 1789.

constituídas por rentistas e proprietários absenteístas de um lado. E, espiritualmente, de outro lado, pelos pensadores metafísicos que proclamavam um credo inconsistente, fundado em princípios negativos de igualdade e direitos naturais abstratamente concebidos, inspirados no ceticismo racionalista.

Saint Simon (1817) afirmava, ainda, que a Restauração significava um retrocesso à antiga ordem medieval e que a precariedade do sistema burocrático-metafísico dos legistas precisava ser substituída pelo estabelecimento de uma sólida sociedade autenticamente orgânica, movida pelas mesmas forças que haviam destruído o regime feudal e agora atingiam o limiar de sua plena realização histórica: a aliança vitoriosa da ciência com a indústria.

Para Saint Simon, a ciência sempre foi a inseparável e fiel escudeira da indústria na luta contra o mesmo sistema opressivo, pois, à medida que a indústria se opôs ao poder territorial-militar, a obstinada força da ciência fez ruir o sistema das crenças teológicas que legitimavam a dominação feudal. Com o surgimento das camadas intermediárias, constituídas por burocratas, metafísicos, advogados e proprietários ociosos, a ciência permaneceu firme em seu propósito, os questionamentos passariam a se concentrar no pseudossaber metafísico, em nome de um saber positivo fundado no conhecimento dos fenômenos reais.

A ciência associada à indústria para a libertação do jugo feudal e de qualquer força contrária à instituição da sociedade tecnocrática industrial. Se, no passado, o povo foi súdito da classe militar-feudal, com o advento da indústria e o surgimento da classe industrial, se fez sócio dela. O inegável valor da aliança ciência e indústria pode ser justificado por seu caráter representado pelas combinações industriais, nas quais todas as pessoas são colaboradores e/ou associados do empreendimento, desde a mera mão de obra até o engenheiro mais capacitado, unidos pelo interesse comum.

Saint Simon acreditava que a luta de classes existia em razão da oposição praticada pela classe industrial à classe feudal, que teve início no momento em que a primeira se tornou escrava da segunda, ou seja, as antigas lutas entre senhores feudais e escravos, vilãos e senhores feudais, senhores feudais e servos já expressavam as lutas de classes, que se desdobraram, em decorrência do desenvolvimento industrial e científico.

Em *Catéchisme des Industriels* (1823), Saint Simon identifica, no interior da

sociedade do século XIX, um grupo componente da classe burguesa, denominado *rentistas*¹⁷, adversário dos produtores e operários da classe industrial – a mais numerosa e também mais pobre classe social. Não existe uma concepção precisa em Saint Simon sobre a composição das classes sociais, há uma variação constante dos elementos componentes da classe industrial, bem como da oposição existente entre as classes: os burgueses, em princípio, integram a classe dos industriais que é a classe produtora; os burgueses ou proprietários ociosos, assim como os nobres, os militares, os funcionários do governo e o clero não integram a classe produtora, são preguiçosos nas palavras de Saint Simon e representam a classe ociosa da sociedade europeia do século XIX.

À indefinição conceitual *saintsimoniana* de classe social se agrega a oposição entre os chefes dos trabalhos industriais, isto é, os industriais propriamente ditos – patrões, engenheiros, técnicos, diretores e alguns cientistas – e os operários das fábricas. O termo trabalhador é empregado tanto para designar o produtor – e nesse caso, abarcaria os industriais e os trabalhadores no chão de fábrica, no sentido literário, utilizado atualmente – quanto os operários, entendidos em função do emprego de sua força de trabalho no processo produtivo.

Neste sentido, a classe industrial era composta por todos aqueles que realizavam os trabalhos industriais de utilidade direta e indireta para a sociedade, por aqueles que dirigiam esses trabalhos e investiam os seus recursos (capitais) nas fábricas, e por outros tantos que, de alguma forma, contribuíam com trabalhos úteis para a produção e para o desenvolvimento do processo produtivo, como os agricultores ou industriais agrícolas, operários, artesãos, cientistas, engenheiros, comerciantes, banqueiros, chefes dos trabalhos industriais ou patrões.

Na concepção *saintsimoniana*, a combinação dos interesses comuns, apesar de suas diversidades, deveriam contribuir para a associação dos indivíduos e para a unidade no interior da classe industrial, da qual um estrato privilegiado – chefes das indústrias e os cientistas¹⁸ – deveria conduzir a sociedade, visto que, naquele momento, não existia conflito

¹⁷ Os rentistas são considerados por Saint Simon como sujeitos inúteis, pois não participam do processo produtivo com o esforço de seu trabalho material ou intelectual. Não empregam seus recursos nos meios de produção. São financistas e/ou agiotas.

¹⁸ Precisamos manter viva a seguinte realidade francesa dos anos iniciais do século XIX: a ciência era os sábios acadêmicos; e a indústria era, em primeiro lugar, os burgueses ativos, os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros. Acreditamos que as preocupações e o desejo incontrolável de Saint Simon em estabelecer a supremacia da sociedade tecnocrática, tendo em vista garantir a existência de um mundo melhor para a classe mais numerosa e mais pobre da sociedade, em diversas situações e ocasiões, acabou por lhe embaçar a visão, deixando de considerar, por exemplo, as alianças firmadas entre as elites – que enxergava como produtiva – em

entre operários e chefes dos trabalhos industriais que pudesse prejudicar o interesse maior: a instituição da sociedade sustentada na eficiência e eficácia técnico-científica, para a promoção do bem-estar comum.

Algumas décadas adiante, Thorstein Veblen expressava as suas análises sobre os conflitos sociais em *A Teoria da Classe Ociosa (1899)* ao afirmar que tais questões decorriam, sobretudo, da emulação – disposição para lutar em busca da conquista e manutenção de uma posição superior na hierarquia social; necessidade incessante do homem de ser reconhecido como o melhor, o desejo incomensurável de receber vantagens e honrarias; vontade premente da conquista do *status quo* – que, uma vez aplicada às pessoas ou condutas, representavam importância fundamental na formação e desenvolvimento das classes sociais e de seus estratos, sendo necessária a explicação de seu significado e derivação:

A) O homem representa a força motriz das atividades impulsivas em manifestação – atividades teleológicas – na incessante busca pela realização de um determinado fim;

B) O homem tem noção do mérito de utilidade, aplicabilidade, eficiência, eficácia, futilidade, inutilidade, desperdício e incapacidade. Essa noção não significa mais do que a própria representação do instinto natural do homem, aplicado ao trabalho eficaz. “Sempre que as circunstâncias ou as tradições de vida levam a uma comparação habitual entre indivíduos no tocante à eficiência, o instinto do trabalho eficaz resulta em emulação entre eles” (VEBLEN, 1965, p. 31).

Para Thorstein Veblen, a emulação é a responsável pela existência da dicotomia de classe, pois resulta da interação entre o instinto do trabalho eficaz e a inclinação ou o temperamento predatório. É exatamente a partir da ação predatória que a posição social do indivíduo é determinada, contida e representada pela expressão de sua força e superioridade imaterial e material, em relação aos demais indivíduos da comunidade, caracterizada pela distinção das atividades não industriais das atividades industriais, determinante para a primazia das primeiras sobre as segundas na escala hierárquica social.

Veblen argumenta ainda que, no momento em que a sociedade reconhece as atividades predatórias, imediatamente passa a valorizá-las; em seguida, estabelece a sua institucionalização em detrimento das atividades manuais, ou seja, o trabalho industrial

defesa de objetivos e interesses comuns, distintos e distantes daqueles comungados pelos pobres trabalhadores (MARX; ENGELS, 1961b, p. 310).

responsável pela subsistência e manutenção individual e coletiva da sociedade não possuía a mesma importância e o mesmo significado, ou até o mesmo *status* no imaginário social que a abstração predatória instituída pela classe dominante, tendo em vista afirmar-se hegemonicamente.

Para expressar a oposição entre as classes sociais Veblen (1965, p. 37-38) recorre à propriedade privada e à emulação “nas circunstâncias de vida predatória” caracterizada por uma forma de união (casamento) em que predominava o pleno exercício coercitivo do homem sobre a mulher, a herança derivada do costume adquirido pela apropriação violenta das mulheres, enquanto prêmios dos inimigos derrotados em guerra, resultando “numa forma de casamento-propriedade, com a formação de uma estrutura familiar sob a chefia do homem”. O autor alega que não é possível diferenciar ou distinguir, em princípio, o casamento da propriedade, pois:

[...] os dois são consequências do desejo dos homens de obter sucesso e de ressaltar a sua proeza exibindo o resultado patente de suas atividades. As duas são também consequências da inclinação de domínio de que estão imbuídas todas as comunidades [...] O conceito de propriedade se estende da propriedade de mulheres para incluir a propriedade dos produtos de sua indústria, resultando daí a propriedade das coisas [...] e onde quer que se encontre a instituição da propriedade privada, mesmo sob forma muito embrionária, o processo econômico tem o caráter de uma luta entre os homens pela posse e acúmulo de bens (VEBLEN, 1965, p. 38).

Na apreensão *vebleniana*, o surgimento do casamento e da família no curso da evolução cultural da humanidade, coincide com a instituição da propriedade privada que, por sua vez, se associa ao aparecimento da classe ociosa, constituindo uma coincidência necessária, pois essas “instituições resultam do mesmo conjunto de forças econômicas e dos mesmos fatos gerais de estruturação social” (VEBLEN, 1965, p. 36). O estabelecimento de uma classe ociosa é o resultado de uma discriminação instituída entre as atividades e funções praticadas pela comunidade, segundo a qual umas são dignas e outras são indignas – conforme afirmamos anteriormente.

As atividades e/ou “funções dignas são aquelas em que intervém um elemento de proeza ou façanha; as indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe” (VEBLEN, 1965, p. 25). Essa diferença na distinção das atividades existe e persiste como preconceito corriqueiro no processo de evolução cultural da civilização, inculcando e cristalizando, por exemplo, a nossa atual e habitual aversão por tarefas servis.

De acordo com Veblen (1965, p. 25-26), a aversão às tarefas manuais constitui uma distinção de “caráter pessoal, tendo a ver com superioridade e inferioridade”, necessária

para apontar o sentido a ser seguido e classificar os fins das atividades sociais, indispensáveis para a execução de uma teoria ou esquema de vida, isto é, que “um determinado ponto de vista ou característica específica que é tomada como definitiva na classificação dos fatos da vida dependem do interesse que preside a discriminação de tais fatos”.

A discriminação entre ocupações industriais e não industriais significa a forma transformada da discriminação, inculcação e legitimação da execução da função industrial como uma atividade que possui, por pressuposto, a valorização da vida humana em razão da exploração do ambiente não humano, e não por sua existência real e concreta. É a exploração coercitiva do homem pelo homem, movida pela obtenção do lucro e acumulação de riquezas.

Essa relação de exploração resultante da interminável luta pela aquisição e acúmulo de riquezas, por sua essência emulativa incentiva o desenvolvimento técnico visando ao crescimento da eficiência industrial; as disparidades e os conflitos entre as classes, contudo, foram acentuadas na proporção em que consideramos que todo e qualquer bem é posse de alguém, ou seja, é propriedade privada de algum indivíduo ou grupo de indivíduos que, normalmente, dispõe de recursos materiais para adquiri-los: a classe dominante (VEBLEN, 1965).

O proletariado – classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir (MARX; ENGELS, 1961a, p. 21) –, por sua vez, não dispõe de tais recursos para que tenha a propriedade de bens que lhe proporcione uma vida mais digna e confortável. Em verdade, essa ampla maioria populacional tem em disponibilidade apenas a força de seus braços para empregar na produção material e a remuneração pelo esforço físico empreendido que lhe garante a subsistência, a qual, por sua vez, configura o estímulo significativo e ubíquo para que se mantenha em atividade, pois de outra sorte perecerá (VEBLEN, 1965).

Thorstein Veblen define como “inglória” a necessidade de manutenção da vida e a utopia do desejo em assegurar o mínimo conforto possível do proletariado, “habitualmente empregado no trabalho manual, cuja subsistência é precária”, que pouco possui e nada acumula. A essência de vida da classe dominante, por sua vez, concentra-se na “acumulação da riqueza, inexistindo qualquer preocupação com a subsistência” (VEBLEN, 1965, p. 39-40).

Não existe entre a propriedade privada – enquanto instituição humana – qualquer relação com a promoção de uma mínima garantia de subsistência do proletariado que ultrapasse o exercício de seu esforço produtivo. “O incentivo dominante, desde o princípio,

foi a distinção odiosa ligada à riqueza, nenhum outro motivo se sobrepôs em qualquer estágio posterior de desenvolvimento do capitalismo” (VEBLEN, 1965, p. 40).

Do fenômeno da exploração dos trabalhadores por não trabalhadores decorre a dicotomia da sobreposição da atividade industrial à atividade predatória na vida cotidiana da sociedade e nos hábitos de pensamentos dos indivíduos, e, nesse sentido, a acumulação de bens assume “o lugar de troféus obtidos em façanhas predatórias como índice convencional de prepotência e de sucesso” (VEBLEN, 1965, p. 41).

2.2 Ciência, Indústria e Sociedade

O desenvolvimento da indústria entre os séculos XVIII e XIX foi marcado por uma ampla expansão e diversificação das atividades produtivas na Europa. Este movimento de aceleração do crescimento e de criações múltiplas contribuiu para o colapso do Antigo Regime e fundou as bases para a afirmação hegemônica do capitalismo. Essa transição não deve ser dissociada do movimento de produção intelectual que resultou no surgimento das ciências positivas e na emergência de novos critérios de verificação, análise e certificação científicas (HOBSBAWM, 2011).

Na concepção de Saint Simon (1814), as técnicas industriais e as artes e ofícios também não deveriam ser separadas da evolução das ciências da natureza a partir da Idade Média, pois o progresso do conhecimento científico já se associava ao desenvolvimento industrial, precipitando a extinção do antigo sistema social. Cientistas e produtores deveriam caminhar em direção aos mesmos objetivos, para que o desenvolvimento da capacidade científica pudesse assumir na sociedade industrial um papel diretivo, correspondente à sua representação e importância social.

Saint Simon (1823, p. 4-5 e 42-44) aponta ainda, para a necessidade de expansão e extensão material e científica da indústria para o fortalecimento de seu poder político no contexto da sociedade da Restauração tendo em vista a reafirmação da eficiência e eficácia do campo industrial contra o antigo poder das castas feudais no contexto da nova configuração social.

O entendimento de Saint Simon (1823) sobre a sociedade do século XIX assentava-se na constituição de uma máquina meticulosamente organizada, cujas partes contribuem distinta e associadamente para movimentar o conjunto. A sociedade representa uma grande oficina com a função de dominar o homem e a natureza para a realização da

atividade coletiva como criação comum de produção ininterrupta. A apreensão de sociedade *saintsimoniana* é a perpetuação do esforço humano que exprime o trabalho individual e coletivo que transpassa a positividade¹⁹ e possibilita a unificação das ciências humanas e da natureza.

Tal apreensão expressa o resultado do esforço coletivo imanente que a produz, é uma atividade tanto material como espiritual, que se manifesta igualmente na produção econômica, na indústria, na política, na cultura, nas lutas e organizações sociais. Em Saint Simon, é impossível falar de princípio de unidade das ciências, sem referenciar a sociedade, sem analisar seus processos, sem definir um lugar para as ciências em sua atividade global.

É importante também especificar a percepção *saintsimoniana* acerca da indústria. Ele não a compreende em sua associação com a introdução, utilização e desenvolvimento das máquinas. A sua compreensão não se relaciona imediatamente à mecanização do processo produtivo de um determinado setor ou mercadoria. A sua apreensão de indústria designa todas as formas de produção, seja ela qual for, agrícola, artesanal, manufatureira ou comercial. O agricultor, o artesão, o fabricante, o comerciante são todos produtores industriais, uma vez que de suas atividades resulta um trabalho imediato e seus serviços são fundamentais para a ocorrência de uma ação coletiva.

A compreensão *saintsimoniana* empregada à indústria concebe, também, que não deve existir oposição entre os setores produtivos e todas as formas de produção material, intelectual, científica, artística devem encontrar-se coesas em um mesmo objetivo. Na obra *Catéchisme des Industriels*, localizamos a seguinte definição:

[...] industrial é um homem que trabalha para produzir ou colocar aos vários membros da sociedade, um ou mais meios materiais para satisfazer as suas necessidades ou gostos físicos; assim, um agricultor que semeia trigo, um avicultor, um criador de gado, é um industrial; um fabricante de rodas, um ferreiro, um serralheiro, um carpinteiro, é um industrial; um fabricante de sapatos, de chapéus, de roupas de cama, de caxemiras, também é um industrial; um comerciante, um carroceiro, um fuzileiro naval utilizado em navios mercantes, são industriais. Todos estes industriais reunidos para produzir e disponibilizar a todos os membros da sociedade, todos os meios materiais para satisfazer as suas necessidades ou preferências físicas, e eles formam três classes chamadas de produtores, fabricantes e comerciantes²⁰ (SAINT SIMON, 1823, p. 3-4).

¹⁹ O emprego das palavras positivo, positivismo, positividade são casuais em Saint Simon e significam ativo, atividade, imanência, autonomia, portanto, têm sentidos completamente distintos das designações empregadas por Augusto Comte em seus escritos.

²⁰ Original na Língua Francesa: [...] un industriel est un homme qui travaille à produire ou à mettre à la portée des différents membres de la société, un ou plusieurs moyens matériels de satisfaire leurs besoins ou leurs goûts physiques; ainsi, un cultivateur qui sème du blé, qui élève des volailles, des bestiaux, est un industriel; un

Carlos Estevam Martins (1975, p. 43) reitera que a indústria em Saint Simon representa toda e qualquer atividade econômica produtiva. Um fazendeiro, por exemplo, é um industrial, pois planeja e organiza as atividades produtivas de suas terras, participando direta e ativamente do processo de produção no interior da sociedade. Na mesma medida, um operário empregado numa fábrica também é um industrial. A indústria configura a ordem institucional da sociedade em que participam, se integram e relacionam empresários, operários, lavradores, capatazes, artesãos e comerciantes que, de uma forma ou de outra, têm interesses comuns, associados em torno dos mesmos objetivos e contra os mesmos opositores.

Neste sentido, podemos considerar a indústria tanto no âmbito da produção econômica e aquisição material quanto em âmbito estrito da produção industrializada. Entretanto, considerada no contexto histórico do primeiro quarto do século XX, ainda não se apresentava plenamente instrumentalizada, apesar de contar com as principais forças sociais, a riqueza e capacidades reais para empreender o processo de desenvolvimento e transposição do período da provisória Restauração, que suportava o imenso peso de uma estrutura política herdada da sociedade feudal.

Saint Simon acreditava que o desenvolvimento pleno do trabalho no campo industrial produziria formas universais de conduta, válidas para todos os membros da sociedade e para todos os tipos de funções sociais. As relações políticas de autoridade e submissão desapareceriam por si só em prol do surgimento de novas relações alinhadas à prática industrial. O modelo de relação social espontâneo, instaurado pela ação conjunta de produção, tenderia a prevalecer sobre a organização social perturbadora do passado, destruindo todas as estruturas antigas, pois a indústria sempre caminhou ao lado da ciência, na luta contra a opressão do sistema.

Conforme apontamos antes, Saint Simon reuniu, em uma única classe, todos os envolvidos nos mais diversos setores da produção, classificando-os como industriais. Entretanto, a descrição analítica dessa classe industrial apresenta algumas dificuldades, em decorrência de sua ampla heterogeneidade e de pontos de interesses distintos. Contudo, Saint Simon reconheceu o conflito de interesses no interior da classe industrial, a partir do argumento da propriedade privada, e examinou as razões que os não proprietários têm, na

charron, un maréchal, un serrurier, un menuisier, sont des industriels; un fabricant de souliers, de chapeaux, de toiles, de cachemires, est également un industriel; un négociant, un roulier, un marin employé sur des vaisseaux marchands, sont des industriels. Tous ces industriels réunis travaillent à produire et à mettre à la portée de tous les membres de la société, tous les moyens matériels de satisfaire leurs besoins ou leurs goûts physiques, et ils forment trois grandes classes qu'on appelle les cultivateurs, les fabricants et les négociants (SAINT SIMON, 1823, p. 3-4).

admissão de sua submissão e obediência aos proprietários capitalistas.

Para Saint Simon (1823), o industrial não é apenas aquele que detém a propriedade do capital e dos meios de produção, mas também aquele que emprega a sua força de trabalho utilizando esses meios. A partir do momento em que o industrial tira proveito de seus bens sem contribuir com seus esforços para o trabalho coletivo e o bem comum, deve ser classificado entre os ociosos e inserido na mesma categoria (estrato) dos nobres e clérigos, sanguessugas da classe pobre. A sua concepção de indústria se limita, de um lado, aos produtores e de outro se estende na diversidade e pluralidade de suas funções, excluindo de seus quadros a burguesia industrial (capitalistas por sua condição ociosa).

Por ingenuidade ou por desconhecimento do novo, Saint Simon acreditava que a união dos interesses dos chefes de indústria com os seus trabalhadores resultaria da própria dinâmica das relações de produção industrial, dado que a criação coletiva produziria o aumento da riqueza para todos os consumidores. Mais tarde, em seus escritos da fase sociológica e socialista (1816-1825), Saint Simon reeditaria o seu entendimento sobre os interesses de classes, à medida que questionou a espontaneidade da realização harmônica de tais interesses e duvidou de sua efetividade, ao afirmar que diversos chefes de fábricas não se preocupavam com o interesse comum na associação no processo produtivo, explorando a força de mão de obra de seus operários, tendo em vista a obtenção de vantagens econômico-financeiras – o lucro (GURVITCH, 1958).

Saint Simon passou a compreender que os investimentos em desenvolvimento técnico ligados ao processo social de produção somente ocorrem para assegurar a satisfação das exigências e necessidades da própria burguesia, “exaurindo as fontes originais de toda riqueza, da terra e do trabalhador” em desprezo de qualquer preocupação com a promoção do bem-estar comum da sociedade (MARX, 1980, p. 579).

Na essência de suas proposições, as características organizacionais e funcionais, a conscientização e legitimação da nova sociedade deveriam ser explicadas e explicitadas, exatamente, pelos chefes industriais, pelos cientistas e intelectuais, pois foram eles que empreenderam a ação política para destruir o Antigo Regime. A eliminação dos poderes feudais não significou, na prática, a ascensão da classe industrial à soberania política e à detenção do poder do Estado. Segundo Saint Simon (1823) o fato não se concretizou em razão da própria passividade social e inatividade política dos industriais que, por apatia, continuavam sendo conduzidos pela autoridade da nobreza e seduzidos pelas falácias legistas do passado e capitalistas do seu presente.

O progresso da sociedade e a sua (re)organização administrativa para Thorstein Veblen (1965, p. 179-180), de sua parte, ocorreriam em razão do “ajustamento de suas relações externas com as internas”, porém entendia que tal “ajustamento jamais se estabeleceria de forma definitiva, pois as relações externas estão sujeitas a uma constante transformação progressiva que se processa nas relações internas”, ou seja, o desenvolvimento da sociedade é o próprio desenvolvimento das instituições sociais que se transformam na medida em que se adaptam às próprias mudanças impostas pelas circunstâncias de determinado contexto histórico, concebido política e economicamente.

No entendimento de Thorstein Veblen (1965, p. 180), as instituições sociais são o resultado de processos já vividos, “adaptados a circunstâncias passadas e, por conseguinte, nunca estão em pleno acordo com as exigências do presente”, pois a capacidade de desenvolvimento da sociedade está vinculada ao grau de liberdade e facilidade por meio da qual as forças coercitivas do ambiente atuam em seus membros individualmente. Entretanto, se um estrato de classe ou uma classe buscar proteção para não sofrer a ação e influência de tais forças, conseqüentemente, garante o prolongamento de suas aspirações e adia o processo de transformação social. Esta é a condição em que se encontrou, se encontra e procura sempre se manter a classe abastada, abrigada e protegida das forças econômicas que conduzem à mudança e ao (re)ajustamento econômico e social.

Veblen (1965, p. 181) reforça a sua argumentação acerca da necessidade de intervir e instituir uma nova sociedade voltada para uma maior redistribuição de rendas e riquezas para garantir a melhoria da qualidade de vida de todos os povos civilizados, sob a direção administrativa de um corpo técnico especializado por formação, conhecimento e interesse. *Staff* capaz de caminhar na direção da constituição de um Estado-Maior da sociedade tecnocrática, “devendo ter à sua disposição os recursos materiais, equipamentos e poder irrestrito, independente de quaisquer pretensões nacionais” e interesses privados.

Qualquer grau de obstrução, desvio ou retenção da força industrial visando ao ganho particular de uma nação ou benefício de um determinado indivíduo ou grupo acarretaria, na concepção de Veblen (1965), a fratura do sistema e provocaria uma redução substancial da eficácia dos meios e eficiência do trabalho produtivo. E, ainda, uma perda líquida de todas as suas partes. Tal ocorrência deveria ser evitada a todo custo, para impedir qualquer prejuízo ao sistema industrial e, portanto, à sociedade tecnocrática.

Os diversos argumentos discutidos por Thorstein Veblen para expressar a sua proposição tecnocrática se distinguem, em alguns aspectos, dos elementos gerais apresentados

anteriormente por Saint Simon. A realidade histórica que envolveu Veblen lhe permitiu classificar como incipiente a indústria que se desenvolveu a partir da Revolução Industrial do século XVIII e seu desenvolvimento até a primeira metade do século XIX, em decorrência da pequena extensão e limites físicos das fábricas, do baixo nível tecnológico, da necessidade de maior especificação das atividades e especialização dos operários no interior do processo produtivo. Tais aspectos prejudicaram uma evolução permanente da indústria em ritmo acelerado, impedindo-a de edificar um complexo mecânico rigoroso que funcionasse harmoniosamente em suas partes independentes, reciprocamente ajustadas e globalmente coordenadas (VEBLEN, 1944, p. 27-31).

A indústria à época de Saint Simon limitou-se à natureza artesanal e manufatureira, mais relacionada aos instrumentos e ferramentas manuais do que à complexidade e eficiência das máquinas, tendo configurado a primeira etapa evolutiva do sistema capitalista. Essa fase inicial caracterizou-se pela ação efetiva dos capitães de indústria responsáveis pela Revolução, classificados por Veblen como “inventores, projetistas e construtores de equipamentos de minas, máquinas, motores, ferramentas. Homens envolvidos diretamente no processo produtivo, na administração, no comércio e no controle financeiro de suas empresas²¹” (VEBLEN, 1944, p. 32).

De acordo com Thorstein Veblen (1944), foram esses pioneiros capitães de indústria que experimentaram, construíram e comercializaram as máquinas e equipamentos e fundaram os pilares para a sustentação da indústria moderna, bem como criaram e inovaram o mercado com produtos diversificados, fontes de energia alternativas, formularam e implantaram processos produtivos mais eficazes, técnicas de administração e organização do trabalho mais racionais e eficientes. Segundo o autor, foram esses homens que alcançaram o sucesso de uma ordem industrial instituída no início do século XX, e garantiram o seu imenso crescimento nos anos seguintes.

Na segunda etapa evolutiva do capitalismo – sistema mecânico – a ordem industrial que se estabelece a partir do século XX é descrita por Thorstein Veblen como sendo um sistema autoequilibrado e tecnicamente abrangente, no qual os recursos materiais e imateriais se encontram em plena união para garantir a movimentação do todo. Ao contrário da hábil manipulação artesanal, é um sistema de processos mecânicos convergentes, uma real

²¹ Original na Língua Inglesa: “inventors, at least in a loose sense of the word. But it is more to the point that they were designers and builders of factory, mill, and mine equipment, of engines, processes, machines, and machines tools. As well as shop managers, at the same time that they took care, more or less effectually, of the financial end” (VEBLEN, 1944, p. 32).

e concreta “organização dos poderes mecânicos e recursos materiais em que ferramentas e operários são devidamente qualificados²²”, sistematicamente controlados e “dirigidos por peritos industriais, técnicos especializados e engenheiros de produção²³”, imprescindíveis para o funcionamento do sistema industrial e para o “bem-estar material de todos os povos civilizados²⁴” (VEBLEN, 1944, p. 52 e 53).

A nova ordem industrial por sua dinâmica e complexidade absorveu os capitães em conformidade da própria expansão do sistema – abertura de novos mercados, crescimento populacional, melhoria dos meios de comunicação e de transporte, dinamização da produção na proporção das inovações técnicas e científicas, diversificação e ampliação de investimentos, entre outros – e promoveu a fragmentação da administração, impondo-lhe novas responsabilidades e exigindo-lhe novas competências.

A antiga concentração de várias atividades e responsabilidades nas mãos dos capitães de indústria não mais condizia com a nova realidade que se impunha pela força do capital, requerendo da indústria e, portanto, da tecnocracia uma nova estruturação em sua organização administrativa. O elemento financeiro passava a concentrar boa parte das atenções e preocupações da empresa, associado à necessidade de evolução tecnológica. Tornava-se premente a padronização de processos, ferramentas e produtos por unidade produtiva, mediante a introdução de novos mecanismos aceleradores da produção, racionalizando recursos sem deixar de priorizar eficácia e eficiência de todo o sistema (VEBLEN, 1944).

Na concepção *vebleniana*, o sistema industrial deveria ser entendido por sua impessoalidade, existência, movimentação e evolução em conformidade com suas próprias leis e regras, sendo capaz de satisfazer as exigências e necessidades de consumo impostas pelo mercado e promover o bem-estar comum para toda a civilização.

Entretanto, é a burguesia que dispõe dos recursos e meios que movimentam a atividade produtiva na exploração da força de trabalho do proletariado. Portanto, é a *classe ociosa* quem determina as condições e a conservação de hábitos e costumes determinados simbolicamente e legalmente reconhecidos. A dominação exercida pela classe burguesa, além

²² Original na Língua Inglesa: “organization of mechanical powers and material resources, rather than of skilled craftsmen and tools” (VEBLEN, 1944, p. 52).

²³ Original na Língua Inglesa: “will work at its best only on condition that these industrial experts, production engineers, will work together” (VEBLEN, 1944, p. 53).

²⁴ Original na Língua Inglesa: “material welfare of all de civilized peoples” (VEBLEN, 1944, p. 53).

de definir e delimitar a estrutura social, também influencia e afeta o caráter individual dos membros da sociedade.

A partir do momento em que determinadas propensões são “aceitas como padrão ou como norma de vida autorizada, reagem no caráter dos membros da sociedade que os aceitaram; modelam seus hábitos mentais e exercem uma vigilância seletiva no desenvolvimento das aptidões e das inclinações do homem”. O resultado da legitimação da dominação é reiterado por meio de uma “adaptação educacional coercitiva dos hábitos dos indivíduos inaptos”, bem como, de seus descendentes. Aqueles que não se submetem aos métodos de vida impostos pelo esquema adotado são imediatamente repreendidos ou eliminados (VEBLEN, 1965, p. 198).

A emulação pecuniária e a isenção industrial, definidas por convenção da *classe ociosa* – burguesia –, são estabelecidas como regras de vida, contrárias e contraditórias ao exercício das atividades industriais por seus pares, mas não por parte do proletariado que, explorado, emprega sua força de trabalho na produção industrial para garantir a própria sobrevivência na medida em que reconhece e assimila como legítimos os ideais da classe dominante assegurando-lhe a manutenção e extensão da mais-valia, tanto por consequência quanto por necessidade de sua existência.

Colocar termo ao estado de coisas que transferiu o poder material de exploração dos trabalhadores das mãos do senhor feudal para a burguesia capitalista representava o obstáculo a ser superado pelas proposições *saintsimonianas* e *veblenianas*, para eliminar a reprodução do *status quo*. De acordo com Carlos Estevam Martins (1975, p. 65), apenas o desenvolvimento tecnológico – como acreditava Saint Simon –, por si só, não conseguiria superar a oposição de classes, uma vez que representa elemento objetivo do contexto o fato de que “os interesses constituídos dispõem de poder suficiente para controlar o processo de mudança, podendo estancá-lo ou fazê-lo retroceder caso necessário”.

Thorstein Veblen (1944, p. 167) argumentava que somente a sólida união entre o proletariado industrial e os técnicos, engenheiros e especialistas industriais poderia realizar as transformações necessárias para a construção da sociedade tecnocrática, uma vez que ambos são causa e consequência do sistema industrial, ambos produziram o sistema industrial e por ele foram produzidos.

2.3 Ciência do Homem e Novo Cristianismo

Saint Simon (1814) afirmava ser perfeitamente compreensível que a prosperidade das nações houvesse se vinculado ao esforço de guerra, sendo aceitável que a direção temporal da sociedade passasse a ficar nas mãos de um poder militar e a direção espiritual se concentrasse nas mãos de um poder teológico, uma vez que os conhecimentos particulares eram conjecturais e metafísicos.

No entanto, a partir do momento em que a civilização reconheceu, por experiência, que era possível adquirir e acumular riquezas por meio do empreendimento pacífico, mediante o desenvolvimento de trabalhos industriais, seria natural que a direção temporal da sociedade passasse às mãos da competência técnica e eficiente da classe industrial. A condução dos assuntos espirituais, por sua vez, deveria ser transferida para os cientistas (*savants*), pois somente eles detinham o conhecimento e a capacidade científica positiva. Porém, os anos iniciais do século XIX demonstraram que a disposição e as características básicas da sociedade pouco haviam mudado, visto que continuava dominada pelas concepções do liberalismo econômico que caracterizaram o século XVIII.

Segundo Saint Simon, a resposta para a questão de quem deveria governar se encontrava na própria existência do Estado, para a condução da sociedade econômica tanto do tipo militar e teológico – Império Napoleônico – em que a indústria passou a desenvolver-se, quanto na época crítica – Restauração Francesa –, prolongada pela ação e atuação dos legistas e metafísicos, a fim de assegurar a manutenção dos privilégios e defender os interesses da *classe ociosa* (burguesia).

Em qualquer etapa de seu desenvolvimento, a relação entre Estado e sociedade econômica demonstra que, em todo regime, o poder e a constituição políticos representam a expressão das manifestações próprias da condição da sociedade em seu conjunto. O Estado pode dominar artificialmente uma sociedade econômica madura para um regime industrial. Contudo, de tal dominação resulta o atraso do desenvolvimento industrial e a submissão da classe proletária à dominação da *classe ociosa*.

O Estado estava condicionado ao domínio das classes menos produtivas ou improdutivas; os legistas e metafísicos que se propunham a explorar os industriais e os produtores governando-os de forma a retirar deles o máximo proveito em benefício da *classe ociosa*. Saint Simon argumenta que o Estado configurava-se como instituição permanente da sociedade e, em muitas situações, representava um obstáculo para o desenvolvimento das

forças sociais vivas, apesar de depender de suas atividades coletivas gerais para garantir a sua existência, pois permanecia sob o sistema de governo edificado pelos legistas e metafísicos (SAINT SIMON, 1817b, p. 126, 132, 186).

Saint Simon entendia ser fundamental restringir e mesmo impedir a atuação dos legistas e metafísicos, sendo preciso apartá-los do poder político, pois, de outra forma, não seria possível construir a sociedade tecnocrática. O autor reitera que essa categoria de classe sempre foi “guiada pelo mesmo espírito de corpo”, permaneceu fiel aos seus princípios, independente das crises políticas que abalaram o mundo europeu. Lutou exaustivamente para manter-se no poder e assumiu novas roupagens adequadas às circunstâncias do momento histórico. Os legistas e metafísicos configuram-se mesmo como novos proteus, encarregados de formular e estabelecer os princípios do direito que resguardaram as vantagens da classe ou estratos dominantes em oposição aos interesses da classe pobre.

Na proposição *saintsimoniana*, a influência política dos legistas e metafísicos por sua própria condição deveria ser transitória, pois não dispunha de um planejamento organizacional voltado para a realização de transformações significativas nas condições de vida, da ampla maioria da população. Eles se mantiveram no poder e se aproveitaram do contexto histórico que se impunha ao mundo ocidental²⁵ para dominar a classe industrial.

Os legistas no contexto da Revolução Francesa por sua repercussão, influência e consequência não se opuseram à burguesia na tentativa de reorganizar o sistema feudal e teológico que havia perdido as suas forças reais. Muito pelo contrário, adaptaram-se imediatamente às novas condições político-sociais que se delineavam e apropriaram-se da organização do sistema industrial e científico, usurpando o papel que deveria ter sido assumido e desempenhado pelos industriais e cientistas, uma vez que:

[...] os nobres e seus partidários se mostravam muito ativos na política enquanto que os industriais permaneciam passivos neste aspecto e sem organização; deve concluir-se e se conclui, em efeito, que os trabalhadores, que os produtores de coisas úteis, embora muito superiores em forças físicas e morais aos nobres, legistas e metafísicos, continuam sob a sua dominação²⁶ (SAINT SIMON, 1819, p. 182).

²⁵ Colapso do feudalismo e transformações profundas no processo produtivo, desencadeadas pela Revolução Industrial.

²⁶ Original na Língua Espanhola: [...] los nobles y sus partidarios fueron muy activos en la política mientras que los industriales se mantuvo pasivos en este sentido y sin una organización; debe concluirse y concluye, en efecto, que los trabajadores, que los productores de cosas útiles, aunque muy superiores en fuerza físicas y morales a los nobles, juristas y metafísicos, aún queda bajo su dominio (SAINT SIMON, 1819, p. 182).

Reiteramos que, tanto a nobreza quanto os militares, legistas, metafísicos e rentistas integravam a *classe ociosa* no interior da sociedade. Segundo Saint Simon (1819), estes sujeitos incapazes e imorais eram responsáveis por coordenar e dirigir os proletários, capazes e virtuosos produtores industriais. A aversão e o desprezo de Saint Simon para com a classe parasita é insistentemente demonstrada, sobretudo aos legistas e metafísicos, como representação pessoal do aparelho burocrático do Estado, por sua atuação jurídica e advocatícia nos tribunais estatais, na defesa do direito baseado na tradição individualista e estadista, orientada pelo direito romano.

A repulsa *saintsimoniana* aos legistas se estende, ainda, à sua função competitiva e imoral contra toda a independência, organização e controle dos tecnocratas para a edificação de uma nova sociedade é muito maior do que o sentimento hostil expresso por Karl Marx (1980), em relação à pequena burguesia e às classes médias de seu tempo.

A proposta de substituição dos legistas e metafísicos na condução espiritual e material rumo à sociedade tecnocrática e à unidade europeia é especificada por Saint Simon em *Cartas de un Habitante de Ginebra a sus Contemporâneos (1802)*. Em substituição aos legistas e metafísicos, assumiria a organização política da sociedade um conselho composto por cientistas e artistas – três matemáticos, três físicos, três químicos, três fisiólogos, três literatos, três pintores e três músicos – eleitos pela humanidade e denominado *Conselho de Newton*. Este Conselho Central se dividiria em quatro partes: Inglaterra, França, Alemanha e Itália representadas pela mesma quantidade de cientistas e artistas.

Disciplinarmente organizados, seguiam os Conselhos de Divisão subdivididos em Conselhos de Seção. Todos os Conselhos dividiam-se em duas partes, a primeira constituída das quatro primeiras classes (matemáticos, físicos, químicos e fisiólogos) e a segunda das três últimas classes (literatos, pintores e músicos). O matemático que obtivesse o maior número de votos seria eleito o presidente de cada conselho (Principal, Divisão, Seção).

Os membros dos Conselhos nomeariam anualmente cinco representantes: a) Um Adjunto, com direito à assistência e voz deliberativa, na ausência do titular; b) Um Ministro de Culto, responsável pela condução das cerimônias, eleito pelos quinhentos associados mais fortes; c) Uma pessoa que tivesse prestado trabalhos de grande utilidade ao progresso das ciências e das artes; d) Uma pessoa que tivesse realizado aplicações úteis das ciências e das artes ao bem-estar comum; e) Uma pessoa a quem se gostasse de dar provas de afeto pessoal. Todos os homens, sem exceção, seriam obrigados a desempenhar alguma função produtiva, considerados como “operários incorporados a uma oficina, cujas atividades

teriam por finalidade aproximar a inteligência humana da Clarividência Divina²⁷” (SAINT SIMON, 1802, p. 11-14).

Segundo Saint Simon, a filosofia e a religião não se poderiam excluir, pois as duas buscavam a unidade na dispersão. A primeira com a inteligência e a segunda com o sentimento. Para conferir ao seu estudo das sociedades uma materialidade científica que culminaria na formulação da *ciência do homem* e forneceria à indústria a condição necessária para a instituição da sociedade tecnocrática, era preciso considerar as relações sociais como fenômenos fisiológicos.

Essa nova epistemologia²⁸ fundava-se na *fisiologia social* devendo ser orientada pelo método adotado por outras ciências físicas, mas de uma maneira positiva e não conjectural. A *fisiologia social* não poderia adotar o mesmo modo de exposição da física dos corpos brutos, pois o elemento de vitalidade da vida em movimento se expressa na ciência do homem que representa uma fisiologia transcendente e concentra a sua ocupação no estudo dos corpos organizados. A *fisiologia social* focaliza as suas preocupações no estudo do corpo social, uma das engrenagens componentes da sociedade.

A *fisiologia social saintsimoniana* deve ser entendida como a ciência positiva do homem e da sociedade. Seu aspecto positivo demanda a sua base de conhecimento sobre uma observação objetiva da ordem social para desvendar as funções em seu interior, tendo em vista conhecer as organizações sociais. Para Saint Simon, as instituições sociais exprimem a composição e o funcionamento específico da sociedade, que devem ser consideradas a partir de uma concepção científica para revelar as razões das transformações atuais e futuras dos processos sociais.

²⁷ Original na Língua Espanhola: “trabajadores ejercerían sus funciones en un taller, cuyas actividades existiría para aproximarse a la inteligencia humana de la Divina Clarividencia (SAINT SIMON, 1802, p. 11-14).

²⁸ As observações e/ou investigações expostas nos primeiros escritos de *Saint Simon – Cartas de un Habitante de Ginebra a sus Contemporáneos (1802), Ensayo sobre la Organización Social (1804), Lettre au Bureau de Longueurs (1808), La Historia Del Hombre (1810), Memórias acerca de la Ciencia del Hombre (1813), De la Réorganisation de la Société Européenne (1814)* – foram efetuadas no campo das ciências físicas, na biologia e na história e constituíram, de forma gradual, o que seria definida, mais tarde, como as regras do método sociológico. Completamente tomado pelas preocupações da construção da ciência social, Saint Simon não se ocupou do estabelecimento de regras prévias, como se encarregou Comte ao definir as regras do conhecimento positivo. A epistemologia da fisiologia social em Saint Simon seria constituída por inúmeras confrontações e debates com as ciências naturais, conduzida a efeito no cerne de uma história intelectual viva e mediante uma série de adesões, contradições e impugnações: primeiramente buscou na física newtoniana e, depois, na biologia os modelos teóricos necessários para construir a sua ciência, mas ambas foram insuficientes para garantir o sucesso das intenções *saintsimonianas* que passa a refletir sobre o método histórico e em particular sobre a história das civilizações e, por último, sobre a economia política – tomando em análise as obras de Jean Baptiste Say e Adam Smith, que possibilitaram a constituição de uma estrutura intelectual própria do conhecimento social (GURVITCH, 1958, p. 43).

Ao definir que a *fisiologia social* se ocuparia do estudo das organizações sociais com o objetivo de demonstrar a especificidade dos distintos sistemas sociais por meio da análise das características particulares das relações sociais, da composição das instituições e seu funcionamento interno/externo e a reciprocidade de suas relações, automaticamente Saint Simon fundava as *ciências sociais*. A consequência imediata dessa criação foi representada pela própria condenação do regime político de seu tempo e do estabelecimento dos meios materiais para promover a sua extinção. As *ciências sociais* deveriam edificar as linhas para o seu desenvolvimento pleno e instituir uma prática política capaz de empreender a construção da nova sociedade.

A *fisiologia social* não continha qualquer biologismo e se caracteriza pelo estudo do esforço humano coletivo, esforço material e espiritual, esforço de produção econômica, de criação moral e intelectual, esforço pelo qual a sociedade cria a si mesma, cria o homem, as estruturas sociais e as civilizações que lhes são próprias. Saint Simon designa a “fisiologia social – cuja denominação mais apropriada seria sociologia – como a ciência da liberdade”, ideia que se encontra contida nas obras do jovem Marx (GURVITCH, 1958, p. 43).

No processo de análise das proposições de Saint Simon em busca de uma possibilidade para retirar das mãos dos legistas e metafísicos o poder político e avançar para a edificação da nova sociedade tecnocrática coordenada pela racionalidade técnica, eficiência produtiva e promoção do bem-estar comum, observamos que sua preocupação inicial concentrava-se no caráter científico no construto de suas teses.

A partir dos escritos contidos em *Du Système Industriel (O Sistema Industrial)* e *Nuovo Cristianesimo (Novo Cristianismo)*, a ideia de uma existência divina assume primeiro plano para atribuir um significado cada vez mais relevante aos sentimentos morais. Saint Simon acredita que, sem a caridade, a filantropia e o dever recíproco, não seria possível estabelecer a nova ordem social e humana com vistas a promover o respeito humano mútuo, assegurar a valorização de uma ativa razão fraterna e demonstrar a existência de uma comunidade natural, uma substância única que torna os homens irmãos (SAINT SIMON, 1821a, 1821b e 1949).

O *Novo Cristianismo* substituiria o antigo caráter religioso cristalizado na vigência do sistema feudal por uma religião da imanência, adaptada ao regime industrial do século XIX, sob o predomínio da moral sobre o dogma e o culto, porque a religião, em todos os tipos de estruturas sociais, é necessariamente moralizante e enaltece a caridade e o

humanismo. A nova religião em Saint Simon passava a figurar logo abaixo do regime industrial, na medida em que se revelava a impotência da técnica, ante o poder político dos legistas e metafísicos associados ao poder econômico dos proprietários ociosos burgueses, para construir os fundamentos capazes de promover a organização da sociedade tecnocrática.

Na compreensão de Saint Simon (1949), o novo cristianismo seria capaz de promover a disseminação de uma moral única e específica, previamente formulada, orientada pela rigorosidade teórica das descobertas da fisiologia social, com o fim de suscitar as paixões e energias necessárias para movimentar o processo de transformações políticas e sociais, bem como para combater, de forma eficaz, as possíveis deformações que surgiriam na sociedade industrial.

Pierre Ansart (1969, p. 57-59) argumenta que o recurso da religião não afastou Saint Simon da construção de um sistema científico positivo, ordenado pelo conhecimento das sociedades, estabelecido por meio de observações históricas, econômicas e políticas, para a demonstração e explicitação do significado das necessidades presentes, resultando em um ajuste prático, capaz de dotar os homens de uma consciência clara de suas ações e realidades sociais.

De acordo com Carlos Estevam Martins (1975, p. 50), o sistema de dominação positivo *saintsimoniano* para a condução política da nova sociedade seria organizado a partir de um centro de poder idealizado sob um *Regime Parlamentar*, constituído por três câmaras especializadas em criação, avaliação e execução.

Aos cientistas, engenheiros e artistas caberia a responsabilidade pelo *Poder Criativo*, o planejamento anual das atividades a ser empreendido pela sociedade e o dever de moldar sentimentos e formar opiniões. O *Poder Avaliativo* seria de competência exclusiva dos cientistas de primeira classe que estariam incumbidos de examinar e aprovar os projetos de todas as ordens, para a sua aplicação à sociedade. Este Poder seria encarregado, também, da direção e do controle do sistema educacional. O *Poder Executivo* deveria assentar-se na racionalidade e eficiência técnica dos chefes de indústria, responsáveis pelo total controle e fiscalização do orçamento e finanças da sociedade e pela implementação dos projetos aprovados pelos cientistas do Poder Avaliativo.

Em sua busca por uma alternativa política, tendo em vista oferecer aos homens uma fórmula capaz de responder as tensões e solucionar as questões que se impunham à sociedade de seu tempo, Saint Simon não pretendeu e não se ocupou de forma efetiva da

construção de tal sistema. Ele não realizou a tarefa de escrituração da formulação da ciência que se propunha a estabelecer e que representava o objetivo da nova sociedade tecnocrática – cientistas e industriais conduzindo a sociedade visando assegurar a promoção efetiva do bem-estar comum – organizada pelo conjunto de ideias que assegurassem a sua unidade.

O autoritarismo tecnocrático *saintsimoniano*²⁹ é complementado por seu universalismo político, visto que toda sociedade, que se pretende verdadeiramente tecnocrática, não pode restringir-se aos limites territoriais de um único país. O universalismo *saintsimoniano* resultaria do trabalho efetivo, da atividade profissional, da aproximação de grupos homólogos e de trabalhadores similares em países diferentes, reunidos em associações organizadas e duradouras, mesmo com a existência de possíveis hostilidades entre as diversas nações.

De acordo com Saint Simon, essas associações se constituiriam, sucessivamente, como sociedades internacionais de cientistas, industriais e trabalhadores que se especializariam na proporção de sua multiplicação, importância e substância à civilização mundial. A tecnocracia figuraria como um fenômeno internacional em que os interesses nacionais não significam nada mais do que pretensões particularistas, destituídas de razão de ser, diante da magnitude do saber científico e industrial, fundamentais para o planejamento e desenvolvimento das forças materiais e espirituais da sociedade mundial.

A importância histórica da obra de Saint Simon está em sua apreensão como obra política e instrumento intelectual, dedicado ao estudo dos problemas e conflitos sociais, e à tentativa de construção de uma sociedade liderada e dirigida sob as racionalidades técnicas e produtivas dos cientistas e industriais.

2.4 Sistema Industrial e Soviet de Técnicos

A singularidade das teses *veblenianas* encontra-se na distinção entre o processo de secularização e o de tecnocratização da sociedade, mediante a afirmação de que a existência e a ação dos técnicos, engenheiros e especialistas industriais são imprescindíveis para o pleno funcionamento do sistema, o que não significa dizer que o poder de mando e

²⁹ “Suave é o jugo do Estado Tecnocrático Industrial”: Saint Simon não prima pela originalidade, mas pela coerência, pois não existe tema mais recorrente do que este em todas as manifestações do pensamento tecnocrático. É assim que se imagina a dominação tecnocrática: inquestionável e autoritária, por um lado; macia e imperceptível, pelo outro. Na visão tecnocrática, o mundo social não se acha estruturado em termos de forças sociais que têm objetivos conflitantes e que lutam concretamente entre si para manter ou transformar o quadro histórico que define as posições dos diversos atores e as regras do jogo político. Para o pensamento tecnocrático *saintsimoniano-vebleniano* a contradições entre classes, grupos e setores da sociedade existem antes, mas não depois de instaurada a ordem tecnocrática (MARTINS, 1975, p. 52).

direção do sistema se concentre em suas mãos, uma vez que esses profissionais “por hábito arraigado constituem uma espécie inofensiva e dócil, em geral bem alimentada e placidamente satisfeita com a marmita cheia, que os prepostos dos interesses constituídos normalmente lhes concedem³⁰” (VEBLEN, 1944, p. 135).

Para Veblen (1944, p. 135) o *staff* técnico representa o pessoal geral indispensável ao funcionamento, manutenção e desenvolvimento industrial que alimenta os interesses constituídos da burguesia, mas “não tem voz ativa no planejamento e direção do sistema industrial, exceto como empregados a soldo dos financistas³¹” e são remunerados na proporção do esforço intelectual utilizado no processo produtivo.

A crítica de Thorstein Veblen confrontava exatamente os interesses dos *proprietários absenteístas*³² e suas grandes corporações manipuladoras da opinião pública e da *inculcação ideológica*³³ para a obtenção do lucro em função da dinâmica capitalista de exploração da força de trabalho da imensa classe pobre, visando aos interesses produtivos, comerciais e econômico-financeiros em prejuízo do bem-estar geral da sociedade.

É possível verificar a existência de um caráter revolucionário nos escritos *veblenianos*, sobretudo aqueles contidos em *The Engineers and the Price System*, no qual o autor aponta a necessidade de pré-condições objetivas – expressas por Marx em *O Capital* (1867) – para a realização de uma revolução tecnocrática, definidas na seguinte ordem:

A) Estruturais: formação de um sistema industrial caracterizado pela crescente associação dos seus elementos e pelo fortalecimento do setor constituído por engenheiros, técnicos e especialistas industriais, desprovidos de motivações comerciais e capazes de operar o sistema em seus aspectos tecnológicos principais;

B) Políticas e Organizacionais: a substituição do sistema vigente, mediante a assunção ao poder de um Diretório Tecnocrático de forma pacífica, ou após uma eventual abdicação ou desapropriação dos proprietários absenteístas e dos interesses constituídos (VEBLEN, 1944, p. 37-41).

³⁰ Original na Língua Inglesa: “the technicians, the engineers and industrial experts, are a harmless and docile sort, well fed on the whole, and somewhat placidly content with the full dinner-pail which the lieutenants of the Vested Interests habitually allow them” (VEBLEN, 1944, p. 135).

³¹ Original na Língua Inglesa: “has no voice in the planning and direction of the industrial system, except as employees on the payroll of financiers” (VEBLEN 1944, p. 44).

³² *Empresários burgueses*.

³³ Controle efetivo da educação para assegurar a difusão e propagação de suas teses e garantir o processo de reprodução das desigualdades escolares e sociais.

Na ótica de Veblen, uma possível reviravolta na disposição estrutural da sociedade no primeiro quarto do século XX, com vistas à liquidação do sistema vigente e de seus proprietários absenteístas, dependia de uma mobilização e coesão inteligentes entre os vários milhares de técnicos espalhados pelo país. O autor demonstrava a sua compreensão de que os principais componentes da coalizão revolucionária estavam representados pela associação do proletariado industrial ao contingente técnico-científico, naturalmente destinado a acompanhar o sistema industrial em seus processos de evolução e expansão. A instituição da sociedade tecnocrática dependia da união dessas forças, para realizar a paralisação geral do sistema (greve geral), em momento oportuno, uma vez que:

[...] os técnicos por si sós e em poucas semanas não poderiam anular a capacidade produtiva da indústria. Entretanto, precisavam contar com a simpatia e o consentimento tolerante da população em geral respaldados pelo agressivo apoio da força de trabalho industrial. Eles serão substancialmente incapazes de construir, sobre as novas bases uma organização produtiva racionalmente tecnocrática³⁴ (VEBLEN, 1944, p. 167-168).

Veblen (1944) reitera que o proletariado sozinho também não possuía as condições objetivas necessárias para realizar tal empreendimento. Portanto, a sua coalizão com o contingente técnico-científico era imprescindível para o sucesso e efetivação da pressuposta sociedade tecnocrática.

A criação de um *soviet de técnicos*, organizado de forma prática e objetiva, para formular um plano de ação estratégico a ser empregado na racionalização dos recursos materiais, energéticos e humanos, utilizados de maneira eficaz no processo produtivo, a fim de assegurar o crescimento de sua eficiência, organização e divulgação publicitária para atingir e conquistar a simpatia e adesão da população em geral (VEBLEN, 1944, p. 139).

O cadastramento das forças industriais existentes no país, a substituição do controle comercial da economia por um modelo administrativo racional, em que os poderes e as funções de direção seriam de natureza tecnológica, visto que o seu principal objetivo era o de assegurar o bem-estar material da comunidade, por meio da organização, do controle e fiscalização eficientes do sistema industrial (VEBLEN, 1944, p. 140).

³⁴ Original na Língua Inglesa: [...] themselves alone, the technicians can, in a few weeks, effectually incapacitate the country's productive industry sufficiently for the purpose. No one who will dispassionately consider the technical character of this industrial system will fail to recognize that fact. But so long as they have not, at least, the tolerant consent of the population at large, backed by the aggressive support of the trained working force engaged in transportation and in the greater primary industries. They will be substantially unable to build on new foundations a productive organization rationally technocratic (VEBLEN, 1944, p. 167-168).

A compreensão de Thorstein Veblen sobre as condições reais e concretas de seu tempo histórico é caracterizada pela improbabilidade da abdicação dos proprietários ausenteístas ou da impossibilidade de desapropriação de bens e posição social. Ao descrever os requisitos iniciais indispensáveis para empreender o movimento revolucionário na América industrializada, o autor aponta a sua inviabilidade naquele momento, visto que não havia nenhum movimento na direção de desestabilizar a ordem vigente e derrubar os interesses constituídos que controlavam o sistema industrial no país.

Em *A Memorandum on a Practicable Soviet of Technicians*³⁵ (1900) Thorstein Veblen argumenta que não existiam quaisquer evidências históricas da tentativa de empreender uma revolução sob a liderança técnico-científica, pois os homens que compunham este *staff* eram trabalhadores “consistentemente leais aos proprietários ausenteístas e à ordem do lucro comercial³⁶”. O empreendimento de qualquer movimento neste sentido sem a existência concreta de tais requisitos seria completamente utópico (VEBLEN, 1944, p. 138).

Veblen entendia que os técnicos e engenheiros ainda não estavam preparados para instaurar o primado da razão e da técnica sobre os interesses políticos e econômicos de classes, e encontravam-se comprometidos em demasia com o sistema capitalista, do qual participavam como grupo ou categoria relativamente privilegiada. Marx (1982, p. 878) descreveria essa alienação e submissão à imposição das “eternas leis naturais³⁷ do modo capitalista de produção” em complemento ao processo de dissociação entre trabalhadores e suas condições de trabalho e o processo de subserviência ao capitalista, uma vez que “os meios sociais de produção e de subsistência se transformaram em capital, num polo”, e no polo oposto, “a massa da população se converteu em assalariados livres, em pobres e miseráveis que empregam seus esforços físicos e mentais nessa obra prima da indústria moderna”.

³⁵ *Um Memorando sobre a Prática de um Soviete de Técnicos*. In: VEBLEN, Thorstein. *The engineers and the price system*. New York: The Viking Press, 1944.

³⁶ Original na Língua Inglesa: “consistently loyal, with something more than a hired-man's loyalty to the established order of commercial profit and absentee ownership” (VEBLEN, 1944, p. 138).

³⁷ ENGELS, Friedrich. *La revolucion de la ciência de Eugênio Dühring*. Parte II: Economia Política. Capítulo IX: Leis Naturais da Economia, p. 217-218. “Lei nº. 1 - A produtividade dos meios econômicos, das riquezas naturais e da força do homem são intensificadas pelas invenções e descobrimentos; Lei nº 2 - Divisão do trabalho: a separação dos ramos profissionais e a especialização das atividades aumentam a produtividade do trabalho; Lei nº 3 - Distância e transporte são as causas principais que entram ou favorecem a cooperação das forças produtivas; Lei nº. 4 -O Estado industrial tem uma capacidade de produção incomparavelmente maior que o Estado agrícola; Lei nº. 5 - Em economia política nada acontece sem que corresponda a um interesse material.

Thorstein Veblen não deixou escapar a organização da distribuição dos poderes e das funções tecnológicas para o controle do sistema industrial, movido pelo objetivo de assegurar o bem-estar material da sociedade, por meio de uma administração eficientemente planejada para corrigir as deficiências do sistema capitalista, evitar desperdícios e duplicação dos esforços, para assegurar uma suficiente distribuição de bens e serviços para toda a população mundial.

A coordenação e o controle de tais atividades deveriam ser exercidas por um diretório central sob a forma de um *conselho executivo* tripartido, com poder em matéria de administração – engenharia de produção, sistema de comunicações e transportes, distribuição de produtos e serviços. Para garantir uma maior presteza e eficiência do *conselho executivo* no processo de tomada de decisões, a autoridade seria estruturada com vistas a maximizar a concentração e centralização do poder governamental. O número de dirigentes centrais, regionais e setoriais seria limitado, e as possíveis distorções decorrentes dessa estrutura organizacional seriam devidamente compensadas pela multiplicação de *staff* de técnicos, os quais exerceriam as mais diversas atividades de assessoria junto às autoridades executivas (VEBLEN, 1944, p. 143-144).

Os pré-requisitos ou pré-condições necessárias para a ocupação e exercício das funções de autoridade no interior da sociedade tecnocrática eram os seguintes: a) o indivíduo deveria integrar o contingente técnico-científico, condição essa que, quanto mais se aplica, maior é o poder associado a cada posição; b) o colégio eleitoral seria composto pela elite do contingente técnico-científico; c) a seleção dos governantes seria realizada pela cooptação profissional. Cada governante seria eleito pela elite do contingente técnico-científico e envolveria processos de autosseleção e autorrecrutamento por parte das eminentes personalidades tecnocráticas em função dos princípios e ideais definidos no sistema de crenças do regime (VEBLEN, 1944, p. 151-155).

Para Thorstein Veblen os valores que dariam sentido e unidade ao funcionamento da nova ordem política localizavam-se na crença do primado da razão e da técnica sobre os interesses materiais das classes, dos grupos e das instituições civis ou estatais; na necessidade de ruptura com as lealdades que implicavam a submissão e subordinação dos técnicos e engenheiros aos interesses estranhos ao mundo das ciências e da racionalidade técnica; na primazia da eficiência produtiva, utilização racional dos recursos econômicos, distribuição da produção destinada ao consumo final, valorização do ideal de serviço inerente ao exercício condigno da autoridade profissional e, finalmente, na idealização

de empreendedorismo como aventura não-lucrativa em benefício da ampla racionalização da vida econômica, política e social.

O caráter antidemocrático da nova sociedade deveria ser compensado pelo espírito de unidade que a tecnocracia imprimia ao trabalho de equipe a ser realizado pelos governantes. A sociedade tecnocrática *vebleniana* não estava voltada para a produção de mercadorias para a obtenção do lucro privado. Suas motivações encontravam-se fundadas no espírito de racionalidade e eficiência tecnológica concentrada na multiplicação dos valores utilizados em prol do bem-estar geral da sociedade. Os estímulos para a acumulação privada de riquezas a custo da comunidade deveriam ser extintos, na medida em que os bens industrialmente úteis deixassem de servir aos propósitos dos proprietários burgueses e beneficiar o proletariado (VEBLEN, 1944).

A natureza anticapitalista da sociedade tecnocrática do sociólogo estadunidense é tão sagaz, que não lhe escapou a tarefa de distinguir e definir o engenheiro como o tecnocrata em oposição ao economista. Em suas palavras, não se podia afirmar que a profissão de economista fosse constituída por homens qualificados para serem chamados de economistas de produção; por tradição e por força da pressão capitalista, os economistas haviam se dedicado efetivamente ao comércio, ao tráfego financeiro e à distribuição da renda e da propriedade, e não às atuais condições do sistema industrial, considerado em termos de meios e modos de produção de bens e serviços (VEBLEN, 1944, p. 145-148).

2.5 Educação: Fenômeno Cultural e Tradição Escolástica

As transformações estruturais que se difundiram entre a Revolução de 1789 e a Restauração dos Bourbons em 1814, delinearam as orientações do capitalismo contemporâneo. O período foi marcado pelas formulações intelectuais do Conde de Saint Simon, expressas por meio de sua compreensão do incipiente mundo capitalista, contidas na argumentação de que a política constituía a ciência da produção absorvida pela economia e como representação da condição econômica como base de sustentação das instituições políticas, “proclamando a transformação do governo político sobre os homens numa administração das coisas e na direção dos processos da produção” (MARX; ENGELS, 1961b, p. 311).

Em *De la Reorganisation de la Société Européenne (1814)*, Saint Simon afirma que a prosperidade da humanidade – por ele denominada *Idade do Ouro* – não se encontra no passado remoto e menos ainda no passado recente; a prosperidade do homem está no

futuro e repousa na perfeição da ordem que será estabelecida pela competência e eficiência da sociedade tecnocrática. O autor lamenta a impossibilidade de sua existência não alcançar o preconizado paraíso social e ressalta que os homens de seu tempo têm a responsabilidade e o dever de preparar o caminho, para que seus filhos possam chegar até ele um dia.

As pretensões *saintsimonianas* encontram seu corolário na organização de um sistema de ensino público, ligado às transformações sócio-históricas que se processavam na sociedade francesa. A educação representava importante ferramenta para a definição da reorganização da sociedade tecnocrática, orientada pela promoção do bem-estar coletivo, tendo em vista a divisão, distribuição e redistribuição das riquezas, de acordo com a capacidade produtiva de cada sujeito/trabalhador. As discussões sobre o sistema de ensino público são expostas em *Opinions Littéraires, Philosophiques et Industrielles* de 1825, obra em que encontramos também as definições de educação (*éducation*), instrução (*instruction*) e ensino (*enseignement*) e suas respectivas distinções.

O estabelecimento da sociedade tecnocrática *saintsimoniana* deveria acontecer mediante a associação dos sistemas científico, religioso, legislativo, artístico e instrucional. O aperfeiçoamento da educação constituiria grande significado para a realização do bem-estar social e, vinculada ao ensino institucionalizado, poderia possibilitar a transmissão oral de hábitos e costumes para o desenvolvimento dos sentimentos e das habilidades para ensinar o homem a fazer aplicação dos mais diversos princípios e a utilizá-los na vida cotidiana em seus aspectos individuais, familiares, profissionais e sociais.

A proposta de educação *saintsimoniana* deve ser apreendida como fenômeno cultural e social, historicamente caracterizada por seu aspecto teleológico, transmitida integralmente em sua estrutura assentada em princípios e meios disponibilizados pelo próprio contexto sociocultural. A educação defendida por Saint Simon (1825) é configurada pela ação societária sobre o sujeito, tendo em vista a sua adequação aos padrões sociais, econômicos, políticos, bem como aos demais interesses convencionados pela sociedade.

Como fato histórico, a educação em Saint Simon se realiza no tempo e deve ser apreendida como processo que se ocupa da formação da pessoa humana em sua plenitude, para integrá-la à sociedade e ao modelo social em vigência. Como fenômeno cultural, representa a busca pela transformação e superação da sociedade capitalista, imbuída do propósito de fomentar o bem-estar comum, vislumbrando a difusão e transmissão da cultura de um contexto sócio-histórico em sua concepção global.

Saint Simon (1825) argumentava que a instrução do sujeito não se encontrava invariavelmente vinculada à educação ou dela se apartava completamente. Para ele, a instrução não é inerente à educação e pode perfeitamente desenvolvê-la, pois de outro modo não existiriam pessoas sem instrução (analfabetas) e bem educadas ou pessoas muito bem instruídas, altamente especializadas, mas mal educadas.

A definição de instrução de Saint Simon deveria ser apreendida como expressão e assimilação de conhecimentos e habilidades caracterizados pelo grau do desenvolvimento intelectual e capacidades inventivas da pessoa humana, considerando sua participação nos campos econômico, social, cultural e político visando sempre o exercício de suas atividades laborais.

O ensino, por sua vez, deveria ser entendido como processo de transmissão e apropriação do sistema de conhecimentos e capacidades duradouras aplicáveis como meio de treinamento contínuo para desenvolver e apurar as habilidades individuais. O ensino deveria constituir uma atividade direcionada pelos professores à formação qualificada ou especializada dos homens (aprendizes/alunos), consubstanciado na educação, na instrução e no treinamento profissional como formas concretas de manifestação da realidade objetiva que conduzem à formação qualificada do sujeito (SAINT SIMON, 1825).

Em síntese:

1) A instrução deveria ser entendida como manifestação do ensino que constitui uma ação direta para estimular o desenvolvimento intelectual, inventivo e criativo do homem, fundamentados por conhecimentos e habilidades que devem prepará-lo para a realização das atividades sociais, culturais, econômicas e políticas;

2) “A educação poderia ser considerada como ensinamento contínuo indispensavelmente necessário para a manutenção das relações entre os membros que compõem a sociedade do conhecimento³⁸”, concentrando os seus esforços na formação do sujeito, na construção de sua personalidade e caráter (SAINT SIMON, 1825, p. 102);

3) O ensino deveria assentar-se no processo de otimização da aprendizagem, auxiliando e incidindo em tal formação. A instrução se configuraria como meio de expressão e manifestação do ensino, centrada no conhecimento e em saberes da realidade objetiva e

³⁸ Original na Língua francesa: “L’education peut être considérée comme étant l’enseignement continu des connaissances indispensablement nécessaires à l’entretien des relations établies entre les membres qui composent la société” (SAINT SIMON, 1825, p. 102).

subjetiva, fundamentais para complementar o treinamento e a formação qualificada do homem.

Saint Simon (1825) argumentava, ainda, que a instrução de forma isolada não era suficiente para preparar o sujeito para enfrentar a vida em sua concretude, pois, somente associada à educação reuniria os elementos para contemplar os princípios morais, os sentimentos individuais e coletivos para a inserção social e para o desempenho das atividades profissionais.

Na apreensão *saintsimoniana*, apenas a interação das relações sociais constitui a educação em sua essência, fundamental à constituição do homem como ser, e da sociedade como espaço da ocorrência de experiências individuais e coletivas, vivenciadas no passado e no presente, resultando em conhecimentos construídos e transmitidos às novas gerações para a edificação da sociedade tecnocrática.

A necessidade de uma organização harmoniosa para o estabelecimento da nova sociedade tecnocrática é caracterizada por Saint Simon na obra *Catéchisme des Industriels* (1823), por meio de um alinhamento rigoroso entre o sistema público de ensino e os sistemas científico, religioso, legislativo e social. Para realizar a organização e sistematização de tal imbricação, um *troisième cahier* (terceiro caderno) deveria ser incorporado aos primeiros escritos do *Catéchisme*, concentrando as definições, tanto do sistema de ensino quanto do sistema científico: “confiamos a execução deste importante trabalho que criamos as bases, ao nosso aluno Augusto Comte, que apresentará o sistema industrial a priori, à medida que continuamos a construir o catecismo para ser exposto futuramente³⁹” (SAINT SIMON, 1823, p. 56).

O discípulo Augusto Comte desconsiderou as orientações do mestre, transformando o *Troisième Cahier du Catéchisme des Industriels*⁴⁰ em uma publicação individual, sob o título *Perspectives du Système de Politique Positive*⁴¹, levando o próprio Saint Simon a elaborar as considerações sobre o sistema público de ensino, privilegiando inicialmente o proletariado com a educação, em detrimento da instrução:

³⁹ Original na Língua Francesa: “confier ce travail important, nous créons la base pour soutenir nos étudiants Auguste Comte, qui présenteront les systèmes industriels, a priori, que nous continuons à construire le catéchisme d'être exposé à l'avenir” (SAINT SIMON, 1823, p. 56).

⁴⁰ *Terceiro Caderno do Catecismo dos Industriais.*

⁴¹ *Perspectivas do Sistema de Política Positiva.*

[...] o desenvolvimento da educação propriamente dito é mais importante para o crescimento do bem-estar social do que o desenvolvimento da instrução em si. É a educação em si, que forma os hábitos, que desenvolve os sentimentos, que desperta a capacidade de previsão; ensina cada um a fazer aplicação dos princípios e a utilizá-los como guias corretos para dirigir a conduta de cada pessoa. A educação pode ser vista como conhecimento continuado, indispensavelmente necessário para a manutenção das relações entre os membros da sociedade⁴² (SAINT SIMON, 1825, p. 102).

Saint Simon (1825) reitera que apenas a aplicação da instrução à pessoa (criança, jovem ou adulto) de forma isolada não seria suficiente para prepará-la para enfrentar a realidade da vida em realidade, pois somente a educação reunia as condições para contemplar os princípios morais, os sentimentos individuais e coletivos do homem, a preparação profissional, bem como a inserção e o convívio em sociedade.

O autor nos convida a entrar num contexto hipotético e imaginar que crianças foram sistematicamente instruídas e completamente privadas de educação – da família, dos amigos, dos vizinhos, das relações sociais em si. Ele nos pede para reconhecer, por um breve momento, a existência de uma instituição de ensino em que as crianças frequentam os melhores cursos, têm os melhores professores em todas as disciplinas e gêneros. Durante as aulas essas crianças não podem e nem devem comunicar-se umas com as outras ou com o próprio professor, sobre qualquer coisa além das questões pertinentes ao conteúdo estudado. Nos intervalos das aulas, ficam separadas e permanecem completamente isoladas, para preservar a concentração e evitar qualquer tipo de distração.

Em tal contexto, “essas crianças são completamente privadas de educação. O que lhes aconteceria ao término do período de instrução formal? O que se tornariam ao entrar no mundo?⁴³”. Provavelmente seriam incapazes de identificar ou reconhecer a existência e utilidade dos mais singelos princípios sociais para se viver bem. Elas não teriam qualquer conhecimento ou experiência sobre as relações em sociedade e precisariam de muito auxílio para percorrer um longo caminho para aprender a sentir, para aprender a fazer, para estar em condições de ocupar uma função social determinada (SAINT SIMON, 1825, p. 102-103).

⁴² Original na Língua Francesa: [...] le perfectionnement de la education proprement dite est plus important pour l'accroissement du bien-être social que celui de l'instruction. C'est l'education proprement dite qui forme les habitudes, que développe les sentiments, qui épanouit la capacité en prévoyance générale; c'est elle qui apprend à chacun à faire application des principes et a s'en servir comme de guides certains pour diriger as conduite. L'éducation peut être considerée comme étant l'enseignement continu des connaissances indispensablement nécessaires à l'entretien des relations établies entre les membres qui composed la société (SAINT SIMON, 1825, p. 102).

⁴³ Original na Língua Francesa: “ces enfants seraient par consèquent entièrement privés d'education Que leur arriverait-it quand leurs études seraient terminées? Que deviendraient-ils en entrant dans le monde?” (SAINT SIMON, 1825, p. 103).

A essência da concepção de educação em Saint Simon é constituída pelas interações e relações sociais e são fundamentais para a própria constituição do indivíduo como pessoa humana e da constituição da própria sociedade em si e para si, visto que configura o espaço de ocorrência das experiências, individuais e coletivas da humanidade, vivenciadas no presente, decorrentes do acúmulo de conhecimentos adquiridos no passado, transmitidos às novas gerações para a edificação da sociedade do futuro.

Na concepção *saintsimoniana*, o papel desempenhado pelas instituições sociais como a família e a escola, no processo de formação em que a criança recebe informações triviais sobre os precedentes históricos da vida em sociedade, consubstanciam tanto os familiares (pais) como os supervisores de instrução em verdadeiros professores de toda pessoa humana. O ensino de hábitos e costumes, de princípios éticos e morais da vida cotidiana, promovem o desenvolvimento da inteligência das crianças, aproximando-as da aprendizagem dos conhecimentos mais abstratos (SAINT SIMON, 1825).

É possível observar em mais uma oportunidade, a recorrência nas argumentações de Saint Simon sobre o valor e a prioridade atribuídos à educação para a classe pobre:

[...] embora o proletariado francês não saiba ler, nem escrever, recebeu de seus pais uma boa educação, adquiriu uma capacidade bem maior do que aquela que pode ser encontrada na faculdade de ler e escrever; ele é capaz de bem administrar uma propriedade; aqueles que estão ligados à cultura são capazes de dirigir os trabalhos desse tipo; o mesmo se dá com aqueles comprometidos com as artes e ofícios; enquanto que aos nobres alfabetizados, não se pode confiar o cultivo de qualquer propriedade. Certamente os seus instrumentos e a cultura agrícola serão vendidos por alguns goles de conhaque⁴⁴ (SAINT SIMON, 1825, p. 104-105).

Chamamos a atenção para a maneira com que Saint Simon expressa o antagonismo de classes existente na sociedade francesa dos séculos XVIII e XIX ao demonstrar que o golpe de misericórdia lançado sobre o feudalismo não significou outra coisa senão a transferência de posse da exploração exercida sobre a massa trabalhadora, do senhor feudal para burguesia, construindo as condições econômicas, políticas e sociais objetivas,

⁴⁴ Original na Língua Francesa: [...] ces prolétaires français, quoiqu'ils ne sachent ni lire ni écrire, auront acquis, par l'éducation qu'ils ont reçue de leurs parents, une capacité bien plus grande que celle que peut procurer la faculté de lire et d'écrire; ils sont en état de bien administrer une propriété; ceux qui sont attachés à la culture sont capables de diriger les travaux de ce genre; il en est de même pour ceux qui sont attachés à des travaux d'arts et métiers, tandis que les nobles, à qui on aura enseigné la lecture et l'écriture, n'auront reçu de leurs parents qu'une éducation semblable à celle que ceux-ci avaient reçue eux-mêmes, c'est-à-dire une éducation très mauvaise; et si vous essayez de confier l'administration d'une propriété quelconque à ces nobles, sachant lire et écrire, vous verrez ces propriétés dépérir dans leurs mains. Les instruments de culture ou d'ateliers, les grains de semence ou les matières premières seront vendus par de l'eau de vie (SAINT SIMON, 1825, p. 104-105).

ordenadas por meio da racionalidade e eficiência da indústria, para o possível estabelecimento da sociedade tecnocrática. A recém-nascida sociedade capitalista ainda não havia alcançado:

[...] o elevado grau de civilização que a última classe da nação francesa atingiu, ainda não consegue apreciar o verdadeiro valor de uma evolução positiva em inteligência, sofrido pela classe proletária. Proletários que ganharam clarividência e tornaram-se mestres de suas paixões e de seus desejos mais naturais, capazes de suportar a fome ao lado da semente de trigo. Isso é especialmente superior em civilização, a classe mais numerosa das mais numerosas classes de outras classes, a classe pobre, tem precedência sobre a minoria dos demais conjuntos mais ricos, e essa superioridade é, sem dúvida, tudo o que há de mais positivo [...] esses sentimentos de animação motivam os proletários a desfrutar das primeiras circunstâncias que possam surgir para iniciar a guerra dos pobres contra os ricos, enquanto o proletariado francês tem apego e carinho para o rico industrial⁴⁵ (SAINT SIMON, 1825, p. 105-106).

Apesar das limitações determinadas por Saint Simon acerca da instrução do proletariado, na medida em que enaltece a educação em prejuízo da instrução, ele reconhece a necessidade e a importância de promover e realizar o processo de instrução da classe trabalhadora, por meio da implementação do sistema público de ensino, tendo em vista acompanhar e, por sua vez, assegurar o desenvolvimento produtivo da indústria em prol do bem comum. Portanto, a criação e manutenção de um sistema público de ensino conveniente para o proletariado eram imprescindíveis.

De acordo com análises *saintsimonianas*, a eliminação de gastos desnecessários e improdutivos do governo francês com funcionários ociosos seria suficiente para a instituição do ensino público. Apenas a “décima parte do que custava a manutenção dos inúteis *staffs* de todos os setores da administração seriam suficientes para cobrir as despesas com a educação num período de dez anos para que todo o proletariado francês aprendesse a ler, a escrever e a contar⁴⁶” e, além de ler e escrever, aprenderia, ainda, “noções

⁴⁵ Original na Língua Francesa: [...] le haut degré de civilisation auquel la dernière classe de la nation française est parvenue; on n'a point encore apprécié à sa juste valeur le perfectionnement positif en intelligence qu'a subi la classe des prolétaires. Ils ont acquis une si grande prévoyance, ils se sont rendus tellement maîtres de leurs passions et de leurs désirs les plus naturels, qu'ils sont es que tous capables de supporter la faim à côté du blé de semence. C'est surtout par la supériorité, en civilisation, de la classe la plus nombreuse sur les classes les plus nombreuses des autres classes, que la classe pauvre prime sur la minorité riche tous les autres, et cette supériorité est incontestablement celle de toutes qui est la plus positive [...]aux prolétaires on trouvera ces derniers animés de sentiments qui les poussent à profiter des premières circonstances qui peuvent se présenter, pour commencer la guerre des pauvres contre les riches, tandis que les prolétaires français manifestement en général de l'attachement et de la bienveillance pour les industriels opulents (SAINT SIMON, 1825, p. 105-106).

⁴⁶ Original na Língua Francesa: “la dixième partie de ce que coutent les places inutiles dans les états-majors de tous les branches de l'administration suffirait pour apprendre en dix annés à lire, à écrire et à compter à tous les prolétaires de France” (SAINT SIMON, 1825, p. 105-106).

básicas de desenho, um pouco de música e de belas artes, como forma de estimular o bem comum⁴⁷” (SAINT SIMON, 1825, p. 106-107).

Segundo Saint Simon (1821a, p. 266-267) era preciso adequar a instrução, de modo a associá-la às atividades laborais cotidianas do proletariado, pois a “instrução que os pobres mais necessitavam era aquela que realmente os tornariam mais capazes e eficientes na realização de tarefas diárias que lhe eram cobradas⁴⁸”. As pessoas precisavam aprender também um pouco de geometria, física, química e higiene, pois constituem conhecimentos fundamentais e significativamente úteis para a vida cotidiana.

No entendimento *saintsimoniano* os únicos homens em condições de assumir, organizar e administrar um bom sistema de ensino seriam aqueles que professavam as ciências físicas e matemáticas, capazes de realizar a importante tarefa de aperfeiçoar a inteligência individual e coletiva dos membros da sociedade. O modelo de ensino a ser adotado se pautaria na aprendizagem mútua das pessoas, visto que associaria educação à instrução e proporcionaria uma aprendizagem mais rápida a todos os envolvidos no processo, assegurando maior uniformidade da doutrina/ensinamento.

Essas proposições emergiam numa França de grande agitação política em que as discussões sobre a liberdade movimentavam os ânimos, especialmente da classe média e relegavam, na mesma medida, os direitos da classe pobre de acessar o ensino, imprescindível para que as massas populacionais pudessem conscientizar-se de suas realidades e, associadas às necessidades do sistema industrial, afastarem-se da retrógrada instrução do clero.

Saint Simon foi duramente criticado por afirmar que a estrutura de ensino implantada pelo Governo Imperial da França representava um verdadeiro retrocesso em direção ao passado feudal, visto que desvalorizava e desconsiderava todo o trabalho realizado por Antoine de Condorcet⁴⁹, com a apresentação à Assembleia Nacional em nome do Comitê

⁴⁷ Original na Língua Francesa: “bases du dessin, un peu de musique et se servir des beaux-art comme d’un moyen de les passionner le bien public” (SAINT SIMON, 1825, p. 107).

⁴⁸ Original na Língua Francesa: “instruction que les pauvres avaient le plus besoin était celui qui ferait réellement plus capable et efficace dans l’accomplissement de tâches quotidiennes que vous étiez charge” (SAINT SIMON, 1821a, p. 266-267).

⁴⁹ Jean Antoine Nicolas de Caritat Condorcet (Ribemont, 1743 – Burg la Reine, 1794) filho mais velho de uma família nobre, matemático em formação primeira, filósofo, e político por ocupação, autor de alguns tratados técnicos, colaborou com a elaboração da Enciclopédia, participando de um pequeno grupo de intelectuais franceses que popularizaram a ilustração (imprensa). Apesar de ter ocupado o cargo de inspetor geral da Real Casa da Moeda, apoiou e atuou na Revolução Burguesa de 1789 se tornando Ministro da Assembléia Nacional Legislativa. Defendeu e formulou a reforma da educação, elaborando um plano para o financiamento das escolas públicas e apoiou a instituição da República na França.

de Instrução Pública do *Relatório e Projeto de Decreto sobre a Organização Geral da Instrução Pública (1792)*⁵⁰.

Nos escritos intitulados *Des Bourbons et des Stuarts*, publicados em janeiro de 1822, Saint Simon reitera a crítica ao governo francês, afirmando que o Ministério Villèle⁵¹ não se havia preocupado com o ensino público, não havia lhe atribuído a devida importância. A prática demonstrava que tal esforço caminhava em direção “contrária a todos os esforços para manter sob o jugo da superstição, colocando os desígnios da educação pública nas mãos do clero⁵²”. Afirmava Saint Simon (1822, p. 4-5), tais “homens não são os mais capazes a quem se possa confiar a administração dos assuntos públicos⁵³”; deveras, não podemos esquecer a representação de seu título primeiro, na zeladoria e defensoria do Antigo Regime.

Na apreensão *saintsimoniana*, a garantia da felicidade moral e social da população francesa dependia de um ensino público para a infância, para a juventude e para o povo em sua totalidade. Uma educação assentada na racionalidade e competência de homens cujos conhecimentos positivos eram extremamente úteis (estudiosos, intelectuais, cientistas). A inquietação de Saint Simon se estendia aos quatro cantos, expressando a transparência e veemência de suas críticas:

[...] é inconcebível que pessoas retrógradas possam ser encarregadas da condução de pessoas esclarecidas; pois a primeira condição para controlar a crença nos preceitos é a consciência interior, tanto daquele que a recebe quanto da grande superioridade da luz daquele que a transmite. Outra condição cuja necessidade é ainda mais evidente é a moralidade contida no corpo que ensina; o clero há muito deixou de influenciar essa segunda relação, e a primeira a abandonar o caráter cristão para assumir o caráter retrógrado [...] a educação nacional deve ser restaurada hoje, sendo colocada integralmente nas mãos dos cientistas, sob uma perspectiva inteiramente renovada. O Ministério Villèle poderia cobrir-se agora de toda a glória colocando em atividade essa nobre e bela empresa, a única provavelmente não efêmera; no entanto, prefere ridiculamente fugir da tarefa, concentrando-se mais uma vez em

Fonte: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/res01_38.pdf.

⁵⁰ Consultar: CONDORCET, Jean Antoine Nicolas de Caritat. *Cinco memórias sobre a instrução pública*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

⁵¹ Jean Baptiste Guillaume Joseph Marie Anne Seraphin – Conde de Villèle (Toulouse, 1773-1854): ocupou o cargo de Primeiro Ministro da França no interregno de 14 de dezembro de 1821 a 4 de janeiro de 1828. Fonte: http://librairie.immateriel.fr/fr/read_book/9782110948076/body-898-9.

⁵² Original na Língua Francesa: “il fait au contraire tous ses efforts pour le retenir sous le joug de la superstition, en plaçant la direction de l'éducation publique dans mains du clergé” (SAINT SIMON, 1822, p. 4).

⁵³ Original na Língua Francesa: “ce ne sont point les hommes les plus capables qu'il choisit pour leur confier la direction de affaires publiques” (SAINT SIMON, 1822, p. 5).

restabelecer um plano de instrução elaborado para o século XIV em proveito dos tonsurados⁵⁴ (SAINT SIMON, 1821b, p. 81-82).

As propostas de Saint Simon para a instrução do proletariado francês partiam da possibilidade de criação e oferta de uma educação popular alinhada com as transformações do sistema produtivo, com o propósito de desenvolver uma relativa consciência da classe proletária sobre a importância de suas atividades como classe trabalhadora. Como peça fundamental para atingir a segunda fase de desenvolvimento do binômio educação-instrução, associada à evolução da indústria em sua fundamentação técnica e científica era preciso conquistar habilidades e competências fundamentais para a assunção à administração das coisas, tendo em vista a geração de riquezas e a consequente promoção do bem-estar da coletividade.

Considerando as relações sociais como elementos de aproximação e união entre os membros da mesma sociedade que possuem anseios, desejos, princípios e conhecimentos em comum, é possível entender que tais similaridades existem em decorrência do ensino (educação-instrução) empregado à sociedade, de acordo com a concepção *saintsimoniana*. Para Saint Simon (1821b, p. 105) o ensino público constitui, antes de qualquer outra forma, a responsabilidade e o dever do Estado de garantir o acesso e a permanência do sujeito na instituição de ensino, assegurando o seu desenvolvimento pleno e atendendo também às necessidades requeridas pelo próprio desenvolvimento econômico do sistema.

Saint Simon ressalta, ainda, a importância e a valorização do esforço autônomo e imanente do homem que se realiza e se faz claramente perceptível por meio de uma ação coletiva, na qual se localiza a criação individual, consubstanciada na educação-instrução, como a direção para uma sociedade mais justa. O desenvolvimento do ensino como ciência encontra-se vinculado ao desenvolvimento da sociedade, na plenitude de suas manifestações.

⁵⁴ Original na Língua Francesa: [...] il est inconcevable que des gens arriérés peuvent se voir confier la conduite des gens éclairés, pour la première condition à la croyance de commande dans les préceptes est la conscience intérieure, tant du receveur que l'immense supériorité de la lumière qui passe. Une autre condition qui est d'autant plus évident est la morale contenue dans le corps qu'ils enseignent et le clergé, ont depuis longtemps cessé d'influencer cette deuxième relation, ainsi que la première, à renoncer au caractère chrétien d'assumer le caractère rétrograde [...] l'éducation nationale doit être reconstituée aujourd'hui, étant placé entièrement dans les mains des savants, dans une perspective entièrement rénové. Le ministère Villèle pourrait couvrir jusqu'à maintenant toute la gloire en mettant en activité noble et magnifique entreprise, le seul de nature à ne pas éphémère, cependant, préfère ridiculement shirk la tâche, en se concentrant encore restaurer le plan déclaration préparée pour la quatorzième siècle en faveur de tonsure (SAINT SIMON, 1821b, p. 81-82).

Do mesmo modo, o desenvolvimento da sociedade encontra-se imbricado ao desenvolvimento da ciência, apreendida em âmbito geral na sua fundamentação teórica, traduzida à luz do campo da educação como consequência do esforço coletivo da atividade humana imanente que o produz. A unidade da educação-instrução deve ser entendida tanto como atividade material quanto como atividade espiritual que se manifesta igualmente na produção econômica, na indústria, nas tensões, conflitos, lutas e organizações sociais.

Neste sentido, não existe, para Saint Simon, a possibilidade de admitir a unidade da educação (ciência geral ou filosofia), sem estabelecer um vínculo umbilical com a sociedade da qual emana; sem analisar seus processos ou determinar sua posição na atividade global dessa sociedade. Do mesmo modo, expressa a necessidade em definir e explicitar o papel a ser desempenhado por cada indivíduo ou grupo de indivíduos em seu interior.

Na concepção *saintsimoniana* a função social da educação localiza-se no nível de conhecimento acumulado e no grau de importância da função desempenhada por seus representantes. Por exemplo, os estudiosos são superiores aos demais homens, pura e simplesmente porque as suas capacidades intelectuais e racionais lhes permitem realizar previsões, e somente o progresso da ciência configura o principal interesse comum da humanidade. Portanto, somente a esse seletivo grupo deverá ser concedida a direção da sociedade tecnocrática, representada por meio dos Conselhos de Newton, mais especificamente, “o Conselho de Administração de Newton que coordenará todas as atividades da nova sociedade⁵⁵” (SAINT SIMON, 1802, p. 11-15).

Saint Simon (1825) argumenta que as atividades práticas deveriam ser precedidas de educação e instrução para a edificação da nova sociedade tecnocrática, visto que as atividades laborais do operário, do industrial, do fazendeiro e do comerciante são essenciais para transpor o sistema capitalista vigente em sua época, e em direção a uma distribuição de riquezas e de oportunidades mais justa e igualitária entre os indivíduos, tendo em vista assegurar o bem comum de toda a população, respeitando-se as posições previamente definidas no Conselho de Newton.

Parte da utopia das teses *saintsimonianas* pode ser encontrada nas argumentações de que os cientistas e intelectuais, naturais das classes abastadas, abdicariam – como o próprio Saint Simon abicou – de suas posições socioeconômicas e políticas, de seus

⁵⁵ Original na Língua Espanhola: “el Consejo de Administración de Newton dirigirá todas las actividades de la nueva sociedad” (SAINT SIMON, 1802, p. 11-15).

bens materiais e intelectuais e transfeririam para o povo tudo e todo o conhecimento que adquiriram e acumularam ao longo de anos, décadas, séculos, milênios. A desmedida crença *saintsimoniana* pressupunha uma ação filantrópica generalizada das elites francesas para a partilha de todo o seu capital com a classe proletária, por sua finalidade e sua capacidade produtiva, orientada pela premissa cristã de que “*todo ser humano deve amar ao seu próximo como a si mesmo*”.

Entretanto, a filosofia e a ciência em suas essências e significados não poderiam ou não deveriam ser ensinadas e obedecer aos mesmos princípios para burgueses e proletários, mesmo considerando que, na sociedade tecnocrática, existiria apenas uma classe social: a industrial. Saint Simon especifica e distingue claramente as categorias contidas no interior da classe industrial, aponta os seus valores na estrutura organizacional administrativa: os *savants* (cientistas e intelectuais) e os proprietários industriais ocupariam o topo da pirâmide, apesar do reiterado discurso do desprezo à origem, tanto em materialidade quanto em espiritualidade dos novos ricos, e da herança aristocrática dos reis e príncipes assentada no direito divino. A nova sociedade deveria estar baseada no princípio de igualdade e excluir todos os tipos de privilégios.

Dentre as atribuições dos Conselhos do Conselho de Newton encontrava-se a incumbência de avaliar a capacidade intelectual das pessoas. Aqueles sujeitos considerados menos capazes não teriam acesso direto ao aprendizado das verdades científicas, somente tomariam parte desse conhecimento nos cultos e rituais definidos pelo Novo Cristianismo⁵⁶.

A Academia de Belas Artes com base num código de sentimentos morais substituto dos preceitos e dogmas religiosos da Igreja Católica se responsabilizaria pela difusão da nova religião. A elite seria educada e instruída na Academia de Ciências, orientada por um código de interesses sociais. A filosofia e a ciência seriam integralmente ensinadas, em virtude das posses e da pressuposta capacidade elevada de aprender da classe abastada.

De acordo com as especificações de Saint Simon, as duas Academias deveriam atuar conjuntamente, com o propósito de instituir o sistema público de ensino, tendo em vista a formação de uma coesa força orientadora para o estabelecimento e sucesso da sociedade tecnocrática, assentada na unidade social. Primeiramente, seria realizada a formação e, em seguida, o aperfeiçoamento da classe proletária, pois os códigos serviriam de base para a instrução da sociedade.

⁵⁶ Consultar: SAINT SIMON, Henri Comte de. *Nuovo Cristianesimo*. Milano: Universale Economica, 1949.

Saint Simon justificava a proposição da existência dos dois tipos de instrução em virtude das condições e circunstâncias. Alegava que era perfeitamente compreensível que “os ricos desfrutarão da vantagem de poder dedicar mais tempo e recursos à sua educação, na qual, o código geral de interesses que lhes é ensinado tem maior proveito do que aos pobres⁵⁷”, mas seria preciso concentrar as preocupações e esforços para “proporcionar à classe pobre uma educação que lhe permita mover-se para frente, de modo que os ricos não possam abusar da sua posição de superioridade e conhecimento⁵⁸” (SAINT SIMON, 1823, p. 201).

A proposta política do intelectual francês para a materialização do sistema público de ensino contida no *Quarto Caderno do Catecismo dos Industriais (1823)*, especificava a necessidade do Monarca Luís XVIII⁵⁹ disponibilizar e:

[...] expor aos industriais os métodos que devem ser usados para que Sua Majestade queira confiar o mais importante deles o cuidado em realizar o projeto de orçamento público; indicar aos cientistas a maneira pela qual seriam escolhidos e encarregados entre os seus pares os mais capazes o cuidado de dirigir a educação pública e os demais interesses morais da sociedade⁶⁰ (SAINT SIMON, 1823, p. 197).

Essas especificações são evidenciadas na estrutura organizacional da administração para a nova sociedade, denominada por Saint Simon de *Parlamento Industrial*⁶¹, disposto na seguinte conformidade:

A) Câmara de Inversão: composta por duzentos engenheiros, cinquenta poetas e literatos, vinte e cinco pintores, quinze escultores e dez músicos. Essa Câmara seria

⁵⁷ Original na Língua Francesa: “les riches vont profiter de l'occasion de passer plus de temps et de ressources pour leur éducation, par conséquent, le code général des intérêts qu'elles soient enseignées aura plus d'avantage que pour les pauvres” (SAINT SIMON, 1823, p. 201).

⁵⁸ Original na Língua Francesa: “assurer l'instruction de classe prolétarienne qui lui permettra d'aller de l'avant, de sorte que les riches ne peuvent pas abuser de sa position de supériorité et de leur connaissance” (SAINT SIMON, 1823, p. 201).

⁵⁹ Luís Estanislau Xavier de Bourbon (Paris, 1755-1824): neto do Rei Luís XV, irmão de Luís XVI e tio de Luís XVII, recebeu o título de Duque de Anjou e de Conde de Provença ainda muito jovem; casou-se com Maria Josefina Luísa de Savóia e assumiu o trono francês em 1814 sob o título de Luís XVIII após a queda de Napoleão Bonaparte, Restaurando a Casa de Bourbon na França. Fonte: <http://www.france.fr/pt/biographie/luis-xviii-1755-1824>.

⁶⁰ Original na Língua Francesa: [...] exposés à des méthodes industrielles qui doivent être utilisées pour Sa Majesté veut faire confiance et le plus important d'entre eux le soin dans l'exécution du projet de budget du public; savants pour indiquer la manière dont serait choisi par Sa Majesté et les parents auprès de leurs pairs le plus capable pour le soin de diriger l'éducation du public et d'autres intérêts moraux de la société (SAINT SIMON, 1823, p. 197).

⁶¹ Consultar: SAINT SIMON, Henri Comte de. *Cartas de un Habitante de Ginebra a sus Contemporâneos*. 1802.

responsável pela apresentação de projetos de obras públicas, pela organização de festas públicas da esperança e da lembrança e para melhorar o destino do povo;

B) Câmara de Exame: constituída por cem físicos dos corpos brutos, cem físicos dos corpos organizados e cem matemáticos se encarregariam de examinar os projetos da Câmara de Inversão, elaborar o Projeto de Ensino Público e organizar as festas públicas em geral;

C) Câmara de Execução: representada pelos melhores proprietários industriais, sendo o número de membros proporcional à população do distrito. Essa Câmara Distrital seria responsável pela execução dos projetos elaborados pelas duas primeiras Câmaras.

Saint Simon (1823) exaltava o valor social das atividades econômicas patrocinadas pelo proprietário industrial (burguês), ao considerar a sua capacidade racional e sua racionalidade, a sua competência e eficiência na condução de seus negócios particulares (empresas) – razões que o qualificavam para assumir a administração da coisa pública. O autor também reconhecia a existência de tensões e conflitos entre os proprietários (burgueses) e os não proprietários (proletários) dos meios de produção. Entre os chefes dos trabalhos industriais e os executores dos trabalhos industriais e entre estes e os *savants*.

Na utópica e conflitante apreensão *saintsimoniana*, essas oposições e divergências de interesses se resolveriam de forma espontânea, por meio de ações conciliadoras e, ao mesmo tempo, acreditava que a existência do egoísmo e da ânsia pelo acúmulo de riquezas dos ricos poderia dificultar a organização da sociedade tecnocrática em sua unidade, a mesma que deveria primar por uma nova socialização do homem, fundamentada na solidariedade inovadora e nas relações produtivas.

Saint Simon preocupou-se demais com a valorização das atividades práticas como instrumento imprescindível para a promoção da melhoria da qualidade de vida do proletariado. Parece não ter se ocupado da distinção entre as profissões que exigem uma concentração mais efetiva em atividades práticas, essencialmente manuais, daquelas outras, altamente especializadas e restritas à classe dominante. Parece ter reduzido as atividades naturais do espírito humano a atitudes puramente teóricas, em sua razão prática.

O autor argumentava que era preciso fazer frente ao fundamento de atividade plena e total que abrangia a luta cotidiana do ser humano em materialidade e espírito, em sua produção material e afetiva que se manifesta por meio dos princípios morais. As grandes revoluções científicas resultam da genialidade e das formulações morais em que as lutas

cotidianas se relacionam com a produção material da sociedade, sendo indissociável a equação intelectualidade e conhecimento. Saint Simon admitia que o ensino público inserido num contexto social determinado poderia remeter a sua essência à função política definida pela apropriação de um conjunto de métodos e conteúdos específicos, tendo em vista assegurar a difusão e legitimação ideológica das elites dominantes.

Nos Estados Unidos da América (EUA) a educação seguiu, basicamente, as mesmas especificações francesas, em função da posição e imposição das exigências burguesas, no processo de desenvolvimento capitalista – no contexto da transposição do século XIX para o século XX. A concentração das preocupações sobre o ensino das massas ocupou o nível primário e o aperfeiçoamento técnico para atender as necessidades da indústria, do comércio, da agricultura e dos demais segmentos do campo econômico em acelerado crescimento.

Thorstein Veblen, em sua obra *A Teoria da Classe Ociosa* (1965), publicada originalmente em 1899, argumentava que a fundação e sustentação do ensino por meio da ação das instituições religiosas em solo estadunidense resultaram da preservação da transmissão de hábitos e costumes intelectuais que, reinventados, migraram da nobreza para a burguesia, tendo sido estabelecidos pela definição e incorporação de uma disciplina escolástica, adaptada ao contexto social e econômico em permanente transformação. Esses hábitos e costumes foram determinados pela orientação de professores formados em tal disciplina e possuíam um valor econômico de elevada importância, considerado na representação da utilidade e capacidade do sujeito para a sociedade.

As características dos esquemas educacionais fundados nos Estados Unidos decorreram das preferências da classe dominante – de seus estratos e/ou categorias reconhecidas por sua ociosidade – e pelo poder de dominação e exploração da força produtiva impostos ao seu paradoxo social (o proletariado). Preferências orientadas sob o olhar atento das regras do jogo capitalista em que seu valor econômico é representado em e na razão das circunstâncias de sua própria existência. As singularidades do sistema educacional orientado pela tradição escolástica atribuída ao modo de vida da classe ociosa estão diretamente relacionadas ao objetivo e método da disciplina: “os limites e a índole do sistema de conhecimentos que se deseja inculcar no dominado” (VEBLEN, 1965, p. 327-328).

Thorstein Veblen (1965) reafirma que é na apropriação da excelência do campo educacional que a burguesia assegura a propagação e legitimação de sua ideologia. É na estrutura que as transformações se processam e onde a racionalidade técnica se estabelece,

se impõe e se adéqua às necessidades prementes do sistema capitalista de produção, organizada sob a habilidade de um *staff* técnico geral altamente intelectualizado e especializado. *Staff*, esse, concebido na competência e eficiência técnica dos engenheiros que, em seu tempo, não se encontrava pronto e preparado de forma consciente para tomar as rédeas da condução política da sociedade capitalista.

Veblen se refere aos engenheiros como categoria produtiva teoricamente capaz de liderar a marcha proletária para a superação do sistema econômico capitalista, mas ainda carente de dotação e compreensão da realidade política e social que envolvia os anos iniciais do século XX. De outra parte, a influência ideológica a que se submetiam, limita as possibilidades para que esse *staff* geral se propusesse contrariar as convenções estabelecidas, perpetuadas por gerações, tais como:

[...] a matrícula, as cerimônias de diplomação, o capelo e a beca, a conferição de graus escolásticos, honrarias e prerrogativas que de algum modo sugerem uma espécie de sucessão apostólica. Os costumes das ordens sacerdotais são, sem dúvida, a fonte próxima de todas essas características rituais de vestimenta e iniciação sacramental, de transmissão de certas dignidades e virtudes mercê da imposição das mãos e coisas semelhantes; mas a sua origem se pode rastrear até além desse ponto – até a fonte da qual a classe sacerdotal especializada os recebeu no decurso da diferenciação que serviu para distinguir-se o sacerdote do feiticeiro por um lado e, por outro, o criado servil de um amo temporal. No que diz respeito tanto a sua origem como ao seu conteúdo psicológico, esses usos e concepções onde tais concepções repousam pertencem a um estágio do desenvolvimento cultural não mais remoto do que o bote de couro do Alaska ou do fazedor de chuva. O seu lugar nas últimas fases da observância devota, bem como no sistema educacional superior, é o da sobrevivência de uma fase animística muito primitiva, processada no desenvolvimento da natureza humana (VEBLEN, 1965, p. 332).

Essas características ritualistas da educação, tanto no presente como num passado recente, teriam asseguradas a sua posição nas instituições e nos mais altos níveis clássicos e liberais da cultura dominante, do mesmo modo que o contrário acontece, na medida em que as ramificações, tanto práticas como tecnológicas do sistema educacional, declinam até atingir os mais baixos níveis.

Na apreensão de Thorstein Veblen, esses baixos níveis caracterizam a educação destinada à classe proletária, que toma por referência os princípios ritualísticos de formação, diplomação e demais honrarias cerimoniais da tradição educacional aristocrática as quais são assimiladas pela burguesia e expressam em si o processo de inculcação ideológica praticado pelas elites dominantes. É exatamente na adoção e cultivo dos rituais simbólicos e no desejo da conformação dos dominados “aos padrões de respeitabilidade escolástica, estabelecidos e mantidos pelas classes superiores que são asseguradas a legitimidade e a posse

dessas características acessórias baseadas no pressuposto direito de sucessão linear” (VEBLEN, 1965, p. 333).

Segundo o autor, um dos principais instrumentos de inculcação ideológica burguesa, dirigido ao proletariado, é realizado pela ação educativa, localizado na aceitação pacífica irracional ou inconsciente da classe pobre. Ação, essa, justificada pelas concessões sociais da classe dominante, na medida em que atende ambas as necessidades e carências, nesse caso, a formação especializada de mão de obra, para as demandas da produção industrial capitalista. O ajustamento e a adequação dos jovens proletários à nova realidade histórica realizavam-se por meio da rígida disciplina no interior da fábrica.

De outra parte, afirmava Veblen (1965, p. 334), aos jovens burgueses restava a preparação para o “consumo de bens materiais e imateriais em conformidade com as determinações do currículo e de métodos honoríficos, convencionalmente aceitos e tradicionalmente reconhecidos”. Nas escolas criadas no século XIX, nas comunidades estadunidenses consideradas pobres, e dominadas pela disciplina e imposições da indústria, as “reminiscências do curandeiro encontraram uma parca e precária aceitação no esquema da vida escolar”.

A partir do momento em que o acúmulo de riquezas passou a caracterizar tais comunidades, e as escolas a selecionar as sua clientela, normalmente constituídas por membros da classe burguesa, emergiu uma “insistência perceptivelmente aumentada no ritual escolástico e na conformidade com as antigas formas e costumes, relacionados à vestimenta e às solenidades sociais”. Obviamente, eram evidenciadas nas escolas “cujo fim principal é o cultivo das humanidades” (VEBLEN, 1965, p. 334).

Essas instituições escolares tornaram-se estabelecimentos da classe dominante. Estabelecimentos *da* e não *para a* classe dominante, tanto em razão de suas aspirações quanto na proporção de suas realizações, orientadas pela racionalidade e competências administrativas da categoria que tornou possível a evolução do processo produtivo capitalista, a responsável por empreender as devidas adequações do campo educacional, assentada na valorização das qualificações requeridas para a obra da instrução e preparação da força de trabalho e “isto se aplica especialmente àquelas ciências que mais dizem respeito aos fatos diários da vida, e, é especialmente verdadeiro, em se tratando de escolas das comunidades economicamente pobres” (VEBLEN, 1965, p. 337).

O fenômeno educacional que caracterizou os anos finais do século XIX e os anos iniciais do século XX decorreu das mudanças econômicas expressas pelos desejos contidos no *animal spirits*⁶² da classe dominante. Esse fenômeno educacional, segundo Veblen, demonstra a sua importância na razão em que serviu como expoente de:

[...] um estágio de desenvolvimento com propósitos industriais atingido pela cultura superior e classe culta, proporcionam uma indicação daquilo que razoavelmente se pode prever dessa classe em assuntos onde a cultura e a própria classe influem mais de perto sobre a vida econômica e a eficiência da comunidade, e sobre o ajustamento de seu esquema de vida às exigências da época. O que essas sobrevivências ritualistas servem para indicar é uma prevalência de conservadorismo, se não de sentimento reacionário, especialmente nas escolas superiores onde se promove a cultura convencional (VEBLEN, 1965, p. 339).

As mudanças que se processaram no âmbito do campo educacional em seus distintos níveis de ensino constituíram um deslocamento, mesmo que parcial, das ciências humanas em privilégio das disciplinas naturais (matemática, física, química e biologia) visando assegurar uma maior eficácia cívico-social e industrial em transformação.

De outro modo, a educação adequada e orientada a partir da concepção da racionalidade positiva que conduz ou deve conduzir à eficácia e eficiência produtiva passou a dominar as determinações capitalistas, para a satisfação de suas demandas. Nesse contexto, é possível observar que as mudanças foram instituídas de forma exógena conforme afirma Veblen e nos chama a atenção para a verificação de que:

[...] as humanidades, que com tamanha relutância cederam terreno às ciências são bastante uniformemente adaptadas para formar o caráter do estudante de acordo com um plano autocentralizado de consumo; um plano de contemplação e fruição do verdadeiro, do belo e do bom, de acordo com um padrão convencional de propriedade e excelência, e cujas características mais salientes são o ócio – *otium cum dignitate* (VEBLEN, 1965, p. 350, grifos do autor).

As bases que se mantiveram intocadas ou, no máximo, foram ajustadas aos padrões e métodos herdados da cultura mais distante e da educação que sofreu as implicações do campo econômico em acelerada transformação, podem ser caracterizadas na essência das concepções de Thorstein Veblen (1965, p. 350-351) como decorrentes do temperamento conservador e da teoria de vida da classe dominante, cujo conteúdo consiste num conhecimento implacável da exploração do homem sobre os homens e do homem sobre as coisas.

⁶² O termo *animal spirit* (espírito animal) é utilizado por John Maynard Keynes em *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda* (1936) para explicitar os instintos, inclinações e emoções que influenciam e orientam o comportamento humano e que pode ser mensurado de acordo com a confiança dos consumidores, por exemplo.

O crescimento do conhecimento sistematizado decorrente da criação e expansão da educação no longo século XIX deve ser compreendido em razão da contraposição entre o seu aspecto *esotérico*⁶³ – identificado por sua isenção ao campo industrial e econômico – e o seu aspecto *exotérico*⁶⁴ – entendido na essência dos processos industriais e dos fenômenos naturais que servem aos propósitos materiais da vida – demarcando a linha temporal entre a cultura abastada e a cultura proletária expressa pelo poder de inculcação ideológica exercido da primeira sobre a segunda classe.

É exatamente no campo educacional e mais precisamente no ensino superior que encontramos a seletividade e influência ideológica burguesa. A incidência de sua inculcação e difusão ideológica se realiza em todos os níveis da estrutura organizacional educacional, o ensino secundário prepara para o exercício do trabalho especializado, entendido aqui na essência de sua fragmentação e no ensino primário, voltados para a doutrinação e preparação para a assimilação do processo de alienação.

Reafirmamos, é na base que as transformações se processam efetivamente, espaço em que a racionalidade técnica se impõe, se estabelece e se adapta às carências imediatas do sistema econômico capitalista, perspicazmente organizada sob a supervisão de um *staff* técnico geral, altamente intelectualizado e especializado.

A realidade socioeconômica disposta na entrada do século XX seria, substancialmente, marcado pela geração das massas e criação de instrumentos e mecanismos para a sua contenção ou controle em função de suas contingências, desde as ideologias até as entidades associativas, a propaganda, a utilização do tempo livre, os meios de comunicação e as políticas públicas propriamente ditas.

2.6 Conclusão

A sociedade tecnocrática *saintsimoniana-vebleniana* pode ser apreendida pela primazia da eficiência técnica produtiva, pela utilização e aplicação racional dos recursos materiais e intelectuais, pela distribuição e redistribuição igualitária da riqueza produzida destinada ao consumo final. Pode ser apreendida ainda, pela valorização das atividades

⁶³ Esotérico: doutrina secreta que só se comunica com os iniciados; aquilo que é secreto; conhecimento reservado a poucos (BUENO, 1994, p. 442).

⁶⁴ Exotérico: doutrina filosófica ensinada publicamente; aquilo que a pessoa comum conhece; o exotérico é a verdade esotérica exteriorizada (BUENO, 1994, p. 469).

inerentes ao devido exercício da autoridade profissional e pelos aspectos humanos com vistas a garantir, em plenitude, o bem-estar individual e coletivo de toda a sociedade.

Discutimos as características organizacionais e funcionais da preconizada sociedade tecnocrática assentada nas competências técnicas e científicas fundamentais para a sua instauração. Apontamos as perspectivas *saintsimonianas e veblenianas* de que o progresso da sociedade e a transformação de sua organização administrativa aconteceriam em função do ajuste de suas relações internas e externas, visto que o desenvolvimento da sociedade é causa e consequência da evolução das instituições, as quais se transformam, à medida que se adaptam às circunstâncias do contexto histórico em que estão inseridas, sendo consideradas do ponto de vista político-econômico.

A *fisiologia social (Ciência Social)* deveria tornar a política positiva e desvendar os aspectos fundamentais para a organização social, indicando os meios para a sua realização, isto é, a transposição dos problemas científicos e filosóficos para uma prática política, que garantiria a supressão do modelo vigente por meio de uma grande revolução, caracterizada pelo advento da sociedade industrial, entendida como a união dos homens consagrados a um esforço comum e considerados em suas relações sociais (SAINT SIMON, 1823, p. 36-39).

Ao examinar as concepções *saintsimonianas* sobre o campo educacional, pudemos explicitar as suas proposições para a organização de um sistema de ensino público, associado às transformações sócio-históricas que se processavam na sociedade ocidental, e que se constituiria em instrumento essencial para a definição da reorganização político-social tecnocrática, orientada para a promoção do bem-estar coletivo, mediante a divisão, distribuição e redistribuição das riquezas, de acordo com a capacidade produtiva de cada pessoa/trabalhador.

Especificamos a compreensão *vebleniana* acerca do sistema educacional assentado na disciplina escolástica, alinhada ao modo de vida da classe dominante e relacionada aos objetivos e métodos disciplinares fundamentais para estabelecer “os limites e a índole do sistema de conhecimentos que se pretende inculcar no dominado” (VEBLEN, 1965, p. 327-328). O fenômeno educacional que caracterizou os anos finais do século XIX decorreu das transformações econômicas, evidenciadas pelos anseios instintivos assentados no *animal spirit* e pelas ações racionais da classe dominante, orientada por uma categoria culta, no centro do modo de vida da sociedade industrial capitalista.

A não aplicação das teses de Saint Simon e de Thorstein Veblen nos contextos históricos que os envolveram não diminui a sua importância, uma vez que é possível assimilar e apreender os seus fundamentos como instrumentos para o exercício intelectual e como obra política, dedicada e comprometida com as questões de ordem social, e como proposição de edificação e estabelecimento de uma nova sociedade liderada e dirigida sob as racionalidades técnicas e produtivas de cientistas e industriais.

O conjunto das obras desses intelectuais estabeleceu os parâmetros e nos forneceu as bases teóricas para que pudéssemos realizar o estudo de seus fundamentos e de sua variação, bem como de sua apropriação, adaptação e utilização pela perspicácia capitalista na medida em que (re)orienta os caminhos e (re)estrutura o sistema econômico, especialmente em situação de crise, assegurando a sua existência e manutenção.

Identificamos os fundamentos orientadores das propostas teóricas *saintsimonianas* e *veblenianas*, para a instituição de uma sociedade administrada pela ação racional da tecnocracia, considerada como uma alternativa política ao capitalismo, sob a perspectiva de uma organização científica do Estado, na qual e pela qual os interesses privados e as ideologias da classe dominante devem ser desprezados, em prol do bem-estar comum da população mundial, a saber:

1) Os cientistas, engenheiros, especialistas e técnicos, tanto por formação, atividade e experiência, quanto por competência e eficiência técnica compõem o *staff* geral da indústria. Portanto, é o único estrato de classe capaz de produzir as transformações necessárias à boa saúde da indústria e conduzir a sociedade em direção a uma vida mais digna e confortável;

2) A técnica deve substituir gradativamente a ineficiência da ação política dos legistas e metafísicos com vistas a evitar desperdício de recursos de qualquer ordem e, sobretudo, evitar a existência da corrupção;

3) O caminho a ser trilhado para formar e adequar a humanidade aos novos padrões morais e sociais é, sem dúvida, o da educação. Único campo capaz de garantir a formação e implementação de políticas públicas que atendam os interesses reais de toda a sociedade, em especial, da classe proletária, visando à promoção e garantia do bem-estar comum;

4) A tecnocracia deve zelar para que a pessoa humana tenha assegurada a oportunidade de acessar e completar a sua formação instrucional em uma instituição pública de ensino, sob a responsabilidade do Estado;

5) Os tecnocratas precisam atuar de forma hostil em relação aos políticos, às suas práticas e instituições, que, por sua vez, devem ser reduzidos a um simples problema técnico;

6) A tecnocracia deve desconfiar sempre da abertura e liberdade políticas preconizadas pela democracia, pois, no atual sistema capitalista, nem todos os indivíduos têm oportunidades iguais, que lhes assegurem ascensão social e nem tampouco são considerados igualmente capazes de tomar decisões racionais e científicas, dada a sua própria origem social;

7) A tecnocracia deve ser contrária a determinados critérios morais ou políticos instituídos pela religião e pela classe dominante, levando sempre em consideração que todo problema deve ser tratado de forma científica, racional e objetiva, pois, para qualquer problema social deve existir uma solução técnica e objetiva;

8) Somente o tecnocrata é capaz de enxergar de forma ampla e objetiva os problemas e os males da sociedade, visto que uma de suas responsabilidades está vinculada à racionalidade técnica, dada a probabilidade de resolução dos problemas em função de sua ampla e irrestrita utilização, sempre visando ao bem comum;

9) O comprometimento do tecnocrata com a produtividade material e com o desenvolvimento científico e tecnológico não pode estar desvinculado dos princípios de distribuição das riquezas produzidas e de justiça social;

10) A instrução deve ser aplicada como mecanismo de ensinamento permanente dos conhecimentos essenciais para a existência e manutenção das ações e relações entre os membros que integram a sociedade tecnocrática e o sistema produtivo.

3 SEGUNDO ESTÁGIO: BUROCRACIA E TECNOCRACIA

As transformações tecnológicas ocorridas na Segunda Revolução Industrial no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX marcaram o início do capitalismo monopolista ou financeiro. As inovações da técnica e da ciência geraram mudanças substanciais no sistema social. A descoberta da eletricidade e a invenção do dínamo substituíram o vapor como força motriz, levando as indústrias a abandonarem a utilização de máquinas com grande potencial energético (DOBB, 1987).

A descoberta do petróleo, a invenção do motor a combustão interna de Nikolaus Otto, bem como a conversão do ferro em aço (Processo Bessemer), fabricado em larga escala e a baixo custo, possibilitou a sua aplicação em diversos segmentos da vida material. Novos meios de transportes (automóvel e avião) e de comunicação (telégrafo e telefone) foram criados e desenvolvidos, melhorando a qualidade da vida como um todo.

A mecanização do sistema produtivo capitalista transformou quase todos os setores da vida em sociedade. Na estrutura socioeconômica efetivou a separação entre o capital e o trabalho e estabeleceu as bases de relações para a sua existência e preservação, ao conquistar a humanidade e assegurar, em consequência disso, a sua posição como sistema econômico hegemônico mundial.

Os grandes conglomerados industriais passaram a dominar o mercado em detrimento das médias e pequenas empresas. As máquinas e equipamentos industriais tornaram-se mais custosos e a organização no interior da fábrica passou a exigir técnicas cada vez mais complexas e dinâmicas de planejamento, coordenação, fiscalização e controle dos processos de administração e produção (DOBB, 1987).

Emergia a exigência da criação de um modelo tecnocrático de administração da sociedade adequado à inegável legalidade imanente de sua evolução determinada pelo desenvolvimento técnico-científico responsável pela produção material assentada numa orientação política, submetida à contemplação das necessidades funcionais do sistema econômico propriamente dito (HABERMAS, 2009, p. 73).

Tendo em vista identificar os fundamentos teóricos que concorreram para a satisfação das necessidades organizacionais administrativas das instituições capitalistas na passagem do século XIX para o XX, recorreremos, primeiramente, aos estudos histórico-sociológicos da teoria da burocracia de Max Weber, assentada na divisão racional do trabalho,

na exigência de especialização e diferenciação das funções exercidas por cada trabalhador, classificadas de acordo com critérios técnicos, subordinadas a uma autoridade (chefia), hierarquicamente organizada e altamente especializada.

Apoiamo-nos, também, na Administração Científica de Frederick Taylor e na Administração Industrial de Henri Fayol, movidas pelo propósito explícito de construir um conjunto de princípios para racionalizar tempos e movimentos do trabalhador no desempenho de suas atividades produtivas, e instituir uma organização estrutural geral da empresa, tendo em vista operacionalizar a organização burocrática, analisada por Max Weber, para alcançar a mais elevada eficiência industrial possível. A Administração Clássica de Taylor e Fayol vislumbrava um sistema de coordenação de atividades, baseado na simplificação das tarefas e na intensificação do trabalho, tendo em vista a otimização da produtividade no chão de fábrica, orientado por uma inovadora fundamentação técnica e científica.

O questionamento que orienta as discussões contidas neste capítulo é o de saber quais princípios tecnocráticos delinearão a organização político-administrativa do Estado e das instituições privadas e públicas, no interior da sociedade, no contexto do capitalismo monopolista-financeiro.

Os objetivos específicos definidos para esta segunda etapa do estudo são: 1) Apontar e explicitar os fundamentos da teoria da burocracia administrativa estudada por Max Weber, os princípios da administração científica de Frederick Taylor e a teoria de organização administrativa clássica de Henri Fayol; 2) Discutir a influência da administração clássico-burocrática para a organização e adaptação da educação e da escola em conformidade com as demandas do capital.

Na primeira seção deste capítulo, tendo como referência a pesquisa de Max Weber abordamos a teoria da administração burocrática, fundamentada na definição de critérios racionais para organizar as instituições e atividades produtivas capitalistas. Na segunda seção, apontamos as experiências realizadas por Frederick Taylor sobre a racionalização de tempos e movimentos do trabalhador, base para a constituição teórica dos seus Princípios de Administração Científica.

Na seção seguinte, tratamos da organização departamental de Henri Fayol, fundamentada na rígida divisão do trabalho e na utilização de um planejamento administrativo, previamente concebido. Na quarta seção, discutimos brevemente a imbricação da teoria da burocracia *weberiana* aos fundamentos clássicos *taylorianos-fayolianos*. Na

quinta seção, apresentamos a organização do campo educacional na medida em que procurou adequar-se às demandas requeridas pelas transformações do mundo produtivo, por meio da exemplificação contida nos escritos de João Querino Ribeiro. Na sexta seção, apontamos algumas similaridades entre a tecnocracia político-social (proposta por Saint Simon e Thorstein Veblen) e a tecnocracia fundamentada na administração burocrática.

3.1 Fundamentos da Administração Burocrática

Max Weber (2000) estudou o capitalismo moderno por meio da análise de suas instituições materializadas em uma mesma racionalidade burocrática que é entendida, na profundidade de seus resultados, como processo de especialização científica e peculiar diferenciação da técnica. Racionalidade consubstanciada na organização da vida do trabalho e, em razão da divisão e coordenação de todas as atividades produtivas, orientada pela articulação das ações humanas, com suas ferramentas e meios de trabalho, para atingir maior eficiência e máximo rendimento operacional produtivo.

A racionalização para Weber significa a “ampliação das esferas sociais que se submetem aos critérios da decisão racional” ligados à industrialização do trabalho social em que os “critérios de ação instrumental penetram nos âmbitos da vida material que envolve a urbanização das formas de existência e tecnificação dos transportes e das comunicações”. A racionalização progressiva da sociedade depende da institucionalização do progresso científico e técnico (HABERMAS, 2009, p. 45).

O principal instrumento metodológico utilizado por Weber para examinar o significado cultural dos fenômenos é denominado tipo-ideal. Seu conceito parte da unilateralidade de uma ou mais concepções (similares ou distintas) e pela reunião de fenômenos singulares, difusos e discretos, que se encaixam no quadro conceitual geral e lhe permite realizar uma interpretação objetiva para comparar os fenômenos entre si (SAINT PIERRE, 2004).

O tipo-ideal é o modo de construção de conceitos peculiares para o método histórico caracterizado pelo estudo da realidade e dos fenômenos em sua singularidade. Ao identificar a burocracia com a racionalidade e o processo de racionalização com o mecanismo da rotina opressiva, Weber (1971; 2000) define três tipos-ideais de racionalização, a saber:

1) A abordagem quantitativa é aplicada para a realização de análise comparada entre dois âmbitos da sociedade que variam em amplitude e abstração, com vistas a localizar

características comuns entre ambos. Para descrever a Racionalização da Sociedade, Weber elege:

a) O Centro de Organização do Sistema Econômico: define a empresa capitalista por meio da instituição de uma estrutura contábil e financeira racional. Pela implementação de uma força de trabalho proletária, formal e eficiente, pela ampla utilização do saber técnico-científico e pela tomada de decisão para o investimento, em conformidade com a satisfação das demandas do mercado;

b) O Centro Organização do Estado Moderno: configurado por meio da instituição de um efetivo sistema tributário, assentado numa unidade de comando militar, no monopólio do uso da violência e, especialmente, por uma complexa administração burocrática; tanto as organizações da economia capitalista quanto do Estado Moderno, bem como as suas relações, são sistematicamente normatizadas pelos princípios do direito formal;

2) Racionalização da Cultura: caracterizada pela previsibilidade, rapidez, precisão, cálculo e controle organizativo e instrumental dos processos empíricos localizados nas ciências modernas e inovações tecnológicas, na arte e na religião autônomas assentadas em princípios éticos e morais;

3) Racionalização da Personalidade: relacionada à conduta de vida racional, definida como elo entre a racionalização cultural e social. A verificação da existência de condicionantes materiais associada à internalização de valores e ideias configuram, em linhas gerais, a racionalização da personalidade.

Weber (1971) afirma que a dinâmica entre os tipos-ideais de racionalização pode acontecer de forma simultânea em tempos e espaços semelhantes ou em tempos e espaços distintos, no interior das mais diversas instituições (empresas privadas, partidos políticos, igrejas, Estado) administradas racionalmente, nas quais instituições, funções combinadas e funções especializadas representam o centro da estrutura do sistema.

Essa dinâmica interacional exige do homem moderno a sua permanente transformação e especialização profissional, a sua constante adaptação e qualificação para a sua absorção pelo processo da máquina burocrática, assegurando estruturalmente sustentação, organicidade e suporte especializado, necessários às inovações tecnológicas (GERTH; MILLS, 1971, p. 66-67).

Weber (1971; 2000) analisa a burocracia em suas dimensões constituintes e enfatiza a necessidade permanente de seu pleno controle, para a promoção da eficiência e

efetividade racional, para a maximização dos resultados em sua capacidade operacional e satisfação das necessidades qualitativas e quantitativas, impostas pelo mercado.

No entendimento *weberiano*, a burocracia como sistema de dominação é resultado do processo de monetarização da sociedade, da evolução e manutenção do capitalismo (por carência, necessidade ou precaução), por meio da assimilação e transformação das teorias e métodos que gravitam ao seu redor.

Portanto, a burocracia deve ser apreendida como fenômeno histórico da realidade que a suscita e instrumento de dominação a serviço do capital, na medida em que ajusta o sistema para assegurar, por exemplo, a harmonização entre capital e trabalho ou entre administração e proletariado, de modo que extingue de forma impositiva e velada as possibilidades emergentes ou insurgentes para a democratização das relações de trabalho no interior do sistema socioeconômico.

Max Weber (2000) chama a atenção para a existência de uma tendência de adequação crescente do sistema capitalista a uma maior racionalização, complexidade e especialização das técnicas e estruturas organizacionais, associando modernização com racionalização, profissionalização com burocratização. Quanto mais complicada e especializada a cultura moderna, maior a necessidade de apoio externo de um perito ou especialista dotado de objetividade, para garantir a sua organização no lugar do mestre das antigas estruturas sociais, movido pela simpatia e preferência pessoais, pela graça e gratidão.

A burocracia segundo Weber (1971, p. 251), oferece as atitudes exigidas ou requeridas pela organização racional da “cultura moderna na combinação mais favorável”. A razão imperativa que explica o progresso da organização burocrática é a sua superioridade técnica sobre qualquer outra organização, visto que um mecanismo burocrático perfeitamente desenvolvido atua em relação às demais organizações, da mesma forma que o faz uma máquina em relação aos métodos não mecânicos de fabricação. A precisão, a rapidez, a univocidade, a oficialidade, a continuidade, a discricção, a uniformidade, a rigorosa subordinação à economia e redução de custos objetivos e pessoais são infinitamente maiores, em uma administração severamente burocrática.

A burocracia é a categoria-chave que expressa a forma mais nítida de seu tipo ideal: a dominação racional-legal. “A crença na legitimidade das ordens determinadas e do direito de mando daqueles que em virtude dessas ordens estão nomeados para exercer a dominação legal” (WEBER, 2000, p. 141). A racionalidade formal significa a realização ou o

empreendimento de uma ação, mediante a aplicação dos meios e recursos econômicos. A racionalidade formal se encontra intimamente ligada à burocracia, e representa a seara para a compreensão do capitalismo.

Por exemplo, a racionalização da administração é colocada em movimento, na medida em que idiosincrasias e preferências pessoais são completamente desprezadas, isoladas e substituídas por atividades adequadas para a maximização da eficiência, para atingir os objetivos estabelecidos pela instituição.

A burocracia incorpora a racionalidade formal e concebe o capitalismo como sistema racional. Se pensarmos em tal coerência e analisarmos os meios e fins visados, poderemos concluir que essa racionalidade formal existe e persiste na expressão da burocracia, em toda a sociedade e em suas formas de organização para o atendimento das necessidades advindas do processo de desenvolvimento capitalista (COVRE, 1993, p. 300).

A racionalidade constitui a própria razão econômica do capitalismo na busca pelo lucro ajustada permanentemente à continuidade da empresa privada. O racionalismo é condicionado às possibilidades de rentabilidade, orientada por um cálculo sistemático e metódico para reduzir a qualidade em quantidade. Herbert Marcuse argumenta que essa funcionalização universal, que assume a forma econômica do valor de troca, transforma-se numa eficácia calculável, sendo:

[...] universal na medida em que a funcionalização domina todas as particularidades, reduzindo-as a quantidades e valores de troca. A razão abstrata torna-se concreta num calculável e calculado domínio sobre a natureza e sobre o homem. Deste modo, a concepção que Weber tem da razão vem a apresentar-se como uma razão *técnica*. Quer dizer, a produção e a transformação de materiais físicos e humanos por um aparelho arregimentado, científico, construído para obter uma eficácia previsível e cujo racionalismo organiza e controla, ao mesmo tempo, num mesmo movimento, coisas e homens, fábricas e burocracias, trabalho e diversões (MARCUSE, 1973, p. 15, grifo do autor).

O racionalismo capitalista examinado por Max Weber aponta a impossibilidade de demonstrar o conteúdo e o fim da construção científica e técnica (objeto e sujeito), delimitada em função da satisfação das necessidades humanas (atividade fim da economia), como “resultado obtido dentro do quadro das possibilidades de ganho calculadas de modo privado” (lucro da empresa) capazes de assegurar a existência dos homens. Essa dependência é justificada no trabalho livre que se encontra à disposição do capitalista (MARCUSE, 1973, p. 16).

A burocracia na racionalidade capitalista representa para Weber (2000, p. 145) a organização técnico-administrativa institucional, equipada com um quadro profissional especializado, selecionado na obediência de critérios racionais, encarregado do planejamento e execução das mais distintas e diversas atividades essenciais ao funcionamento do sistema. A criteriosa seleção de pessoal qualificado, a divisão e distribuição de funções e tarefas, a obediência às leis e aos regulamentos, a disciplina hierárquica são elementos componentes da burocracia estudada por Max Weber, na busca pela máxima eficiência administrativa, tanto na esfera privada quanto na pública.

A administração burocrática ou racional constitui a “própria dominação em virtude de conhecimento, configura a expressão interior e exterior de seu caráter fundamentalmente racional”, além de significar a formidável condição de poder, resultado do conhecimento profissional adquirido na execução das mais variadas atividades concernentes às técnicas aplicadas ao exercício do labor cotidiano ou obtido via documentação formal (WEBER, 2000, p. 147).

A administração racional representa *conditio sine qua non*⁶⁵ ao funcionamento do Estado Moderno – administrador dos serviços e políticas públicas, bem como de todas as atividades econômicas particulares – e deve ser estruturada de acordo com seis características fundamentais, entendidas como ideais para estabelecer, de modo geral, o controle legal-racional das instituições, tendo por objetivo atingir metas com eficiência máxima, mediante a aplicação de uma racionalização eficaz, na seguinte conformidade:

1) As leis e normas administrativas definem e fixam os princípios jurídicos oficiais, ordenados de acordo com uma formulação prévia regulamentar:

a) as atividades necessárias aos objetivos visados da estrutura burocraticamente governada são distribuídas de forma permanente como deveres oficiais; b) a autoridade de mando necessária à devida execução desses deveres deve ser distribuída de maneira estável e limitada pelas normas estabelecidas por meio de seus instrumentos coercitivos, disponibilizados aos funcionários ou autoridades; c) a realização desses deveres em conformidade com a correspondência dos direitos deve acontecer mediante a aplicação de medidas metódicas, tomadas por pessoas devidamente qualificadas de acordo com o disposto em regulamento geral previamente estabelecido. Nos Governos públicos e legais, esses três elementos constituem a *autoridade burocrática*. No domínio econômico privado constituem a *administração burocrática*. A burocracia assim compreendida, se desenvolve plenamente em comunidades políticas e eclesásticas apenas no Estado Moderno e na economia privada, apenas nas mais avançadas instituições do capitalismo (WEBER, 1971, p. 229, grifos do autor);

⁶⁵ *Condição sem a qual.*

2) Os princípios da hierarquia determinam os níveis de autoridade dos cargos ou funções, por meio do estabelecimento de um consistente sistema orientado pela ordem, disciplina e subordinação:

a) O sistema hierárquico fornece aos subordinados a possibilidade de recorrer de uma decisão de uma autoridade inferior para sua autoridade superior de uma forma regulada com precisão. O princípio da autoridade hierárquica é organizado monocraticamente em simetria com o desenvolvimento do tipo burocrático que se localiza em todas as organizações burocráticas no Estado e na Igreja, bem como nas grandes organizações partidárias e empresas privadas (WEBER, 1971, p. 230); b) A distribuição da autoridade entre os cargos assegura a redução de possíveis conflitos por restrição de contato em obediência às regras previamente estabelecidas e proporciona aos subordinados a garantia de proteção de ações arbitrárias impostas por seus superiores hierárquicos desde que observado e atendido o conjunto de leis e regras existentes no sistema; c) As leis e normas administrativas conferem às pessoas na investidura de autoridade a posse de um poder coercitivo – toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade – necessário à manutenção da ordem e da disciplina de seus subordinados, devidamente respeitados os limites da arbitrariedade, tanto na esfera privada quanto na pública (WEBER, 2000, p. 33).

3) “A administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos, preservados em sua forma original”. No serviço público, o conjunto da ocupação dos cargos é representado pelo quadro de funcionários e associado aos “documentos e expedientes que constituem uma *repartição*”. Em se tratando de “empresa privada, a repartição é chamada de escritório”. A organização do serviço público separa a repartição do âmbito privado do funcionário, pois:

[...] a burocracia segrega a atividade oficial como algo distinto da esfera da vida privada, ou seja, a organização da burocracia separa a esfera profissional da pessoal ou distingue na propriedade pública ou privada a atividade administrativa desempenhada pelos componentes do quadro de funcionários, ocupantes de cargos e salários, os técnicos especializados na administração são profissionais da instituição em expediente e não detêm a propriedade de seus meios e modos de produção (WEBER, 1971, p. 230);

4) A administração racional ou burocrática pressupõe habitualmente um treinamento especializado e completo do corpo de funcionários em obediência às regras e normas técnicas para o desempenho de cada função, visto que:

[...] a especialização é variável na proporção da posição hierárquica na instituição. Quanto mais alto o cargo ou função ocupada mais generalista e ampla a formação e especialização quanto mais baixa a posição mais técnica e especializada a formação tendo em vista o atendimento às exigências de máxima produtividade alinhada à racionalização de recursos materiais e imateriais condicionada ao desempenho racional das atividades (WEBER, 1971, p. 231);

5) À medida que o cargo se desenvolve, “a atividade oficial exige a plena capacidade de trabalho do funcionário, a despeito do fato de ser rigorosamente delimitado o tempo de permanência na repartição, que lhe é exigido”. Esta é uma evolução que deve ocorrer tanto nos cargos públicos como privados (WEBER, 1971, p. 231);

6) A burocracia estabelece regras e normas técnicas para o exercício de cada cargo ou função condicionado a um conjunto de regras gerais as quais podem ser “mais ou menos estáveis, mais ou menos exaustivas e que podem ser apreendidas. O conhecimento dessas regras representa um aprendizado técnico especial e envolve jurisprudência ou administração pública ou privada. “As regras e normas técnicas devem ser executadas de forma disciplinada e de acordo com ordem administrativa reguladora da ação desempenhada” (WEBER, 1971, p. 231).

A racionalidade burocrática expressa por essas características envolveu a ação das instituições modernas em função da edificação das bases de sustentação para a criação dos instrumentos necessários que assegurassem a evolução e desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Weber (2000) observa que, entre esses instrumentos, encontramos o exercício de um poder coercitivo configurado por três tipos-ideais legítimos de dominação, fundamentais para a regulação das relações sociais:

1) Dominação Tradicional: “crença cotidiana baseada na santidade das tradições vigentes e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade” (WEBER, 2000, p. 141). A legitimidade da dominação tradicional reside na obediência da associação dominada pelas ordens e poderes tradicionais senhoriais, orientada por sentimentos de piedade e por princípios comuns de educação:

1) Pessoas tradicionalmente ligadas ao senhor por vínculos de piedade (recrutamento patrimonial): a) membros do clã: princípio de administração muito frequente nas dominações tradicionais; b) escravos: libertados encontram-se em dominações patrimoniais em todas as posições; c) funcionários domésticos dependentes, particularmente ministeriais: senescal (grão-servo), marechal (cavaliço), camareiro, copeiro, mordomo (chefe da criadagem e eventualmente dos vassalos); d) clientes: tanto na China quanto no Egito a clientela do rei foi a fonte do funcionalismo patrimonial; e) colonos: exércitos de colonos em todo o Oriente e também no domínio da nobreza romana; f) libertados; 2) Recrutamento extrapatrimonial: a) relações pessoais de confiança: o sistema de favoritos é uma característica específica de todo o patrimonialismo; b) pacto de fidelidade com o senhor legitimado: sistema de vassalagem; c) funcionários livres que entram na relação de piedade para com o senhor: a burocracia surgiu primeiro em Estados patrimoniais (WEBER, 2000, p. 148-149).

Nessa relação, o dominador estabelecia-se por sua posição de superioridade e pela representação de sua autoridade pessoal, caracterizada pela composição de seu quadro

administrativo, quando não atendesse às exigências impostas pelos deveres e responsabilidades objetivas de um cargo ou função. As relações eram determinadas pelo princípio da fidelidade pessoal do servidor, considerado pelo dominador não como simples funcionário da associação, mas um companheiro tradicional da associação, visto que:

[...] em lugar da competência objetiva fixa, existe a concorrência entre os respectivos encargos e responsabilidades atribuídos inicialmente pelo senhor ao seu arbítrio, mas que logo assumem caráter duradouro e muitas vezes acabam sendo estereotipados pela tradição. Cria-se essa concorrência particularmente pela disputa por oportunidades de emolumentos devidos tanto aos encargos quanto ao próprio senhor quando se recorre aos seus serviços. Em virtude de tais interesses constituem-se frequentemente, pela primeira vez, as competências objetivas e, com isso, a existência de uma autoridade institucional (WEBER, 2000, p. 149).

A obediência não se encontrava disposta em estatutos, mas sim na pessoa do senhor, determinada pela tradição, na qual o conteúdo e o alcance de suas ordens eram determinadas e legitimadas, em virtude do exercício do livre arbítrio do suserano, marcado pela ausência de limitações que, por princípio, determinavam a obediência. A natureza efetiva do exercício de dominação tradicional era determinada pela ação permissiva do senhor e de seu quadro administrativo, diante da obediência dos súditos, sem provocar a sua resistência ou repulsa.

Segundo Weber (2000, p. 149), o quadro administrativo constitutivo da dominação tradicional caracterizava-se – dentro outros tantos elementos – pela ausência de “competência fixa segundo regras objetivas, hierarquia racional fixa, nomeação regulada por contrato livre e ascenso regulado, formação profissional e muitas vezes salário fixo e pago em dinheiro”;

2) Dominação Carismática: “veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e de suas ordens reveladas ou criadas”. Weber (2000, p. 158) encara o carisma como qualidade pessoal, considerada extracotidianamente, em que qualidades e poderes sobrenaturais ou sobre-humanos são atribuídos a uma pessoa ou na observância da crença da divindade encarnada. O carisma repousa nos valores e atributos pessoais de um determinado sujeito, que se distingue em virtude de seus exemplos, heroísmo e santidade, reunindo ao seu redor discípulos e/ou partidários.

O carisma puro é completamente alheio e hostil à economia, despreza e condena todo e qualquer aproveitamento econômico ou financeiro dos dons divinos, visto que representa uma missão íntima na existência de uma vocação pessoal, e não admite qualquer vantagem econômica como fonte de renda em retribuição à utilização de tais dons. A sua

validade na realização do reconhecimento pelos dominados consolida-se na expressão das provas (milagres). O carisma puro decorre “da entrega à revelação, da veneração aos heróis ou da confiança no líder”. Esse reconhecimento não constitui a razão de sua legitimidade, mas “um dever para que as pessoas chamadas reconheçam tais qualidades, em virtude de vocação e provas, nascidas do entusiasmo ou da miséria e esperança” (WEBER, 2000, p. 159).

O quadro administrativo da dominação carismática não é constituído por um grupo de funcionários profissionais; aliás, não possui qualquer formação profissional e também não é selecionado de acordo com critérios de dependência doméstica ou pessoal, mas em função de suas qualidades carismáticas. “Ao profeta corresponde o discípulo, ao príncipe guerreiro o séquito, ao líder os homens de confiança”. Não existe colocação, distinção, carreira, ascenso ou mesmo hierarquia, há tão somente inspiração e intervenção do líder em razão da própria qualificação carismática ou na ocorrência de sua insuficiência no exercício de determinadas tarefas (WEBER, 2000, p. 160-161).

A dominação carismática é fundamental para que a administração racional das massas e das coisas seja eficaz. Uma administração verdadeiramente racional, ao utilizar os meios da riqueza social à sua disposição, deveria satisfazer as necessidades da humanidade, mediante o emprego de novas tecnologias; no entanto, o próprio racionalismo do aparelho burocrático assentado na produtividade repressiva inviabiliza a concretização dessa possibilidade.

À medida que tal contradição se evidencia de forma irracional, passa a exigir a sua superação por uma nova forma de domínio, para que o próprio domínio continue existindo. Esse novo domínio é constituído pela representação democrática que corresponde ao controle e à manipulação, que caminham lado a lado, para a realização dessa democratização, caracterizada pela imbricação entre o “domínio como privilégio dos interesses particulares e a autodeterminação como expressão dos interesses gerais” (MARCUSE, 1973, p. 34).

A solução para essas contradições encontra-se, essencialmente, na democracia, na qual as massas populacionais escolhem os seus representantes, confirmando periodicamente o seu poder e ratificando a sua política em condições cuidadosamente controladas. Herbert Marcuse (1973, p. 34) argumenta que o sufrágio universal não é para Max Weber somente o resultado do domínio, “mas também um instrumento do domínio pela sua própria maturidade técnica em que a democracia plebiscitária em si é expressão política do racionalismo feito razão”;

3) Dominação Racional Legal: “crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação”. A crença na validade das regras do direito estabelecidas racionalmente e na legitimidade dos chefes nomeados pelo poder legal (WEBER, 2000, p. 141).

O conjunto de regras de direito da dominação racional legal caracteriza o mundo abstrato de pressupostos, prescrições e normas técnicas aplicáveis aos mais diversos casos da realidade cotidiana, baseados no entrelaçamento das seguintes ideias:

a) todo direito mediante pacto ou imposição pode ser estatuído de modo racional com a pretensão de ser respeitado pelo menos pelos membros da associação, mas também, em regra, por pessoas que dentro do âmbito de poder desta (em caso de associações territoriais: dentro do território) realizem ações sociais ou entrem em determinadas relações sociais, declaradas relevantes pela própria associação; b) todo direito é segundo sua essência um cosmos de regras abstratas normalmente estatuídas com determinadas intenções que a judicatura é a aplicação dessas regras ao caso particular e que a administração é o cuidado racional de interesses previstos pelas ordens da associação, dentro dos limites das normas jurídicas e segundo princípios indicáveis de forma geral, os quais encontram aprovação nas ordens da associação; c) o senhor legal típico enquanto ordena e com isso manda, obedece por sua parte à ordem impessoal pela qual orienta suas disposições. Isto se aplica também ao senhor legal que não é funcionário público, por exemplo, o presidente eleito de um Estado; d) quem obedece só o faz como membro da associação e só obedece ao direito, isto é, como membro de uma união, comunidade, igreja e no Estado, como cidadão; e) os membros da associação ao obedecerem ao senhor não o fazem à pessoa deste, mas, sim, àquelas ordens impessoais e que por isso só estão obrigados à obediência dentro da competência objetiva, racionalmente limitada que lhe foi atribuída por essas ordens (WEBER, 2000, p. 142).

A dominação racional legal consiste num empreendimento contínuo de ação, atuação e exercício de funções instituídas por meio de regras e leis gerais, diferenciadas por suas competências e qualidades únicas, entrelaçadas em “âmbito objetivamente limitado em virtude da distribuição de serviços obrigatórios, com atribuição dos poderes de mando eventualmente requeridos” e ao estabelecimento de limites à utilização de meios coercitivos para o seu devido cumprimento: o exercício organizado da autoridade institucional⁶⁶.

O tipo mais puro de dominação racional legal é caracterizado pelo exercício ativo de um quadro administrativo burocrático, constituído por funcionários individuais pessoalmente livres e obedientes às obrigações objetivas de seu cargo ou função, nomeados e não eleitos, em uma rigorosa estrutura hierárquica. Suas competências funcionais são

⁶⁶ A autoridade institucional existe em empresas privadas, partidos políticos, exércitos, Estados Nacionais e Igreja. Na extensão do sentido desta terminologia o presidente eleito de um Estado (ou o colégio dos ministros ou dos representantes do povo eleitos) é uma autoridade institucional (WEBER, 2000, p. 143).

previamente estabelecidas em contrato sobre a base de livre seleção em razão de qualificação profissional, verificada mediante aplicação de prova escrita ou oral.

Esses funcionários são remunerados com salários fixos em dinheiro (na maioria dos casos, com direito à aposentadoria e demais benefícios determinados em legislação própria) e exercem seus cargos como profissão principal ou em caráter exclusivo. Têm a perspectiva de progressão na carreira por tempo de serviço ou por eficiência, exercem suas atividades em absoluta separação dos meios administrativos e sem apropriação do cargo, estão submetidos a um rigoroso e homogêneo sistema de disciplina e controle de suas atividades em serviço e constituem, em si, o quadro administrativo burocrático-monocrático caracterizado pela:

[...] tendência ao nivelamento no interesse da possibilidade de recrutamento universal a partir dos profissionalmente mais qualificados e a plutocratização no interesse de um processo mais extenso de qualificação profissional; a dominação da impessoalidade formalista: *sine ira et studio*⁶⁷, e, portanto, sem amor e entusiasmo, sob a pressão de simples conceitos de dever, sem considerações pessoais, de modo formalmente igual para cada qual, isto é, cada um dos interessados que efetivamente se encontram em situação igual. É assim que o funcionário ideal exerce seu cargo e/ou função (WEBER, 2000, p. 147, grifos nossos).

A administração burocrática, considerada sob a ótica formal, representa “a forma mais racional de exercício de dominação”, uma vez que por seu intermédio é possível atingir o máximo rendimento técnico-científico “em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade, intensidade, extensibilidade dos serviços e aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas” (WEBER, 2000, p. 144-145).

A administração burocrática na essência analítica de Max Weber constitui o ajustamento das ações individuais a um complexo padrão organizacional de articulação das atividades orientadas pela disciplina, para que o indivíduo possa realizar a coisa correta na hora e no lugar certos. A burocracia é um método eficaz para assegurar um bom desenvolvimento das complexas tarefas administrativas e sua utilização e propagação decorrem, exatamente, da superioridade de sua eficiência (PARSONS, 2010).

A administração burocrática é a racionalidade instrumental, a racionalidade técnica, a razão técnica que alcança o seu ápice com o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Racionalidade de tipo econômico, elemento central da concepção de Max Weber, a partir da qual é possível reconhecer alternativas possíveis e antecipar as suas

⁶⁷ *Sem ódio e sem preconceito.*

consequências de forma intencional para atingir objetivos determinados mediante a ampla utilização de fundamentos técnico-científicos racionalmente construídos por homens altamente capacitados (tecnocratas). É ela que leva a cabo o domínio dos homens sobre as coisas: uma técnica racional destituída de qualquer valor que interfira na separação dinâmica entre os homens e os meios de produção, submetidos à eficácia e à necessidade técnica em atendimento às exigências do racionalismo capitalista (MARCUSE, 1973).

3.2 Fundamentos da Administração Científica

Frederick Winslow Taylor (1911) formulou uma proposta de administração industrial hierarquicamente organizada, assentada em atividades sistemáticas de planejamento, para gerar o aumento da produção diária do trabalhador, assegurar a elevação das margens de lucro e reduzir os custos do processo produtivo. Um conjunto de princípios técnico-científicos a ser aplicado no chão de fábrica de forma ampla, com vistas a racionalizar a utilização dos tempos e movimentos do trabalhador para promover a eficiência e a eficácia dos meios e métodos produtivos.

O *Sistema Tayloriano* considerava em sua organização uma *chefia funcional coletiva* para proporcionar ao conjunto administrativo uma máxima flexibilidade de ação e uma laboriosa exploração da técnica de divisão do trabalho e das funções de direção. Cada cargo ou função era atribuído ao trabalhador de forma específica, em conformidade com a sua capacitação, treinamento e experiências profissionais. A sua atuação limitava-se às competências e responsabilidades previamente determinadas pela chefia funcional, para evitar qualquer conflito e preservar a unidade de comando, representada pela soma das parcelas do conjunto.

Taylor (1911) propôs a criação de um departamento encarregado do planejamento das ações ideais para a operacionalidade da chefia que funcionava como uma espécie de laboratório multidimensional para a coleta dos dados que eram analisados, e com base no conhecimento verificado da realidade, especificações e prescrições eram elaboradas para o encaminhamento de soluções possíveis para os problemas administrativos da empresa. As funções sob a responsabilidade do Departamento de Planejamento das Atividades, no interior da empresa, eram as seguintes:

- 1) Análise de todas as encomendas de máquinas, produtos, mercadorias ou prestação de serviços recebidos pela empresa;

- 2) Estudo do tempo empregado no trabalho manual em toda a fábrica, inclusive aquele realizado para colocar as peças nas máquinas e todos os trabalhos de carpintaria, tornearia, transporte etc.;
- 3) Estudo periódico do tempo de funcionamento da máquina e do tempo gasto para a produção de uma peça;
- 4) Análise de todos os pedidos recebidos pelo departamento de vendas, assim como o tempo de entrega das peças, mercadorias ou produtos;
- 5) Balanço de todos os materiais, matérias-primas e peças prontas; balanço do trabalho previsto para cada tipo de máquinas e de trabalhadores;
- 6) Exame do custo de todos os produtos manufaturados, com análise completa das despesas, custo comparado mensal e comprovantes de despesas;
- 7) Controle do departamento de pagamentos;
- 8) Formulação e verificação da aplicação dos sistemas de símbolos mnemônicos (códigos) para identificação dos produtos/peças e dos preços;
- 9) Serviço de Informações;
- 10) Padronização das Atividades;
- 11) Manutenção periódica do sistema produtivo, da fábrica e da utilização diária de fichário;
- 12) Sistema de mensageiros e de entrega de correspondências;
- 13) Serviço de recrutamento e seleção de pessoal;
- 14) Manutenção da disciplina;
- 15) Associação de seguros coletivos contra acidentes;
- 16) Controle do departamento de encomendas urgentes;
- 17) Melhoramento do sistema e da fábrica (TAYLOR, 1960).

As observações sobre as operações específicas, realizadas pelos operários no interior da fábrica, eram consideradas por meio da soma das várias unidades de tempo das etapas de sua execução, sendo contabilizadas por profissionais treinados sobre o emprego dos melhores métodos e equipamentos para o desempenho das atividades de produção.

Contramestres executivos da oficina, técnicos do setor de padrões ou técnicos do setor de conservação eram encarregados dessas funções de supervisão.

Taylor (1960, p. 16-24) argumentava que a utilização exclusiva de métodos empíricos prejudicava a eficácia e a eficiência das atividades produtivas, pois diversas eram as formas, maneiras, ferramentas, utensílios e instrumentos empregados na fabricação de um mesmo produto. Era preciso padronizar técnicas e instrumentos para a produção das mais diversas mercadorias. Para Taylor, fazia-se urgente a adoção do método científico para assegurar a racionalização de tempos e movimentos, de recursos materiais e imateriais para ampliar os princípios de eficiência e eficácia e contribuir para a redução significativa dos custos de produção e aumentar, em contrapartida, o máximo lucro possível.

Na concepção de Frederick Taylor (1960, p. 14), a atividade produtiva do proletariado constituía o meio de sobrevivência e a possibilidade de alcançar uma qualidade de vida melhor, visto que o exercício de suas atividades laborais lhe permitia garantir a sua prosperidade, na medida em que era capaz de atingir um grau de eficiência cada vez mais alto, ao empregar, diariamente, o máximo de suas capacidades físicas em obediência às ordens de seus superiores hierárquicos, cumprindo as tarefas de forma disciplinada e submissa.

O ensino aplicado ao trabalhador pela administração científica concentrava-se na padronização das atividades profissionais para atingir o ótimo rendimento possível, mediante a reiterada racionalização da execução dos movimentos manuais fundamentais à produção, num menor espaço de tempo possível, de acordo com uma série de procedimentos definidos e organizados, previamente, pelo Departamento de Planejamento, uma vez que:

[...] as instruções representam o trabalho combinado de vários homens no planejamento, cada qual com uma especialidade ou função particular. Um deles, por exemplo, é especialista em fixar a velocidade adequada no corte dos metais, emprega a régua de cálculo como guia para obter a velocidade conveniente. Outro homem analisa os movimentos melhores e mais rápidos que devem se feitos pelo trabalhador na colocação e remoção do material da máquina. Ainda um terceiro, por meio de registro de tempo, anteriormente colhido, organiza uma escala com a velocidade adequada para cada elemento da tarefa (TAYLOR, 1960, p. 111).

Frederick Taylor afirmava que a mecanização do trabalhador no desempenho de suas funções não representava o aumento da exploração de sua força de trabalho. O seu *adestramento* significava tão somente o aproveitamento máximo de sua capacidade física na laboriosidade de suas atividades. Para o autor, o grande mal da indústria de seu tempo se encontrava na *vadiagem* praticada pelos operários que, propositadamente, diminuían o ritmo produtivo para inibir a redução de salários e evitar a possibilidade de ficar sem emprego. Para

Taylor, a maximização da extração da força de trabalho do operário não caracterizava uma extensão da ampliação da extração de mais-valia⁶⁸.

A substituição dos métodos empíricos pelos métodos científicos⁶⁹ possibilitou diminuir o trabalho lento, ineficiente e pouco produtivo nas empresas capitalistas estadunidenses, consequência da observação constante realizada pelos supervisores sobre as vantagens decorrentes do estudo científico do tempo e movimento, empregados pelos operários no processo produtivo.

Na concepção *tayloriana*, os profissionais encarregados da supervisão seriam profissionais detentores de uma soma de conhecimentos especializados, unidos a uma diversidade de aptidões e adestramento especial e de competência inquestionável. Homens responsáveis por assegurar a transição para a execução técnica de uma gerência administrativa, orientada para o desempenho das funções de planejamento, preparação e orientação de todas as atividades necessárias para a produção de um bem ou serviço determinado. De acordo com seguintes qualificações especificadas por Taylor (1960, p. 56):

- 1) São bons mecânicos e compreendem com facilidade os desenhos industriais, visto terem imaginação suficiente para visualizar a peça a ser produzida;
- 2) Preparam o trabalho para assegurar aos operários os equipamentos e ferramentas corretas para fabricar e montar uma determinada peça sobre a máquina, bem como cortar o metal com a velocidade determinada pelo método de administração científica;
- 3) Cuidam para que cada trabalhador mantenha a sua máquina limpa e em bom estado;

⁶⁸ A produção de mais-valia se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente, ou seja, a produção de mais-valia gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho no processo de produção da mercadoria (MARX, 1982, p. 584-585). A diferença entre o valor do salário mais custos de produção e o valor da mercadoria produzida pelo trabalhador em sua jornada diária de trabalho constitui a mais-valia, por exemplo, se um operário produz uma mercadoria de R\$ 35,00 a cada hora de serviço e recebe um salário de R\$ 20,00 ao dia e o custo de produção é de R\$ 40,00, a mais-valia (lucro) obtida pelo capitalista é de R\$ 220,00 ao final do dia, em um turno de 8 horas.

⁶⁹ Elementos do mecanismo da administração científica: a) estudo do tempo (cronometragem) com a utilização de materiais e instrumentos devidos para realizá-lo corretamente; b) chefia funcional e superiora ao velho sistema de contramestre único (gerente geral); c) padronização de instrumentos e materiais utilizados na fábrica; padronização dos movimentos do trabalhador para executar cada tipo de serviço; d) seção ou sala de planejamento; e) princípio de exceção na administração; f) utilização de régua de cálculo e recursos similares para a racionalização do tempo; g) fichas de instrução para orientação do operário na execução de suas tarefas; h) a ideia de tarefa na administração deve ser associada ao cumprimento de todas as atividades diárias com sucesso; i) sistema mnemônico para classificar os produtos manufaturados e ferramentas utilizadas; j) novo sistema de cálculo de custo (TAYLOR, 1960).

- 4) Fiscalizam a produção individual de cada trabalhador de forma permanente para garantir a alta qualidade do trabalho executado;
- 5) Certificam-se de que os operários sob a sua responsabilidade trabalhem de modo rápido e contínuo;
- 6) Preveem o conjunto das atividades e zelam para que as peças cheguem às máquinas na ordem desejada e adequada;
- 7) Vigiam o emprego do tempo e fixam o preço do trabalho por peça;
- 8) Exercem as funções de polícia entre os operários sob suas ordens.

A capacidade de ordenamento e execução das rotinas de trabalho foi retirada das mãos do trabalhador (artesão) que passou a ser educado de acordo com a imposição de uma disciplina essencial à evolução do capitalismo que se fazia de massas. Para Taylor (1911) a educação da força de trabalho não podia mais se realizar pela transmissão de conhecimentos entre os pares no meio do processo produtivo. A organização, competência e eficiência da técnica passavam a constituir fatores elementares para a organização da empresa, na definição e determinação de inovadoras rotinas e treinamento, para a aquisição de habilidades e competências básicas para o desempenho das mais diversas atividades no interior de uma empresa privada ou pública.

A divisão equitativa do trabalho para o autor, além de representar uma competência da gerência responsável pelo planejamento e especificação prévia das tarefas que deveriam ser realizadas pelo operário – orientado sobre a forma e o tempo empregados em sua execução – constituía obrigação exequível do trabalhador de fábrica, que tinha por dever desempenhar as tarefas planejadas e primar por sua eficiência, bem como cuidar para que não fosse acometido pela fadiga, para não prejudicar a produção e a produtividade da empresa.

Taylor (1960, p. 103 e 118) reiterava que o equilíbrio e a sintonia na relação entre a gerência e os operários na divisão equitativa do trabalho dependiam de um processo seletivo minucioso da força de trabalho, devendo ser respeitados os limites de esforço e tolerância física do operário⁷⁰, por meio da aplicação dos seguintes princípios de administração científica do trabalho:

⁷⁰ Lei Fadiga ou Trabalho Penoso: corresponde ao esforço efetuado pela repetição de movimentos de extensão ou de flexão dos membros do trabalhador, isto é, a força que o trabalhador utiliza para carregar, empurrar ou puxar alguma coisa ou objeto no exercício de suas funções profissionais (TAYLOR, 1960).

1) Planejamento: substituição do critério individual do operário, da improvisação e atuação empírico-prática por métodos baseados em procedimentos científicos;

2) Preparação: seleção e aperfeiçoamento técnico-científico do trabalhador, de acordo com suas aptidões e habilidades naturais. Instrução e treinamento científico do trabalhador para que produza sempre mais e melhor, de acordo com o método pré-estabelecido;

3) Controle: fiscalização de todas as atividades que integram o processo produtivo, na proporção de sua execução, orientadas por critérios e normas previamente estabelecidas;

4) Execução: estreita e cordial cooperação entre a administração e os trabalhadores para que possam desempenhar em conjunto as diversas atividades no interior da empresa, em conformidade com as leis científicas ao invés de deixar a solução de cada problema a critério da avaliação individual do operário. Equitativa distribuição das atribuições e responsabilidades, tendo em vista a execução disciplinada do trabalho.

Os apontamentos efetuados por Taylor acerca do bem-estar físico do operário decorrem, somente, de sua preocupação com a eficiência física do trabalhador no exercício de suas funções; eficiência *muscular-nervosa* no desempenho máximo de suas atividades produtivas, pois a estabilidade de um quadro bem qualificado e plenamente saudável de operários constitui as engrenagens da máquina que não deve ser desmontada frequentemente ou ter suas peças individuais renovadas em constância, sem que isso venha a provocar grandes perdas.

A seleção e definição das atribuições do trabalhador eram estabelecidas em decorrência de minuciosa entrevista individual. A entrevista constituía regra básica, rígida e inflexível para o desempenho de uma função específica e determinada no chão de fábrica, visto que cada sujeito possui aptidões naturais singulares e contraindicações especiais que devem ser respeitadas, no limite de suas capacidades físicas e/ou musculares (TAYLOR, 1960, p. 40-42).

Na perspectiva de exemplificar brevemente o sistema de administração científica *tayloriano*, orientado pela redução de custos com salários e aumento da produtividade e lucro, apresentamos um recorte do processo de seleção do pessoal que foi praticado na *Bethlehem Steel Company*, na contratação de operários para carregar especificamente barras de ferro.

Um grupo de setenta e cinco trabalhadores foi meticulosamente escolhido, estudado e cronometrado por Taylor durante o desempenho de suas atividades profissionais individuais⁷¹. Decorridos quatro dias de incessante avaliação, somente quatro trabalhadores foram considerados fisicamente capazes para carregar 47½ toneladas/dia de barras de ferro.

Esses operários passaram ainda por um processo de investigação social, em que aspectos de seu caráter, hábitos, costumes e ambições foram analisados. Ao final da investigação apenas um homem foi contratado: um pequeno holandês chamado por Taylor de Schmidt, vindo da Pensilvânia e que tinha por costume ir e voltar ao trabalho correndo para economizar dinheiro e manter a forma física. Até aquele dia, Schmidt recebia um salário diário de US\$ 1,15 dólar. Taylor chamou-o em particular e disse:

- A partir de hoje você receberá US\$ 1,85 dólar para carregar uma pilha de barras de ferro todos os dias, durante o ano todo. Um operário classificado deve fazer exatamente o que o seu encarregado lhe ordenar durante toda a sua jornada de trabalho. Quando ele lhe mandar levantar a barra e andar, você levanta e anda, quando ele lhe mandar parar e sentar, você para, senta e descansa. Você procederá assim da manhã à noite. “E, mais ainda, sem reclamações, pois um operário classificado executa exatamente o que lhe é ordenado e não reclama” (TAYLOR, 1960, p. 44).

O resultado da operação é simples: Schmidt passou a realizar o trabalho de quatro operários (em média) recebendo apenas US\$ 0,70 dólar a mais em sua jornada diária, enquanto que a economia (diminuição de custo com salário/dia por operário) do capitalista foi de aproximadamente US\$ 3,75 dólares dia/operário, configurando o efetivo e eficaz controle e otimização da exploração da força de trabalho proletária, ou seja, a ampliação da extração da mais-valia.

Essa experiência explicita a dimensão dos objetivos de Taylor sobre o emprego da força de trabalho do operário, e demonstra a presença de um antagonismo determinado em relação à prosperidade do proletariado, convictamente explorada e discursivamente valorizada pelo autor em seus escritos.

Antonio Gramsci (2007, p. 266) nos chama a atenção para a frivolidade e o cinismo contidos no discurso e prática de Taylor para desenvolver em grau máximo comportamentos autômatos no operário, e romper com a antiga conexão psicofísica do

⁷¹ À época da realização da experiência de Taylor, um operário carregava em média 12 ½ toneladas/dia de barras de ferro. Um estudo prévio apontou que era possível ampliar essa quantidade para uma média aproximada de 47 toneladas/dia por operário.

trabalho profissional qualificado, que exigia determinada e ativa participação da inteligência, iniciativa e criatividade do trabalhador, reduzindo as operações produtivas apenas ao seu aspecto físico maquinal.

Na concepção de Aldo Azevedo (1974, p. 177 e 182), Taylor empregou o seu empenho e determinação para provar que a melhor organização administrativa de uma empresa era orientada por métodos científicos, fundados em “regras, leis e princípios bem definidos, aplicáveis a todas as formas da atividade humana, desde as mais simples ações individuais”, até a execução de tarefas mais complexas capazes de produzir resultados notáveis para assegurar o aumento efetivo da produção, e melhorar a qualidade dos produtos fabricados com redução de custos, garantia do aumento das margens de lucro ao capitalista e relativa melhoria na remuneração do trabalho proletário.

Benedicto Silva (1974, p. 54-55), por sua vez, argumenta que “os estudos de tempos e movimentos, as padronizações e uniformizações, a eliminação sistemática dos movimentos parasitários, a adoção do fluxo de trabalho em cadeia”, as linhas de montagem, as providências e inovações que se fizeram pelo mundo afora, “tanto na administração particular quanto na administração pública em busca do aumento permanente da eficiência”, foram e continuam sendo efeitos multiplicativos das teorias desenvolvidas por Frederick Winslow Taylor.

A aplicação dos princípios de administração científica representou a rigorosa forma de controle do trabalho industrial, com o objetivo de aumentar a produtividade, mediante a substituição de processos de trabalhos em que o capital era dependente do emprego das habilidades manuais e intelectuais do trabalhador, no desempenho tanto de funções simples quanto complexas.

Benedicto Silva (1974) afirma ainda que os princípios de administração científica *taylorianos* garantiram, no curso de sua evolução, a liberalização do capital das habilidades da classe proletária, objetivada pela sua subjetividade: o trabalho vivo. Tais princípios se expressam na essência da objetivação do próprio processo de trabalho, ao possibilitar a transferência dos aspectos operativos do campo de atuação do operário para a maquinização, concretizada pela velocidade, que promoveu uma série de transformações na utilização do tempo, e no emprego dos movimentos para a execução das tarefas no chão de fábrica, colocando termo aos condicionamentos subjetivos, substituídos por princípios organizacionais administrativos do trabalho.

A metodologia de administração científica *tayloriana* associada à implantação da linha de montagem de Henry Ford⁷² fez com que os conhecimentos do trabalhador sobre o processo de produção de uma mercadoria, vinculado à autonomia e regulação de seu tempo de trabalho deixassem, literalmente, de existir. O planejamento e funcionamento do processo produtivo passaram às mãos de um *staff* técnico especializado – quadro funcional de confiança do *staff* tecnocrático –, cuja principal função foi a de assegurar ao capitalista a expropriação do proletariado.

A essência da administração científica, a suma de seus princípios, perpetuou a crença de que sempre pode existir uma maneira melhor de realizar qualquer operação ou movimento, e o critério adotado como regra para reiterar a superioridade do método representado pelo mínimo investimento possível e o máximo retorno em perspectiva. Enfim, a necessidade premente de perfeição na execução das mais diversas operações essenciais de forma eficiente em razão da diminuição de tempo, material, espaço, pensamento, esforço físico e todos os recursos necessários para levá-la a efeito.

3.3 Fundamentos da Administração Industrial e Geral

Jules Henri Fayol (1954, p. 8) concentrou as suas energias na elaboração de um modelo de administração organizado em uma série de departamentos independentes, responsáveis por setores distintos na administração geral, mas plenamente articulados entre si, para a realização dos trabalhos. Os departamentos deveriam estar em permanente interação para garantir o funcionamento perfeito do conjunto de todas as funções essenciais da empresa, divididas em seis grupos:

- 1) Operações Técnicas: produção, fabricação e transformação;
- 2) Operações Comerciais: compra, venda e troca;
- 3) Operações Financeiras: procura e administração de capitais;
- 4) Operações de Segurança: proteção de bens e de pessoas;

⁷² Henry Ford (Springwells, 1863 – Dearborn, 1947), engenheiro e empresário da indústria estadunidense. Fundador da Ford Motor Company (1903) elaborou e introduziu um sistema de linha de montagem, permitindo a produção em massa de automóveis e viabilizando seu custo como produto de consumo. Reduziu a carga horária dos trabalhadores para oito horas diárias e aumentou-lhes o salário para \$ 5 dólares/dia, valor muito acima daqueles praticados pela concorrência, mas proibia terminantemente a sindicalização de seus funcionários. As técnicas de produção em série foram adaptadas e utilizadas nos mais diversos setores da indústria moderna, mesmo em países de economia planificada. Projetou o modelo de carro mais popular dos primeiros anos da indústria automobilística, o *Ford Model T* (1908-1927), conhecido no Brasil como *Ford Bigode*. Publicou três livros, *Minha Vida e Obra* (1922), *Hoje e Amanhã* (1926) e *Filosofia de Trabalho* (1929). Fonte: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/213223/Henry-Ford>.

- 5) Operações de Contabilidade: inventário, balanço, preço de custo, estatística;
- 6) Operações Administrativas: previsão, organização, direção, coordenação e controle.

A ênfase da organização administrativa *fayoliana* focalizava-se na estrutura e no funcionamento (anatomia e fisiologia) da empresa, disposta verticalmente. De cima para baixo, da direção para a execução, do todo para as partes componentes, caracterizadas por uma permissiva subdivisão orientada pela centralização de mando, localizada em um chefe principal.

A estrutura organizacional proposta por Henri Fayol difere daquela defendida por Frederick Taylor. Apesar da disposição da organização também ser vertical a sua ordem é inversa, ou seja, o enfoque da administração científica parte da execução para a direção ou do trabalhador para o supervisor. A primazia organizativa encontra-se na divisão do trabalho operário, na análise dos movimentos necessários para a execução de uma determinada tarefa em um tempo padrão pré-estabelecido, a chamada organização racional do trabalho (ORT).

A *Administração Industrial e Geral (1916)* de Henri Fayol decorreu das inovações contidas em suas proposições técnico-científicas e adquiriu importância na organização administrativa no interior das empresas de todos os tamanhos, portes e segmentos na medida em que considerou e definiu um conjunto de operações essenciais inter-relacionado pelos departamentos técnico, comercial, financeiro, de segurança, contábil e administrativo.

O modelo administrativo *fayoliano* fundamentava-se na divisão do trabalho, na aplicação de um processo organizacional plenamente planejado e concebido mediante a formulação de critérios técnicos orientadores da função administrativa. Sua concepção de administração localizava-se no princípio básico de que o governo é a administração e a administração é o governo.

A arte de governar ou de administrar os negócios consistia em assegurar a manutenção permanente de uma relação equilibrada entre as operações fundamentais ou funções essenciais da empresa. A ação administrativa deveria ser responsável pela formulação de programas gerais para movimentar todas as atividades no interior da empresa, desde a constituição de seu corpo social até a coordenação e harmonização de todos os esforços técnicos, produtivos e administrativos, visto que:

- 1) Governar é prever, e prever é planejar todas as atividades da empresa em curto, médio e longo prazo mediante a aplicação de um conjunto de ações previamente

programado para determinar a linha de conduta a ser seguida, as etapas a superar, os meios a empregar. O programa de ação constitui uma “espécie de quadro do futuro em que os acontecimentos figuram com certa clareza, segundo ideias preconcebidas”; representa, de fato, a “marcha da empresa prevista e preparada para conduzir e regular as atividades para um determinado período de tempo” (FAYOL, 1954, p. 57 e 68). Um programa de ação bem definido deve repousar:

a) sobre os recursos da empresa (imóveis, utensílios, matérias-primas, capitais, pessoal, capacidade de produção, mercados, relações sociais e comerciais); b) sobre a natureza e importância das operações em curso; c) sobre as possibilidades futuras, possibilidades que dependem, em parte, das condições técnicas de que não se pode determinar de antemão nem a importância nem o momento (FAYOL, 1954, p. 57);

2) Organizar é estruturar a empresa em todas as suas atividades, de modo a constituir tanto o organismo material quanto o organismo social em seu interior, suprindo as suas necessidades em matérias-primas, instrumentos e ferramentas de todas as ordens, capitais e de pessoal capacitado para realizar o seu movimento produtivo, mediante o cumprimento das seis funções essenciais que a empresa comporta. A missão administrativa do corpo social deve ser a de assegurar uma condição de excelência na organização da empresa, em função do desempenho efetivo das seguintes atividades:

a) Velar para que o programa de ação seja maduramente preparado e firmemente executado; b) Velar para que o organismo social e o organismo material tenham relação com o objetivo, os recursos e as necessidades da empresa; c) Estabelecer uma direção única, competente e forte; d) Concatenar as ações e coordenar os esforços; e) Formular decisões claras, nítidas e precisas; f) Concorrer para que se efetue um bom recrutamento; cada serviço tendo à sua direção um homem competente e ativo e cada agente estando no lugar que pode render o máximo; g) Definir claramente as atribuições; h) Encorajar o gosto pelas iniciativas e responsabilidades; i) Remunerar equitativa e habilmente os serviços prestados; j) Aplicar sanções contra as faltas e erros; k) Manter a disciplina; l) Velar para que os interesses particulares sejam subordinados ao interesse da empresa; m) Dar uma particular atenção à unidade de seu comando; n) Zelar da ordem material e da ordem social; o) Manter tudo sob controle; p) Combater os abusos de regulamento e de formalismo burocrático (FAYOL, 1954, p. 73-74);

3) Comandar é dirigir o pessoal no desempenho pleno de suas atividades, “os diversos chefes da empresa, cada um com os encargos e as responsabilidades de sua unidade” devem ter por objetivo comum, o de retirar de seus subordinados o melhor e máximo proveito no desempenho de suas atribuições. A arte de comandar repousa sobre o conhecimento dos princípios gerais da administração e sobre certas qualidades pessoais do chefe, como conhecer profundamente o seu pessoal, ser convicto na eliminação dos incapazes e incompetentes,

entender “os convênios que regem as relações entre a empresa e seus agentes” (FAYOL, 1954, p. 129).

O chefe sempre deve dar bons exemplos como ser assíduo, chegar na hora certa, cumprir de forma perfeita as suas atividades, efetuar “inspeções periódicas do corpo social, reunir seus principais colaboradores em conferências para estabelecer a unidade de direção e a convergência dos esforços sem se envolver em detalhes” e incentivar continuamente o pessoal à união, à atividade, à iniciativa e ao devotamento ao trabalho (FAYOL, 1954, p. 129-130);

4) Coordenar é unir e harmonizar todos os atos e todos os esforços da empresa para facilitar o seu funcionamento e sucesso. Coordenar é fornecer aos organismos sociais e materiais as proporções devidas e convenientes para que cada trabalhador possa realizar as suas funções de maneira segura e economicamente viável, sem desperdícios ou perdas.

Coordenar, ainda, é “equilibrar as despesas e os recursos financeiros, o vulto dos imóveis e dos utensílios e as necessidades de fabricação, o abastecimento e o consumo, as vendas e a produção”, enfim, fornecer às coisas e aos atos as proporções convenientes, assegurando a adaptação dos meios utilizados aos fins objetivados (FAYOL, 1954, p. 137-138);

5) Controlar é vigiar o desenvolvimento de todas as atividades para que sejam executadas em conformidade com as regras e ordens estabelecidas no programa de ação da empresa, tendo em vista reparar e evitar a ocorrência de faltas e erros na execução das diversas atividades que movimentam as suas operações fundamentais.

Da ótica administrativa *fayoliana*, é preciso verificar constantemente a existência e eficácia do programa de ações aplicado e atualizado diária ou semanalmente, observando se o corpo social está completo e se o comando está sendo exercido de acordo com os princípios definidos nas reuniões e conferências. O controle deve exercido por todos os setores da empresa, para além do administrativo:

Do ponto de vista comercial, é necessário assegurar-se que os materiais entrados e saídos são exatamente considerados no que toca à quantidade, à qualidade e ao preço, que os inventários são bem feitos, que os contratos são perfeitamente cumpridos etc. Do ponto de vista técnico, é preciso observar a marcha das operações, seus resultados, suas desigualdades, o estado de conservação, o funcionamento do pessoal e das máquinas etc. Do ponto de vista financeiro, o controle estende-se aos livros e à caixa, aos recursos e às necessidades, ao emprego dos fundos etc. Do ponto de vista da segurança, é necessário assegurar-se que os meios adotados para proteger os bens e as pessoas estão em bom estado de funcionamento. Finalmente, do ponto de vista da contabilidade, é preciso constatar

que os documentos necessários chegam rapidamente, que eles proporcionam uma visão clara da situação da empresa, que o controle encontra nos livros, nas estatísticas e nos diagramas bons elementos de verificação e que não existe nenhum documento ou estatística inútil. Para que o controle seja eficaz, deve ele ser realizado em tempo útil e acompanhado de sanções (FAYOL, 1954, p. 143-144).

Henri Fayol ressalta que a função administrativa não constitui privilégio exclusivo de competência única dos chefes e diretores da empresa. Em verdade, configurava-se na plenitude do relacionamento permanente com as demais funções essenciais e entre os membros do corpo social sendo permanentemente necessário distinguir administração de direção.

“Dirigir é conduzir a empresa tendo em vista os fins visados, procurando obter as maiores vantagens possíveis de todos os recursos de que ela dispõe; é assegurar a marcha das seis funções essenciais”. Administrar não é senão “uma das seis funções, cujo ritmo é assegurado pela direção. Contudo, ocupa tão grande lugar nas funções dos altos chefes que, às vezes, pode parecer que sejam elas exclusivamente administrativas” (FAYOL, 1954, p. 11).

O desempenho de cada função do corpo social em cada grupo de operações essenciais, do diretor-geral ao operário mais simples pressupõe a existência e posse de um conjunto prévio de qualidades, visto que o coeficiente dessas qualidades e de conhecimentos determina o valor das capacidades e a função que o trabalhador desempenhará no interior da estrutura organizacional da empresa:

- 1) Físicas: saúde, vigor e destreza;
- 2) Intelectuais: aptidão para aprender, apreender e discernir;
- 3) Morais: energia, firmeza, coragem de aceitar as responsabilidades, iniciativa, decisão, tato e dignidade;
- 4) Conhecimentos em Cultura Geral: conhecimentos variados que não são exclusivamente do domínio da função exercida;
- 5) Conhecimentos Especiais: relativos unicamente à função exercida, seja ela técnica, comercial, financeira, de segurança, contábil ou administrativa;
- 6) Experiências: conhecimento resultante da prática dos negócios.

A principal capacidade dos cargos inferiores se verifica nas funções em que os aspectos técnicos são predominantes, enquanto que a função administrativa se configura como capacidade principal, na medida em que aumenta a posição do funcionário na escala

hierárquica da empresa. A principal capacidade do trabalhador é a capacidade técnica e a capacidade mais necessária aos grandes chefes é a capacidade administrativa que possui por órgão e instrumento de trabalho essencial o corpo social.

O princípio da autoridade para Henri Fayol é *conditio sine qua non* para o exercício do direito de mandar e do poder de se fazer obedecer. Seu corolário reside na responsabilidade, visto ser impossível conceber autoridade sem responsabilidade. O exercício do poder pressupõe o acompanhamento de recompensas e penalidades (sanções), fundamentais para uma boa administração, que não pode acontecer sem a existência de uma disciplina consubstanciada na “obediência, assiduidade, atividade, presença e nos sinais exteriores de respeito realizados segundo as convenções estabelecidas entre a empresa e seus empregados” (FAYOL, 1954, p. 31).

Segundo Fayol (1954, p. 31 e 48), a disciplina deve ser assegurada por meio do exercício da autoridade hierárquica permanente na estrutura organizacional, associada ao respeito e à obediência à ordem estabelecida, seja ela material, “um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar”, ou social, “um lugar para cada pessoa e cada pessoa em seu lugar”. Para o autor, o corpo social, para funcionar perfeitamente, depende do emprego de seus esforços produtivos de maneira eficiente visando à eficácia de suas realizações em função da divisão do trabalho no processo produtivo, respeito e obediência aos princípios de autoridade, unidade de comando e de direção, disciplina, ordem e equidade dentre outros.

Para estimular o corpo social a empregar a sua boa vontade e devotamento máximo no exercício de suas atividades para beneficiar o processo de produção, é preciso que ele seja tratado com benevolência e justiça, de acordo com a concepção *fayoliana*. O proletariado, no desempenho diário de suas funções no chão de fábrica, e todo o pessoal operacional fundamental à empresa precisa ser tratado com equidade, bom senso, experiência e bondade para a satisfação de suas necessidades prementes. É necessária a atenção permanente para que o interesse geral não se perca. Interesse geral que deve ser entendido como a defesa dos interesses da empresa na proporção do atendimento possível, em razão da dedicação empreendida pelo trabalhador, uma vez que o investimento efetuado na formação profissional de cada indivíduo é custoso e demanda tempo.

Esses elementos devem concorrer para manter de forma permanente um *staff* geral para garantir a movimentação racional, eficiente e eficaz da empresa. Deve-se formar um quadro estável de pessoal para realizar todas as operações fundamentais e assegurar o retorno do investimento efetuado na formação do trabalhador, bem como garantir a boa

qualidade do serviço em razão da experiência acumulada. Fayol (1954, p. 50-51) reitera que, em algumas situações, a substituição do pessoal é inevitável uma vez que “a idade, as moléstias, as aposentadorias e a morte” acabam por acometer o corpo social, prejudicando a sua estabilidade.

Henri Fayol (1954, p. 51-52) afirma, ainda, ser possível evitar, em situações extremas, um determinado mal-estar, por intermédio da promoção de uma das maiores fontes de vitalidade de toda empresa – a harmonia e união do corpo social estabelecida pela propriedade da unidade de comando, orientada pela tomada de iniciativa dos chefes em todos os graus –, visto que conceber um plano para assegurar com sucesso a união do corpo social representa “uma das mais vivas satisfações que o homem inteligente no exercício de seu labor profissional pode experimentar, pois a união faz a força”.

A essência da organização administrativa *fayoliana* localiza-se na profusão dos aspectos e elementos técnicos, orientados pela substituição de métodos rotineiros e indefinidos por métodos científicos intensivamente planejados e extensivamente estabelecidos, bem como na eliminação de critérios sentimentais e na introdução de critérios intelectuais na direção e no funcionamento das empresas, isto é, na própria criação da ciência administrativa. A elaboração de planos de ação, seleção e constituição do corpo social da empresa, estruturação de suas divisões e serviços, direção do pessoal, coordenação dos esforços e controle dos resultados constituem o corpo das atribuições, competências e responsabilidades da administração definida pelo engenheiro francês.

As proposições de administração e organização científica do trabalho, formulados, aplicados, desenvolvidos e propagados por Henri Fayol e Frederick Taylor exprimem o aprofundamento da exploração imposta ao proletariado no chão de fábrica e reforçam os fundamentos ideológicos da economia capitalista liberal, tendo em vista assegurar o pleno desenvolvimento do sistema, mediante a determinação de ajustamento do trabalhador às novas técnicas introduzidas no processo produtivo, reafirmando o antagonismo entre burguesia e proletariado.

A padronização de atividades, instrumentos e ferramentas, a definição de estruturas organizacionais administrativas, a racionalização dos recursos materiais e imateriais para o aumento da produção e produtividade caracterizam a defesa das estratégias capitalistas para o aprofundamento e maximização da exploração da força de trabalho do proletariado, na medida em que a ideologia capitalista expressa a força imaterial da burguesia. Força imaterial essa, definida na inversão da realidade em que a sua proporção material correspondente pode

ser encontrada na própria realidade invertida, isto é, o exercício do poder da violência simbólica, praticado por meio da inculcação que garante, assim, a legitimação hegemônica burguesa na realidade material e a perpetuação da reprodução das desigualdades sociais, fundamentais à existência e ao desenvolvimento do sistema capitalista.

3.4 Burocracia e Tecnocracia

O processo de transformação e adequação administrativa das instituições no interior da sociedade capitalista assegurou ao tecnocrata um lugar privilegiado em virtude de sua intelectualidade, que passaria a ser predominante no mundo contemporâneo. Isso nada mais significa do que a consequência do próprio desenvolvimento da objetividade racional que caracterizou o tecnocrata como componente da classe dominante em defesa dos interesses instituídos do capital em função de sua origem social e na natureza processual de sua educação e treinamento.

A economia está a serviço permanente da razão do Estado, do poder nacional e utiliza racionalmente os seus instrumentos. A dominação de classe repousa na burocracia como “cimeira necessária da arregimentação” que deixa transparecer no desenvolvimento do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista os traços de sua organização política (MARCUSE, 1973, p. 22).

Organização política da burguesia e eficácia material e intelectual da produtividade capitalista que absorvem todos os recursos em suas mãos e concretizam os apontamentos *weberianos*, conforme argumenta Herbert Marcuse:

[...] a industrialização é o destino do mundo moderno e o seu problema fundamental para o capitalismo é simplesmente o de determinar qual é a sua forma mais racional de domínio sobre a industrialização e, por conseguinte, sobre a sociedade. A palavra racional é aqui utilizada, como sempre em Weber, no sentido desse racionalismo formal que apenas se realiza no funcionamento calculado, regulamentado e previsível de um sistema social complexo. Mas, no decurso do seu desenvolvimento conceitual, esse racionalismo formal modificou-se de modo muito significativo: de acordo com a sua própria lógica interna, subordinou a si mesmo o racionalismo do domínio (MARCUSE, 1973, p. 27).

Na medida em que o racionalismo se restringe às suas próprias determinações e institui a sua dinâmica como norma das atividades calculáveis e mensuráveis, criando um conjunto objetivado dependente exógeno, constitui o que Max Weber denominou *razão material*. Reiteramos que o racionalismo formal do capitalismo encontra o seu limite no estabelecimento da empresa privada e do diretor de empresa privada, como sujeito real do

cálculo econômico, bem como “o fato estabelecido da separação entre os trabalhadores e os meios de produção do *trabalho livre*” (MARCUSE, 1973, p. 29, grifo do autor).

Na apreensão de Weber (1971; 2000) esses fatos históricos constituem parte do racionalismo específico do capitalismo, representam mesmo necessidades tecnológicas, independente de sua verdade ou realidade que podem ocultar interesses sociais específicos. Tais necessidades fundamentam a dominação legítima como elemento constituinte do racionalismo capitalista, mais especificamente do racionalismo econômico na sociedade industrial ou monopolista. Enfim, a própria dominação (domínio) representa uma forma do racionalismo econômico capitalista explicado e especificado por Max Weber na sua análise da burocracia.

Portanto, o desenvolvimento capitalista é inseparável do domínio burocrático que se impõe e aperfeiçoa, de modo constante, a eficácia da empresa privada sobre a sociedade em seu conjunto. É o domínio de tipo racional formal, conseqüente de sua precisão, de sua estabilidade, de sua disciplina e da confiança que expressa ou transmite. De acordo com Herbert Marcuse (1973, p. 31), a dominação racional burocrática constitui o domínio pelo saber, perene, calculável e próprio dos intelectuais e cientistas; caracteriza a dominação do aparelho, por meio do saber dos intelectuais e cientistas, o que “só é possível quando esta se adapta completamente às suas necessidades e às suas possibilidades técnicas”.

A administração burocrática é a significação da dominação implícita na essência das próprias coisas. Gerth e Mills (1971) argumentam que a administração burocrática ou racional Weber decorre de sua concepção político-filosófica e de sua consciência burguesa no processo de evolução ascendente da classe em nível europeu (histórico-sociológica). Decorre ainda, de sua condição como representante dessa classe revolucionária, portadora do racionalismo fundamental à constituição da sociedade capitalista.

Maurício Tragtenberg (1974), por sua vez, afirma que a fundamentação ideológica burguesa liberal, que percorre a obra de Weber, demonstra o valor da técnica, como resultado:

- a) do processo de industrialização mecanizado característico do capitalismo monopolista;
- b) da aplicação da ciência como resultado na forma de tecnologia autonomizada no plano das representações ideológicas: o liberalismo político com a valorização do indivíduo;
- c) da liberdade contratual reguladora da disposição da força de trabalho como mercadoria;
- d) da igualdade formalizada pela burocracia em sua democratização impessoal e nivelação dos explorados;
- e) da liberdade de escolha traduzida no politeísmo de valores existentes no mundo cuja opção é dependente da liberdade do sujeito, da valorização da propriedade privada e da

empresa livre que realiza a racionalidade do cálculo econômico (TRAGTENBERG, 1974, p. 205).

Esses fundamentos exprimem o sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas defendidas por Max Weber, contrária à intolerância, à discriminação social e para a valorização da consciência individual como origem absoluta do conhecimento e da razão. O sujeito exerce importante papel na ação social que atinge o seu ápice na representação e composição das estruturas interiores da sociedade (WEBER, 1971; 2000).

A existência de uma autonomia radical na razão individual, em que o sentido da ação social deriva diretamente da própria ação do sujeito, resulta no estabelecimento de condutas, as quais somente podem ser justificadas na proporção da própria legitimação individual da ação do sujeito – a essência do capitalismo racional burguês. Neste sentido, Weber parte da ideia de uma unidade produtiva organizada:

[...] isto é, da empresa e não do indivíduo isoladamente, ponto de partida dos economistas clássicos. Em sua interpretação sobre a importância das características distintivas dessa unidade, Weber está de acordo com Marx. Em sua concepção sobre o papel da classe assalariada, ele concorda com a ideia de Marx de que somente o capitalismo ocidental moderno foi estabelecido em torno de uma classe de trabalhadores assalariados livres (formalmente) separada da classe detentora dos meios de produção⁷³. A existência e a situação dessa classe, o proletariado, ajudam a explicar as particularidades do movimento da sociedade moderna (PARSONS, 2010, p. 662-663).

A ênfase localizada na neutralidade do “sujeito como portador da ação racional numa razão constituinte do processo de ação representa um momento historicamente definido” do processo de maquinização intensiva da industrialização extensiva, “que realiza o aproveitamento capitalista da aplicação da ciência como resultado na forma de tecnologia autonomizada no plano das representações ideológicas” (TRAGTENBERG, 1974, p. 205).

O capitalismo liberal orientado pela valorização da autonomia individual do sujeito localiza no Estado o instrumento para a manutenção da liberdade total, possível em virtude da existência de uma ação repressiva limitativa. O liberalismo econômico como portador da racionalidade formal representado pela valorização da empresa privada em Weber pode ser entendido como o regime de individualismo proprietário. Conforme esclarece Maurício Tragtenberg (1974), ao afirmar que o sujeito:

[...] desponta como proprietário de sua pessoa; o operário, de sua força de trabalho, de suas faculdades, à venda no mercado. A ideia de autopropriedade não se esgota

⁷³ Consultar: WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 48.

na posseção e, por outro lado, encontra seu limite na manipulação dos recursos materiais externos. Ligando o indivíduo à propriedade, o *ethos* liberal exige que o mesmo seja reconhecido como fundamento constituinte das relações objetivas que os bens econômicos possuem entre si. Exige como base do dinamismo da produção pela produção. As formas de apropriação são referidas à totalidade que determina seu movimento: trata-se da propriedade das exigências econômicas internas sobre a expressão da independência individual e das relações interpessoais e sociais, definindo o individualismo proprietário como constituinte do credo liberal subjacente nos enunciados políticos de Weber (TRAGTENBERG, 1974, p. 206-207, grifo do autor).

Podemos inferir que os princípios do liberalismo econômico emergem em função da liberdade assentada na primazia do campo econômico para garantir a libertação do homem das potências irracionais. Entretanto, a sua efetivação o remete à satisfação de suas próprias necessidades econômicas. Esse processo ocorre por meio do estabelecimento da universalização dos valores liberais em nível instrumental aos préstimos dos interesses estabelecidos como valores dominantes na sociedade.

O liberalismo econômico como prática social existe na razão dinâmica em que transpassou, superou e renovou seus objetivos primeiros e assegurou ao sistema capitalista a sua manutenção, ancorado na oportuna utilização da administração burocrática, absorvida e ajustada pelo sistema, na medida em que foi capaz de se contrapor à liberdade democrática, ampliando a aplicação de métodos técnico-científicos em prol de sua própria evolução.

No entendimento de Weber (2000) o desenvolvimento das diversas formas de associação institucional (Estado, Igreja, Exército, Partidos Políticos, Empresas Econômicas) caracteriza-se pelo próprio “desenvolvimento e crescimento contínuo da administração burocrática, constitui a célula germinativa do Estado Moderno Ocidental”, configura instrumento de organização e regulação de todas as atividades e normas administrativas (governamentais legais) e fornece às autoridades dirigentes a estrutura necessária para executar as suas atividades, nos limites determinados pela legislação pertinente, tanto em âmbito público quanto privado.

Segundo Max Weber (2000) a burocracia administrativa tecnicamente funcional assenta-se na impessoalidade e objetividade do cargo. Ela se submete a um expediente, é obediente à rigorosidade e imparcialidade, e no processo de recrutamento de pessoal capacitado, requer a sua vinculação ao saber especializado. Ela tem como base a hierarquia fundada em diplomas credenciadores, no respeito e fidelidade ao cargo como profissão e apoia-se numa direção monocrática para garantir agilidade, pontualidade, continuidade e eficiência.

Weber entende que a burocracia administrativa desprovida de racionalidade seria impraticável no campo político, pois, muito provavelmente, assumiria um caráter deformado, irracional, descompromissado com suas responsabilidades mais prementes, tomando uma forma demagógica, deturpada pela adequação imposta pelo sistema capitalista, ao assumir o exercício do poder político em e na defesa dos interesses dominantes.

A racionalidade formal para Max Weber (1971; 2000) representa a capacidade de compreensão do processo de desenvolvimento capitalista em sua trajetória histórica. A burocracia é que melhor incorpora tal racionalidade e concebe o sistema capitalista como sistema racional e coerente entre os meios e fins objetivados, uma vez que essa racionalidade formal só persiste na expressão da burocracia.

Esse modelo envolve rapidamente todas as instituições sociais em suas estruturas organizacionais na mesma medida em que o capitalismo se processa expansivamente. Aqui se encontra o trabalho contínuo e silencioso dos intelectuais e também dos especialistas que a serviço do capital, velam, obscurecem, encobrem as contradições e lutas de classes, ao reafirmar, por meio do exercício do poder simbólico, as relações de autoridade sem explicar ou explicitar os verdadeiros objetivos e fins, a quem tal racionalidade serve, assim como não são explicados a quem servem as distorções da burocracia (WEBER, 1971).

As análises e reflexões de Max Weber (1971, p. 264-265) indicam que a burocracia constitui o meio de transformar uma ação comunitária em uma ação societária racionalmente ordenada. Uma ação societária meticulosamente organizada e empreendida é “superior a qualquer resistência de massa ou mesmo de ação comunitária”. A completa realização da burocratização da administração como instrumento de socialização das relações de poder é instrumento de primeira ordem, perfeitamente apropriada pelas proposições de organização científica de Frederick Taylor e de Henri Fayol.

As asserções de racionalização das técnicas produtivas e da intensificação do trabalho na indústria mecanizada expressam a impessoalização burocrática, definida pelo enunciado das tarefas e pela permanente especialização. Aliás, especialização incansável, na qual pessoas se alienam nos papéis, e os papéis no sistema burocrático, exaustivamente estudado por Max Weber e caracterizado pela antinomia dialética de formas limítrofes de dominação, pela contradição entre racionalidade formal e racionalidade material, ética de convicção e ética de responsabilidade e dominação do *ethos* burocrático, como forma de administração das atividades produtivas no interior da fábrica.

A racionalização do *Sistema Tayloriano* configurada na intensificação da força de trabalho produtivo do proletariado caracteriza-se por seu aspecto exógeno, no qual o trabalhador tende a reconhecer a própria natureza humana na razão da simples força de trabalho em que ocorre o processo de valorização do capital, na sua utilização como meio de produção para além dos meios de produção, isto é, a sua plena adaptação à máquina.

Assim como Maurício Tragtenberg (1974, p. 194), entendemos que o *Sistema Tayloriano* se estabelece como ideologia da reprodução do trabalho simples, da acumulação primitiva do capital industrial em que a ética da classe dominante emerge como ética propalada da eficiência que ele representa. Assenta-se em valores e princípios liberais e incide, diretamente, na dinâmica da luta de classes na medida em que os ritmos de trabalho, o reconhecimento da qualificação profissional, a determinação de rendimentos normais do trabalhador em obediência à relação tarefas-tempo atuam como elementos condicionantes da situação e condição da classe proletária no chão de fábrica, e da máxima rentabilidade do capital.

As transformações resultantes da aplicação dos princípios de administração científica de Frederick Taylor provocaram transformações consequentes na própria “totalidade do campo social, pela incidência sobre a produção e reprodução ampliada do capital e da força de trabalho como mercadoria e principal força produtiva”. O *Sistema Tayloriano* é a mais pura expressão “administrativa da lógica e dos interesses da burguesia nos mais diversos contextos de seu desenvolvimento histórico” (TRAGTENBERG, 1974, p. 195).

O *ethos* burocrático do *Sistema Tayloriano* é reafirmado pela burocracia monocrática da *Administração Gerencial Fayoliana* e reiterado pela política de baixos salários, em que aumentos nas remunerações são regulados com precisão cirúrgica e obedecem a uma ordem lenta e gradativa, para assegurar a própria reprodução da força do trabalho, na proporção de baixas retribuições associadas a um tratamento paternalista do operariado, fundamentado na máxima de que “administrar é prever, administrar é organizar, administrar é comandar, administrar é controlar” (FAYOL, 1954, p. 10-11).

Ao enfatizar a necessidade de existência e atuação de chefes no interior da empresa, Henri Fayol edifica os pilares de sustentação para a formulação de sua administração burocrática, assegurada pelo controle e rigidez da manutenção da disciplina no chão de fábrica, transplantada da hierarquia militar. Em sua concepção, a autoridade na empresa representa um *direito divino*, dispositivo verticalmente instituído, de cima para

baixo, do qual emanam as ordens e determinações e, no sentido oposto, o imediato e minucioso cumprimento dessas ordens e determinações, sem questionamento algum por parte do proletariado (TRAGTENBERG, 1974, p. 79).

O pragmatismo contido no *Sistema Fayoliano* o conduz ao apelo recorrente à experiência direta, numa prática cotidiana permanente para obter soluções para os problemas de forma imediata, e na justaposição e articulação de determinismos lineares, baseados em uma lógica axiomática que gera um sistema de obrigações, que decorre de sua lógica interna. É resultado da necessidade de operacionalização de uma racionalidade na qual as atividades de decomposição e exame assentadas em aspectos microeconômicos produzem um sistema de coordenação de funções, em que se ergue uma estrutura altamente formal, dotada de centralidade de comando e racionalidade burocrática (TRAGTENBERG, 1974, 196).

A divisão do trabalho que separa o planejamento da execução e o trabalho intelectual do trabalho manual no sistema capitalista de produção é a mesma que efetua a divisão entre os campos da Filosofia, da Sociologia, da Economia e da Administração. Prepara e forma especialistas em teorias administrativas do mesmo modo que a sua autonomização em relação às determinações econômicas e sociais ocorre pela intermediação das instituições escolares, responsáveis por assegurar a divisão do trabalho no processo produtivo (TRAGTENBERG, 1974).

A administração racional do capitalismo constitui, em essência, um nivelamento como fenômeno histórico-social decisivo, pois instaura, de fato, um nivelamento exclusivo dos proletários, empreendido pelos burgueses burocraticamente organizados, que desfrutam de uma posição mais ou menos autocrática. Weber argumentava que o aparelho tecnicamente amadurecido da administração decorre do seu racionalismo formal e representa um importante instrumento de poder para aqueles que têm ao seu dispor o aparelho burocrático (MARCUSE, 1973, p. 35).

3.5 Organização da Administração Escolar e da Educação

Seguindo as tendências das transformações capitalistas deflagradas pelo campo econômico, a administração burocrática da educação promoveu um intenso processo de renovação de métodos e conteúdos vinculados aos princípios científicos *taylorianos-fayolianos*. O contexto histórico determinado pelas imposições do mercado não suportava mais a antiga organização e disposição administrativas, desprovidas de um conjunto de

assuntos claramente definidos e altamente organizados, carentes de intelectualidade e racionalidade formal próprias.

De acordo com José Querino Ribeiro (1978, p. 60), tanto o Estado como as instituições privadas encontraram nos estudos da administração clássica os elementos para eliminar as dificuldades decorrentes das transformações econômicas “e a escola não precisou mais do que inspirar-se neles, adaptando-os para resolver os problemas e as dificuldades na razão de sua própria realidade”.

A escola se tornaria uma instituição altamente complexa e passaria a exigir o estabelecimento de uma estrutura organizacional, a fim de adequar as suas atividades específicas e complementares às determinações das transformações econômicas, empreendendo um grande esforço para a racionalização e o ajuste das técnicas da administração científica. A escola precisava produzir em massa, visto que estava obrigada a receber e a trabalhar em massa. A escola ganhava rapidamente mais e mais importância na constelação das instituições sociais:

[...] suas atividades específicas começaram a ser sobrecarregadas pela multiplicação, variação e extensão das coisas que deveria ensinar e fazer aprender; as atividades supletivas vão assumindo todas as obrigações que as outras agências sociais educativas não podem ou não querem mais desempenhar e, com estas, até mais algumas outras de que as instituições despojadas não estariam dispostas a abrir mão voluntariamente (RIBEIRO, 1978, p. 27).

Nesse movimento, repousa a complexidade dinâmica da vida escolar, pois a estrutura pedagógica passava a refletir a estrutura social, contrapondo-se (em tese) aos tempos idos, em que a instrução só dizia respeito à classe abastada. Agora, o capital determinava a necessidade premente de escolarização para todos os grupos e classes, tendo em vista atender as demandas do mercado econômico (RIBEIRO, 1978, p. 27).

As preocupações com a organização científica da administração educacional ganharam importância e expressão no pós Segunda Guerra, desencadeando a realização de uma série de eventos nos Estados Unidos da América (EUA), “desde os escritos de um só indivíduo até a formação de uma organização nacional que constituiu os ingredientes que revolucionaram todo o campo do empreendimento humano” (GRIFFITHS, 1971, p. 3). Em função da sua generalidade, amplitude e proximidade com as proposições de Frederick Taylor e de Henri Fayol, optamos por concentrar a nossa análise e exposição, nos serviços que dirigem a instituição ou sistema de educação na teorização de Jesse Sears, contida na obra *The*

*Nature of the Administrative Process: With Special Reference to Public School Administration (1950)*⁷⁴.

Jesse Sears (1950) argumenta que as formas de organização coordenação, direção e realização das funções administrativas são alcançadas por meio da aplicação da autoridade e disciplina de princípios derivados da análise da própria administração, ou seja, primeiramente é necessário determinar e preparar o mecanismo administrativo para depois empregá-lo de forma experimental e, finalmente, colocá-lo em efetivo funcionamento. Sears também aponta para a possibilidade de análise das atividades de ensino, aprendizagem, supervisão e pesquisa para depois estabelecer qual seria a melhor maneira de organizar, comandar e controlar as ações no interior da escola para definir uma teoria da administração.

Na concepção desse autor, o primeiro tipo de organização toma por base a centralidade da autoridade e o segundo a necessidade do atendimento da definição conceitual organizacional administrativa, partindo do princípio de que a natureza da administração é decorrente da “natureza do processo de aprendizagem individual, da natureza de nossa cultura, inclusive de nosso governo, de nossas leis, de nosso sistema econômico, e da capacidade do administrador” (SEARS, 1950, p. 127). Ele conclui que a administração escolar não se consubstancia como um conjunto de leis fechado em si mesmo, mas como consequência do estudo do serviço a ser administrado.

Jesse Sears (1950, p. 110 e 206) explica que a autoridade pode assumir quatro dimensões distintas e que se encontram associadas na razão dinâmica da sociedade capitalista: *dimensão legal*, na essência e no rigor das leis; *dimensão de conhecimento*; *dimensão de padrões sociais*; e *dimensão de gostos pessoais* e emprega os fundamentos da *Administração Industrial e Geral* de Henri Fayol, na administração educacional:

- 1) Administrar é prever, organizar, dirigir, coordenar e controlar;
- 2) A direção é autoridade em ação;
- 3) A organização deve assegurar a existência de um espaço para a instalação da autoridade;
- 4) A organização deve assegurar o estabelecimento de canais de comunicação diretos para que a autoridade possa transmitir a sua força dinamizadora;
- 5) O controle só pode ser eficaz por meio da aplicação da autoridade.

⁷⁴ *A Natureza do Processo Administrativo: Referência Especial à Administração da Escola Pública (1950).*

José Querino Ribeiro (1953), por sua vez, especifica os fundamentos *fayolianos* para administração da educação, ao defender que a sua direção tem por base um conjunto de ações, separadas por três momentos distintos, simultâneos e sucessivos, a saber:

- 1) O planejamento e a organização devem realizar-se antes das atividades específicas e supletivas da escola;
- 2) A direção e o controle devem ser desenvolvidos simultaneamente com as atividades específicas e supletivas da escola;
- 3) A avaliação de resultados e o relatório crítico devem ser realizados após a concretização dos dois processos precedentes.

Contudo, os três processos não obedecem a uma ordem cronológica. Após a realização do planejamento e da organização do sistema educacional (ou da unidade escolar), a administração (direção e controle) deve acompanhar a execução dos trabalhos em toda a extensão de sua realização, visto que:

[...] o comando se apresenta na administração escolar em termos impessoais, para marcar o início, a duração e o término das atividades, segundo as conveniências determinadas pelos dados científicos objetivos do processo de escolarização. À segunda atividade da administração das escolas, que se desenvolve simultaneamente ao processo de escolarização, chamamos *assistência à execução* e queremos com ela significar o complexo de trabalho a que comumente se costuma designar por direção e controle. Preferimos a primeira expressão aos dois últimos termos em virtude de a palavra dar a ideia mais compreensiva e precisa, porque implica presença, condição indispensável à natureza das operações que devem ser realizadas durante as atividades específicas supletivas da escola (RIBEIRO, 1978, p. 118, grifos do autor).

Ribeiro (1953) partilha das concepções de Sears (1950) sobre a importância dos estudos de administração geral e escolar consubstanciar matéria específica e desembaraçada dos assuntos que lhe são correlatos como a Filosofia, a Política ou a Economia, para poder expressar e transparecer a concepção de administração propriamente dita ao estabelecimento “conveniente das bases sobre as quais se poderiam construir uma teoria produtora e instrumentalizável desse campo de estudo, tão procurado como uma das chaves para resolver problemas de natureza econômico-empresarial e mesmo de natureza social ampla” (RIBEIRO, 1978, p. 119).

Na apreensão de Ribeiro, a dimensão e as exigências político-econômicas capitalistas determinam as relações econômicas no interior do sistema e da unidade escolar. Caracterizam-se no seio do processo de escolarização, por dois aspectos distintos, imbricados pela dinâmica de suas existências:

1) A educação como mercadoria de primeira necessidade, que somente pode ser adquirida ao preço de artigo de alto custo;

2) A rígida seleção dos candidatos, conciliando qualidades e habilidades lógicas, psicológicas e úteis, de modo a equacionar, na razão das necessidades, o rendimento exequível de tempo e das atividades de ensino e de aprendizagem.

As questões consideradas no primeiro aspecto remetem ao melhor e maior rendimento, na razão do máximo aproveitamento das energias e materiais. No segundo aspecto, a centralidade encontra-se nas técnicas de informação e comunicação para aproveitar o maior número de experiências selecionadas e planejadas, dentro das prescrições das ciências que contribuem para o esclarecimento do processo educativo, em âmbito geral, e implica a realização e o desenvolvimento das atividades específicas e complementares da escola (RIBEIRO, 1978, p. 54).

Ribeiro argumenta que não se trata efetivamente da diminuição dos custos com a educação, muito menos, de depreciar ou diminuir a sua qualidade, mas de:

[...] dissolvê-la em nome da difusão e retirar dos enormes dispêndios o melhor e maior proveitos possíveis. É, de um lado, o caso típico da exigência de *gastar bem, em vez de gastar pouco* e, de outro lado, o de fazer *cabeças bem feitas, em vez de cabeças bem cheias* [...] o objetivo da economia deve ser ajustado e articulado tão perfeitamente quanto possível, ajustando o pessoal às funções, não com a preocupação da avareza e do simplismo, mas do aproveitamento integral de todos os recursos disponíveis e a satisfação integral dos objetivos a atingir (RIBEIRO, 1978, p. 54, grifos do autor).

Na concepção do autor, a educação precisa, permanentemente, ajustar-se às intempéries e ao dinamismo do mercado econômico de forma flexível, na proporção das disponibilidades técnicas e nas formas para a abordagem e tratamento da formação da força de trabalho, tendo em vista a sua plena satisfação. A receptividade da educação às imposições do sistema econômico capitalista constitui princípio fundamental para proporcionar os meios para a definição, estabelecimento e oferecimento de seus cursos, rigorosamente organizados em currículos, conteúdos e horários de atividades específicas e supletivas (complementares).

O modelo administrativo educacional e escolar, construído com base nos princípios científicos *taylorianos-fayolianos*, de acordo com Ribeiro (1978, p. 59), procurou atender as demandas humanas e materiais crescentes na proporção e variedade de funções a serem desempenhadas, encarecendo seus custos na medida em que passou a exigir mais cuidadosa e demorada preparação, seleção e manutenção de tais demandas.

A organização burocrático-administrativa flexível às imposições do capital e rígida em sua estrutura e sistematização de atividades e funções, bem como os processos de ensino e de aprendizagem sobre o estabelecimento do currículo e da delimitação de conteúdos, asseguraram a unidade dos objetivos determinados e a plena racionalização de recursos e funcionamento para obter o máximo rendimento com o mínimo susto e esforço possíveis, de acordo com as afirmações de José Querino Ribeiro (1978, p. 60).

Ribeiro justifica a orientação administrativa da educação assentada nas rígidas bases dos fundamentos científicos *taylorianos-fayolianos*, enaltecendo os princípios que orientaram as suas teses no processo de organização e maximização da mais-valia extraída do proletariado. Argumenta que os *Princípios de Administração Científica* provocaram uma verdadeira revolução nas estruturas burocrático-organizacionais das instituições públicas e privadas no interior da sociedade capitalista, caracterizada por uma “notável previsão dos rumos que os problemas administrativos haveriam de tomar com a crescente concentração das empresas e as exigências de racionalização do trabalho de que ele próprio foi, igualmente, o mais notável dos estudiosos” (RIBEIRO, 1978, p. 62).

O autor reitera a importância e as contribuições de Henri Fayol em sua essência clássica, na medida em que complementa as teses de Taylor, sobretudo na própria concepção de administração científica, da qual a organização é parte componente: administrar é prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. A administração representa o conjunto de processos imbricados e unificados, contemplando aspectos que a organização, por si só, seria incapaz de manter sob a sua custódia, como aqueles da previsão, do comando e do controle, visto que:

[...] a conotação de organização abrange somente o estabelecimento das bases formais das estruturas e, portanto, é estática e limitada, dando ao termo conteúdo insuficiente para significar o dinamismo e a amplitude de administração. Por isso, é que a concepção e o termo propostos por Fayol devem ser preferidos para a compreensão do processo intermediário entre trabalhos de base e objetivos a atingir, essa diferenciação nos afigura essencial (RIBEIRO, 1978, p. 63-64).

Ribeiro (1978, p. 64) acrescenta a contribuição de alguns fundamentos de Henri Fayol ao campo da administração, vinculados e derivados de sua perspicácia na definição de princípios sistematizados, tanto em âmbito privado quanto público, quer numa indústria ou numa instituição de ensino, os quais afirmam que:

1) A administração constitui um problema natural inerente a qualquer tipo de grupo humano em ação;

- 2) A administração, inquestionavelmente, é uma atividade produtiva;
- 3) A administração constitui um conjunto de processos articulados dos quais a organização é parte integrante;
- 4) A administração pode e deve ser tratada como um método científico;
- 5) A administração interessa a todos os membros de um determinado grupo em distintas intensidades e proporções.

Aos esforços e à dedicação de Frederick Taylor e de Henri Fayol – argumenta José Querino Ribeiro – devemos a construção e sistematização da administração clássica por meio de aprofundados estudos das empresas privadas e das decorrentes transformações do sistema capitalista que propiciaram um cenário extremamente favorável ao desenvolvimento técnico, científico e econômico que, por seu turno, passaram a exigir uma série de especializações da força de trabalho, para garantir o movimento desenvolvimentista do capital.

A educação em sua dimensão administrativa não pode, por sua vez, renunciar a um conjunto de princípios essenciais à sua existência, organização, sistematização e administração propriamente dita, na conformidade das concepções de Ribeiro (1978, p. 69-71):

- 1) O principal ponto de vista do funcionalismo de Taylor configura ponto pacífico e comum, na medida em que a complexidade das empresas modernas não mais permitiu a fuga de seus fundamentos, deixando de apresentar-se como oposto linear de Fayol, pois os problemas da autoridade, da hierarquia, das ordens passaram a constituir as vigas mestras dos estudos e das práticas da administração;
- 2) Ajustados ou adaptados, aumentados ou relativamente reduzidos, alterados em sua sequência ou meramente reproduzidos, os fundamentos da administração construídos por Fayol permanecem inalterados em sua mais pura essência;
- 3) As operações administrativas (técnicas, comerciais, financeiras, de seguro, contábeis) de uma empresa devem ser consideradas na razão das distinções efetuadas por Henri Fayol, bem como em sua associação e envolvimento pleno;
- 4) Crescente imposição das especializações dos estudos sobre a administração em si e em suas diversas ramificações. Tanto na razão natural dos empreendimentos (administração pública, administração industrial, administração escolar, administração

hospitalar) quanto nos distintos segmentos das atividades empresariais (administração de recursos pessoais, administração de recursos materiais, administração de recursos financeiros). E, ainda, dos próprios fundamentos da administração propriamente dita (planejamento, organização, controle);

5) Dois aspectos das atividades administrativas devem ser considerados em sua distinção: a) administração substantiva e/ou atividades de *staff* técnico (atividades primárias), variam em razão da natureza do empreendimento; b) administração adjetiva e/ou atividades auxiliares (institucionais), permanecem inalteradas para qualquer tipo de empresa;

6) Os estudos contemporâneos de administração, em decorrência das críticas efetuadas à ordem econômica capitalista no contexto dos Grandes Conflitos Mundiais e, mesmo antes, durante e depois do segundo conflito, concentraram-se na correção da tendência à desumanização legada aos estudos da administração científica – como pecado original –, pela derivação da racionalização dos tempos e movimentos e da maximização das atividades laborais do operariado;

7) Tendência sociológica para a condução dos estudos da administração em substituição ao prisma psicológico do passado;

8) Após a Segunda Grande Guerra, aumentaram os trabalhos de emprego da matemática na administração, auxiliando na criação de novas técnicas e processos de planejamento, a *teoria decisória* ou a *teoria de sistemas*, assentadas na ampla utilização de processadores eletrônicos de dados (computadores), assegurando-lhes um tratamento estatístico altamente complexo, com o processamento de um grande volume de dados em um tempo significativamente reduzido;

9) A possibilidade de considerar a administração como um dos mecanismos capazes de resolver os graves problemas gerais que afligem o mundo contemporâneo, como o estabelecimento de uma ordem mundial: eis que o capitalismo extingiria todas as barreiras que impediam ou prejudicavam a sua plena expansão.

A concepção de administração da educação de José Querino Ribeiro (1978, p. 177) pode ser sintetizada pela complexidade de suas características determinantes e determinadas cientificamente para atender à Filosofia, à Política da Educação e à Política de Educação, subservientes às requisições do capitalismo. Educação em mão dupla (técnica e humanística) que se desenvolve antes, durante e depois das atividades escolares específicas e

complementares, tendo em vista contribuir diretamente para a estabilidade econômica do sistema socioeconômico.

Educação orgânica para o capitalismo monopolista, resultado da ação da técnica, da ciência e da tecnologia, orientada pela administração científica clássica estruturalmente burocratizada, orientada pelo imediatismo repetitivo das operações que determinam a limitação das possibilidades da ocorrência de atividades diferenciadas. Requisição da substituição de alguns poucos gestos componentes que demandam comportamentos operacionais dos sujeitos previamente estabelecidos e frequentemente invariáveis. Aprender os movimentos fundamentais para a realização de cada operação, interiorizá-los e executá-los exaustivamente, exige apenas uma formação escolar e profissional restrita à capacidade de memorizar conhecimentos e de repetir operações obedecendo a uma ordem predeterminada (KUENZER, 2002).

A plataforma pedagógica em que se assenta essa educação se restringe à seleção e proposição de conteúdos fragmentados e organizados em base sequencial inflexível. Visa assegurar a uniformidade de respostas para procedimentos padronizados, determina os tempos para aprender e para repetir operações práticas, atende ao rigor e controle pleno das ações do aluno. Esse modelo educativo-pedagógico contempla as demandas do capitalismo financeiro no controle do mundo do trabalho e da vida social e expressa o exercício tecnocrático do poder e da racionalidade, como instrumento de dominação simbólica.

3.6 Conclusão

O crescimento industrial que se processou na passagem do século XIX para os anos iniciais do século XX exigiu da intelectualidade científica e técnica um aprofundamento teórico alinhado às demandas do mercado capitalista em todos os seus segmentos. A formação técnica de mão de obra para atender o processo de maquinização industrial foi ajustada aos princípios de eficácia e eficiência para assegurar ganhos reais de produtividade e lucratividade.

Uma maior e mais complexa organização administrativa das instituições capitalistas se realizou na proporção da evolução do próprio sistema socioeconômico. Uma organização administrativa que se processou em sua essência organizacional e estrutural, assentada na racionalidade burocrática, decisiva para a manutenção da marcha desenvolvimentista da sociedade burguesa monopolista sobre qualquer outra forma de organização.

O estudo da administração burocrática, efetuado por Max Weber em sua profundidade teórico-analítica, nos permitiu especificar o principal instrumento de organização da sociedade capitalista moderna movimentada pela estruturação hierárquica e de racionalização do trabalho concreto: a burocracia e sua dominação legal. A racionalidade burocrática, ao determinar regras e normas técnicas para a organização administrativa das instituições, imediatamente possibilitou o estabelecimento da extensão do primado intelectual técnico-científico *saintsimoniano-vebleniano* para as proposições de ação material, contidas nos princípios da administração clássica *tayloriana-fayoliana*.

Os objetivos da sociedade tecnocrática *saintsimoniana-vebleniana* concentrados na promoção e garantia do bem-estar comum da humanidade foram deslocados – no contexto do capitalismo financeiro – para a permanente inovação tecnológica, para a maximização produtiva, para o consumismo de massas, para o lucro pecuniário num sistema de relações de mercado. Caráter primeiro da ordem econômica burguesa, epicentro em torno do qual os demais elementos constituintes da sociedade foram e são agrupados e em relação ao qual derivam sua importância (PARSONS, 2010, p. 666).

Para Saint Simon e Thorstein Veblen a direção racional da sociedade deveria concentrar-se nas mãos dos cientistas, intelectuais e industriais (tecnocratas) e seria movimentada pela dedicação, competência e eficiência técnica do proletariado tendo em vista o bem comum da população mundial. Taylor (1911) e Fayol (1916) também defendiam que a direção da sociedade deveria ficar sob a responsabilidade de uma elite intelectualizada. Compartilham da concepção de que a marcha evolutiva do capitalismo depende da força de trabalho do proletariado, mas o seu resultado (lucro) não pode ser distribuído de forma igualitária entre os proprietários dos meios produtivos e aqueles que apenas contribuem com a sua mão de obra para o esforço de produção. As posições sociais devem ser consideradas e preservadas.

Max Weber (1971; 2000) explicita a importância da disciplina e da hierarquia para administração do Estado e da sociedade. Princípios fundamentais em Saint Simon e em Thorstein Veblen para a instituição da pressuposta sociedade tecnocrática. O centralismo político do *Conselho de Newton* ou do *Soviet de Técnicos* corresponde à dominação racional legal na estrutura administrativa burocrática que exige capacidade, competência e conhecimentos gerais, concentrados na liderança plena e obediência total do corpo social às regras e normas técnicas preestabelecidas para o exercício de cada função, variável hierarquicamente de acordo com a formação e treinamento técnico recebido pelo funcionário.

Como identificamos no capítulo (estágio) anterior, a técnica deveria substituir o desperdício e a ineficiência de métodos empíricos assentados na tradição artesanal para o sucesso da sociedade tecnocrática (segundo fundamento). Este princípio é aprofundado por Taylor e Fayol, na medida em que definem a seleção e o aperfeiçoamento técnico do operário, atrelado à verificação de suas aptidões e habilidades naturais. A associação dos fatores técnicos aos naturais, considerados pelo cientificismo *tayloriano-fayoliano*, é essencial para que o trabalhador possa produzir sempre mais, mediante o emprego de meios eficazes para alcançar o máximo de eficiência possível.

Saint Simon e Thorstein Veblen argumentam que a ferramenta capaz de instruir, formar e adequar a sociedade a um conjunto de padrões éticos e morais para a felicidade da humanidade é a educação (terceiro fundamento) e que a racionalidade tecnocrática deve zelar para que o sujeito seja educado em uma instituição pública de ensino sob a responsabilidade do Estado (quarto fundamento) tendo em vista o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, fundamental para a sua existência em sociedade (décimo fundamento).

Para a organização burocrática do Estado Moderno tais prerrogativas (instrumentos) vinculam-se, primeiramente, às necessidades do campo econômico e devem ser sistematicamente normatizadas pelos princípios do direito formal. A educação como instrumento de formação técnica do sujeito deve assentar-se na instrução e instrumentalização eficiente da força de trabalho proletária, orientada pelo saber técnico-científico e pela tomada de decisão para o investimento, em conformidade com a satisfação das demandas do mercado, e não para a emancipação de suas ações e relações sociais.

A racionalidade burocrática-tecnocrática, ou seria, a racionalidade tecnocrática-burocrática, preparou o suprimento de mão de obra especializado, que se impôs numa velocidade surpreendente em decorrência da imbricação da técnica, ciência e trabalho, assentada na rígida base produtiva *tayloriana-fayoliana*. Atendeu plenamente as exigências do capitalismo monopolista, como resultado direto de uma necessidade eminente de organização e instituição de um sistema educativo capaz de instrumentalizar e capacitar a força de trabalho proletária e, ao mesmo tempo, alimentar a hierarquia acadêmica de seus quadros dirigentes.

A educação de base inflexível ou rígida atendeu às demandas da divisão técnica e social do trabalho caracterizada pela distinção e limites definidos entre as ações intelectuais (mentais) e instrumentais (manuais) do trabalhador. O modelo pedagógico Taylor-Fayol determinou as funções a serem exercidas tanto por dirigentes quanto por operários no

processo produtivo. Tipo pedagógico de educação estruturalmente verticalizado e desdobrado em vários níveis operacionais, cujo objetivo principal era (é) a produção em larga escala de produtos homogêneos, para atender ao mercado heterogêneo em expansão consumista.

No interior da racionalidade administrativa burocrática, a tecnocracia representa o meio pelo qual é possível transformar um pensamento ou uma ação política qualquer, em ação societária racionalmente ordenada. Configurada pela essência, adequação, variação e ampliação de seus fundamentos na materialização do pensamento em instrumento de socialização das relações de poder, representa a própria concretização instrumental do poder de primeira ordem, na defesa e propagação da ideologia burguesa na sociedade capitalista contemporânea, assentada no aparelho burocrático-tecnocrático da autoridade instituída e resguardada pelo treinamento especializado, pela especialização funcional do trabalho e pela fixação da ação para a dominação legalmente legitimada e metodicamente integralizada; considerando os seguintes princípios:

- A) Governar é prever, e prever é planejar todas as atividades da empresa;
- B) Organizar é estruturar a empresa em todas as suas atividades;
- C) Comandar é dirigir o pessoal no desempenho pleno de suas atividades;
- D) Coordenar é unir e harmonizar todas as ações e esforços da empresa para facilitar o seu funcionamento e sucesso econômico;
- E) Controlar é vigiar o desenvolvimento de todas as atividades para que sejam empreendidas de acordo com as determinações do programa de ação da empresa.

4 TERCEIRO ESTÁGIO: TECNOCRACIA E UTILITARISMO

No primeiro semestre de 1929, a imensa produção estadunidense entrou em retração e levou consigo os preços dos produtos agrícolas e industriais. O período de prosperidade econômica que havia caracterizado os anos iniciais do século XX atingia o seu esgotamento e evidenciava que, tanto a demanda estadunidense quanto a demanda mundial, não tinham condições de absorver a demasiada produção.

Iniciava-se uma crise econômica que, rapidamente, contaminaria todas as partes do mundo, desde as mais centrais e poderosas nações europeias como a Inglaterra, França ou Alemanha até os Estados agroexportadores mais pobres como Equador, Chile, Nova Zelândia, Egito ou Turquia. A crise produtiva agrícola se abateu sobre todos os continentes, os preços do chá, do trigo, do café dentre outros tantos produtos primários despencaram (HOBSBAWM, 1995).

O desemprego constituiu o efeito mais devastador da depressão que emergia e apontava o clima de catástrofe sobre a política econômica dos países industrializados. O seu impacto central foi traumático para os trabalhadores e atingiu também a burguesia, os políticos, os intelectuais, os cientistas, e até mesmo os especialistas em economia, que acreditavam numa solução política senão imediata, pelo menos em curto prazo. Jamais previram que a resolução de tais problemas extrapolaria o ponto em que a classe pobre tivesse atendidas as suas necessidades de alimentação ou moradia (HOBSBAWM, 1995).

Qualquer possibilidade de recuperação econômica imediata foi desmitificada aos 24 dias do mês de outubro de 1929 com o estouro ou crash⁷⁵ da Bolsa de Valores de Nova York (BVNY). A inexistência de uma solução no interior da velha dinâmica liberal tornou dramática a situação dos tomadores de decisões políticas e econômicas para o mercado econômico, a sociedade e o Estado (HOBSBAWM, 1995).

Para combater a Grande Depressão de 1930, era preciso remover as bases da economia liberal clássica. As atividades comerciais despencaram aproximadamente sessenta pontos percentuais, entre 1929 e 1932. Os Estados Nacionais erguiam barreiras, cada vez maiores, para proteger os seus mercados e moedas contra a instabilidade econômica mundial, mesmo conscientes de que tais atitudes resultariam na dissolução do sistema internacional multilateral de comércio e aprofundaria os efeitos negativos da crise.

⁷⁵ Estouro ou Crash: colapso dos preços ativos, tais como ações ou títulos negociados em bolsa de valores ou a quebra de um grande banco ou de um grupo de empresas em um setor da economia (PRADO, 2011, p. 3).

A primeira questão que se impunha em tal contexto era como eliminar os fundamentos da economia clássica que conduziram o mundo a tamanha crise. Como edificar uma nova fundamentação teórica capaz de sustentar uma proposta de reorganização político-econômica da sociedade capitalista, contrariando os pilares de sustentação da economia liberal *smithiana* e seus defensores, sem perder de vista os trilhos do desenvolvimento?

No processo de realização de nossas leituras analíticas sobre a Grande Depressão de 1930, nos deparamos com um conjunto de fundamentos teóricos elaborados por especialistas no trato do campo econômico. O resgate do sistema capitalista da crise dependia da imediata diminuição dos extremados índices de desemprego, portanto, da retomada da produção e do consumo. Era necessário regular institucionalmente as relações do e no mercado econômico, e caminhar em direção à economia macro.

Concentramos os nossos estudos nas teses de John Maynard Keynes e dedicamos maior ênfase aos escritos contidos na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada, originalmente, em 1936. Formado na ortodoxia liberal, mas contrário aos seus principais postulados, Keynes nos apresenta a associação de um substancial conhecimento da teoria econômica clássica a uma grande determinação. A sua capacidade de análise retórica associada a uma experiência concreta do mundo econômico e financeiro nos permite encontrar os caminhos por ele definidos para a intervenção do Estado no campo econômico.

As teses *keynesianas* são fundamentais para que possamos atingir o primeiro objetivo estabelecido para este capítulo, ou seja, contrariando os postulados da teoria clássica liberal de não intervenção, apontar as suas principais proposições teóricas para a reorientação administrativa do capitalismo.

O nosso segundo objetivo busca identificar e explicitar a concepção de capital humano, aplicado ao trabalhador, em função da formação educacional, para promover a sua máxima produtividade em atendimento às demandas administrativas do campo econômico. Para tanto, recorreremos a Theodore William Schultz, especificamente às obras *Investimento em Capital Humano* (1961), *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa* (1961) e *O Valor Econômico da Educação* (1963).

Discutimos, na primeira seção deste capítulo, a importância das previsões de John Keynes sobre as deficiências do sistema econômico capitalista no contexto da Grande

Depressão de 1930 e apontamos alguns princípios político-econômicos para a (re)organização do sistema. Na segunda seção, abordamos a necessidade da existência da estrutura burocrática para empreender as mudanças necessárias na sociedade capitalista e superar os postulados metafísicos do liberalismo.

Na terceira seção, tratamos dos fundamentos centrais da economia *keynesiana*: Política Monetária (investimento), Política Cambial (equilíbrio da balança comercial) e Política Fiscal (gastos públicos, impostos e tributos). Na seção seguinte, apresentamos a instituição do planejamento estatal macroeconômico derivado das teses *keynesianas* concentrado na tarefa de promover crescimento econômico propriamente dito.

Abordamos, na quinta seção, o entendimento de Theodore Schultz sobre as análises conceituais de capital humano para especificar o valor econômico do homem na relação entre investimento em educação e capacidade produtiva do sujeito. Discutimos a perspectiva do investimento em si mesmo, para garantir ao sistema capitalista de produção os recursos humanos vitais para a sua movimentação e mobilidade plenas.

Na sexta seção, sintetizamos as principais proposições teóricas de John Maynard Keynes para a reorientação administrativa do capitalismo em oposição à teoria clássica, e identificamos os aspectos elementares da educação, representados por seu valor econômico, decorrentes do investimento em capital humano.

4.1 Depressão Econômica e Utilitarismo Tecocrático

A burocracia do Estado Moderno em sua composição estrutural assegurou aos cientistas e intelectuais um lugar de destaque na sociedade capitalista, em virtude da profundidade de seu saber e ampla racionalidade técnica, e forneceu à burguesia a força de trabalho especializada para garantir a constante e vigilante defesa de seus interesses, na medida em que ajustou e manteve o sistema econômico sob a sua dominação.

A utilização e ampliação dos conhecimentos técnicos e a institucionalização das atividades científicas transformaram-se em um segmento integrado da sociedade, estruturado e organizado em bases profissionais concretas, exigindo da classe dominante o reconhecimento do novo tipo de homem social aos seus préstimos: o tecnocrata, no exercício de poder, mediante a ampla utilização do aparelho do Estado e de todos os seus órgãos componentes.

No calor da Grande Depressão de 1930, a tecnocracia como fenômeno político expressa a especificidade da luta pelas vantagens e desvantagens associadas à posse e ao exercício do poder. Explicita a realidade de que as partes envolvidas em tais embates ainda não se encontravam devidamente equipadas com os meios e instrumentos para ocupar as posições de poder ou exercer influência sobre aqueles que as controlavam, com a aplicação de seu principal instrumento político: o saber amplo e permanente concentrado no domínio dos assuntos e questões do campo econômico.

É possível inferir que John Maynard Keynes representa a personificação e utilidade desse saber aos préstimos do capitalismo moderno, na medida em que concentra seus esforços num conjunto de medidas resultantes de suas análises e reflexões histórico-filosóficas, para superar a rigidez teórica do liberalismo econômico clássico⁷⁶, e procurar amenizar os efeitos da grande crise econômica de 1930.

Keynes, por sua capacidade e habilidade intelectual, constitui a afirmação do cientista econômico na coordenação e direção tecnocrática da sociedade. Coordenação essa, assentada na utilização do Estado e de seu aparelho burocrático para a criação de políticas econômicas e sociais, públicas ou não, consideradas em seus aspectos técnicos e associadas ao desenvolvimento científico, assim como às suas limitações ou à necessidade da imposição de limites, tendo em vista adequá-los à satisfação das carências imediatas do sistema econômico capitalista, sobretudo em momentos de crise.

A importância da denominada *Revolução Keynesiana* para a economia do século XX pode ser comparada à profundidade teórica da crítica *marxiana* à economia política clássica do século XIX. Embora divergentes em suas posições e objetivos, ambas as teorias são relevantes para a compreensão histórica do capitalismo: enquanto Marx exalta o paradoxo da luta de classes e a exploração da mais-valia, propondo a superação do sistema capitalista mediante a sua extinção; Keynes aponta as deficiências do sistema em si e indica os possíveis remédios para curar o paciente. Ao mesmo tempo em que denuncia o *laissez-faire*⁷⁷, John Keynes propõe a adoção de uma política econômica intervencionista, para reordenar o capitalismo e preservá-lo como sistema econômico hegemônico.

⁷⁶ Keynes emprega a expressão *clássica* para denominar os economistas liberais do passado, assim definidos e amplamente analisados por Karl Marx – Adam Smith, Jean Baptiste Say, David Ricardo, John Stuart Mill –, mas também aos seus contemporâneos – Arthur Cecil Pigou e Alfred Marshall – que compartilhavam das teses econômicas assentadas em mecanismos inerentes ao sistema responsáveis por garantir o pleno emprego (KEYNES, 1970, p. 23-31).

⁷⁷ *Deixai fazer (sem intervenção)*.

Tanto em palestras proferidas em instituições educacionais, empresariais e governamentais pelo mundo, como em textos publicados antes do acontecimento do crash da Bolsa de Valores de Nova York (BVNY) e da conseqüente Depressão de 1930, Keynes chamava a atenção de políticos, empresários e autoridades mundiais em geral, sobre a urgente necessidade de equalizar o processo produtivo e os volumosos ganhos de produtividade, resultantes do método de administração científica de Taylor, associado à inovadora linha de produção de Henri Ford.

O quadro institucional para a regulação concorrencial mostrava-se completamente ineficaz e incapaz de assegurar uma equitativa distribuição de renda e riqueza, subjugado à generalização do regime de trabalho assalariado do proletariado e da produção em massa, determinada pelo capitalismo monopolista. Era preciso implementar ações imediatas para viabilizar o escoamento da intensa produção e dos imensos estoques, por meio de uma ampla redistribuição de renda, garantindo o consumo em função da equação emprego-salário. Era necessário formar, em curto prazo, um mercado de massas supranacional, pois, de outro modo, o sistema entraria em convulsão.

Keynes advertia que, para evitar a crise cíclica do sistema capitalista, era preciso assegurar a confiança da ampla maioria da população, sobretudo do mercado econômico. Era preciso realizar obras públicas, sem recorrer ao financiamento de impostos e reduzir de imediato a taxa de juros de longo prazo. Os insistentes e reiterados conselhos de John Keynes não foram instantaneamente ouvidos ou seguidos por *Westminster*⁷⁸, que se recusava a efetuar empréstimos para garantir o aumento de recursos disponíveis e a gastá-los de modo a assegurar a sua reuplicação com gastos com os trabalhadores ou com outras pessoas e instituições beneficiadas com tais empréstimos, para garantir a estabilidade das relações econômicas no interior do mercado (GALBRAITH, 1980, p. 212).

As políticas econômicas propostas por Keynes foram implementadas, inicialmente, em países em que eram menos conhecidas e difundidas, como na Alemanha, por exemplo, que, a partir de 1933, passou a efetuar empréstimos e a empregá-los, de acordo com as teses de Keynes, para refrear as elevadas taxas de desemprego. O governo nazista focalizou os seus investimentos em obras públicas, superrodovias (autobahnen), estradas de ferro (eisenbahn), edifícios públicos. Adotou um rígido controle da taxa de câmbio, fundamental para tranquilizar os mais desesperados e evitar a remessa de capitais para o exterior. O

⁷⁸ Área em que se concentra o poder político inglês.

consumo interno foi amplamente incentivado (produto nacional). No último trimestre de 1935, o desemprego na Alemanha estava superado e, em 1938, atingia uma situação de pleno-emprego e de preços perfeitamente estabilizados (GALBRAITH, 1980, p. 213).

John Maynard Keynes em carta aberta ao presidente Franklin Roosevelt (16/12/1933), publicada pelo New York Times em 31 de dezembro de 1933, resume a sua teoria à afirmação da importância dispensada ao aumento do poder aquisitivo nacional, resultado dos investimentos do governo via financiamento de empréstimos. Keynes propõe a adoção de uma série de medidas políticas de ordem técnica, para equalizar a economia estadunidense, em tom de extrema perspicácia e refinada elegância, conforme podemos observar no seguinte recorte do parágrafo terceiro:

[...] Caro Senhor Presidente, o senhor está engajado em uma dupla tarefa, recuperação e reforma – recuperação da crise e aprovação de reformas sociais e atividades empresariais que há longo tempo deviam ter sido realizadas. Para a primeira, velocidade e presteza são essenciais. A segunda pode ser também urgente; mas precipitação pode ser prejudicial, e sabedoria para perseguir objetivos de longa duração são mais importantes do que resultados imediatos. Será através do aumento do prestígio de sua administração no processo de curto prazo de recuperação da economia, que o senhor terá o impulso necessário para realizar as reformas permanentes. Por outro lado, mesmo reformas sábias e necessárias podem, sob certo ponto de vista, impedir e complicar a recuperação. Porque essas ações irão afetar a confiança do mundo dos negócios e enfraquecer as suas motivações para agir, antes que o senhor tenha tempo para apresentar outros motivos que cumpram o mesmo papel (KEYNES, 1933)⁷⁹.

A Teoria Geral de Keynes conquistou os Estados Unidos da América, penetrando e difundindo-se no seio do mundo acadêmico. Partiu da Universidade de Harvard em direção a Washington, onde encontrou os seus verdadeiros aliados e maiores expoentes. No *Federal Reserve System*⁸⁰, contou com o apoio incondicional de Marriner Eccles⁸¹ –

⁷⁹ Original na Língua Inglesa: Dear Mr. President, you are engaged on a double task, recovery and reform – recovery from the slump and the passage of those business and social reforms which are long overdue. For the first, speed and quick results are essential. The second may be urgent too; but haste will be injurious and wisdom of long-range purpose is more necessary than immediate achievement. It will be through raising high the prestige of your administration by success in short-range recovery, that you will have the driving force to accomplish long-range reform. On the other hand, even wise and necessary reform may, in some respects, impede and complicate Recovery. For it will upset the confidence of the business world and weaken their existing motives to action, before you have had time to put other motives in their place (KEYNES, 1933).

⁸⁰ *Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos da América.*

⁸¹ Marriner Stoddard Eccles (Logan, 1890 – Salt Lake City, 1977): economista e banqueiro estadunidense teve a oportunidade de sentir e vivenciar o caos do crash da BANY ao observar as imensas filas de depositantes que se formavam nas portas de seus próprios bancos para a retirada em massa do dinheiro. Viu homens na busca improdutiva e desesperançosa por emprego, conheceu os fazendeiros falidos e preocupados com a garantia da vida e se perguntava por que o governo não investia recursos para produzir empregos e ajudar os agricultores e operários a se recuperarem? Ele colocou em prática nos Estados Unidos as teses de Keynes.

Fonte: https://www.richmondfed.org/publications/research/special_reports/treasury_fed_accord/bios/eccles.cfm.

trazido do Estado de Utah pelo próprio Franklin Delano Roosevelt – que tinha como assistente econômico principal Lachlin Currie, o qual, em tempo posterior, assumiu a assessoria direta do próprio Presidente Roosevelt. Nos anos finais da década de 1930, “o professor Alvin Harvey Hansen da Universidade de Harvard, os dedicados apóstolos Paul Anthony Samuelson e Seymour Harris tornaram as teses *keynesianas* ponto pacífico no pensamento econômico estadunidense” (GALBRAITH, 1980, p. 220).

Para Keynes (1936) a Depressão Econômica de 1930 constitui elemento único na retórica tecnocrática da ordem político-econômica mundial, pois expressa a sua origem a partir da dinâmica econômica estadunidense e se estende para o mundo por meio da inadequação do sistema monetário internacional, baseado no padrão-ouro. Prado (2011, p. 29) argumenta que as teses *keynesianas* revolucionaram não apenas a forma de administração da economia, “mas defenderam a necessidade de uma ordem econômica internacional, compatível com as políticas macroeconômicas ativas no plano doméstico”, priorizando a satisfação do campo social como base de sustentação para o desenvolvimento do campo econômico.

Num passado recente a tecnocracia se ocupou em realizar transformações no sistema produtivo e introduzir uma organização administrativa, dotada de racionalidade técnica para a condução das instituições públicas e privadas sob o primado da eficiência e da eficácia tendo em vista assegurar o desenvolvimento da sociedade capitalista. Agora (1930) concentrava seus esforços no resgate do sistema da profunda depressão que estremecera as suas bases de sustentação. A reinvenção dos elementos estruturantes e a alteração de suas relações dinâmicas se faziam imprescindíveis para a sua existência e manutenção como sistema de poder hegemônico.

A centralidade tecnocrática migra da engenharia (orientada pelos pressupostos de Thorstein Veblen e pela tradição francesa consubstanciada em Henri Fayol) para a economia (administração e planejamento), redefinida pelos especialistas ingleses e estadunidenses. Ambos consideravam o engenheiro como uma peça componente da máquina produtiva e apêndice do *staff* tecnocrático. O economista no contexto da reorganização da sociedade representava o verdadeiro administrador da máquina político-econômica. Era ele o intelectual dotado de ampla capacidade, racionalidade e visão geral da sociedade com base na apreensão de sua estrutura econômica.

O economista, em razão de suas virtudes e utilidade prática, reúne a essência da tecnocracia para a realização do capitalismo contemporâneo. Segundo Prado (2011), o

economista é eficiente e eficaz na redefinição de funções e propósitos no campo econômico, no campo político, no campo social, no campo da política econômica em condições macro, bem como na ampla utilização do campo educacional para ampliar a produtividade econômica do sistema, mediante a formação, especialização e o aperfeiçoamento da força humana de trabalho.

O século XVIII representou o marco inicial da grande era das inovações científicas e técnicas. As criações e invenções renovadas nos séculos XIX e XX com o emprego/utilização “do carvão, do vapor, da eletricidade, do petróleo e do aço, da borracha, do algodão e das indústrias químicas, das máquinas automáticas” caracterizam um novo ciclo de desenvolvimento tecnológico que passou a contar com administração clássica de Frederick Taylor e de Henri Fayol, estruturada na racionalidade burocrática estudada por Max Weber (KEYNES, 1984b, p. 153). De acordo com Eric Hobsbawm (1995; 2011) e Maurice Dobb (1987), esse período de significativa evolução técnico-científica proporcionou um expressivo crescimento da população mundial e gerou uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

O padrão médio de vida dos europeus e dos estadunidenses, por exemplo, quadruplicou nesse período, e o “capital cresceu numa escala muito além de uma centena de vezes do que jamais existiu em qualquer período anterior”. A produção industrial per capita durante os anos de 1920 em solo estadunidense era 40% maior do que no final da década anterior, e a “eficiência técnica na Europa, no mesmo período, aumentou a uma taxa geométrica de mais de 1% ao ano”, de acordo com Keynes (1984b, p. 153).

Em 1928, John Keynes afirmava que as transformações técnicas implementadas na mineração, na indústria e nos transportes atingiriam rapidamente o setor agrícola e todas as funções produtivas diminuiriam os esforços humanos a que estavam acostumados, em $\frac{1}{4}$, visto que:

[...] a própria rapidez destas mudanças nos aflige e provoca problemas difíceis de resolver. Aqueles países que não estão na vanguarda do progresso suportam-nas apenas relativamente. Estamos sendo atingidos por uma nova doença, o *desemprego tecnológico*. Isto significa um desemprego causado pela nossa descoberta de meios para economizar o emprego do trabalho a um ritmo maior do que aquele pelo qual conseguimos encontrar novas utilizações para a força de trabalho (KEYNES, 1984b, p. 154, grifos do autor).

Para atingir tal nível de desenvolvimento tecnológico vinculado ao sentimento de satisfação econômica dependeria da disposição da sociedade em confiar à ciência a direção de questões relacionadas ao controle populacional mundial, à determinação de mover guerras

ou não, às dissensões civis, à regulação do mercado e ao ritmo de acumulação fixado pela relação entre a produção e o consumo. No entendimento *keynesiano*, a importância do problema econômico propriamente dito não deveria ou não poderia ser superestimado pela sociedade de forma geral, pois ela (a sociedade) não dispunha de conhecimento técnico-científico para realizar tal juízo de valor. Essa atribuição era exclusividade dos especialistas em economia, homens capazes de efetuar os encaminhamentos para a solução deste problema.

John Keynes justifica o papel do economista na condução técnica da sociedade, argumentando sobre a importância de suas convicções racionais e sobre as relações que ocorrem no interior da sociedade. O autor adverte que as ações irracionais também podem ser definidas como crenças de uma verdade instituída, mas que não pode ser explicada, cientificamente, pelo “conjunto de premissas que são fornecidas por forças e circunstâncias não objetivas”. Tais verdades são instituídas em função de “tipos de relações lógicas sobre as quais é possível basear os raciocínios e sobre os quais temos a capacidade de perceber as conclusões a que podemos chegar” para manter uma relação objetiva e inteiramente lógica com tais premissas desde que consideradas a técnica de trabalho do tecnocrata e obedecidas as seguintes condições, (KEYNES, 1984a, p. 84, 78 e 79):

1) Relação lógica entre dois conjuntos de proposições (relação de probabilidade): o dinheiro como moeda de troca não representa apenas o veículo que permite mensurar o valor de uma mercadoria, considerado somente na proporção da quantidade de força de trabalho empregada em sua produção, mas o seu valor considerado em todos os gastos (custos) que envolveram o processo produtivo.

O dinheiro não deve ser confundido com qualquer outra mercadoria visto que seu custo de produção não é considerado no interior do mercado (custo nulo), a sua emissão é responsabilidade da autoridade monetária do Estado nacional e sua importância como reserva de valor (poupança) é extremamente alta. Nenhuma mercadoria produzida pelo gênio científico do homem é capaz de substituir o dinheiro como riqueza ativa de disponibilização imediata. Tanto dinheiro como mercadoria são essenciais para a movimentação das relações econômicas. Dinheiro e mercadoria se relacionam direta e logicamente, porém as definições (prováveis) de seus valores e importância são distintas;

2) Utilização e aplicação do termo provável à racionalidade: resultado do conhecimento de proposições secundárias⁸², que afirmam a existência de relações de probabilidade em sentido fundamentalmente lógico.

A regulação e o controle do sistema econômico e das políticas econômicas não deveriam mais ser deixados ao livre jugo do mercado e das orientações liberais clássicas, pois o resultado já era conhecido: crise e depressão econômica. Uma ação intervencionista do Estado, por meio do estabelecimento da administração dos fatores e problemas internos entre as políticas monetária, fiscal e cambial, conduzida pela racionalidade tecnocrática, possivelmente resgataria o sistema econômico da crise e asseguraria a manutenção dos privilégios das elites dominantes;

3) Utilização e aplicação do termo provável à proposição que é objeto do grau provável de crença racional e que contém a relação de probabilidade no que remete às proposições que incluem as evidências: o capitalista possui a capacidade e livre iniciativa de empregar seus recursos monetários em bens de capital, máquinas e equipamentos, gerando empregos, renda e riqueza social.

Na avaliação *keynesiana*, tal capitalista é incessantemente confrontado em suas opções de investimento em razão das incertezas de um futuro implacavelmente desconhecido, mas a probabilidade de obtenção do lucro (mais dinheiro) é exatamente o que o move em direção à realização de novos empreendimentos.

A criação de novos postos de trabalho assegura a percepção de salário por uma massa populacional, dependente da vontade e disposição do capitalista em abrir mão do lucro imediato da venda de suas mercadorias. Deve empregar o seu dinheiro em infraestrutura e na aquisição de máquinas e equipamentos para garantir a melhoria da produção e da produtividade de sua empresa. Embora retarde para médio e longo prazos a sua lucratividade, gerará, no entanto, um aumento significativo – causa e consequência de suas opções e ações – do emprego e da distribuição de renda.

O conhecimento dessas proposições tanto pode ser obtido diretamente pela observação, análise e entendimento do objeto de estudo, quanto indiretamente pelo exercício do raciocínio lógico, resultante da percepção da relação de probabilidade da proposição a

⁸² As proposições de ordem secundária na apreensão de Keynes (1984a, p. 77-78) são aquelas que possuem o mais elevado grau de crença racional ou certeza racional da crença e sua estreita relação com o conhecimento.

respeito da qual se busca o conhecimento com outras proposições, configurando o que Keynes (1984a) denominou: *a arte de raciocinar*.

No entanto, o conhecimento completo, consequência da arte de raciocinar, não deve ser considerado de forma absoluta e imutável. Keynes argumenta que seu ponto de partida está localizado na relatividade das experiências individuais, ou seja, o que é natural é evidente por si mesmo; na análise de outro indivíduo, pode ser apenas uma crença provável e, ainda para um terceiro, não chega a compor as suas crenças racionais, sendo, portanto variável.

Não é prudente, pois, supor que todas as proposições verdadeiras de ordem secundária sejam ou devam ser universalmente conhecidas e reconhecidas e nem que todas as proposições verdadeiras de ordem primária⁸³ necessariamente o sejam, uma vez que não é possível conhecer uma proposição, se ela não for verdadeira, uma vez que a sua racionalidade é derivada do conhecimento de alguma proposição secundária correspondente.

Eis a crítica de John Maynard Keynes (1984a, p. 78-80) à inflexibilidade e rigidez teórico-metodológica da escola liberal clássica. A passagem de um conhecimento da proposição para um conhecimento sobre a proposição representa um conhecimento direto, isto é, o entendimento da existência de uma relação lógica entre elas, permitindo o conhecimento direto da proposição de ordem secundária, que assevera a relação de probabilidade.

Para identificar uma proposição verdadeira Keynes defende a sua importância e utilidade na vida prática, porém a verdade não deve ser considerada como um fim em si mesma e na força das circunstâncias:

1) Os postulados da economia liberal clássica⁸⁴ eram verdadeiros para os seus formuladores e defensores, encantaram as gerações dos séculos XVIII e XIX sob a égide de um mundo perfeito, em que as forças do mercado e seus mecanismos automáticos de ajustamento assegurariam o pleno emprego;

2) Essas mesmas forças e mecanismos seriam suficientes para conduzir o sistema produtivo à sua eficiência máxima; elevariam ao grau extremo tanto os lucros dos

⁸³ Keynes (1984a, p. 78) entende por proposições de ordem primária todas aquelas que possuem um grau provável de crença racional.

⁸⁴ A teoria econômica clássica dominou o pensamento econômico mundial até a década de 1930 e possuía uma orientação fundamentalmente microeconômica. O principal mecanismo de coordenação entre as relações de produção e consumo na microeconomia é o preço. Portanto, a economia clássica ou microeconomia é essencialmente um estudo da oferta, pela qual os produtores são responsáveis, e, da procura, dependente do comportamento (vontade, desejo) dos consumidores (WALRAS, 1874).

produtores como a satisfação dos consumidores em direção a uma maximização distributiva de renda entre os capitalistas e apenas entre os capitalistas (proprietários dos fatores de produção).

Por sua (in)utilidade prática, Keynes comprovava, diante das circunstâncias que os postulados autorregulados pelo mercado não atendiam às necessidades reais e concretas do capitalismo em situação de crise. Era preciso propor novas verdades para resgatar o sistema econômico de tal situação e recolocá-lo nos trilhos do desenvolvimento, de forma eficiente.

Se, de uma parte, John Maynard Keynes parece colocar-se como porta-voz de uma nova era (proposição de uma nova verdade de ordem primária) desvincilhando-se de sua formação liberal clássica (verdade pretérita, de ordem secundária) e apontar em direção ao novo assentado na ampla utilização da razão prática para a construção teórica de suas teses, de outra parte, preservou a essência do burguês de seu tempo, convicto no empreendimento de reinventar os fundamentos de sustentação do sistema capitalista (proposição de um conjunto de verdades, de ordem secundária), tendo em vista assegurar a sua manutenção e garantir a sua perpetuação hegemônica.

Keynes não admitia a possibilidade de deixar o sistema capitalista à sorte de sua regulação, pois que resultaria (como de fato resultou) em crise crônica de subemprego e de subconsumo. O liberalismo clássico e seus defensores, na concepção *keynesiana*, eram tão medievais quanto os princípios feudais, contra os quais haviam lutado em tempos idos. Que diferença poderia existir entre a mão invisível *smithiana* do mercado e o equilíbrio geral *walrasiano*⁸⁵? Como acreditar que somente o poder das palavras divinas proferidas por interlocutores religiosos institucionalizados justificariam, de forma ética e moral, a compatibilização entre as liberdades individuais da concentração de renda e a exploração do trabalho assalariado?

Acreditar em uma mão invisível do mercado que não comete erros ou que autorregula o sistema, não ultrapassa os singelos limites da justificação metafísica fundamentada na crença de que “os indivíduos não possuem a racionalidade livresca

⁸⁵ O equilíbrio geral da economia segundo Marie Éspirit Léon Walras (1874) parte da relação oferta-demanda (utilidade marginal) assentada numa pressuposta existência hipotética de uma concorrência perfeita, de modo que os consumidores aumentam sua satisfação por meio da aquisição das mais variadas mercadorias, os produtores atribuem maior valor possível aos seus produtos, tendo em vista intensificar seus lucros, os fatores de produção são utilizados em sua máxima extensão e eficiência sendo assegurado o pleno emprego.

pressuposta sem prova”, visto que nenhuma força seria capaz de agregar a sociedade *per si*⁸⁶. Na terra de David Hume e John Locke o empirismo exigia que a ciência fosse submetida ao altar dos fatos. Não existiria para Keynes ou para qualquer outro intelectual perspicaz, argumento mais eficaz para criticar o liberalismo econômico clássico (FONSECA, 2010, p. 431).

Na apreensão de Pedro Fonseca (2010), Keynes conseguiu ultrapassar os limites impostos pela análise do mundo em sua época para além das questões teóricas; ele conseguiu assegurar a extensão de seu campo de análise para as questões práticas sobre a economia política, a partir da análise teórica do sistema econômico capitalista considerado em sua essência real e concreta. Com base na experiência ele construiu uma política operacional (conjunto de medidas técnicas) verdadeiramente capaz de atuar e intervir sobre e no campo econômico.

Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que a posição tomada por sobre as convulsões da economia capitalista não tenha significado a sua oposição ao sistema, mas sim a sua repulsa aos recorrentes erros ou enganos cometidos pelo conservadorismo e determinismo do liberalismo clássico e sua rejeição à realização de inovações técnicas no campo econômico. Como bom burguês, as análises, reflexões e críticas efetuadas por Keynes foram diretamente endereçadas à condução do sistema capitalista orientado pela ortodoxia do liberalismo econômico clássico. A preocupação *keynesiana* estava completamente focalizada na urgente realização de mudanças teóricas, técnicas e práticas no capitalismo na perspectiva de evitar possíveis e novas crises econômicas cíclicas que pudessem prejudicar ou abalar a estabilidade da burguesia.

4.2 Formulações Tecnocráticas e Utilitarismo do Estado

A implementação das teses *keynesianas* em seu conjunto, dependeu fundamentalmente da estrutura organizacional burocrática do Estado para garantir a eficiência marginal do capital, e encontrou no campo educacional o mais importante instrumento contido no aparelho do Estado, à disposição da propagação e legitimação da ideologia burguesa como pilar de sua sustentação hegemônica capitalista.

O economista (tecnocrata) na direção das políticas de Estado – de acordo com Keynes – compreende com argúcia política os destinos do campo econômico e do campo

⁸⁶ *Em si; por si.*

social. A realização de reformas nas estruturas organizacionais desses campos, sem alterar a posição e relação entre as classes sociais, constitui o caminho para preservar e reafirmar a hegemonia do sistema. A instituição de uma administração competente, eficiente e eficaz depende de um planejamento pleno e de uma previsão permanente que, por sua vez, são vitais para recolocar e/ou manter o sistema econômico nos trilhos do desenvolvimento.

O propósito técnico central contido na obra *keynesiana* reside exatamente na construção de um modelo alternativo para a economia liberal clássica. Economia clássica que desprezava o fato de que os problemas econômicos resultam do alto risco assumido, da incerteza de retorno dos investimentos e da ignorância, praticados em seu tempo. O autor defendia a adoção e organização de uma agenda estatal para empreender as atividades tecnicamente sociais que estavam fora do âmbito individual, visto que:

[...] a cura para esses males deveria ser procurada no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central e em parte na coleta e disseminação em grande escala dos dados relativos à situação da economia, inclusive a ampla e completa publicidade, se necessário por força de lei, de todos os fatos econômicos úteis de conhecimento. Essas medidas envolvem a sociedade no discernimento e controle, através de um órgão adequado de ação de muitas das complexas dificuldades do mundo dos negócios, embora mantendo desimpedidas a iniciativa e a empresa particulares (KEYNES, 1984c, p. 124).

Essas ações somadas a uma série de outras medidas de regulação, controle e fiscalização do campo econômico promoveriam, de acordo com Keynes, o aperfeiçoamento técnico do sistema capitalista moderno, que contaria com a participação coletiva da sociedade, devidamente coordenada pelo aparelho do Estado. No entanto, a ideologia burguesa não incorreria em erro, reafirmaria sempre a importância da harmonia entre os interesses do Estado na razão de sua conveniência, por meio da ação tecnocrática e dos interesses individuais e na apreciação dos “sentimentos de benevolência universal de uns para com os outros; daí a utilidade e superioridade da ciência e da técnica sobre o simples conhecimento prático” (KEYNES, 1984c, p. 113).

Chamamos a atenção para a concepção de regulação, entendida como conjunto de leis, mecanismos, costumes e normas capazes de assegurar o “respeito dos agentes econômicos⁸⁷ à rotina necessária para a reprodução do regime de acumulação”, sendo consideradas as relações sociais e arranjos institucionais responsáveis pela estabilização e

⁸⁷ A concepção de agente econômico em Keynes (1984c) reside na apreensão das decisões e ações tomadas de forma racional por um indivíduo, por um grupo de indivíduos, por uma instituição ou associação de um conjunto de instituições públicas ou privadas que influenciam direta ou indiretamente no campo econômico (pessoa, família, empresa privada, pública ou mista, Estado).

crescimento econômico do sistema. Fariam parte dessa concepção a distribuição da renda e do consumo em seu interior, visando ao atendimento dos campos econômico, político, social e cultural, articulados por meio de políticas públicas formuladas pela racionalidade, competência e eficiência do *staff* tecnocrático e devidamente implementadas pelo Estado (LIMONCIC, 2003, p. 126).

Keynes organiza as suas teses para a administração da economia na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936)*. As discussões referem-se diretamente aos elementos constituintes do capitalismo e suas relações como emprego, salário, consumo, demanda, preço e moeda regulados pela ação utilitária do Estado na condução das políticas econômicas para a regulação monetária, cambial e fiscal.

John Keynes argumenta que os muitos enganos cometidos pela escola clássica ferem a realidade e o senso prático do campo econômico. Ao contrário do que insistiram acreditar a ortodoxia liberal e os seus contemporâneos liberais, que a prática da renda corrente dos agentes econômicos, somada à taxa de juros determina a demanda por bens de consumo, assim como a taxa de lucro futuro cristalizada pelo capitalista, na eficiência marginal do capital⁸⁸ e da taxa de juros, determinam a demanda por bens de investimentos.

Na apreensão de Keynes, é a demanda por bens de consumo que procede à associação do movimento dos níveis de investimento com as flutuações da demanda agregada, devidamente reguladas pela atuação do aparelho de Estado, na medida em que as necessidades de intervenção emergem. O autor afirma, ainda, que os economistas liberais não se preocuparam, ou pouco tempo dedicaram ao estudo dos fatores determinantes para a efetiva mobilização e aplicação de recursos ao processo produtivo, em simetria com o emprego da ampla força de trabalho do proletariado, dos equipamentos e da maquinaria.

John Keynes argumenta que os liberais se restringiram à utilização e distribuição dos recursos, na medida em que o retorno financeiro se configurou como fator determinante para o seu correspondente em remunerações e valor relativo à mercadoria produzida. Para ele, o produto do trabalho corresponde ao salário recebido pelo trabalhador. A utilidade desse salário, à medida que um determinado volume de mão de obra é empregado, corresponde à desutilidade marginal desse mesmo volume de mão de obra, pois:

⁸⁸ Simplificadamente, a eficiência marginal do capital pode ser definida como o rendimento (lucro) desejado e sua relação existente entre o preço de oferta e o custo de reposição (KEYNES, 1970, p. 135).

1) O salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido de uma unidade (depois de feita a dedução dos custos que essa redução evitaria), com a restrição de que a igualdade pode ser alterada, de acordo com certos princípios, pela imperfeição da concorrência dos mercados; 2) O salário real de uma pessoa empregada é o que precisamente basta para provocar o afluxo de mão de obra efetivamente ocupado, com a qualificação de que a igualdade para cada unidade individual de trabalho pode ser alterada por combinações entre unidades disponíveis para empregar-se, análogas às imperfeições da concorrência que qualificam o primeiro postulado (KEYNES, 1970, p. 18).

Na apreensão *keynesiana*, todo ou qualquer motivo que induz um homem ou grupo de homens a recusar trabalho ou a aceitar um salário de uma utilidade inferior ao limite mínimo para a satisfação de suas necessidades básicas caracteriza a desutilidade marginal do emprego. Desutilidade marginal que comporta três subcategorias de desemprego não consideradas pelos economistas liberais clássicos, a saber:

1) Desemprego friccional: consequência do mau planejamento e incorreta aplicação, ou da não aplicação de recursos no processo produtivo, desarticulado das necessidades do mercado (procura) (KEYNES, 1970, p. 19);

2) Desemprego voluntário: diretamente relacionado à não aceitação por parte do trabalhador de um salário mínimo menor do que aquele praticado no mercado, ou por sua não aptidão ou inabilidade para o desempenho da função/atividade a ser desempenhada (oferta) (KEYNES, 1970, p. 19);

3) Desemprego involuntário: representa o excedente de mão de obra não admitido pela teoria clássica que permanece estaticamente atrelada ao volume do emprego que se encontra associado à utilidade do produto, na medida em que assegura o equilíbrio da desutilidade do emprego marginal (KEYNES, 1970, 19).

Keynes (1970) reitera que os economistas clássicos não se deram conta de que respeitados determinados limites, automaticamente as exigências de mão de obra se assentam sobre a base de um salário nominal mínimo e que a curva da oferta, em sua realidade prática, não representa uma função exclusiva do salário real que se desloca em função das alterações de preços.

Portanto, de acordo com Keynes (1970, p. 21-22), a tese de que o desemprego característico de um período de crise é consequência da rejeição do trabalhador em aceitar uma possível redução do salário nominal constitui uma inverdade, pois, apesar de haver certa resistência à tal redução, o operário “não costuma abandonar o seu trabalho a cada alta de preços dos bens de consumo”.

Na concepção *keynesiana*, o salário nominal deveria ser entendido, como a quantia recebida pelo trabalhador em pagamento ao emprego de sua força de trabalho. Keynes afirmava que o salário nominal é a retribuição paga pelo capitalista ao proletário diariamente, semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente. O salário real, por sua vez, representaria o poder de compra do salário recebido pelo trabalhador (consumo). Para o autor, o aumento salarial do proletariado que vendia (vende) a sua força de trabalho, somente poderia ser considerado verdadeiro, na razão da diminuição (queda) dos preços dos mais diversos produtos no mercado econômico, e não em função de aumento fictício (ilusório) definido pelos capitalistas ou estabelecido pelo Estado.

Keynes argumentava que maior o salário nominal maior a capacidade e melhor a estabilidade do sistema capitalista, na medida em que o salário real, necessário para promover o crescimento do emprego, for conseguido pelo aumento da moeda e pela queda dos preços e não pela queda do salário nominal. Em caso de queda do salário nominal o resultado é oposto, passa a existir menos e não mais emprego, pois o mínimo movimento de salários produz por resultado uma redução na eficiência marginal do capital. Portanto, a redução dos salários nominais para a macroeconomia *keynesiana* é inaceitável, visto que resulta na redução efetiva pela procura de bens de consumo.

Os defensores do liberalismo clássico afirmavam que a redução da procura efetiva por bens de consumo jamais aconteceria, pois a baixa dos salários poderia provocar um aumento no valor real do dinheiro e as taxas de juros tenderiam a baixar, produzindo um conseqüente aumento nos investimentos. Para os opositores de Keynes eram as negociações salariais entre empresários e trabalhadores que determinavam o valor real do salário, sob o pressuposto da livre concorrência entre os empresários e a ausência de combinação restritiva entre os trabalhadores que, se assim o quisessem (com o auxílio divino, naturalmente), fariam coincidir o aumento do poder de compra de seus salários (reais) com a diminuição do volume de postos de trabalho oferecidos pelos empresários, em relação ao próprio salário (desutilidade marginal do volume do emprego). De outro modo, a “razão para esperar uma tendência à igualdade entre o salário real e a recusa do homem em aceitar trabalho deixaria de existir” (desutilidade marginal do volume do trabalho) (KEYNES, 1970, p. 23).

O argumento de que a redução do salário nominal assegura o aumento dos níveis de emprego, porque diminui os custos de produção, é plausível e útil somente para os capitalistas que tendem a acreditar em tamanha utopia. Segundo Karl Marx (2001, p. 124), o significado do salário deve ser apreendido em igual proporção de existência e “manutenção de

qualquer outro instrumento de produção e consumo do capital em geral, de modo a poder reproduzir-se com juros”.

Portanto, a diminuição do salário nominal não propicia o crescimento nos níveis de emprego “a não ser por suas repercussões sobre a propensão da comunidade a consumir, sobre a curva da eficiência marginal do capital ou sobre a taxa de juros”; não existe outro meio para analisar as consequências de tal redução, não existe um “método que não o de acompanhar os seus possíveis efeitos sobre esses fatores” (KEYNES, 1970, p. 250-256).

Não é plausível acreditar que uma economia de mercado livre e amplamente aberto possa conseguir manter uma estabilidade tamanha, capaz de garantir a existência e a manutenção do pleno emprego. Não existem motivos reais para crer que apenas a promoção de uma política flexível de salários seria, em verdade, capaz de extinguir o desemprego na sociedade capitalista. Tais meios não seriam suficientes para conceder ao sistema econômico a propriedade de autoajustamento pressuposta pelo liberalismo clássico.

Segundo Bresser Pereira (1968, p. 32) o autoajustamento ou a autorregulação da mão invisível *smithiana*, os elementos dinâmicos da economia como a insuficiência de recursos (investimentos – fundamentais para a economia *keynesiana*) para cobrir a taxa de poupança decorrente da propensão ao consumo estabelecem uma tendência ao subconsumo permanente (consumo inferior à satisfação das necessidades do indivíduo), que é aprofundada pela desigual distribuição de renda e gera a emergência uma crise cíclica que, certamente, evolui para uma depressão do sistema capitalista e afasta qualquer possibilidade de assegurar o pleno emprego.

Nestes termos, a eficiência marginal do capital significa a previsão média do capitalista em relação aos seus lucros futuros. Constitui o elemento fundamental para impulsionar os investimentos e produzir o aumento do número de empregos, da produção e da renda para gerar como consequência o aumento na capacidade de consumir da sociedade. Num contexto de crise cíclica essa perspectiva é negativa e frustra as possibilidades de altas margens de lucro da indústria de bens de capital e resulta na queda da quantidade de emprego e de renda, limitando a capacidade de consumo da sociedade.

Na apreensão de Ferrari Filho & Terra (2012, p. 6), o Estado, em Keynes, representa a instituição capaz de regular e assegurar ao capitalista a concretização de suas previsões e expectativas empresariais (lucro), garantir níveis estáveis de produção e emprego ao proletariado, corporificar a instituição responsável e capaz de realizar essa tarefa, que se

efetiva no impedimento de que “a demanda (procura) efetiva seja correntemente aquém da esperada pelos empresários capitalistas, para que suas decisões sobre alocar seus recursos monetários não deixem de estar voltadas para o investimento produtivo”.

A racionalidade, a competência e a eficiência tecnocráticas dispostas e contidas na política econômica *keynesiana* fundamentam-se e se organizam de forma a possibilitar que a administração do aparelho do Estado sobre as políticas monetária, fiscal e cambial realize o controle e fiscalização dessa complexa dinâmica.

4.3 Três Pilares para a Reordenação da Política Econômica Capitalista

A função da moeda na macroeconomia *keynesiana* desempenha papel de grande importância, pois deriva de sua função como reserva de valor e permite unir a teoria do valor à teoria monetária. A não neutralidade da moeda exprime sua atuação sobre os preços relativos em função do nível da taxa de juros e caracteriza a sua influência nas decisões de investimento e produção de curto e longo prazo. O Estado, por sua vez, é responsável pela política monetária e pela intervenção no campo econômico por meio da ação efetiva de um *staff* tecnocrático altamente capacitado para administrar a taxa de juros básica e exercer pleno controle sobre os preços dos ativos passíveis de investimento no mercado de capitais.

Para Keynes, todo ativo possui uma taxa de juros intrínseca na qual a “comparação entre as diversas remunerações factíveis de escolha possibilita aos agentes destinar seus recursos a ativos não suscetíveis de reprodução fabril, caso lhe seja mais rentável em termos de liquidez, custo de transporte e quase renda”. Essa escolha ocorre em função da transformação da aplicação em estoque involuntário (FERRARI FILHO; TERRA, 2012, p. 8-9).

Neste sentido, a taxa de juros determinada pela política monetária deve ser de conhecimento público e encontrar-se em um nível considerado normal pelos investidores, de acordo com as suas convenções, as quais procuram antecipar (prever/adivinhar) as tendências do mercado, para não arriscar com custos de oportunidade de investimentos. Lembramos que os períodos de convulsão acentuada do sistema econômico capitalista (como a Grande Depressão de 1930) são caracterizados por uma crise de confiança por parte dos empresários e dos consumidores (agentes) que, naturalmente, diminuem o volume das compras de bens de consumo, refletindo na redução do nível da eficiência marginal do capital, isto é, na diminuição dos lucros previstos pelo capitalista.

Keynes afirmava que a desconfiança dos agentes em relação a possíveis alterações consideradas anormais nas relações do mercado, sobretudo na taxa de juros, poderia desencadear transformações nas opções de investimentos sobre a obtenção de uma maior margem de lucro monetário. Portanto, era função e dever da política monetária, por meio de órgão estatal competente, garantir a estabilidade da taxa de juros e intervir no mercado com eficiência e eficácia, bem como dar publicidade dos níveis em operação.

A política monetária caracteriza a sua atuação sobre a atividade econômica, indiretamente, ao influenciar os níveis de liquidez dos mercados econômico e financeiro. O controle sobre a moeda influencia também as demais taxas de juros do sistema como um todo. Keynes (1970, p. 356) reitera que a sua preocupação primeira não se concentra na taxa de juros, por mais que possa parecer, pois esta representa elemento constituinte do centro nervoso de suas preocupações. É a escala de investimentos que deve ser considerada como o mais importante fator de intervenção do Estado.

O investimento, para John Keynes, está relacionado à aquisição de equipamentos e ampliação da capacidade do setor produtivo e expansão da produção circulante de bens de capital. Assim sendo, o empresário em toda e qualquer situação de investimento precisa, necessariamente de:

[...] antever a evolução futura e incerta do mercado para o produto específico a ser gerado pela nova instalação industrial; da mesma forma, a taxa de salário que ele espera pagar para o trabalhador que irá operar as novas instalações e, finalmente, o preço e a disponibilidade da matéria-prima a ser transformada com o auxílio do novo equipamento. Inquietações sobre o comportamento futuro de uma ou do conjunto dessas variáveis terminam por se constituir na fonte primária da instabilidade dos investimentos e, portanto, do nível de emprego. Em condições normais, o empresário estima a taxa de retorno do seu investimento cotejando o lucro esperado, calculado a partir de sua visão sobre o comportamento das variáveis acima alinhadas, com o custo de aquisição dos equipamentos necessários à implantação de suas decisões de investimento. Se essa taxa de retorno é maior que a taxa para obtenção de fundos ou de aplicação de recursos no mercado financeiro, então ele se sente motivado à realização desse investimento (SILVA, 1985, p. XIV-XV).

John Keynes (1970) argumentava que as expectativas de acumulação de riquezas do capitalista aguçam o seu espírito animal na busca constante pela obtenção do lucro, constituem os principais elementos para a ocorrência de uma crise cíclica (queda na eficiência marginal do capital) naturalmente acompanhada por um súbito aumento na taxa de juros, em virtude da procura contínua por uma quantidade cada vez maior de dinheiro, tanto para fins de aplicação no processo produtivo, como para fins especulativos.

Segundo o autor, o crescimento da taxa de juros consonante com a dinâmica ortodoxa liberal, como antídoto para a situação decorrente do afluxo anormal de investimentos, “pertence à categoria dos remédios que curam a doença matando o paciente”. Em contraposição a tal crescimento, existe, obviamente, a redução da taxa de juros e sua indicação como possível remédio para o tratamento da economia, visto que a sua recuperação pode ser alcançada num curto espaço de tempo e por meios diretos ou indiretamente dependentes da autoridade monetária (KEYNES, 1970, p. 304 e 302).

As proposições teóricas *keynesianas* para a política cambial residem num regime de administração dinamicamente articulado para a instituição de uma disposição cambial fixa, mas dotada de certa flexibilidade em conformidade com as necessidades econômicas, impostas pelas circunstâncias e movidas pelo objetivo de reduzir as incertezas sobre os preços futuros dos ativos, em função da tomada de decisão de investimentos dos agentes econômicos.

John Maynard Keynes afirmava ser imprescindível a utilização de um instrumento exequível para garantir o equilíbrio das relações comerciais entre os diversos países do mundo e propôs a criação de um organismo multilateral. Ferrari Filho e Terra explicam que esse organismo teria a finalidade específica de:

[...] zelar para que os desequilíbrios comerciais fossem automaticamente compensados, de forma que os países deficitários não ficassem reféns da necessidade de atração de capitais para financiar seus balanços de pagamentos. A compensação multilateral deveria ser efetuada através de uma moeda de aceitação universal e de emissão supranacional, empregada apenas para promover essas compensações e sem vantagem alguma enquanto reserva de valor (FERRARI FILHO; TERRA, 2012, p. 10).

A utilidade de uma moeda universal e do equilíbrio da balança comercial que ela pode proporcionar, de acordo com as teses *keynesianas*, se encontra no fato de que o capital acumulado com as transações comerciais entre os países pode ser utilizado na aquisição dos mais variados produtos, uma vez que não pode ocorrer equilíbrio comercial, sem que haja a devida aplicação dos recursos ganhos com a venda de determinados produtos para certos países, com a respectiva compra de outros produtos de outros países. O lucro obtido com a venda de um bem deve ser investido na compra de outros bens e/ou matérias-primas, visto que a compensação automática permite amenizar a necessidade das nações em procurar atrair investimentos e capitais estrangeiros com o objetivo de equilibrar seus balanços de pagamento com transações correntes deficitárias (FERRARI FILHO; TERRA, 2012, p. 10).

Keynes (1984c, p. 202-203) argumenta que apesar de representar uma restrição à liberdade, a compensação automática para o equilíbrio da balança comercial propiciaria aos países uma maior autonomia sobre a tomada de decisões em suas políticas econômicas como a instituição do controle sobre o fluxo de capitais em benefício de uma administração mais autônoma da taxa de juros da política monetária, por exemplo. Para ele, não se tratava tão somente de impedir as especulações cambiais e os movimentos de dinheiro em espécie ou de evitar a fuga de capitais devido a razões políticas. Em sua análise, esse mecanismo era fundamental para assegurar o controle da taxa de juros e da eficiência marginal do capital.

Exposta à ação dos elementos econômicos do liberalismo, uma queda na eficiência marginal do capital conduziria (conduz), tendenciosamente, ao enfraquecimento do mercado de consumo, provocando como resultado uma baixa no mercado de títulos, que exercerá, por seu turno, uma influência negativa nas pessoas que investem nas bolsas de valores. Segundo Keynes, essas flutuações ao enfraquecerem a propensão ao consumo, provocam um efeito ainda mais depressivo na eficiência marginal do capital, justamente no momento em que a sua utilização deveria produzir o efeito contrário, para afastar o sistema da crise.

“Portanto, em condições de *laissez-faire* talvez seja impossível evitar grandes flutuações no emprego sem uma profunda mudança na psicologia dos mercados de investimento” (KEYNES, 1970, p. 305). Não é prudente permitir ou manter a responsabilidade da regulação e controle do campo econômico nas mãos da iniciativa privada. O fluxo de investimentos requer regulação e direção, e não pode permanecer submetido aos caprichos da emissão de opiniões individuais da experiência de especuladores sem qualquer conhecimento técnico especializado, ou ser mantido refém eterno de uma taxa de juros a termo, que insiste na sua permanência em alto patamar.

Ao demonstrar o paradoxo existente entre o interesse individual do capitalista pela liquidez e a garantia da existência e manutenção do pleno emprego do proletariado, Keynes expõe um dos principais instrumentos de inculcação ideológica burguesa, resultado da utilização dos mecanismos automáticos do mercado econômico liberal. A intervenção do Estado se justificava na razão de evitar uma acumulação improdutiva e promover a geração de uma demanda efetiva em situações de convulsão (crise) do sistema, por meio da utilização do déficit orçamentário e da emissão de títulos para incentivar a aplicação de recursos disponíveis dos capitalistas, para movimentar as máquinas e equipamentos ociosos.

Keynes (1970) argumenta que, entre as causas da depressão, encontra-se a poupança excessiva, proporcional à expectativa de lucro futuro, num momento de predileção pela liquidez. Para o autor, a crise significa carência de investimento e ociosidade de máquinas e homens, e não como defendido e difundido pela economia clássica: carência de poupança. A política mais indicada consiste, conforme afirmado anteriormente, em diminuir a taxa de juros ao nível em que seja possível realizar o pleno-emprego, relacionado à curva de eficiência marginal do capital.

Neste sentido, a atuação do Estado não pode restringir-se à austeridade monetária e fiscal. Não deve limitar a aplicação de recursos de forma equivalente à arrecadação de tributos e impostos, pois, em condições de desemprego, o déficit fiscal⁸⁹ constitui uma ferramenta vital para assegurar o bom funcionamento do sistema econômico no combate à inflação, sobrevivendo de forma positiva sobre os níveis de emprego e de atividade econômica em si. Repelir “o mito arraigado de que oferta de moeda induz simplesmente a mais inflação foi uma atitude marcante de Keynes contra a ortodoxia econômica clássica” (FONSECA, 2010, p. 436).

A política fiscal associada às políticas monetária e cambial completa as políticas de administração das demandas propostas por Keynes e representa o mais significativo instrumento de intervenção do Estado, na medida em que interfere diretamente na demanda agregada, sobretudo no investimento e no consumo. Para John Keynes, os gastos públicos, os tributos e impostos devem incidir sobre a renda dos agentes econômicos e passar a influenciar diretamente o consumo. A política fiscal *keynesiana* atua na movimentação do gasto privado em razão das:

[...] variações na renda disponível dos agentes econômicos resultante de variações na imposição de tributos nos gastos complementados pelas despesas do governo. Assim, em face de um clima de incerteza mais intensa, os agentes privados recuam de seus planos de dispêndio em consumo ou investimento e o governo compensa essa redução ampliando a sua própria demanda por bens e serviços, mantendo a demanda agregada inalterada e, com ela, os estímulos à manutenção do nível de emprego e de utilização de capacidade (CARVALHO, 2008, p. 15).

Para acalmar os ânimos da classe dominante em meio ao futuro incerto da economia e amenizar as dificuldades para assegurar a sobrevivência da classe trabalhadora, por meio da política tributária, Keynes propõe uma nova filosofia social para dirimir dois

⁸⁹ Um déficit pode ocorrer tanto por aumento de despesas tanto por queda na arrecadação de tributos e impostos; em uma situação de depressão econômica, somente o aumento de despesas pode garantir o aumento da demanda efetiva; queda na tributação produz maior demanda de ativos líquidos (SILVA, 1985, p. XVIII).

grandes defeitos econômicos da sociedade capitalista: a arbitrária e desigual distribuição de renda e riquezas e a existência e manutenção do pleno emprego. Nestes termos, a função do Estado se concentra no exercício de:

[...] uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, recorrendo a outras medidas [...] Creio que uma ampla socialização dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, o que não implica a necessidade de excluir compromissos e fórmulas de toda espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada (KEYNES, 1970, p. 356).

A política tributária de Keynes pretendia a realocação da desigual distribuição da renda tanto por tributação como pela instituição e cobrança de impostos. Objetivava viabilizar as potencialidades de gastos (investimentos) do Estado, possibilitar uma maior intervenção para promover a expansão da demanda agregada do sistema econômico capitalista e servir para ampliar a renda disponível, a fim de fomentar a ampliação da demanda efetiva.

John Keynes (1970, p. 356) costumava afirmar que nada poderia justificar um socialismo de Estado abrangendo a maior parte da vida econômica do país, visto que não era a propriedade dos meios de produção que o Estado deveria assumir, e sim “determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração para os seus detentores”. A sua política tributária considerava os seguintes fatores para a administração dos gastos públicos:

1) Orçamento corrente: relativo aos recursos necessários à manutenção dos serviços essenciais (educação, saúde, infraestrutura, previdência social, segurança, transporte etc.) fornecidos pelo Estado à população. Keynes acreditava na importância dos gastos com o campo social, na medida em que passassem a funcionar como “estabilizadores automáticos dos ciclos econômicos” (FERRARI FILHO; TERRA, 2012, p. 12);

2) Orçamento de capital: relacionado à discriminação das despesas públicas sobre os investimentos produtivos efetuados pelo Estado (órgãos públicos e semi-públicos)⁹⁰ para assegurar a manutenção da estabilidade do sistema capitalista, mediante ancoragem da expectativa dos capitalistas na demanda efetiva futura do que pretendem e/ou decidem empreender no presente (FERRARI FILHO; TERRA, 2012, p. 12).

⁹⁰ Na concepção de Keynes órgãos semi-públicos visavam o bem público, não tinham características essenciais de uma instituição privada, mas aceitavam o que atualmente denominamos parcerias ou empresas de capital misto, mas sob a direção e controle do Estado, como por exemplo, instituições educacionais como as Universidades, autarquias ou departamentos governamentais como a Autoridade Portuária Londrina, instituição financeira como o Banco da Inglaterra (FERRARI FILHO; TERRA, 2012, p. 12).

Na Teoria Geral de Keynes, o resultado do gasto público sobre a demanda agregada associado ao nível de atividades empreendidas é equivalente ao gasto privado. Os investimentos públicos efetuados para a operacionalização do orçamento de capital devem ser proporcionalmente complementares aos investimentos efetuados pela iniciativa privada. Para exemplificar esse processo de gasto público articulado ao consumo, denominado por Keynes de multiplicador⁹¹, recorreremos às palavras de Fernando Carvalho:

Cada centavo gasto pelo governo se transforma em renda para o agente privado que lhe fornece bens e serviços. Com sua renda aumentada pelo valor do gasto público, o agente privado amplia os seus próprios gastos de consumo, de acordo com a sua propensão marginal a consumir, aumentando, desse modo, a renda daqueles que atendem à sua demanda de consumo. Também esses últimos consumirão parte da renda que receberam, poupando o restante, transmitindo o impulso de aumento de demanda para os seus próprios fornecedores (CARVALHO, 2008, p. 15).

O Estado, por meio do gasto público inicial, incentiva um conjunto de gastos adicionais em consumo, decorrência da deficiência de demanda agregada. A definição da política fiscal *keynesiana* ocorre em função da fixação de um nível adequado aos gastos e não aos déficits públicos. O Estado funciona mesmo como “indutor de instituições produtivas, responsável pela geração de seu próprio superávit ao longo prazo” e, para assegurar em curto prazo o equilíbrio dos gastos públicos, evita um déficit corrente, pois os superávits do orçamento corrente são capazes de garantir o financiamento de déficits possíveis nos investimentos de longo prazo (FERRARI FILHO; TERRA, 2012, p. 14).

O “equilíbrio do saldo do orçamento de capital no longo prazo torna muito mais racional e viável o orçamento público em sua totalidade⁹², fomentando a construção de superávits e de poupança pública”, o que proporciona ao Estado maior capacidade interventora para atuar de forma contracíclica (FERRARI FILHO; TERRA, 2012, p. 14). A política fiscal *keynesiana* prescindia do gasto público efetivo, na medida em que os investimentos e as expectativas do setor privado respondessem positivamente ao anúncio da disposição e capacidade de intervenção do setor público, em caso de subutilização de recursos por parte do campo econômico.

⁹¹ O multiplicador é o resultado do fato de que o gasto de um indivíduo em bens e serviços aumenta a renda do provedor desses mesmos bens e serviços, colocando este último em posição de reajustar seus próprios gastos de consumo, impactando, assim, a renda de um terceiro agente e assim sucessivamente. Note-se, porém, que o multiplicador não é infinito, porque a cada rodada o gasto passado à frente é menor que o recebido, já que cada agente poupa – isto é, deixa de demandar bens e serviços – parte da renda recebida (CARVALHO, 2008, p. 16).

⁹² Keynes argumenta que políticas de ampliação do gasto público em momentos de estagnação ou recessão são meios para que os tesouros nacionais consigam ampliar as suas arrecadações, propiciando a conquista de orçamentos equilibrados, resguardado o tempo necessário entre a transposição do gasto em remuneração e, deste, em consumo (FERRARI FILHO; TERRA, 2012, p. 14).

Para Keynes, os gastos públicos deveriam ser realizados para minimizar os efeitos indesejados (negativos) sobre a economia, mais exatamente sobre a taxa de juros decorrente da adoção de financiamentos inadequados. O orçamento, por sua vez, deveria ser equacionado ao “final da expansão do nível de atividades, ou financiado pela colocação de títulos de longo prazo, na razão em que tais circunstâncias deixassem de perturbar o mercado de capitais”. As medidas para a socialização seriam introduzidas gradativamente, para não prejudicar ou ferir as tradições e convenções gerais da sociedade capitalista (CARVALHO, 2008, p. 19).

4.4 Keynesianismo e Tecnocracia Utilitarista

Na década da Grande Depressão, a principal característica do *keynesianismo* esteve concentrada em garantir o máximo emprego da capacidade produtiva de forma racional e eficiente. O modelo *keynesiano* de intervenção na economia foi assimilado com facilidade e de forma gradativa pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, na medida em que se adaptaram às restrições propostas pela Teoria Geral para a implantação de tipos de planejamento de Estado (GIDDENS, 1975, p. 196-197).

O paradoxo e as contradições de ordem prática, existentes entre racionalidade individual (livre iniciativa) e racionalidade social (políticas públicas), justificados pelos postulados da economia liberal clássica como a autorregulação do sistema é amenizada e em tempo resolvida pela ação intervencionista do Estado no campo econômico. John Keynes comprova que é possível utilizar o aparelho burocrático do Estado, mediante a ação e atuação de um conjunto de intelectuais e especialistas altamente capacitados (*staff* tecnocrático) para elaborar, implementar e administrar eficientemente políticas públicas.

No entanto, há de se resguardar sempre as liberdades individuais, a partir da Teoria Geral e na expressão da ação e trajetória profissional, na qual o próprio John Maynard Keynes é a comprovação da representação tecnocrática eficaz e eficiente, tendo encontrado, na utilização do aparelho do Estado, os recursos necessários para empreender as adaptações e alterações no sistema, em conformidade com as suas proposições econômicas e de políticas econômicas, em grande parte fruto do exame da própria experiência econômica.

De acordo com Carvalho (2008, p. 14), a política econômica *keynesiana* não foi uma política meramente alocativa, ela significou muito mais, pois constituiu uma política mobilizadora. Uma política realisticamente macroeconômica que teve dentre os seus principais objetivos a tarefa de administrar a demanda agregada com a preocupação de mantê-

la em nível adequado para a sustentação do pleno emprego e do sistema econômico propriamente dito. A política macroeconômica *keynesiana* sob a administração do Estado personificou o economista como tecnocrata, por excelência. Incitou, desafiou e conclamou os capitalistas a utilizarem os recursos e fatores de produção disponíveis ou em ócio, para garantir a demanda e o pleno emprego.

As inovações técnico-científicas formuladas por John Maynard Keynes romperam com as raízes do liberalismo econômico clássico para resgatar o capitalismo da Grande Depressão de 1930 e determinaram as políticas econômicas e sociais de Estado no pós-guerra no mundo todo. As políticas econômicas *keynesianas*, em boa parte dos países europeus e nos Estados Unidos da América, asseguraram a manutenção hegemônica do sistema econômico capitalista e deram-lhe nova roupagem. Destaque para a utilização do campo educacional, que passou a ocupar posição preponderante no interior e para a efetivação desse processo de mudanças.

A Teoria Geral de Keynes ao preocupar-se em identificar, descrever e analisar os fenômenos do sistema econômico capitalista centrou os seus esforços em seu socorro mais imediato possível, introduzindo um conjunto teórico de técnicas, regras e normas até então inadmissíveis ou impraticáveis. A realidade da ortodoxia liberal do sistema foi superada, em razão das adaptações e transformações aplicadas à prática econômica burguesa, sendo resguardados seus valores principais: manutenção e desenvolvimento (ampliação e expansão) do sistema econômico de produção capitalista mediante a ampla utilização do Estado e de seus órgãos constituintes no planejamento e execução das ações e/ou intervenções no campo econômico, social e político (MARTINS, 1974, p. 56).

Anthony Giddens (1975, p. 196) ressalta que uma das maiores preocupações de Keynes sempre esteve focalizada na garantia de um elevado grau do emprego completo da capacidade produtiva por meio da associação de diversos elementos e de forças independentes. Independentemente, mas convergentes para promover o aumento do poder de controle sobre o sistema econômico capitalista e para preservar o volume da demanda agregada em um nível também elevado. Giddens argumenta, ainda, que a intervenção do Estado na vida econômica capitalista proposta por Keynes, na instituição do planejamento do desenvolvimento econômico de longo prazo, se caracteriza por duas vertentes:

- 1) Destacam-se os países que tiveram historicamente um aparato de Estado e um quadro burocrático de funcionários altamente desenvolvidos como a França, intimamente ligada à tradição estatal, herdada da forte influência das teses tecnocráticas de Saint Simon,

em que o *staff* responsável pelo planejamento reside no interior do aparelho de administração estatal;

2) Os países que se encontravam na fase inicial – e somente na fase inicial da instituição do planejamento – não possuíam um corpo tecnocrático definido no cerne da administração pública estatal, o caso da Inglaterra, por exemplo.

Os Estados enquadrados no primeiro modelo se moveram em direção à manipulação econômica, visando a resultados em curto prazo e se utilizaram de esquemas de planejamento preexistentes de longo prazo. Os países enquadrados na segunda linha desenvolveram o planejamento, na medida em que reconheceram as suas necessidades em função da própria manipulação da política econômica deflacionária e de empregos em curto prazo.

Na França, os tipos de planejamentos formulados logo após o término da Segunda Guerra Mundial foram implementados com o objetivo de promover o renascimento imediato de determinados setores industriais e se expandiram para um nível macroeconômico mais amplo. Anthony Giddens ressalta (1975) que:

[...] qualquer que tenha sido o seu ponto de partida, não existiu virtualmente nenhuma sociedade capitalista europeia que não tenha desenvolvido o compromisso com algum tipo de planejamento econômico de longo alcance por parte do Estado. Nos Estados Unidos levou mais tempo para que aparecessem desenvolvimentos comparáveis aos países da Europa. Embora haja um histórico de tentativas de manipulação de preços e salários [...] recentemente, apareceu um movimento definido em direção ao planejamento macroeconômico – fenômeno que deve ser explicado parcialmente em termos da maior independência da economia americana em relação ao comércio externo se comparada com os países europeus (GIDDENS, 1975, p. 198).

O desenvolvimento do capitalismo é resultado do sucesso da intervenção estatal no campo econômico, pois, a partir do momento que conseguiu estabilizar as questões internas em simetria com o sistema de alianças políticas⁹³ (da qual os tecnocratas são parte componente) passou a concentrar os seus esforços no “crescimento das grandes corporações, com uma orientação para a sequência revisada⁹⁴ e seu caráter internacional”, estimulando e exigindo do Estado capitalista a elaboração e implantação de novas políticas públicas alinhadas aos seus interesses, especialmente sobre o planejamento da aplicação dos

⁹³ Coalizão política formada para garantir a manutenção do sistema econômico capitalista de produção e para a preservação do tipo de regime político sem promover alterações em sua estrutura.

⁹⁴ Instrumento de análise das decisões para o planejamento da produção, assentada em parâmetros e objetivos de administração para a definição de prioridades (GIDDENS, 1975).

investimentos futuros e da plena alocação macroeconômica de recursos (GIDDENS, 1975, p. 198-199).

Neste contexto, a tecnocracia afirma a sua posição no bloco de poder característico das sociedades capitalistas modernas, visto que a própria determinação da intervenção do Estado no campo econômico asseverou a participação e incorporação de conselheiros, assessores, técnicos, engenheiros, administradores, estatísticos e, sobretudo, economistas nos órgãos de planejamento, execução e controle das políticas governamentais (MARTINS, 1974).

Esses especialistas da economia capitalista, não definiram novos caminhos para a proteção dos direitos da classe trabalhadora ou para a promoção do bem-estar comum, tendo em vista agir contra a paradoxal relação entre burgueses e proletários. Esses homens (tecnocratas) não pretenderam, em momento algum, agir contra o sistema ou constituir uma classe apartada da sociedade. Eles não se dispuseram a construir ou a compor uma classe exclusiva de seu grupo e em ação específica ou com propósito político e ideológico para substituir o sistema capitalista, nos moldes preconizados por Saint Simon ou por Thorstein Veblen.

O *staff* tecnocrático em sua generalidade é parte integrante da classe dominante. Representa essa classe em constante movimento para preservar a hegemonia do modo capitalista de vida e na extensão de suas ações. Os tecnocratas não reivindicam espaço na condução da sociedade. Eles concretamente ocupam e coordenam amplamente tal espaço na medida em que estreitam mais e mais as relações entre o setor público e o privado em benefício da tradicional interação entre políticos e capitalistas.

A partir do momento em que a tecnocracia se estabeleceu na estrutura do aparelho técnico e administrativo do Estado afirmou a sua movimentação político-econômica e passou a determinar as transformações necessárias para o desenvolvimento do capitalismo por meio de sua ampla intelectualidade e racionalidade mental e material, da previsão e planejamento das ações, da eficiente utilização dos meios e da eficaz aplicação dos métodos, da competência técnica e científica, da evolução e desenvolvimento tecnológico para ampla e completa (re)organização da sociedade orientada pelos seguintes fundamentos:

- 1) No momento de formação inicial do sistema de alianças, o Estado existe como instrumento de utilização e expressão da dominação hegemônica capitalista;

2) A tecnocracia e os tecnocratas são peças componentes do sistema, participam do poder por meio da elaboração, regulação e controle das políticas econômicas e sociais. O regime político estruturalmente sofre alterações e adequações em sua forma e conteúdo visando a manutenção do sistema e a defesa dos interesses da classe dominante;

3) Apesar de constituir elemento fundamental para a reordenação e preservação do capitalismo, o *staff* tecnocrático integra o sistema de coalizão. Inicialmente, na condição de sócio minoritário, elabora e constrói o conjunto de medidas demandadas pelo sistema econômico de forma racional, planejada e eficiente para proporcionar o desenvolvimento total da produção com máxima produtividade;

4) O sistema de alianças, firmado em distintos contextos históricos no processo de desenvolvimento do sistema econômico capitalista, representa um sistema em defesa dos interesses da classe dominante (a burguesia em si);

5) O *staff* tecnocrático é admitido no sistema de alianças em virtude de sua ampla utilidade a serviço da categoria social central dominante, considerada a sua habilidade, competência e eficiência na apropriação da estrutura organizativa burocrática do Estado e pela garantia jurídica de legalidade que proporciona às políticas públicas.

Na medida em que a importância do Estado ganhou relevância no interior do sistema econômico capitalista, aumentaram as exigências relativas à coleta de informações, sistematização de dados, análise de problemas, tomada de decisões, controle da execução e avaliação dos resultados particulares e gerais dos planos, programas e projetos elaborados pelos tecnocratas e implantados pelo Estado.

A tecnocracia expressou tanto a sua importância relativa quanto absoluta, na plena utilização do Estado, representada pelo significativo aumento da incorporação de economistas, administradores, engenheiros, estatísticos, e demais assessores técnicos “nos órgãos de formulação, execução e controle da política econômica governamental” (IANNI, 1971, p. 311).

“O controle que passa a ser exercido pela tecnocracia sobre certas partes do sistema administrativo e dos órgãos de planejamento não configura por si mesmo uma situação típica de dualidade de poderes” e muito menos de divisão de poder (MARTINS, 1974, p. 92). Não podemos esquecer que o *staff* tecnocrático integra a classe dirigente e defende os seus interesses hegemônicos, inclusive pela realização de políticas públicas destinadas a amenizar possíveis tensões sociais para suprir as necessidades mais imediatas da

classe trabalhadora. O fenômeno tecnocrático se realiza no âmbito do paradoxo de classes no núcleo da sociedade capitalista.

Recordamos Thorstein Veblen (1944) ao expressar a necessidade do compartilhamento das responsabilidades no exercício do poder. Ao insistir na tese de que o pleno e unitário controle tecnocrático do aparelho do Estado estava fadado ao fracasso, pois os engenheiros, por mais que houvessem avançado e conquistado espaço na sociedade capitalista, ainda não se constituíam numa vanguarda protegida por uma retaguarda consolidada e capaz de unir os cientistas, intelectuais e especialistas em torno de um senso comum de liderança. Veblen não conseguiu prever que a excelência tecnocrática, preconizada por ele e pela tradição francesa, deixaria de ser identificada com a figura do engenheiro e passaria a ser representada pela racionalidade intelectual do economista, tão bem descrita e definida por Max Weber.

A tecnocracia no interior da estrutura administrativa do Estado, caracterizada como centro nervoso do capitalismo associada ao sistema de alianças políticas em situação de crise não significou, em hipótese alguma, o rompimento ou qualquer possibilidade de substituição das convenções burguesas historicamente estabelecidas. O capitalismo, sempre procurou adaptar e/ou ajustar a tecnocracia a partir de Saint Simon e de Thorstein Veblen, imprimindo-lhe, incondicionalmente, um caráter inovador em função da preservação do sistema socioeconômico.

4.5 Teoria Econômica da Educação: Investimento em Capital Humano

De acordo com a macroeconomia *keynesiana*, a ação do Estado caracteriza-se pela formulação e implementação de políticas públicas e a sua intervenção realiza-se por meio da utilização e aplicação de um conjunto de instrumentos e mecanismos dispostos pelo aparelho burocrático estatal. As proposições de John Keynes encontram, no *staff* tecnocrático, os responsáveis pela construção e regulamentação legal das relações econômicas e sociais (e na razão das necessidades e conveniências) políticas e culturais da sociedade.

Esses instrumentos e mecanismos legais devem ser entendidos por suas relações materiais de produção, assentadas em base econômica concreta, na qual e pela qual os homens empregam a sua força de trabalho e desenvolvem o processo de produção da vida material, resultante de sua instrução formal ou não. Com o término da Segunda Guerra Mundial um enorme esforço material foi empreendido para a reconstrução, expansão e

fortalecimento da economia capitalista com base nas teses *keynesianas* de planejamento, ação e intervenção estatal.

Segundo Psacharopoulos (1978, p. 141), o sistema capitalista buscou na educação o instrumento para promover a marcha em direção à expansão e ao fortalecimento da economia, pois a produção considerada em “termos de rendimento nacional crescia muito mais rapidamente do que podia ser explicada pelo crescimento dos fatores tradicionais de produção”: máquinas e equipamentos, estruturas e espaços físicos, mão de obra disponível, superfície explorada etc.

Os países centrais (ricos/desenvolvidos) envolvidos na reorganização da sociedade mundial e preocupados em evitar a exaltação de possíveis idiossincrasias nacionais e medidas comerciais demasiadamente protecionistas, que pudessem colocar em risco o desenvolvimento de suas economias, se ocuparam da criação de organismos internacionais bilaterais ou multilaterais para orientar o planejamento político mundial por meio do oferecimento de assessoria e cooperação técnica sob o pressuposto de promover a aceleração do desenvolvimento econômico e social dos países da periferia do capitalismo.

Para contribuir com esse desenvolvimento econômico mundial, foi criada em novembro de 1945 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esta instituição realizou um conjunto de estudos de base e promoveu uma série de encontros entre países e grupos de países para orientar a planificação das ações para investimento na formação de capital humano no pós Segunda Guerra Mundial.

Na América Latina (a partir de 1948), várias reuniões foram realizadas para discutir a elaboração de uma doutrina de planejamento da educação adequada à realidade do continente (subdesenvolvimento econômico e social), das quais podemos destacar: Reuniões Interamericanas de Ministros da Educação realizadas entre abril e maio de 1956, em Lima (Peru); Conferência sobre Educação, Desenvolvimento Econômico e Social, realizada em Santiago do Chile, em março de 1962; Conferência de Ministros da Educação e Ministros encarregados do Planejamento Econômico (Buenos Aires, junho de 1966); Conferência de Ministros de Educação e Ministros encarregados da Promoção da Ciência e da Tecnologia relacionadas com o desenvolvimento econômico (Venezuela, dezembro de 1971); Conferência para Avaliar as Recomendações da Conferência da Venezuela, realizada na cidade do Panamá, em fevereiro de 1976 (LEMA; MÁRQUEZ, 1978, P. 330).

Em território europeu, a UNESCO contou com o apoio e os empreendimentos da Organização para a Cooperação Econômica Europeia (atual Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE) para promover a planificação das ações e investimentos para a formação de capital humano. Dentre as diversas ações e intervenções desenvolvidas pela OCDE destacamos o estudo *Le Projet Régional Méditerranéen: Six Pays en Quête d'un Plan*⁹⁵ (1965) que considerou os contextos econômicos (com base na renda *per capita*) italiano, grego, turco, espanhol, português, espanhol e iugoslavo, para expressar as possibilidades de crescimento econômico, em previsões de demandas de mão de obra, transformadas em previsão de qualificação profissional e aproveitamento educacional.

As publicações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura expressaram as realidades que envolveram os países individual e coletivamente e apontaram as suas necessidades para a organização do campo educacional encarado sob a perspectiva das relações entre a educação, o trabalho e o desenvolvimento econômico e social. “O planejamento passou a ser concebido como meio para integrar a solução dos problemas educativos como a solução para os problemas sociais, culturais, políticos e econômicos”⁹⁶ (LEMA; MÁRQUEZ, 1978, p. 331).

Na avaliação de Psacharopoulos (1978, p. 141-142), a simples e recorrente explicação de que o aperfeiçoamento técnico e mecânico das máquinas empregadas na fabricação das mercadorias era o responsável pelo inexplicável aumento da produção, pelos seus elementos mensuráveis, deixaram de ser suficientes para responder como o progresso tecnológico se realizava. É de acordo com tal concepção que Theodore William Schultz empenha-se em “abrir a caixa negra da evolução técnica e a pressentir qual o papel da educação no crescimento econômico e verificar a tendência em preferir os investimentos na educação para a formação do capital”.

A educação, para Theodore Schultz (1963), constituía o campo dotado de importância e significado fundamental para a sobrevivência da economia contemporânea como passivo de investimento. Ela seria a chave para a explicação do desenvolvimento técnico e científico fundamental para o aumento da produção. A educação deveria ser

⁹⁵ *O Projeto Regional Mediterrâneo: Seis Países em Busca de um Plano* (1965).

⁹⁶ Original na Língua Espanhola: Se concibió el planeamiento como un medio para integrar la solución de los problemas educativos con la de los problemas sociales, culturales, políticos y económicos (LEMA; MÁRQUEZ, 1978, p. 331).

encarada do ponto economicista, pois apenas a união entre capital e trabalho havia deixado (em seu entendimento) de ser suficiente para dar conta das explicações e justificativas para o crescimento da economia capitalista no período pós-guerras.

Theodore William Schultz (1963) argumentava que, após a Segunda Guerra Mundial, a economia capitalista passou por uma reordenação de fatores e técnicas inovadoras nos meios de produção. Os antigos fatores sofreram um processo de aperfeiçoamento para promover a melhoria da qualidade produtiva e o jogo do crescimento econômico limitou-se a dissimular os serviços adicionais dessas técnicas como pressuposta transformação tecnológica.

As implicações dessa orientação localizada no critério analítico adotado pelos economistas e a correção de tal desvio, de acordo com Schultz (1973b, p. 12), reside na formulação de “um conceito integrado dos fatores de produção, que abrange a produtividade econômica da educação” e a ampliação do entendimento do “conceito de capital aplicado ao homem, especificamente, para abranger as habilidades e conhecimentos adquiridos capazes de elevar a sua produtividade”.

Schultz (1973b, p. 13) aponta a ocorrência de uma série de enganos e confusões sobre o crescimento econômico e sobre as “alterações na estrutura de pagamentos e salários e em torno das mutações na distribuição da renda. Confusões que podem ser esclarecidas – segundo o autor – pela consideração do investimento em capital humano”, pois os indivíduos reconhecem e valorizam as suas capacidades no exercício de suas atividades produtivas, e também no papel de consumidores. Portanto, têm a preocupação de investir em si mesmos como ativos humanos, exprimindo a essência do investimento em educação que configura o investimento em capital humano propriamente dito.

Theodore Schultz (1973a, p. 7-8) sustenta que as capacidades adquiridas pelos indivíduos demandam investimentos de recursos de ordem pessoal para a sua formação ou formações específicas e exige a ampliação do conceito de capital para contemplar a realidade referente ao fator humano. O autor reclama a ausência e/ou inexistência de referências na literatura sobre reconhecer a importância do capital humano no processo de desenvolvimento da economia capitalista e expressa a sua consciência acerca da contribuição dos apontamentos realizados por Adam Smith, Johann Heinrich Von Thünen, John Stuart Mill, Alfred Marshall e Irving Fisher para a construção da sua teoria:

– Adam Smith (1723-1790) defende que a fonte de toda a riqueza é o trabalho e que uma exitosa organização da economia se realiza espontaneamente em toda sociedade onde o homem pode conduzir-se sob o impulso de seus interesses pessoais e os governos devem conceder liberdade total à produção nacional e ao comércio internacional. Smith condenava a política mercantilista e os entraves criados pelas corporações e preconizava, convictamente, a não intervenção do Estado em matéria econômica.

Na concepção de Adam Smith, a riqueza de uma nação se encontra na relação direta da melhoria da qualidade da instrução e especialização com o crescimento das capacidades produtivas do homem, pois o aumento no nível de suas qualificações profissionais determina o aumento real de suas capacidades produtivas. Nas palavras de Schultz (1973a, p. 33), “o filósofo-economista Adam Smith audaciosamente inclui todas as habilidades adquiridas e utilidades de todos os habitantes de um determinado país como parte do capital”;

– Johann Heinrich Von Thünen (1783-1850) foi precursor do marginalismo e um dos fundadores dos estudos econométricos e da dimensão espacial dos fenômenos econômicos (Teoria da Ubicacão). Von Thünen preocupou-se com os aspectos determinantes do preço e de como se dispunha a produção agrícola no espaço. Em sua apreensão, a renda econômica dependia das relações existentes entre os campos de produção e o centro consumidor, sendo que acumulavam maior renda (lucro) os campos mais próximos em relação àqueles mais distantes.

Johann Von Thünen partilha da concepção de Smith e avança em direção à tolerância da aplicação do conceito de capital ao ser humano. Argumenta que considerar o ser humano como capital não o incomoda, tampouco coloca em risco a sua dignidade ou a sua liberdade. O fracasso em aplicar ao homem tal conceito era especialmente pernicioso em situação de guerra, visto que:

[...] sacrificar-se-á numa batalha uma centena de seres humanos na flor da sua juventude sem qualquer pensamento, a fim de economizar-se a perda de um canhão [...] a aquisição de um canhão provoca uma despesa dos fundos públicos, enquanto que os seres humanos podem ser tomados como zero, pois custam apenas um decreto de convocação (THÜNEN apud SCHULTZ, 1973a, p. 34);

– John Stuart Mill (1806-1873), vinculado a Hume e ao empirismo do século XVIII foi um dos mais notáveis representantes do utilitarismo econômico. Antimetafísico, Mill fez da indução o seu método científico (por excelência), concentrando-se nos fatos, partindo da experiência como base do conhecimento, quer nas ciências físicas, matemáticas

ou sociais. Para o economista britânico, quatro regras metodológicas eram fundamentais para o bom uso da indução, capazes de conduzir a resultados seguros e ao conhecimento do mundo objetivo: a concordância entre os fenômenos; a diferença entre eles; a regra dos resíduos; a regra das variações concomitantes.

Mill também participa da apreensão *smithiana* acerca da instrução do homem e defende a associação entre o nível de qualificação do sujeito e a determinação da riqueza da sociedade. Porém, não admite a possibilidade da aplicação do termo riqueza ao fator humano, pois entende que a riqueza é gerada e consumida pelo homem. Portanto, os mecanismos específicos do mercado econômico não podem ser aplicados ao campo educacional;

– Alfred Marshall (1842-1924) reuniu em *Principles of Economics*⁹⁷ as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção. Marshall afirmava que os seres humanos podem ser entendidos como capital apenas sob o ponto de vista matemático e abstrato e não aceita a existência de qualquer vinculação do capital humano ao mercado. Para ele, não existe, sob qualquer circunstância, um mercado de capital humano, mas considera a importância da realização de investimentos de recursos públicos e privados no campo da educação, em decorrência dos benefícios diretos que produzem, pois o conhecimento representa o mais poderoso motor da produção de um país (SCHULTZ, 1973a, p. 34 e SCHULTZ, 1973b, p. 12);

– Irving Fisher (1867-1947) estabeleceu a relação entre a quantidade de moeda em circulação, a velocidade dessa circulação e o nível dos preços. Fisher realizou importantes contribuições para a teoria da utilidade econômica, e sua obra sobre a teoria quantitativa da moeda inaugurou a escola monetarista. Milton Friedman qualificou Irving Fisher como o maior economista que os Estados Unidos já produziram.

– Na contramão de John Stuart Mill e de Alfred Marshall, Irving Fisher, emprega o fundamento analítico de um conceito integrado do capital, ao defender uma visão conceitual mais ampla, abrangente, exaustiva, clara e imperativa sobre a relação educação-trabalho. Fisher argumenta que a sua representação está contida tanto no ser humano quanto no conjunto de recursos materiais e imateriais facilitadores e incentivadores da produção de fluxos de renda a prazo. A compreensão de Fisher sobre o capital humano representa grande contribuição para o surgimento e desenvolvimento do que se convencionou denominar

⁹⁷ *Princípios Econômicos.*

economia da educação (SCHULTZ, 1961, p. 3; SCHULTZ 1973b, p. 12; SCHULTZ, 1973a, p. 34).

Podemos inferir que as formulações de Schultz resultam de exame do processo de evolução do entendimento do conceito universalizante de capital amplamente heterogêneo. Heterogeneidade, aliás, que permite quantificar o valor econômico do ser humano na relação entre investimento em educação formal e aumento da capacidade produtiva do indivíduo. Desse modo, a teoria do capital humano pode ser caracterizada em razão de sua significativa importância para o estudo da economia da educação, consubstanciada na apreensão racional do investimento em educação e na avaliação de sua conseqüente rentabilidade.

Theodore Schultz considera a educação⁹⁸ como uma atividade que produz conhecimento, tanto de forma organizada em simetria com os padrões estruturais burocráticos constantes numa instituição escolar formalizada, quanto pelas atividades não organizadas de forma rígida e estruturada. Portanto, a educação é o conjunto de atividades especializadas realizadas no seio familiar, nas instituições religiosas (igrejas, templos, mesquitas etc.), nas comunidades das mais distintas ordens.

As escolas de ensino fundamental e médio (primárias e secundárias) e os institutos de educação superior (universidades) são considerados “empresas especializadas em *produzir* instrução e a instituição educacional que congrega todas as escolas (ministérios, secretarias, departamentos etc.) deve ser encarada como uma indústria” (SCHULTZ, 1973b, p. 19, grifo do autor). A educação representa, ainda, um campo repleto de atrativos para a economia, sendo preciso considerar as implicações decorrentes da forma em que é estruturada e com que eficácia os recursos são aplicados nesse campo.

O valor econômico da educação é baseado no resultado por ela produzido e na incidência de sua influência benéfica sobre o bem-estar do estudante, visto que todos os benefícios gerados pela educação (instrução) são absorvidos pelo próprio indivíduo. Nenhum dos benefícios resultantes da instrução poderá aumentar “o bem-estar dos seus vizinhos, dos seus empregados ou dos seus companheiros de trabalho”; não é possível encontrar “tais benefícios em qualquer medida disseminados na coletividade” (SCHULTZ, 1973b, p. 23).

⁹⁸ Theodore Schultz (1973b, p. 18 e 55) emprega o termo educação como uma acepção para significar funções peculiares da instituição educacional e utiliza também e com recorrência, a palavra instrução, servindo para designar as atividades constituintes do ensino e aprendizagem dos estudantes. Schultz ainda distingue entre instrução e instituição educacional, argumentando que as escolas que integram a instituição educacional se dedicam a determinadas tarefas cujos padrões não se ajustam à instrução, uma vez que o seu valor para os estudantes depende do esforço que estes dedicam ao aprendizado.

O conhecimento resultante do processo de escolarização proporciona satisfações no presente e no futuro, configura um investimento, afeta as despesas e os rendimentos individuais. Na medida em que a educação proporciona o aumento dos rendimentos futuros do indivíduo ocorre a concretização do investimento em capital humano, do investimento em si próprio sob a forma de conhecimentos e habilidades adquiridos na instituição de ensino. O sujeito emerge como produtor de si mesmo, ao realizar os seus investimentos e garante ao sistema capitalista de produção os recursos humanos imprescindíveis à sua movimentação e mobilidade plenas.

É razoável afirmar sob o olhar estritamente econômico de Schultz (1973b, p. 23-25) que o componente de produção consequente da instrução (educação) representa o investimento em habilidades e conhecimentos que asseguram o aumento de rendimentos futuros é semelhante a um investimento em bens de produção. Como fetiche de consumo, a instrução pode ser entendida, na medida em que se consolida em bem extremamente útil e durável, visto que a sua utilidade e durabilidade são imensamente maiores do que as de qualquer bem permanente. E, na qualidade de elemento durável, a educação representa perene fonte potencial de prazeres que eleva o futuro rendimento à condição efetiva.

No interior dos escritos de Schultz, localizamos a impossibilidade de qualquer tentativa de retorno ao passado: a força de trabalho especializada não pode mais configurar nos balanços de despesas em âmbito pessoal e também empresarial, pois passaram a representar investimentos. Investimentos em educação, investimentos em formação para o trabalho, investimento para o crescimento profissional, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida. Investimentos em capital humano, ativos fundamentais tanto para a composição do quadro técnico-operacional da produção como do quadro tecnocrático em seus distintos níveis em evolução permanente, imprescindíveis para a sustentação e desenvolvimento da economia capitalista, visto que:

[...] os investimentos em instrução não podem de maneira alguma ser minimizados; muito ao contrário, são de tal magnitude que alteram radicalmente as estimativas geralmente aceitas do total de poupanças e de formação de capitais. A taxa de rendimento do investimento na instrução é tão mais elevada do que qualquer outro investimento, mesmo quando se consideram todos os gastos da instrução como investimentos rentáveis. Como fonte de crescimento econômico, a instrução adicional oriunda da força de trabalho aparece como responsável pela elevação da renda nacional efetiva (SCHULTZ, 1973b, p. 26-27).

Schultz salienta a importância da educação, na medida em que precisa atender as necessidades e solicitações da economia capitalista. O campo educacional deve realizar

adequações e promover o rápido desenvolvimento da instrução para assegurar o fornecimento de mão de obra qualificada requerida pelo mercado em constante expansão e crescimento.

A teoria econômica da educação de Theodore Schultz, baseada no investimento em instrução e em rendimentos potenciais encontra-se alinhada às dinâmicas requeridas para a elevação das taxas de rendimentos para os capitais aplicados, bem como para a otimização de sua distribuição. Contudo, a aplicação dessa concepção se evidenciava relativamente difícil, porém extremamente necessária para a formulação de programas para impulsionar o desenvolvimento econômico dos países capitalistas (SCHULTZ, 1973b, p. 58).

O significado e a necessidade de se investir em capital humano foram sendo reforçados internacionalmente, quando passaram a ser amplamente difundidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), por meio da publicação de seus estudos de base. As Conferências sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social realizadas na América Latina a partir de 1962, por exemplo, apontaram com profundidade sistêmica as relações entre a educação e os aspectos econômicos e sociais que exerciam influência sobre o campo educacional vinculado às demandas do mercado, para elaborar normas e executar projetos educativos diretamente relacionados aos planos globais de desenvolvimento econômico e social.

Em 1968, sob a organização de Mary Browman (Universidade de Chicago), Michel Debeauvais (Universidade de Paris), Vladimir Komarov (Instituto de Economia Mundial de Moscou) e John Vaizey (Universidade de Oxford) a UNESCO publicou a coletânea *Readings in the Economics of Education*⁹⁹. Esse documento reuniu um conjunto de textos clássicos, relacionando desenvolvimento econômico capitalista e investimento em educação, passando a constituir uma referência indispensável para a compreensão da associação processo produtivo e formação educacional, contando com nada mais, nada menos do que três textos de Theodore William Schultz, *Investment in Man: an Economist's view* (69-76)¹⁰⁰, *Education and Economic Growth: Resources Entering into Education* (277-292)¹⁰¹ e *Education and Economic Growth: Return to Education* (298-314)¹⁰².

⁹⁹ *Leituras sobre Economia da Educação* (1968).

¹⁰⁰ *Investimento Humano: Uma Visão Econômica*.

¹⁰¹ *Educação e Crescimento Econômico: Recursos para a Educação*.

¹⁰² *Educação e Crescimento Econômico: Retorno para a Educação*.

Os elementos apresentados e discutidos na Coletânea afirmam o caráter da educação como fator imprescindível para promover e manter o desenvolvimento econômico capitalista, bem como recomendam, reiteradamente, aos governos do mundo a elaboração e implementação de políticas públicas de educação voltadas para o estabelecimento e ampliação do sistema educacional para assegurar o acesso a um número cada vez maior de pessoas (proletários) ao ensino formal institucionalizado. *Readings in the Economics of Education* está disposto na seguinte conformidade:

- 1) Perspectivas sobre Educação e Desenvolvimento do Pensamento Econômico: Artigos Históricos (Cinco Artigos);
- 2) Educação como Prioridade de Desenvolvimento (Quatro Artigos);
- 3) Desenvolvimento Econômico, Alfabetização e Organização Hierárquica Educacional (Quatro Artigos);
- 4) Funções de Produção Agregada Crescimento Inexplicável da Renda Nacional (Quatro Artigos);
- 5) Objetivo e Mensuração da Formação de Capital Humano (Cinco Artigos);
- 6) Contribuição do Ensino para o Crescimento da Renda *Per Capita* (Três Artigos);
- 7) Escolaridade, Experiência e Diferenciais de Renda: Algumas Abordagens Pioneiras de Trabalho (Quatro Artigos);
- 8) Relações Custo-Benefício do Investimento em Educação e Formação para o Trabalho (Seis Artigos);
- 9) O Conteúdo e o Lócus da Educação e sua Efetividade Econômica (Seis Artigos);
- 10) Desenvolvimento Econômico, Estrutura do Mercado e Trabalho e Demanda por Recursos Humanos (Oito Artigos);
- 11) Recursos para a Educação (Seis Artigos);
- 12) Planejamento Educacional e Critérios de Decisão (Onze Artigos)¹⁰³.

¹⁰³ Original na Língua Inglesa: 1) Perspectives on Education and Development in Early Economic Thought: Historical Articles; 2) Education as a Development Priority; 3) Economic Development, Literacy and the Educational Pyramid; 4) Aggregate Productions Functions and Unexplained Growth in National Income; 5) The Scope and Measurement of Human Capital Formation; 6) Measures of Contribution of Schooling to Per Capita

Pires (2005) argumenta que a emergência e irradiação da concepção de capital humano ocorreram num estágio extremamente propício para a sua instrumentalização e ampla utilização, tanto teórica quanto prática. A teoria do capital humano caminhou ao encontro da política econômica e da ação interventora do Estado, entendida na razão em que se estabeleceu como experiência prática exitosa da formulação tecnocrática, pois construiu as condições fundamentais para explicar parte do crescimento econômico, antes inexplicáveis pelas variáveis contidas no liberalismo clássico. As proposições de John Keynes e as concepções de Theodore Schultz foram amplamente adotadas no cotidiano administrativo das empresas privadas e estatais em função dos recursos e das relações políticas.

Lema e Márquez (1968, p. 333) explicam que os escritos de Theodore Schultz lançaram as bases da economia dos recursos humanos, resultando na estruturação da economia da educação. Os educadores, os pedagogos ou os profissionais das ciências da educação passaram a classificar a nova disciplina como a expressão da tecnocratização da educação, que passa a se conscientizar de que as conexões entre a educação e o desenvolvimento econômico e social são complexas e exigem dinamicidade das ações.

A economia do capital humano repercutiu de forma significativa na literatura e tomou imenso relevo, ao demonstrar a sua capacidade de extensão explicativa para além dos limites do capital físico. Concentrou boa parte dos estudos e discussões das agências multilaterais e foi incorporada aos programas de expansão educacional, a partir da década de 1960.

Destacamos, mais uma vez, o papel desempenhado pela UNESCO, pela OCDE, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), sob o financiamento/investimento do Banco Mundial (BM), para colocar em prática as estratégias para a promoção do desenvolvimento econômico dos países capitalistas, sobretudo os periféricos (subdesenvolvidos, em vias de desenvolvimento, emergentes), passando a integrar em caráter definitivo as agendas de governo das mais diversas nações do mundo, dominadas pelo racionalismo e eficiência tecnocrática, na determinação das políticas e administração da educação pública (PIRES, 2005, p. 73).

Income Growth; 7) Schooling, Experience and The Income Differentials: Some Fore-Runners of Current Work
8) Relations Between Costs and Benefits of Investment in Schooling and on the Job Training; 9) The Content and Locus of Education and its Economic and Effectiveness; 10) Economic Development, Labor Market Structure and the Demands for Human Skills; 11) Resources for Education; 12) Educational Planning and Decision Criteria (BROWMAN; DEBEAUVAIS; KOMAROV; VAIZEY, 1968).

Na apreensão de Pires (2005, p. 79), os investimentos em capital humano, descritos por Schultz, amplamente estudados pelos organismos internacionais associados à macroeconomia *keynesiana* representaram a possibilidade de “distribuição de renda (favorável ao nível de atividade para melhorar as condições dos mais pobres, que têm propensão a consumir maior parcela de renda adicional” se comparada à classe dominante) e da “ampliação do potencial de crescimento do produto, afastando a necessidade de políticas econômicas restritivas para conter surtos inflacionários”.

Maria de Lourdes Covre (1993, p. 194) também concebe a educação com base na economia dos recursos humanos a partir da dinâmica economicista capitalista, expressa pela intelectualidade tecnocrática na forma do racionalismo capitalista *keynesiano*, aprofundado pela perspicácia teórica de Schultz. Para Covre, a educação deve ser entendida em função das possibilidades de crescimento econômico e social do sujeito, em decorrência de seus investimentos diretos, realizados com recursos próprios e por investimentos indiretos, efetuados pelo Estado para aumentar as possibilidades do sujeito conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho e aumentar o consumo de bens gerados pela produção técnico-científica em que passa a atuar de forma concreta. Nesse contexto, podemos apontar para a existência das seguintes disposições:

1) A educação pode ser entendida como política social, consideradas as proposições *saintsimonianas* e *veblenianas*, perspicazmente assimiladas pela racionalidade tecnocrática capitalista na profundidade das fundamentações político-econômicas de Keynes e Schultz; e articuladas à dimensão de pleno emprego, constante planejamento voltado para a supressão de possíveis insuficiências na política salarial e subserviente ao processo de legitimação ideológica da classe dominante (COVRE, 1993, p. 196);

2) A educação pode ser entendida como processo que possibilita a formação de “mão de obra qualificada diretamente vinculada ao desenvolvimento que se faz com base na tecnologia, na criação, implementação e relação com a produtividade (COVRE, 1993, p. 196).

Nessa dinâmica se realiza e desenvolve a teoria econômica *keynesiana*, associada à teoria do capital humano para garantir a formação de força de trabalho especializada para a satisfação do mercado capitalista e assegurar a manutenção do exército de mão de obra de reserva, veladamente (ou não) requerido pelo sistema capitalista, consubstanciado na própria contabilidade do retorno de investimento em educação.

A ação tecnocrática encontra na concessão o mecanismo para promover um maior acesso do proletariado à educação, em decorrência da evolução e das carências tecnológicas das forças produtivas. Concessão que assegura a hegemonia burguesa, blindada pela racionalidade das formulações político-econômicas para a proteção do conhecimento como privilégio da classe dominante. Conhecimento transformado em técnica a ser adquirida pela classe proletária na mesma medida e no mesmo momento em que a produção foi convertida em aplicação da ciência transfigurada em tecnologia.

O conhecimento, mesmo reduzido à configuração de técnica, é produzido no âmbito do campo educacional (assim como a tecnologia em toda a sua dinamicidade) e os pressupostos de maior acesso a esse bem (educação) e ao usufruto dos benefícios por ele gerados têm a função de evitar ou pelo menos amenizar possíveis tensões sociais, de modo a condicionar e acondicionar pacificamente o proletariado ao produtivismo extremo na contrapartida da concessão de educação, para garantir a conciliação da relação humanismo e progresso tecnológico, transfigurado para a interação: evolução tecnológica, produção e produtivismo.

Na apreensão de Maria de Lourdes Covre (1990, p. 24), o caráter universal da ciência assentado no conhecimento de servir a todos foi transformado em técnica, e, deixou de servir, na essência do bem-estar social *saintsimoniano-vebleniano*. A ciência passou a servir, em profusão, aos interesses diretos do capital, configurado na utilização da tecnologia de equipamentos (máquinas) e da “tecnologia organizativa, imprescindíveis ao processo de acumulação e de exploração mais eficaz do capital que se supõe velada sob uma socialização da forma de viver tanto em nível econômico como em nível político”.

4.6 Conclusão

A racionalidade burocrática se estabelece como projeto histórico e social da sociedade capitalista, projeta os seus interesses e determina o que fazer sobre os homens e as coisas. Define os objetivos do domínio material do mercado e suas liberdades, que passam a ser condicionados por uma regulamentação implacavelmente eficaz, na qual o interesse geral é regulado pelos interesses econômicos capitalistas.

A administração racional, definitivamente, instituiu o domínio dos homens sobre os homens. A sujeição à técnica burocrática foi assegurada pela permanente transformação da intervenção tecnocrática traduzida pelo racionalismo material sobre a política econômica, uma administração assentada numa perspectiva puramente racional,

convertida em valor único e derradeiro para decidir sobre a direção e controle dos assuntos da sociedade (MARCUSE, 1973).

O combate aos efeitos devastadores da grande crise econômica da década de 1930 encontrou nesse racionalismo o mecanismo capaz de empreender a jornada em direção à supressão dos fundamentos teóricos do liberalismo clássico. Ao *staff* tecnocrático coube a ocupação dos postos-chave de poder, para aplicar e exercer o controle sobre o saber concentrado na tarefa de (re)construção dos elementos essenciais para assegurar a existência e manutenção do capitalismo.

A habilidade e a competência técnica do engenheiro, no interior do sistema administrativo-produtivo, foram substituídas pela generalidade e profundidade intelectuais do cientista econômico. O economista em meio à elaboração dos fundamentos teóricos para a reorganização da sociedade capitalista constituiu o próprio gênio criativo na e para a definição administrativa da máquina política e econômica da sociedade capitalista.

O economista assume a coordenação e a direção tecnocrática da sociedade. Direção assentada e condicionada à utilização do aparelho burocrático estatal para a elaboração de ações políticas públicas ou privadas, consideradas em sua racionalidade e direcionadas ao desenvolvimento capitalista. De acordo com John Keynes (1970), o cientista econômico, no processo de elaboração das políticas públicas estatais, apreende a materialidade da sociedade em suas carências, implementa com eficácia e conduz com eficiência as reformas estruturais necessárias para movimentar os campos econômico e social, sem interferir na dinâmica e relações de classe.

O estabelecimento de uma administração pública competente depende de uma previsão permanente, de um planejamento pleno, de unidade de comando e controle personificados nos *staffs* tecnocrático-burocráticos do Estado fundamentais para assegurar o desenvolvimento econômico de forma constante. É neste sentido que o planejamento estatal macroeconômico *keynesiano*, focalizado na tarefa de garantir a ocorrência de altas e progressivas taxas de crescimento, expressou a sua capacidade de adaptação ao contexto histórico capitalista que se impôs em situação de crise.

Na medida em que as metas preestabelecidas pelo planejamento do Estado para o desenvolvimento econômico, constituídas como políticas públicas dotadas de racionalidade técnica e científica foram capazes de contemplar tanto a defesa dos interesses capitalistas da burguesia quanto as expectativas de bem-estar social do proletariado, comprovam que diante

das circunstâncias, os postulados autorregulados pelo mercado não foram capazes de atender as necessidades reais e concretas do capitalismo, em situação de crise.

A política econômica *keynesiana* evoluiu em virtude da acomodação do capitalismo, decorrência direta da intervenção técnica no planejamento nacional em larga escala, da associação de um conjunto de forças independentes para aumentar o poder de controle e regulação sobre o sistema econômico, a fim de assegurar o volume da demanda num nível extremamente elevado, e encontrou no campo educacional o instrumento para assegurar a expansão e fortalecimento do sistema.

Na apreensão de Theodore Schultz a importância da educação, tanto para a reconstrução econômica no contexto da Grande Depressão de 1930, quanto para contribuir para o seu desenvolvimento, é fundamental na medida em que satisfaz as necessidades requeridas pelo campo econômico em atendimento às demandas de mão de obra qualificada.

A economia da educação de Schultz contempla o investimento em instrução na perspectiva de transformar essa capacitação profissional em rendimentos efetivos para o sujeito, seja o investimento efetuado pelo próprio sujeito ou subsidiado pelo Estado, em perfeito alinhamento às políticas de elevação das taxas de rendimentos para os capitais aplicados em recursos humanos.

A concepção de capital humano no interior dos escritos de Theodore Schultz pode ser considerada em função de seu próprio significado para o estudo da economia da educação, consubstanciado na apreensão racional do investimento em educação, investimento em formação para o trabalho, investimento para o crescimento profissional, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida, na medida em que se transforma em rendimento individual ou em seu aumento, resultado de uma melhor colocação no mercado de trabalho.

Os fundamentos que a tecnocracia político-administrativa absorveu da tecnocracia político-social, foram preservados e aprofundados pela intervenção tecnocrática político-econômica intervencionista em função da conveniência do sistema, a saber:

- 1) Providente aumento na rigidez organizativa e adaptação burocrática, sobretudo, no que se remete à regulação, controle e fiscalização;
- 2) Racionalidade econômica vinculada à racionalidade política para a satisfação das demandas imediatas do sistema;

3) Planejamento das atividades econômicas pelo Estado como expressão da sua capacidade de adaptação, utilidade e utilitarismo;

4) Permanente renovação das propriedades técnicas, científicas e de planejamento das ações de todos os setores e instituições da sociedade;

5) Menor transparência e maior utilização dos elementos autoritários e coercitivos expressos pela ação interventora do Estado.

O utilitarismo tecnocrático que caracteriza o período 1930-1970 emerge quando focalizamos a sua essência interventora político-econômica concentrada na eficácia dos métodos, na eficiência do sistema, na maximização dos resultados para o melhor aproveitamento dos recursos produtivos (materiais e imateriais) utilizados no crescimento da produtividade dos trabalhadores em que a sociedade e a economia, racionalizadas pela tecnocracia, se definem como ferramentas de utilidade burguesa para gerar a produtividade requerida pelo sistema capitalista (MARCUSE, 1999).

5 QUARTO ESTÁGIO: LIBERALISMO E TECNOCRACIA

A reintrodução dos fundamentos liberais na sociedade capitalista remete sua significação à obra *O Caminho da Servidão* (1944), de Friedrich August Von Hayek, e expressa a sua oposição à ação intervencionista do Estado no campo econômico, oposição reiterada pela organização teórica de Milton Friedman, disposta em *Capitalismo e Liberdade*, publicado em 1962. Hayek e Friedman se encarregaram de efetuar a crítica ao Estado de Bem-Estar Social instituído na Europa e nos Estados Unidos pós-Depressão de 1930, sob o pressuposto de que o intervencionismo no campo econômico restringia as liberdades individuais, controlava a livre iniciativa e, praticamente, eliminava o regime de livre competição (concorrência).

As condições propícias para o retorno da mão invisível *smithiana* na regulação do mercado surgiram nos anos finais da década de 1960, em decorrência do suposto esgotamento da dinâmica que movimentava o *Welfare State*, ou seja, a eliminação da parceria entre política econômica e política social pautada na diretiva do crescimento econômico vinculado à segurança e justiça social. Três elementos essenciais devem ser considerados no processo de desmontagem do Estado de Bem-Estar:

A) A Guerra do Yom Kipur, gerada pelo acirramento das tensões entre árabes e israelenses, que provocou uma hiperinflação do barril de petróleo em 300%, em outubro de 1973;

B) A crise política iraniana, que resultou na deposição do Xá Reza Pahlevi, dando início à Revolução Islâmica de 1979, produzindo nova elevação no preço do barril do petróleo, que atingiu a casa de 1000%;

C) A enorme insatisfação das empresas transnacionais com a excessiva carga tributária determinada pela economia planejada *keynesiana*, que limitava o desempenho econômico e a alta lucratividade do setor privado.

De qualquer modo, os fundamentos liberais ganharam força no cenário político e econômico mundial, em meio a uma suposta desaceleração produtiva, resultante de um déficit orçamentário produzido pela redução da arrecadação de impostos e tributos que, por sua vez, geraram um crescimento gradativo do desemprego e da inflação, que elevaram substancialmente os custos e as despesas do Estado com as questões sociais (DRAIBE; HENRIQUE, 1988).

As décadas de 1960 e 1970 forneceram a maior parte das transformações necessárias para inaugurar na conjuntura econômica, política e social, uma reajustada ideologia econômica liberal, sem jamais perder, entretanto, a essência que caracteriza a sua concepção de liberdade. As portas em direção ao estabelecimento dos denominados governos de direita estavam definitivamente abertas, concentrados no individualismo comercial e no *laissez-faire* (HOBSEBAWM, 1995).

As inquietações consequentes de nossas investigações sobre transformações que envolveram as realidades históricas que caracterizaram as proposições para a reintrodução dos pressupostos econômicos liberais à condução político-administrativa da sociedade capitalista, suscitaram os seguintes questionamentos: 1) Quais princípios tecnocráticos são definidos e ajustados à administração da sociedade capitalista pós *Welfare State*? 2) Que fundamentos são propostos para a adequação do campo educacional às demandas do capitalismo liberal?

Na perspectiva de identificar tais princípios, concentramos os nossos esforços na análise dos escritos de Friedrich Hayek e de Milton Friedman, pois nos fornecem as informações gerais (econômicas, políticas e sociais), essenciais para justificar a substituição do modelo de planejamento econômico *keynesiano* pela liberdade total do mercado. Para explicitar os nossos apontamentos e especificar o ajuste do campo educacional ao liberalismo econômico, recorreremos às proposições *friedmanianas* para a sua administração, e também consultamos alguns documentos oficiais do Governo dos Estados Unidos, do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Apresentamos, na primeira seção deste capítulo as argumentações de Friedrich Hayek acerca de sua oposição à política econômica de base *keynesiana*, por constituir um suposto obstáculo à democracia e prejuízo ao regime de competição. Apontamos a adequação e definição de alguns fundamentos tecnocráticos para a coordenação do campo econômico na sociedade capitalista.

Discutimos, na segunda seção, as proposições de Milton Friedman para a organização econômica, assentada num conjunto de princípios liberais para a coordenação, regulação, fiscalização e controle da sociedade capitalista; abordamos, também, a adequação de algumas ações do Estado à defesa dos interesses do livre mercado.

Na terceira seção, apresentamos os argumentos de Milton Friedman para justificar os investimentos na educação. Especificamos as suas proposições para a

coordenação e regulação do campo educacional, nas quais o Estado constitui o instrumento legal para garantir uma concorrência justa entre o setor público e o privado. Apontamos, ainda, a utilização de boa parte das proposições de Friedman pelo Governo dos Estados Unidos e das instituições multilaterais internacionais para a administração da educação em âmbito mundial.

Na quarta seção, expressamos as nossas considerações acerca dos postulados *hayekianos* e *friedmanianos* e apontamos os princípios tecnocráticos liberais que moveram a reorientação da sociedade capitalista ao retorno do *laissez-faire*.

5.1 Da Servidão à Liberdade Capitalista

Contrário a qualquer intervenção estatal que implicasse o estabelecimento de limites ao livre funcionamento do mercado econômico, Friedrich Hayek (1946) afirmava que a instituição de uma política econômica planejada e regulada pelo Estado constituía um dos maiores pecados cometidos pela sociedade capitalista. Uma traição imperdoável ao liberalismo clássico, sobretudo por parte daqueles que costumavam defender o desenvolvimento econômico com base na propriedade privada e na liberdade concorrencial.

O intervencionismo estatal significava para Hayek, o retorno às restrições e imposições, características das sociedades pré-capitalistas em que predominaram as relações servis e escravistas. De acordo com o autor, é neste sentido, que deve ser ressaltado o papel e a importância das liberdades individuais para o desenvolvimento econômico capitalista, pois:

[...] A constatação consciente de que os esforços espontâneos e não dirigidos dos indivíduos eram capazes de produzir uma complexa ordem de atividades econômicas só poderia ocorrer depois que o desenvolvimento técnico tivesse feito algum progresso. A conseqüente elaboração de sólidos argumentos em favor da liberdade econômica foi o resultado de um livre desenvolvimento das atividades econômicas que tinham sido o produto não previsto nem buscado da liberdade política. O maior resultado da libertação das energias individuais foi o maravilhoso desenvolvimento da ciência que acompanhou a marcha da liberdade individual (HAYEK, 1946, p. 40).

Às justificativas de Friedrich Hayek, seguem-se afirmações de que qualquer forma de coletivismo (socialismo, comunismo, totalitarismo, *keynesianismo*) não comporta a democracia¹⁰⁴; aliás, as proposições para a edificação de sociedades contrárias ao liberalismo econômico encontram a igualdade na justaposição do constrangimento e da servidão, ao passo

¹⁰⁴ A democracia para Hayek representa uma das várias formas de governo em que o poder não está concentrado nas mãos de uma só pessoa, ou de poucos, mas de todos, ou pelo menos, de uma boa parte.

que a democracia, na sociedade capitalista, procura incansavelmente defender a igualdade, por meio da liberdade econômica e política.

O planejamento econômico estatal na interpretação *hayekiana* representa uma séria oposição à liberdade, uma vez que não é possível planejar a democracia¹⁰⁵ restringindo as liberdades individuais. O coletivismo é inconcebível, independente de sua forma e/ou modelo (planejamento econômico capitalista, socialismo stalinista, nacional-socialismo alemão, comunismo marxiano), pois não constitui um caminho para assegurar liberdade individual aos sujeitos ou às instituições, visto que:

[...] o coletivismo, realizado e mantido por meios democráticos parece pertencer definitivamente ao mundo das utopias, pois na medida em que aumenta a direção organizada, a variedade de objetivos deve ceder lugar à uniformidade [...] Esta é a Nêmesis da sociedade planejada e do princípio autoritário na direção de assuntos humanos (HAYEK, 1946, p. 56-57).

Hayek, na medida em que lhe convém, expressa a sua compreensão e aponta os distintos modelos políticos vigentes em sua época. Ele argumenta que a própria impossibilidade de assegurar a igualdade e a liberdade, por meio do marxismo, levou a Rússia ao estabelecimento de uma sociedade não econômica, totalitária e puramente negativa, optando por tomar o mesmo caminho seguido pela Alemanha. No entanto:

[...] isto não quer dizer que o comunismo e o fascismo sejam essencialmente a mesma coisa. O fascismo é o estágio atingido depois que o comunismo mostrou ser uma ilusão, e ilusão se mostrou ele tanto na Rússia Stalinista como na Alemanha Pré-Hitlerista [...] A Alemanha não adotou o socialismo marxiano, assim como a Rússia Stalinista também não viveu sob tal regime. Para ambos, o verdadeiro inimigo, o homem com o qual nada tinham em comum e ao qual não esperavam convencer, era e é o liberal da velha formação (HAYEK, 1946, p. 57-58).

A política econômica alemã, praticada a partir de 1933, inegavelmente, afastou-se dos princípios econômicos liberais, acompanhando a tendência mundial. O seu sucesso posterior, denominado *primeiro milagre econômico alemão*, dever ser creditado às proposições econômicas de John Maynard Keynes, na própria medida em que garantiu o pleno emprego, por meio de um eficiente planejamento econômico para a geração de recursos, expandindo o investimento e o crédito voltado para o consumo popular, sobretudo para o segmento da construção civil – infraestrutura, casas, escolas, hospitais, parques industriais e

¹⁰⁵ Um Estado Liberal pode não ser necessariamente democrático. Um governo democrático não dá necessariamente vida a um Estado Liberal, pelo contrário, o Estado Liberal Clássico entrou em crise em decorrência do progressivo processo de democratização produzido pela ampliação gradual do sufrágio em si.

afins. Em momento algum, a política econômica nazista se aproximou do socialismo marxista (FEIJÓ, 2009).

O socialismo para Hayek não é apenas uma importante espécie de coletivismo ou de planejamento econômico, mas sim a doutrina que submeteu uma grande quantidade de pessoas de tendências liberais a uma nova organização da vida econômica, na qual a liberdade se tornou uma verdadeira utopia, uma vez que:

[...] coloca os governos em tal situação que, para se manterem, são obrigados a tornarem-se opressivos e tirânicos. As dificuldades causadas pelas ambiguidades dos termos políticos comuns não ficam desfeitas com o uso da palavra coletivismo a fim de incluir todos os tipos de economia planejada, seja qual for a finalidade do planejamento. A significação desta palavra tornar-se-á mais definida se deixarmos claro que com ela designamos a espécie de planejamento necessária para a realização de quaisquer ideais distributivos (HAYEK, 1946, p. 64).

Friedrich Hayek considerava que a pessoa que admite o planejamento econômico em sua existência, se não for necessariamente fatalista, é, indubitavelmente, um especialista da economia planejada. Para ele, a ação política, ao considerar os princípios democráticos, não pode limitar-se às meras ações planejadas, pois é preciso enxergar as diferenças existentes entre o bom e o mau planejamento¹⁰⁶, entre o que é racional e previdente e o que é irracional, irrelevante e insensato.

Do ponto de vista *hayekiano*, um especialista em economia que se propõe a estudar as razões que levam os homens a planejarem as suas atividades, ou de que maneira deveriam planejá-las, não podem, em situação alguma, voltar-se contra o planejamento em sentido amplo. Entretanto, não é nessa a concepção “que os entusiastas de uma sociedade planejada empregam este termo, nem apenas neste sentido que devemos planejar se desejamos a distribuição do rendimento ou riqueza, de acordo com um padrão determinado” (HAYEK, 1946, p. 65).

A oposição do liberalismo econômico à economia planejada concentra a sua defesa nos pressupostos de que a competição é superior a qualquer forma de coletivismo, não apenas por constituir o regime mais eficiente, mas também por representar o meio pelo qual as atividades humanas podem ser compatibilizadas com a ação coercitiva e arbitrária da autoridade, sem que haja prejuízo à livre iniciativa e à propriedade privada (HAYEK, 1946).

¹⁰⁶ Para Hayek, o bom planejamento não interfere nas relações de mercado, não prejudica a livre iniciativa ou a propriedade privada. O bom planejamento deve trabalhar em prol e em defesa do liberalismo econômico.

Na apreensão de Friedrich Hayek (1946, p. 67), a concorrência não requer um controle social consciente, isto é, não necessita da intervenção de um órgão centralizado, e proporciona ao homem a total liberdade de escolha para “decidir se as perspectivas de uma determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que dela podem resultar”.

Para o autor, a utilização racional da competição, como fundamento da organização social, elimina alguns tipos de intervenção e admite outros tipos no campo econômico, desde que possam auxiliar consideravelmente em seu desenvolvimento e, não só permite como também requer certas formas de ação da autoridade governamental. Hayek afirma ainda, que, em nenhum sistema racional, sobretudo no liberalismo econômico, o Estado fica sem função definida quanto ao auxílio e em defesa da livre concorrência, pois é essa a instituição que garante ao sistema a sua aceitação na conformidade da legalidade jurídica, inteligentemente designada e permanentemente reajustada.

Hayek argumenta que a concorrência precisa estar completamente liberta para comprar e vender no mercado econômico, a qualquer preço e a qualquer pessoa que, por sua vez, deve ser livre para produzir, comprar e vender qualquer mercadoria que bem lhe convier, desde que possa ser produzida, comprada e vendida, pois:

[...] é essencial que o acesso às diferentes atividades comerciais seja facultado a todos em igualdade de condições e que a lei não tolere quaisquer tentativas de indivíduos ou grupos para restringir este acesso por força manifesta ou oculta [...] Qualquer tentativa de controlar os preços ou quantidades dessa ou daquela mercadoria priva a concorrência da sua capacidade de proporcionar uma efetiva coordenação dos esforços individuais e as alterações de preço deixam de registrar todas as alterações importantes das circunstâncias e não mais fornecem uma orientação segura para as decisões do indivíduo (HAYEK, 1946, p. 67-68).

Para ele, a concorrência e o planejamento só podem coexistir com o propósito único de planejar os interesses da própria concorrência, jamais contra ela. É impossível reconhecer todos os detalhes das transformações econômicas que influenciam na concorrência, em decorrência da própria instabilidade existente na relação oferta-procura, do mesmo modo que não é possível reunir e difundir com rapidez e eficiência todas as informações (HAYEK, 1946, p. 85).

De acordo com a concepção *hayekiana*, a complexa dinâmica teia de relações do trabalho nas condições modernas de sua divisão permite à concorrência constituir o único meio, em condições concretas, para coordenar a vida na sociedade capitalista. Portanto, “o problema de um planejamento ou controle eficiente não apresentaria dificuldade, se as

condições fossem tão simples que uma única pessoa pudesse exercer fiscalização sobre todos os fatos importantes” (HAYEK, 1946, p. 84).

Neste sentido, torna-se impreterível a descentralização em razão da impossibilidade de se ter uma visão panorâmica do conjunto de fatores que envolvem o problema da coordenação – uma coordenação capaz de fornecer os recursos que podem proporcionar ao âmbito privado a liberdade para realizar os ajustes de suas atividades aos acontecimentos que são de seu conhecimento exclusivo, adequando respectivamente o seu planejamento individual.

Para Hayek, a descentralização é necessária, pois absolutamente ninguém é capaz de reunir todos os meios para avaliar de forma consciente as condições que interferem nas decisões dos sujeitos. Portanto, a coordenação não pode ser realizada por um controle conscientemente racional, somente por meio de um conjunto de dispositivos e informações para que cada pessoa possa adequar eficientemente suas decisões às do todo.

Friedrich Hayek (1946, p. 86) argumenta que o único aparelho capaz de coordenar tais relações e que nenhum outro sistema se propõe a realizar é o sistema de preços sob o regime da concorrência. Para o autor, esse meio descentralizado, complementado pela coordenação automática, é incrivelmente superior, ilimitado e eficaz em suas aplicações e alcance para resolver os problemas da economia, sobretudo se comparado aos meios mais intuitivos da direção central (economia planejada interventora).

Segundo Friedrich Hayek, o sistema de preços expressa as relações de troca – compra e venda – realizadas no mercado em um único número, e permite a existência da comparação entre o custo dos bens (produtos) oferecidos no mercado e a disponibilidade de recursos individuais para a sua aquisição. Em outras palavras, a ação econômica acontece por meio da relação existente entre o preço do produto “A” ao preço do produto “B” e a quantidade de dinheiro de que a pessoa pode dispor para comprá-lo. Somente pela subjetividade da análise desses três elementos é que uma decisão econômica pode ser realizada, pois, sem dinheiro, não pode haver preços, e preços não existem sem a propriedade privada, fundamental para a ocorrência da análise subjetiva.

A sociedade capitalista economicamente planejada, por sua natureza, interfere em alguns setores da vida social que, necessariamente, requerem o controle do Estado para que as metas definidas sejam alcançadas. As liberdades individuais vinculam-se às medidas regulatórias governamentais na própria medida em que as carências da sociedade são

suprimidas e fortalecem, conseqüentemente, as bases de sustentação do sistema capitalista em si.

Hayek afirmava que o sistema econômico planejado, fatalmente se dirigiria para uma ditadura plebiscitária (aludindo aos regimes totalitários capitalistas) na qual o governante era periodicamente confirmado no cargo por meio do voto popular. Max Weber costumava advertir que o capitalismo não comporta a democracia, ou melhor, a burocracia do Estado era contrária à democracia. Friedrich Hayek, em contrapartida, afirmava que a democracia representava em si, o sistema de competição baseado no direito da livre disposição da propriedade privada. Somente a política econômica liberal permite e assegura a existência da democracia, pois ela é:

[...] essencialmente um meio, uma invenção utilitária para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual. Não devemos esquecer que muitas vezes tem havido mais liberdade cultural e espiritual sob os regimes autocráticos do que em certas democracias – e é pelo menos concebível que, sob o governo de uma maioria muito homogênea e doutrinária, que o governo democrático pode ser tão opressor quanto a pior das ditaduras. O ponto por nós defendido não é, contudo, que a ditadura deva inevitavelmente extirpar a liberdade, mas sim que o planejamento conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção e de imposição de ideias, e como tal, de importância essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível. O conflito entre o planejamento e a democracia surge, simplesmente, do fato de constituir essa um obstáculo à supressão da liberdade exigida pela direção das atividades econômicas (HAYEK, 1946, p. 113-114).

O controle exercido pelo intervencionismo do planejamento estatal na economia, no entendimento *hayekiano*, deveria restringir-se ao estabelecimento de regras para situações específicas, sem interferir na vontade e ação individuais, diretamente associadas às condições naturais de espaço e tempo. Apenas as pessoas dispostas a realizar determinadas atividades produtivas e/ou comerciais, por sua própria experiência, são conhecedoras das circunstâncias a que estão submetidas. Para empregar de sujeito precisa prever as ações que serão realizadas pelo Estado, para que não interfiram em seus planos localmente – reitera Hayek.

Considerado o âmbito político, no qual o Estado tem condições de antever os possíveis efeitos de suas ações sobre as pessoas, indubitavelmente definirá quais serão as suas finalidades, argumenta Friedrich Hayek. Nesse sentido, as pessoas não poderão prever os resultados de suas ações, pois não conhecem as possibilidades de ação do Estado em si, isto é, “as regras gerais, as verdadeiras leis em contraposição às ordens específicas, devem ter por objetivo operar em circunstâncias que podem ser previstas e, por conseguinte, não se pode

conhecer de antemão o seu efeito sobre objetivos ou pessoas particulares” (HAYEK, 1946, p. 120).

O autor infere que quanto mais se estende e se expande o planejamento estatal, mais urgente se torna o estabelecimento de princípios e fundamentos legais para definir o que, de fato, é justo ou razoável. A concentração da tomada de decisão no sistema de planejamento conduz à destruição do Regime de Lei (Estado de Direito), que deve ser apreendido em razão da supremacia absoluta do direito normal, completamente contrário às influências e/ou interferências do poder arbitrário, visto que a arbitrariedade extingue a prerrogativa da autoridade discricionária governamental.

Para ele, não existem motivos econômicos que possam condicionar os esforços do sujeito para realizar a compra de uma mercadoria específica, durável ou não durável, pois se o homem se dedica “a ganhar dinheiro é porque o dinheiro proporciona a mais ampla escolha no gozo dos frutos dos esforços individuais. É pela limitação da renda pecuniária que se faz sentir as restrições ainda impostas pela pobreza relativa” e o dinheiro é o único meio no interior da sociedade capitalista, capaz de possibilitar uma extraordinária variedade de escolhas à classe pobre (HAYEK, 1946, p. 137).

Na análise *hayekiana*, não existe qualquer aspecto que limite ou restrinja a evolução do sistema. Não há regras rígidas, inflexíveis ou imutáveis, determinadas de forma permanente, que possam interferir nas questões individuais para movimentar a utilização das forças produtivas da sociedade. Praticamente, inexistente a necessidade de recorrer às forças coercitivas, visto que há uma diferença tênue entre construir e preservar um sistema em que a competição produz os maiores benefícios possíveis, e aceitar de forma passiva as instituições em seu estado natural.

Hayek (1946, p. 44) afirma que a postura na qual se coloca o liberalismo em si e para com a sociedade capitalista é semelhante à de um agricultor que prepara a terra, tendo em vista criar as condições ideais para o plantio e colheita da cultura escolhida. Ele argumenta que o agricultor precisa conhecer tudo sobre a terra e sobre o produto que cultiva, para que evite resultados indesejáveis e alcance o máximo lucro possível, com a venda de sua produção. O liberalismo, por sua vez, deve conhecer as condições do mercado, prever as possíveis ações das instâncias governamentais que interferem ou influenciam no campo econômico para que atinja os seus propósitos, assim como o agricultor. Prossegue Hayek em sua obstinada defesa:

Nenhuma pessoa sensata devia ter duvidado de que as regras rudes em que se expressavam os princípios da política econômica do século XIX eram apenas um começo, de que ainda tínhamos muito por aprender e de que ainda havia imensas possibilidades de progresso dentro das linhas que vínhamos trilhando. Mas este progresso seria atingido somente à medida que conquistássemos um crescente domínio intelectual sobre as forças que tínhamos que empregar. Muitas eram as tarefas de necessidade imediata, como o funcionamento do nosso sistema monetário e o impedimento ou controle do monopólio, e ainda um maior número de tarefas de necessidade imediata (de importância menos evidente, mas nem por isso menor) em outros setores onde não se podia duvidar que o governo possuía enormes poderes para o bem e para o mal; e havia todos os motivos para que, com uma melhor compreensão dos problemas, ficássemos algum dia habilitados a empregar com bom êxito esses poderes (HAYEK, 1946, p. 44).

Num sistema de livre iniciativa é bastante difícil prever quais pessoas conseguirão atingir os seus objetivos e quais fracassarão – de acordo com o autor –, pois a concorrência assim como a justiça, é “cega”. A concorrência possibilita as oportunidades, mas não define as habilidades e competências, bem como não distribui recompensas ou aplica penalidades que possam determinar a sorte de cada um. Entretanto, ressalta Hayek (1946, p. 153), “no regime de concorrência, o acaso e a sorte muitas vezes são extremamente importantes na determinação do destino individual”.

Na concepção de Hayek, a desigualdade de oportunidades no sistema de livre iniciativa é natural, pois as diferenças de oportunidades decorrem da propriedade privada; os ricos, portanto, têm um acesso e uma perspectiva de sucesso muito maior que os pobres. A retórica *hayekiana* pressupõe que a liberdade dos pobres, num regime de concorrência, é muito maior do que qualquer conforto material desfrutado por uma pessoa em qualquer tipo de sociedade coletivista. Para ele, o sistema de propriedade privada representa a mais importante garantia da liberdade:

[...] não só para os proprietários, mas, também, em escala quase igual, para os que não os são, visto que todo aquele que compreende o que isso significa preferiria limitar o planejamento à produção e usá-lo apenas para garantir uma ‘organização racional da indústria’, deixando a distribuição dos rendimentos entregues tanto quanto possível a forças impessoais [...] Sempre haverá desigualdades que parecerão injustas aos que sofrem em consequência delas, decepções e infortúnios imerecidos, mas essas coisas acontecem (HAYEK, 1946, p. 156 e 158).

O autor reitera que, um pequeno senso de humanidade também precisa existir nas relações no interior da sociedade capitalista para que o proletário tenha a possibilidade de acessar a um mínimo de alimentos, roupas e moradia, fundamentais para que possa preservar a sua saúde e a sua capacidade produtiva. É nesse sentido que a assistência do Estado se revela importante, com vistas a satisfazer as eventualidades comuns, às quais a maior parte da classe trabalhadora está exposta.

Certamente que reclamações por parte do proletariado sempre existiram e sempre existirão, para que as instâncias governamentais interfiram nas relações em sociedade, tendo em vista assegurar-lhe o mínimo para a alimentação, vestimenta e moradia, salvaguardando-lhe as esperanças de dias melhores. É o Estado o responsável direto por amparar-lhe em situação de dificuldade e de privação, antes:

- De assegurar-lhe os direitos fundamentais à vida, à liberdade e à segurança, pressupostos pelo liberalismo clássico, uma vez que o Regime de Lei (Estado de Direito) representa não apenas a submissão e obediência do governo às leis, mas também a subordinação das leis às restrições materiais ao reconhecimento dos direitos fundamentais considerados invioláveis (LOCKE, 2006).

No acometimento de doenças ou na eventualidade de um acidente no exercício das atividades produtivas, os trabalhadores podem prescindir da provisão de assistência, pois são muito fortes as razões para que o Estado auxilie efetivamente o mercado na organização de um sistema de seguros sociais – o sistema previdenciário. Para Friedrich Hayek (1946, p. 179-180) não existe incompatibilidade alguma entre a “criação e manutenção de um sistema de assistência e seguros por parte do Estado e a conservação da liberdade individual”.

Não há dúvida de que é preciso auxiliar a classe trabalhadora na satisfação de suas necessidades mais imediatas, tendo em vista assegurar a organização de sua vida material e garantir um padrão de vida desejável, afirma Hayek. Talvez a criação de uma instituição com autoridade internacional pudesse contribuir enormemente para a prosperidade econômica da sociedade capitalista, adequando os meios disponíveis a uma distribuição equitativa dos rendimentos, respeitando os limites de “manutenção da ordem e a estabelecer condições em que as pessoas possam desenvolver a sua vida econômica” (HAYEK, 1946, p. 318).

Entretanto, Hayek (1946) ressalta que as ações do Estado devem restringir-se ao socorro imediato e mínimo, pois uma intervenção de maior envergadura, afeta negativamente o regime de concorrência, uma vez que o proletariado num sistema de planejamento econômico (em qualquer forma de coletivismo) provavelmente não empenhará o máximo de suas forças produtivas no cumprimento de sua jornada de trabalho, pois que os seus interesses individuais não fazem parte do processo. Para que a ampla maioria da classe proletária contribua com toda a sua energia, com e para o processo produtivo capitalista, é necessário que exista uma constante e incisiva pressão externa: as exigências e/ou imposições do mercado, isto é, a livre concorrência.

Na concepção liberal, ajustar-se às exigências do esforço produtivo da sociedade e procurar atingir os seus próprios objetivos pessoais não constituem forças contrárias ou conflitantes. Para os defensores dos postulados econômicos liberais não existe, nesses termos, a necessidade da interveniência de uma instância governamental para controlar supostos conflitos, visto que “o sistema pode funcionar corretamente e cumprir o seu papel sem a interferência de uma autoridade que emita ordens, proibições e que castigue aqueles que supostamente não as acatam” (MISES, 2010, 824).

Na apreensão liberal *hayekiana*, a segurança econômica no interior do liberalismo é propiciada pela concorrência e concedida a grupos privados em função do tipo de planejamento praticado por tais grupos, um planejamento responsável pela regulação da produção para assegurar um ganho adequado ao capitalista – denominado *restricionismo* –, pois constitui o único meio capaz de garantir o ganho aos produtores numa economia de mercado, porém:

[...] isso envolve necessariamente uma redução das oportunidades abertas aos demais. Se for privilegiar o produtor contra a concorrência de preços mais baixos, significará que outros produtores em situação pior, serão impedidos de participar na prosperidade relativamente maior das indústrias reguladas [...] à medida que aumenta o número daqueles cujo ganho é assegurado dessa forma, restringe-se o campo das oportunidades restantes para quem quer que venha a sofrer uma perda de rendimento; e para aqueles que alguma alteração venha afetar desfavoravelmente, diminui em razão proporcional a possibilidade de evitar uma diminuição fatal do seu rendimento (HAYEK, 1946, p. 188-189).

A argumentação de Friedrich Hayek é convicta no sentido de que não pode haver qualquer dúvida sobre a prática adequada para proporcionar a percepção de rendimentos (segurança econômica) contra as “terríveis privações e a redução das causas estáveis do esforço mal dirigido e decepções consequentes, devem constituir um dos principais objetivos da política governamental”. Entretanto, para que tais medidas (ações) sejam bem sucedidas sem a menor possibilidade de restringir ou destruir as liberdades individuais, “a segurança deverá ser proporcionada fora do mercado, deixando que a concorrência funcione sem obstáculos”, pois a maior parte da sociedade somente aceita o “risco que a liberdade implica com a condição de que esse risco não seja demasiadamente alto” (HAYEK, 1946, p. 195).

Hayek afirma que não há desprezo por parte do liberalismo econômico ao bem-estar material, nem mesmo a negação de querer conquistá-lo, muito pelo contrário, não reconhecer os conflitos, ou os obstáculos que possam dificultar ou impedir a realização dos desejos individuais, em sua mais ampla liberdade de expressão é o que distingue os seus

partidários dos planejadores econômicos. Portanto, é exatamente “a submissão às forças impessoais do mercado que possibilita o desenvolvimento da sociedade; é submetendo-nos dessa forma que estamos diariamente ajudando a construir uma sociedade melhor, que nenhum de nós pode compreendê-la racionalmente”, reitera Hayek (1946, p. 286).

À finalização de seus postulados gerais, Hayek infere que o sucesso da ideologia liberal no árduo processo de conquista e retomada das nações invadidas e dominadas pelas várias formas de coletivismo deve pautar-se na crença dos valores tradicionais para defender com tenacidade os ideais atacados por seus inimigos. A luta em busca da primazia liberal não se realizaria com:

[...] desculpas envergonhadas e com asserções de que estamos nos regenerando rapidamente, nem com explicações de que estamos a procurar um termo de conciliação entre os valores liberais tradicionais e as novas ideias coletivistas. O que importa não são os últimos melhoramentos que possamos ter introduzido nas nossas instituições sociais, pois isso representa muito pouco em comparação com as diferenças básicas entre dois sistemas opostos de vida. O que importa é a nossa fé inabalável nessas tradições que fizeram da Inglaterra e dos Estados Unidos duas nações de homens livres e retos, tolerantes e independentes (HAYEK, 1946, p. 304-305).

Hayek aponta, também, a necessidade da criação de uma organização internacional para regular as relações entre os países e as ações em âmbito nacional. Uma instituição com um poder de conjunto diretamente limitado pelo poder particular de cada país-membro. As ações obedeceriam, incondicionalmente, aos princípios e à prática da democracia, o único meio de intercâmbio pacífico entre as nações inventado pelo homem. Essa organização limitaria o planejamento internacional aos setores em que é possível estabelecer acordos de interesses comuns, nos quais as formas de planejamento desejáveis poderiam ser levadas a efeito em nível local, por especialistas devidamente qualificados para empreendê-las (HAYEK, 1946, p. 325).

Esse poder de que se investiria a autoridade internacional se restringe ao mínimo, sem o qual é impossível tanto o estabelecimento quanto a manutenção das relações de forma pacífica, ou seja, os poderes do Estado ultraliberal orientado pela regra do *laissez-faire*, rigorosamente circunscrito pelo Estado de Direito. Essa autoridade, necessariamente, “se tornará cada vez maior, na própria medida em que os Estados Nacionais passarem a aderir à administração econômica”, deixando o papel de meros coadjuvantes da cena econômica mundial (HAYEK, 1946, p. 324).

Os fundamentos dessa organização, utilizados de forma prudente, poderiam representar, no entendimento de Hayek, uma possível solução para os inconciliáveis problemas da humanidade. A sua construção constituía uma difícil tarefa para os países capitalistas, que deveriam agir com cautela, respeitando os limites das disposições e capacidades de envolvimento de cada país. “Uma forte tendência para dar alcance mundial e universal à formação de uma organização internacional dessa magnitude deverá ocorrer naturalmente, pois se fará sentir a necessidade imperiosa de uma organização vasta e eficaz, uma espécie de nova Liga das Nações” (HAYEK, 1946, p. 330).

5.2 Contra Revolução Friedmaniana

Se Friedrich Hayek acende a fogueira para a discussão acerca da proposição de uma nova (nem tão nova assim) orientação tecnocrática da sociedade capitalista, pautada nos postulados econômicos liberais contra a política econômica *keynesiana*, Milton Friedman, por sua vez, alimenta e enriquece o debate, ao organizar teoricamente os princípios para a reinstalação da política econômica clássica, com a primeira edição de *Capitalismo e Liberdade* (1962), ao defender que a organização econômica de uma sociedade livre deve ser apreendida como um fim em si mesma e como instrumento imprescindível para assegurar a liberdade política em virtude da importância de suas funções essenciais, tanto na dispersão quanto na concentração do poder.

Friedman procurou adequar a ação do Estado às necessidades da economia de mercado, pois considerava que as atividades de um sujeito, que gerassem benefícios para terceiros, deveriam ser consideradas. Por exemplo: se “A” realizar algo que beneficie involuntariamente “B”, e se “B”, não tiver como retribuir – pagar – pelo benefício recebido, está caracterizado um efeito colateral do livre mercado, portanto, cabe ao Poder Público, a tarefa de corrigir tal defeito, tributando “B” para pagar “A”.

Na concepção *friedmaniana*, a liberdade do mercado, por essência, é o espaço característico para a competição que abriga as relações de cooperação mútua – compra e venda – e tem por finalidade o lucro. O mercado é o lócus para a expressão de uma das maiores virtudes do homem: a liberdade econômica. Para o autor, o liberalismo constitui o modelo de organização econômica capaz de assegurar a existência do “capitalismo competitivo e resguardar a liberdade política, uma vez que separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro”. Portanto, o mercado é parte

constituente da liberdade e precisa ser considerado em suas relações diretas e indiretas com o campo político (FRIEDMAN, 1977, p. 19).

A organização social, por sua vez, pode e deve ser encontrada na coordenação e utilização de recursos materiais e imateriais, orientada pela divisão do trabalho e especialização das funções ancoradas nas oportunidades fornecidas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia modernas. Friedman aponta os meios para a coordenação das atividades econômicas da sociedade capitalista: a direção central coercitiva e a cooperação voluntária dos indivíduos. Tal técnica mercadológica baseia-se na “proposição elementar de que ambas as partes de uma transação econômica se beneficiam dela, desde que seja realmente organizada e voluntária”, o que caracteriza aquilo que chamamos de capitalismo competitivo (FRIEDMAN, 1977, p. 21).

Segundo Friedman, a cooperação só pode ser considerada essencialmente individual e voluntária desde que as empresas ou instituições sejam privadas, e os indivíduos que as representam sejam realmente livres para participar ou não de trocas específicas, de modo que todas as transações possam ser voluntárias. O estabelecimento de leis e sua consequente manutenção servem para evitar qualquer possibilidade de ação coercitiva de uma pessoa sobre outra e reforçar os contratos voluntariamente estabelecidos entre as partes, assegurando legalidade jurídica à concepção e apreensão do termo privado.

Somente o Estado, por meio da ação e atuação dos especialistas, pode agir coercitivamente para assegurar a saúde da economia, argumenta Friedman; as pessoas, individualmente, não têm esse direito, uma vez que as suas relações e interações obedecem ao Regime de Leis e à liberdade do mercado. Desse modo, o exercício do poder político deve concentrar-se na garantia da liberdade do mercado para organizar as atividades econômicas da sociedade capitalista.

Para a economia liberal, a atuação intervencionista estatal na livre economia não seria desejável, mas a sua existência é importante para a formulação e instituição das leis que regulam e fiscalizam as relações no e do mercado – conforme apontado anteriormente. Legislação, que maximiza a restrição intervencionista aos assuntos econômicos por meios políticos que, conseqüentemente, minimizam o papel desempenhado pelas ações estatais acerca das questões referentes à liberdade do capitalismo competitivo.

Nesse sentido, as ações do Estado são fundamentais para estabelecer as regras do jogo, visto que o mercado em si procura reduzir ao máximo as questões que devem ser

resolvidas por meios políticos e, por isso mesmo, procura relativizar e/ou minimizar as intervenções estatais no campo econômico, pois o principal aspecto da ação política, de um lado:

[...] é o de exigir e reforçar uma conformidade substancial; de outro lado, a função do mercado é a de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. Cada homem pode votar pela cor da gravata que deseja obter; ele não precisa ver que cor a maioria deseja e então, se fizer parte da minoria, submeter-se (FRIEDMAN, 1977, p. 23).

Friedman (1977) justifica que, ao descentralizar a autoridade política da organização da atividade econômica, o mercado limita a fonte do poder do Estado e institui a força econômica como instrumento de controle do poder político, isto é, ao afastar o raio de ação e influência do poder político, o poder econômico se constitui um instrumento essencial para o controle e a defesa contra o próprio poder político, utilizando-o em razão de suas necessidades constantes e imediatas.

Essa descentralização do poder, no entendimento *friedmaniano* é fundamental para movimentar as prerrogativas do liberalismo econômico, considerando que o poder para fazer coisas boas é o mesmo que pode fazer coisas ruins. A política econômica liberal tem o dever de reunir e aplicar os meios necessários para promover as transformações em direção à descentralização do poder do Estado, as quais devem penetrar as estruturas organizacionais e administrativas das instituições governamentais (FRIEDMAN, 1977, p. 12 e 23).

Milton Friedman afirma que a liberdade assegurada ao mercado capitalista constitui a redução da tensão aplicada sobre a imbricação das relações em sociedade por tornar a conformidade do campo político e de seus canais, irrelevantes em relação a qualquer atividade que pretenda patrocinar, pois:

[...] quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, maior a probabilidade de obter concordância e manter uma sociedade livre [...] um bom jogo exige que os jogadores aceitem tanto as regras quanto o árbitro encarregado de interpretá-las e de aplicá-las (FRIEDMAN, 1977, p. 30-31).

Para ele, a importância da aceitação das condições gerais determinadas pelas convenções sociais representa a utilidade do conjunto de leis, regras e costumes assimilados pela sociedade na efetiva ação do Estado. O estabelecimento dessas regras, de seus significados e de suas possíveis alterações devem ser cumpridas por todos, uma vez que a liberdade de uma pessoa deve se restringir ao início da liberdade da outra, por exemplo:

[...] o consumidor é protegido da coerção do vendedor devido a presença de outros com quem pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. E o mercado faz isto, impessoalmente, e sem nenhuma autoridade centralizada (FRIEDMAN, 1977, p. 23).

Entretanto, a necessidade existencial do Estado, representado por meio das ações do governo, se encontra na ausência de recursos que dificultam a execução de determinadas tarefas consideradas inviáveis pelo e para o mercado, tanto pelo alto investimento a ser empregado como pelo baixo e demorado retorno financeiro de tal investimento. Isso torna possível e não contraria a ação do Estado em algumas questões do campo econômico, na medida em que a transação voluntária é impraticável para a iniciativa privada, consubstanciando os denominados monopólios, as imperfeições e os efeitos laterais do mercado – o campo social – pois:

A) Os monopólios constituem a ausência de alternativas ou oportunidades e limitam a liberdade efetiva das transações voluntárias (livre competição), porém são tecnicamente eficientes, pois as rápidas e constantes transformações científicas e tecnológicas justificam a razão de sua existência, por dizerem respeito a bens e serviços considerados essenciais (FRIEDMAN, 1977);

B) As imperfeições e efeitos laterais, por sua vez, são caracterizados pelas ações consequentes de umas pessoas sobre as outras, como o desmatamento, a poluição das águas, a poluição da atmosfera entre outros. A rede de transportes, os programas de habitação, de saúde e de educação pública, a utilização de espaços públicos são considerados efeitos laterais do mercado que exigem a intervenção do Estado, mas que são injustificáveis (inviáveis) para o liberalismo econômico (FRIEDMAN, 1977).

Segundo Friedman, é preciso examinar os riscos envolvidos em cada proposta de intervenção governamental e seus efeitos laterais na ameaça à liberdade. Ele rebate os argumentos difundidos após a Grande Depressão de 1930 pelos formuladores do *New Deal* nos Estados Unidos da América e da *Revolução Keynesiana* na Inglaterra: a Grande Depressão não decorreu da instabilidade do liberalismo econômico, mas sim da incompetência administrativa do governo estadunidense, responsável por uma política monetária pautada numa atuação do *Federal Reserve System*, que transformou uma moderada contração econômica numa crise financeira aguda.

O autor reitera que o caminho para solucionar ou amenizar a crise se encontrava no estabelecimento de um governo de leis e regras firmes, de legislação e normas que pudessem assegurar as condições básicas para a direção administrativa da política monetária em atendimento às necessidades prementes do mercado competitivo, permitindo “ao público exercer controle econômico por meio das autoridades políticas e, ao mesmo tempo, evitar que a política monetária fosse vítima dos caprichos das autoridades políticas” (FRIEDMAN, 1977, p. 52).

Na concepção liberal, o Estado – quando passou a subsidiar os vários segmentos do campo social como a previdência, transporte, saúde, segurança, educação – produziu conseqüentemente um inchaço nas contas públicas. A ideia de que uma política fiscal seria capaz de garantir o equilíbrio econômico da sociedade não pode ser considerada em termos lógicos como solução ao déficit governamental, pois ela se baseia numa análise *keynesiana* que presume, implicitamente, que o financiamento dos gastos com o campo social, via arrecadação de tributos e impostos ou mediante a tomada de empréstimos, não produzem qualquer conseqüência de cunho negativo sobre as demais despesas do Estado.

O papel a ser desempenhado pelo Estado em condições de *laissez-faire*, afirma Friedman, é exatamente o de suprir as necessidades do mercado e satisfazer as carências da sociedade por meio da elaboração, regulação e implementação das políticas públicas tendo em vista garantir:

[...] a manutenção da lei e da ordem para evitar qualquer tipo de coerção de um sujeito sobre outro; a execução de contratos voluntariamente estabelecidos; a definição do significado de direitos de propriedade, a sua interpretação e a sua execução; o fornecimento de uma estrutura monetária [...] e prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre os seus significados e garantir o seu cumprimento por aqueles que não se submetem a elas (FRIEDMAN, 1977, p. 32).

Os objetivos do Estado sob o jugo da racionalidade liberal restringem-se à proteção das liberdades individuais e dos grupos de interesses privados contra possíveis inimigos (internos ou externos) para garantir a preservação da lei e da ordem, conforme as determinações estabelecidas em contratos privados, para promover uma maior competitividade entre as empresas. A essência do liberalismo econômico na concepção *friedmaniana* encontra-se:

[...] na crença da dignidade do indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas, sujeito somente à obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo. Este ponto de vista implica a crença da igualdade dos homens num sentido; em sua desigualdade noutra. Todos os homens têm direito importante e fundamental

precisamente porque os homens são diferentes, pois um indivíduo quererá fazer com sua liberdade coisas diferentes das que são feitas por outros, e tal processo pode contribuir mais do que qualquer outro para a cultura geral da sociedade (FRIEDMAN, 1977, p. 165).

Como poder político, o liberalismo se estabelece no consenso entre e sobre todos aqueles que a ele se submetem e, vincula os direitos do homem às convenções sociais (contratualismo) assentadas numa concepção individualista de sociedade: primeiramente, existe o indivíduo singular com suas carências e interesses, depois, somente depois, a sociedade.

5.3 Educação para o Contexto Liberal

Para Milton Friedman (1977), as ações estatais ultrapassavam os limites de suas competências, uma vez que atendiam não apenas aos níveis iniciais de instrução requeridos pela ampla maioria dos membros da sociedade, mas se estendiam também, a níveis mais elevados, tendo em vista atender aos jovens. No entendimento *friedmaniano*, as gastos com os níveis mais elevados de instrução não podiam ser justificados, mas se explicavam na medida em que a sociedade capitalista exigia uma formação de mão de obra especializada para suprir as demandas das mais variadas funções de liderança política e social. Segundo o autor, os investimentos em instrução somente podem produzir maior ganho social aceitável nos níveis mais baixos, onde existe unanimidade sobre o conteúdo, bem como, decresce o ganho quando o nível de instrução se eleva.

Os investimentos do Estado para atender às exigências requeridas pela sociedade com vistas a assegurar um nível mínimo de instrução e sua centralidade na administração das instituições educacionais poderiam resultar numa espécie de estatização da indústria da educação e prejudicar a iniciativa privada e a livre concorrência, pois as instituições particulares de educação não recebiam auxílio ou incentivo financeiro algum por parte do Estado, dando origem a uma série de disputas políticas, argumenta Milton Friedman (1977, p. 84).

Na proposição *friedmaniana*, o governo deveria financiar a instrução básica, de forma que os serviços educacionais pudessem ser fornecidos por empresas privadas operando com ou sem fins lucrativos. O papel do governo se limitaria a assegurar a manutenção de padrões mínimos, tais como garantir o acesso, a inclusão de conteúdos básicos e comuns em seus programas.

Segundo Milton Friedman, os benefícios para uma sociedade que se pretende estável e democrática (liberdade total ao mercado) com a instrução escolar do homem são inúmeros, pois atingem não somente o próprio sujeito e sua família, mas todos os membros da sociedade¹⁰⁷. Para o autor, a instrução em seus níveis iniciais pode ser apreendida como um efeito lateral substancial em razão de sua utilidade para o mercado competitivo capitalista, e o investimento público pode ser justificado em razão de sua necessidade premente e para a sua garantia de utilidade futura, tendo em vista assegurar a ação voluntária individual.

Nesse sentido, o Estado deveria encarregar-se de promover a concorrência e não prejudicar a iniciativa privada, garantido aos pais uma ampla opção de escolha para qual escola encaminhar seus filhos; e as escolas particulares poderiam “satisfazer de forma mais eficiente as exigências do consumidor do que as escolas públicas e as organizadas para servir a outros propósitos” (FRIEDMAN, 1977, p. 84). O emprego do dinheiro público resultante da cobrança de impostos justifica a razão de sua aplicação no sistema escolar na medida em que procura combinar administração escolar ao seu financiamento.

O Ensino Médio, por sua vez, deveria ser disponibilizado aos sujeitos que demonstrassem capacidade e competência para cursá-lo, sendo-lhes assegurada a oportunidade de receber bolsas de estudo, uma vez que a oferta desse nível de ensino deveria ser realizada, prioritariamente, pela iniciativa privada. No entendimento de Friedman, a instrução nesse nível, se caracteriza como valor econômico individual e, associada ao nível primário, consubstancia o centro das atenções para uma coexistência pacífica entre instituições de ensino públicas e privadas, tendo em vista assegurar o desenvolvimento de ambas as instituições.

Há de se ressaltar que o espírito competitivo pode exaltar a preocupação com o serviço instrucional oferecido por uma variedade amplificada de escolas, ressalta Friedman (1977, p. 85), contribuindo para “introduzir flexibilidade nos sistemas escolares e oferecer o benefício adicional de tornar os salários dos professores sensíveis à demanda de mercado”. O autor argumenta que, em tal contexto, o poder público teria à sua disposição um padrão independente para avaliar e julgar as escalas salariais e realizar um maior e mais rápido ajustamento às mudanças de condições da relação oferta-procura.

¹⁰⁷ Milton Friedman incorpora a essência teórica do Capital Humano de Theodore William Schultz às suas fundamentações, tendo em vista dar-lhe legitimidade e assegurar-lhe o poder de convencimento, essencial ao processo de inculcação.

Nessa direção, a fundamentação liberal *hayekiana-friedmaniana* percorre os bastidores da sociedade capitalista por alguns longos anos e, com a ocorrência de uma nova crise cíclica da economia da década de 1970, desponta com todo vigor, num cenário de conturbada combinação de altas taxas de inflação e baixos índices de crescimento econômico. O cuidado tomado com a organização ideológica dos defensores do individualismo era agora:

[...] reforçado pela visível impotência e o fracasso de políticas econômicas convencionais, sobretudo após 1973. O recém-criado Prêmio Nobel de economia (1969) deu apoio à tendência liberal premiando Friedrich Von Hayek em 1974 e, dois anos depois, a um defensor do ultraliberalismo econômico igualmente militante, Milton Friedman. Após 1974, os defensores do livre mercado estavam na ofensiva [...] (HOBBSAWM, 1995, p. 398-399).

Os especialistas da economia liberal veriam as suas adaptações e ajustes em realidade prática, assentados no estabelecimento de capacidades e competências de mobilização organizacional, articuladas de forma dinâmica, especialmente na definição de instrumentos e mecanismos de regulação, fiscalização e controle das ações políticas e econômicas tanto em âmbito público quanto privado:

A) Em 1979, Margareth Thatcher¹⁰⁸ assumiu a direção política da Inglaterra, garantindo a aplicação da fundamentação econômica liberal, por meio da adoção de uma redução substancial dos impostos sobre os altos rendimentos, retração da emissão de moeda, extinção do controle sobre a movimentação financeira, elevação da taxa de juros, criação e manutenção de níveis de desempregos em massa, corte de gastos com o campo social e implementação de uma política de privatização que atingiu a indústria de aço, de gás, de petróleo dentre outros (CREMONESE, 2002);

B) Em 1980, Ronald Reagan¹⁰⁹ iniciou o seu primeiro mandato presidencial nos Estados Unidos da América. O liberalismo foi definido como ideologia oficial da política econômica de seu governo e o monetarismo *friedmaniano* caracterizou a primeira fase do

¹⁰⁸ Margareth Hilda Thatcher (Grantham, 1925 – Londres, 2013): nasceu no Condado de Lincolnshire. Graduou-se em Química na Universidade de Oxford. Nas eleições gerais de 1959, foi eleita parlamentar pela região de Finckley e, em 1970, foi nomeada Secretária do Departamento de Educação pelo então primeiro ministro, Edward Heath. Em 1975, assumiu a liderança do Partido Conservador e se tornou a primeira mulher a governar a Inglaterra, ao assumir o cargo de Primeira Ministra em 1979, posição que ocupou até novembro de 1990. Fonte: <http://www.margaretthatcher.org/archive/1983cac1.asp>.

¹⁰⁹ Ronald Wilson Reagan (Tampico, 1911 – Los Angeles, 2004): nasceu em Illinois, mudou-se para o Estado da Califórnia em 1930, onde trabalhou como ator. Ocupou a presidência da Screen Actors Guild e foi porta-voz da multinacional General Electric. Iniciou a carreira política no Partido Democrata, do qual saiu em 1962, alegando que as bases do partido se aproximavam de ideias esquerdistas. Ocupou o governo do Estado da Califórnia e foi eleito o 40º presidente dos Estados Unidos da América em 1980, pelo Partido Republicano. Fonte: <http://www.whitehouse.gov/about/presidents/ronaldreagan>.

retorno do *laissez-faire* à política estadunidense concentrada na elevação das taxas de juros e na redução da carga tributária impostas à classe burguesa (ARANTES, 2001).

Boa parte dos postulados liberais de Friedman propostos para promover a eficácia e eficiência do sistema de educação foi amplamente considerada pelo governo estadunidense, sobretudo aquelas referentes à livre escolha da escola, ao crescimento das competências básicas dos estudantes e à descentralização das decisões (desconcentração) somadas ao desenvolvimento de uma cultura avaliativa para reduzir os índices de analfabetismo e das desigualdades escolares e sociais. A publicação do relatório *A Nação em Risco* (*A Nation at Risk*), deu-se em 23 de abril de 1983, elaborado por uma equipe de especialistas, altamente reconhecida no mundo acadêmico, supervisionada por Terrel Bell, Secretário de Estado da Educação do Governo Ronald Reagan.

O Relatório apontava que a queda da produtividade dos Estados Unidos no cenário internacional decorria da baixa qualidade da educação, da prática de programas de ensino inadequados e da falta de competência dos professores. O sistema educacional público era convidado a aproximar-se do âmbito privado, considerando os aspectos que caracterizam a administração do universo empresarial para poder elevar o seu nível de excelência (USA, 1983).

As políticas públicas para a educação deveriam priorizar o ensino da matemática e das ciências, focalizadas em saberes essenciais para garantir a elevação dos níveis de ensino e da duração dos cursos, estreitar os vínculos entre a escola e a empresa visando à transição do aluno para o mercado de trabalho, promover a iniciativa individual e o espírito empreendedor, melhorar as competências dos professores (USA, 1983).

Os partidários da ideologia econômica liberal defendiam ainda que: a) a aplicação de testes (exames) é indispensável para alcançar um elevado padrão de ensino; b) as escolas devem manter a disciplina, reiterando o seu direito de separar os alunos com problemas comportamentais; c) a competitividade deve ser enfatizada; d) a remuneração dos professores precisa obedecer a critérios de avaliação por mérito, mediante ao exame de competências e maiores exigências em termos de certificação.

A legitimidade política de tais proposições foi assegurada pela oficialização de sua institucionalização, sendo cuidadosamente articulada no Encontro Internacional de Economia, realizado em novembro de 1989, para ser implementada de forma ordenada nos mais diversos países do mundo. Intitulado *Ajuste da América Latina: Quanto foi Feito?* (*Latin*

America Adjustment: How Much has Happened?). O evento ficou mundialmente conhecido como *Consenso de Washington* e reuniu especialistas do governo estadunidense, do FMI, do BM e do BID¹¹⁰, visando avaliar o andamento das reformas econômicas nos países americanos, efetivando, de uma vez por todas, a influência, a interferência e o poder dessas instituições na administração das questões sociais mundiais.

As propostas de Friedman para a educação foram dispostas também, no documento *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*, resultado da *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada em Jomtien, na Tailândia, entre os dias 5 a 9 de março de 1990, com participação efetiva da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Mundial e seus países mutuários e signatários da Organização das Nações Unidas (ONU), reunindo cerca de 1.500 representantes de mais de 150 países e instituições do mundo.

5.4 Conclusão

Podemos inferir que os argumentos de Hayek em defesa do liberalismo, bem como o teor de suas críticas ganharam significado à medida que expressaram com maior objetividade a quem se destinavam, para além do coletivismo geral e do intervencionismo estatal em si. O ataque *hayekiano* dirigiu-se para a política trabalhista inglesa e para o pensamento econômico *keynesiano*, numa tentativa clara de reconquistar a hegemonia econômica para o liberalismo no interior do sistema capitalista.

Essas constatações nos permitem apontar alguns princípios que caracterizam a fundamentação tecnocrática contida no pensamento de Friedrich Hayek, decorrentes da essência teórica liberal clássica, a saber:

- 1) Utilização racional da competição como princípio da organização social;
- 2) Emprego das forças de concorrência como dispositivo para a coordenação dos esforços humanos;
- 3) Adoção e preservação do sistema de preços como aparelho imprescindível para coordenação das relações do mercado;

¹¹⁰ FMI: Fundo Monetário Internacional; BM: Banco Mundial; BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

4) Adequação das atividades de planejamento a situações específicas sem interferir nas ações individuais;

5) Ações políticas empreendidas pelo governo devem possuir caráter regulatório e/ou mediador, jamais interventor;

6) Preservação da propriedade privada dos meios de produção, livre iniciativa, liberdade total ao mercado e livre competição devem ser asseguradas por meio da coordenação das atividades econômicas;

7) Assistência previdenciária fornecida pelo Estado para que o proletariado possa suprir as suas carências básicas na impossibilidade de satisfazê-las com recursos próprios e/ou em situação de desemprego.

Em Milton Friedman encontramos as afirmações que justificam a eliminação da intervenção estatal não desejada, na medida em que contribui para o surgimento de uma nova desigualdade dinamizadora da economia, em prol da acumulação de riquezas e do livre mercado, e estimula os investimentos nacionais e internacionais, essenciais para fomentar o crescimento do sistema econômico, desde que sejam considerados e adotados os seguintes princípios para a condução da sociedade capitalista:

1) Estabelecimento de um Estado politicamente forte, capaz de agir coercitivamente para assegurar a liberdade do mercado;

2) A intervenção política do Estado deve limitar-se à regulação das ações econômicas;

3) Descentralização da execução e centralização da tomada de decisões. Essa dinâmica deve penetrar as estruturas organizacionais e administrativas das instituições governamentais;

5) Definição da estabilidade monetária como meta fundamental de todo e qualquer governo;

6) Instituição e prática de uma rígida disciplina orçamentária para a contenção e redução dos gastos sociais com o gradativo restabelecimento da taxa de desemprego para garantir a formação e manutenção de um exército de mão de obra de reserva;

5) Imediata reforma fiscal para incentivar os agentes econômicos e reduzir a incidência de impostos sobre os rendimentos e rendas mais altos;

- 6) Desvinculação gradativa entre as políticas e os direitos sociais;
- 7) Planejamento de ações focais tendo em vista promover a melhoria da eficiência, eficácia e produtividade do sistema econômico;
- 8) O acesso à Educação Básica, a definição de conteúdos mínimos e comuns devem ser assegurados pelo Estado.

A aplicação de tais princípios, na medida de sua realização histórica, assegurou a maximização de seu alcance para a coordenação da economia capitalista por meios políticos. A cooperação espontânea entre e com os sujeitos e as instituições (concorrência/competição) na razão técnica do mercado capitalista, foi determinante para colocar em prática as formulações dos especialistas liberais, tanto para limitar quanto para utilizar o poder político do Estado em benefício do próprio sistema e da burguesia.

A Primeira Ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher (1979) e o Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan (1980) colocaram em prática as reformas econômicas propostas pelo liberalismo *hayekiano-fridmaniano*, já a partir do primeiro ano de seus respectivos mandatos ao minimizar as responsabilidades do Estado com as questões sociais, reduzir a tributação sobre a burguesia, elevar a taxa de juros, adotar uma política monetarista de controle da emissão de dinheiro, promover uma política de privatização em massa das empresas estatais, dentre outras.

As teses de Friedman para a reorganização do campo educacional foram amplamente absorvidas pelo governo estadunidense, visando promover os princípios da eficácia, da eficiência e da produtividade assentada numa política avaliativa do desempenho de estudantes e das instituições. As reformas introduzidas pelas políticas estadunidenses indicaram o caminho a ser seguido pelos países subdesenvolvidos e/ou emergentes para realizar a adequação/ajuste de seus sistemas econômico e de educação, em conformidade com o ideário liberal, oficializado e reiterado pelo Consenso de Washington (1989) e pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990).

A racionalidade tecnocrática que conduzia passa a ser conduzida pelo liberalismo econômico, ajustado aos ditames do mercado, encontrada na regulação e coordenação dos destinos da sociedade capitalista por meio das políticas econômicas, bem como no controle da administração do campo social; na elaboração e implementação de políticas promotoras dos princípios de individualidade, liberdade total do mercado e livre concorrência empresarial, amplamente empregada nas questões sociais públicas, sobretudo no

campo educacional. Campo educacional pautado em pressupostos de elevação da qualidade dos serviços prestados mediante avaliação de resultados e de desempenho dos sujeitos e das instituições.

A ideologia contida e organizada pelos criadores da *Sociedade Mont Pèlerin*¹¹¹ encerra a absorção dos fundamentos *tecnocráticos saintsimonismos-veblenianos, burocrático-administrativos weberianos e utilitaristas/intervencionistas keynesianos* que, em essência e extensão, completam a obra de adaptação e ajuste do liberalismo para a satisfação das próprias exigências do sistema para o enfrentamento de mais uma realidade histórica. A tecnocracia liberal reafirma a posição e importância do economista na construção teórico-ideológica da e na sociedade capitalista. Se em Keynes as preocupações (teses) se concentram num Estado Provedor voltado para as questões sociais, em Hayek e Friedman a equação se inverte, o papel desempenhado pelo Estado se limita ao mínimo de intervenção e, sobretudo, ao mínimo de ação no campo social.

¹¹¹ *Mont Pèlerin Society*: criada na Suíça, em abril de 1947, por um grupo de intelectuais bastante heterogêneo em nacionalidade, origem e uma formação acadêmica predominantemente assentada na ciência econômica. Esse primeiro encontro da Sociedade Monte Pelerin serviu para sedimentar as bases para a adequação e ajustamento dos fundamentos liberais clássicos à nova conjuntura da, e para, a sociedade capitalista. A Sociedade passou a reunir-se, quase que anualmente, para debater e criticar os pressupostos da política econômica *keynesiana* e defender a propriedade privada, a livre iniciativa e a livre competição, tendo em vista encaminhar as discussões para preparar o retorno e assegurar a primazia da política econômica liberal à direção do capitalismo mundial (FONSECA, 1993).

6 CONCLUSÃO

Os princípios de eficiência, eficácia, racionalidade intelectual, racionalidade material e produtividade constituem os pilares para a sustentação da tecnocracia no contexto capitalista. A tecnocracia representa o conjunto de dispositivos e estratégias, racionalmente construídos por intelectuais, altamente especializados em seus campos de atuação, para a regulação, mediação, fiscalização, controle e direção da sociedade, considerando os seus aspectos e condições econômicas, políticas e sociais, em função das necessidades e carências impostas pelas realidades históricas que caracterizaram a sociedade capitalista.

As concepções tecnocráticas apresentadas neste estudo assentam-se na organização administrativa da sociedade e de suas instituições componentes e possuem bases teóricas similares, porém distintas, na variação de seus conteúdos, em decorrência de suas particularidades históricas:

A) A administração tecnocrática *saintsimoniana-vebleniana* caracteriza-se por sua essência político-social, pois expressa a valorização das atividades inerentes ao exercício da autoridade profissional e dos aspectos humanos com vistas a promover, bem como a assegurar o bem-estar individual e coletivo de toda a sociedade. A tecnocracia deve ser entendida em razão da eficiência técnica produtiva, da utilização e aplicação racional dos recursos intelectuais e materiais, pela distribuição e redistribuição igualitária das riquezas produzidas pela sociedade e para a sociedade;

B) A tecnocracia contida nas análises de Max Weber e nas proposições de administração científica de Frederick Taylor e de Henri Fayol, expressa a primazia do domínio material do mercado e de suas liberdades, na qual os interesses econômicos capitalistas regulam os interesses gerais da sociedade. A tecnocracia político-administrativa representa o ajustamento de uma ação política inexpressiva a uma ação societária racionalmente ordenada, tendo em vista a maximização da produção capitalista;

C) A política econômica *keynesiana* estabeleceu a efetivação definitiva da administração tecnocrática, na medida em que foi capaz de assegurar a intervenção técnica permanente na economia, na política e nas questões sociais, convertida em valor único e último para decidir sobre a direção, fiscalização e controle da sociedade capitalista. A tecnocracia em sua essência intervencionista progrediu em função da ação da técnica no planejamento nacional em larga escala, equacionando e assegurando vida longa ao sistema capitalista;

D) A fundamentação político-econômica liberal caracteriza a tecnocracia extraída dos escritos *hayekianos-friedmanianos*. A racionalidade econômica liberal foi amplamente ajustada à realidade contemporânea para regular, controlar e dirigir a sociedade capitalista por meio da implementação de políticas econômicas e sociais globais, tendo em vista exaltar os princípios de eficiência, eficácia, produtividade do sistema, além de assegurar ao mercado liberdade total e competição empresarial plena, fornecendo à administração científica nova roupagem.

A concepção tecnocrática político-econômica liberal expressa as suas características centrais num cenário ideológico ampliado, pois se reveste de uma retórica democrática, cujos fundamentos são transferidos para o nível da produção, institucionalizando uma ordem determinada sobre a classe proletária. É mesmo a racionalidade tecnocrática na organização da sociedade e de suas instituições que garante tanto a sua própria existência, longevidade e atualidade quanto a do sistema.

A tecnocracia representa a concretização das ideias e das ações racionalizadas que caracterizaram a sociedade capitalista, consequência direta das transformações técnicas, científicas, tecnológicas, econômicas e sociais que se processaram a partir da Revolução Industrial Inglesa sob a essência do racionalismo administrativo para a integração organizacional de toda a sociedade. Irrefutavelmente, a tecnocracia esteve e está diretamente vinculada ao *status quo*, pois defendeu e defende a preservação dos fundamentos capitalistas burgueses, e serve de instrumento para legitimar as relações econômicas, políticas e sociais que caracterizaram a realidade que a envolve.

As transformações necessárias para a instituição da sociedade tecnocrática *saintsimoniana-vebleniana* caracterizam-se, por um lado, pela associação dos elementos constituintes do sistema político-social e pela importância da ação dos engenheiros, técnicos e especialistas industriais comprometidos com a manutenção das operações produtivas para o bem comum. Por outro lado, expressam as necessidades de suplantarem o capitalismo por meio de uma rígida organização política centrada na administração de um *Diretório Tecnocrático* ou *Conselho de Newton*, que assumiria o poder pacificamente, ou pela mera desistência ou abdicação dos capitalistas dos meios de produção e dos interesses burgueses constituídos (VEBLEN, 1944; SAINT SIMON, 1802).

Para exercer as funções de autoridade na preconizada sociedade tecnocrática era preciso preencher uma série de exigências previamente estabelecidas por seus propositores, dentre as quais selecionamos aquelas que consideramos as mais importantes:

A) O sujeito que ambicionasse ocupar qualquer cargo na estrutura administrativa tecnocrática, obrigatoriamente deveria integrar o contingente técnico-científico. Quanto mais alta e expressiva a especialização individual, maior o poder vinculado à posição a ser ocupada;

B) Um colégio de intelectuais seria formado pela elite do contingente técnico-científico para eleger a classe dirigente;

C) O processo eleitoral deveria ocorrer por meio de uma seleção prévia, realizada pelas eminentes personalidades tecnocráticas em função dos princípios e ideais definidos no sistema de crenças do regime (VEBLEN, 1944; SAINT SIMON, 1802).

A instituição da sociedade *saintsimoniana-vebleniana* deveria acontecer pela associação dos sistemas científico, religioso, legislativo, artístico e instrucional. O aperfeiçoamento da educação seria fundamental para promover o bem-estar social e vinculado ao ensino institucionalizado, possibilitaria a transmissão oral de hábitos e costumes para uma maior e melhor divisão, distribuição e redistribuição das riquezas, de acordo com a capacidade produtiva de cada trabalhador.

Devemos apreender as proposições de Saint Simon para o campo da educação, tanto como fenômeno sociocultural, quanto como fato histórico. Como fenômeno sociocultural expressa seu caráter teleológico transmitido de forma integral, marcado pela ação societária do sujeito em permanente adequação às transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, convencionadas pela sociedade capitalista.

Como fato histórico, a educação precisa ser entendida em seu movimento, concentrada na formação do sujeito em sua totalidade para a sua inserção social futura. A educação *saintsimoniana* propõe a busca pela transformação e superação da sociedade capitalista, imbuída do propósito de fomentar o bem-estar comum, vislumbrando a difusão e a transmissão da cultura de um contexto sócio-histórico em sua concepção global.

Thorstein Veblen (1965), de sua parte, exalta a importância da educação como instrumento de dominação ideológica, pois é por meio de sua apropriação que a burguesia assegura a propagação e legitimação de sua dominação. É na estrutura que as transformações se processam e onde a racionalidade técnica se estabelece e se ajusta à satisfação das imposições do sistema capitalista de produção, sob a coordenação de um *staff* técnico intelectualizado e especializado, concebido pela pressuposta competência e eficiência técnica

dos engenheiros, mas totalmente despreparado para assumir conscientemente a condução política da sociedade capitalista.

Adequada e orientada, a partir da concepção da racionalidade positiva que conduz ou deve conduzir à eficácia e eficiência produtiva, a educação passou a dominar as determinações burguesas, para a satisfação de suas demandas. As bases socioculturais foram ajustadas aos padrões e métodos herdados dos costumes mais distantes, constituindo uma educação implicada pelo campo econômico em acelerada transformação. Educação essa decorrente da tradição conservadora e da teoria de vida da classe dominante, cujo conteúdo expressa indubitavelmente a implacável exploração do homem sobre os homens, e do homem sobre os objetos (VEBLEN, 1965).

A fundamentação tecnocrática proposta por Saint Simon e Thorstein Veblen foi absorvida, perspicazmente, pela economia capitalista na extensão de sua conveniência, associando racionalidade burocrática à racionalização de tempos e movimentos no interior do processo produtivo, propostos por Taylor e Fayol, para a maximização do lucro do capitalista. Emergia a criação de um modelo administrativo tecnocrático da sociedade e de suas instituições adequado à inegável legalidade imanente de sua evolução imposta pelo desenvolvimento técnico-científico, responsável pela produção material orientada politicamente e submissa ao atendimento das carências funcionais do sistema econômico (HABERMAS, 2009).

A administração burocrático-tecnocrática em sua racionalidade instrumental e por sua razão técnica atinge o ápice de suas realizações no desenvolvimento do capitalismo monopolista. Racionalidade de tipo econômico, elemento central da concepção de Max Weber, a partir da qual é possível reconhecer as possibilidades de ação e antecipar os seus resultados de forma intencional para alcançar os objetivos previamente estabelecidos por meio da utilização de fundamentos técnico-científicos, conscientemente construídos por especialistas altamente capacitados. É ela que leva às últimas consequências o domínio dos homens sobre as coisas: uma técnica racional destituída de qualquer valor que interfira na separação dinâmica entre os homens e os meios de produção, submetidos à eficácia e à necessidade técnica em atendimento às exigências do racionalismo capitalista (MARCUSE, 1973).

Em meio às tendências capitalistas instituídas pelo campo econômico, decorrentes de suas transformações para o pleno desenvolvimento, a administração tecnocrático-burocrática da educação encarregou-se de promover um intenso processo de

renovação de métodos e conteúdos vinculada aos princípios científicos de Frederick Taylor e de Henri Fayol. O Estado e as instituições privadas encontraram nos estudos da administração clássica os dispositivos para eliminar os entraves consequentes de tais transformações. A educação seguiu a cartilha dos *Princípios de Administração Científica* e dos fundamentos de *Administração Industrial e Geral*, ajustando-os ao contexto educacional (e escolar) para resolver os problemas e as dificuldades na razão de sua realidade.

A educação tornou-se um campo altamente complexo, passando a requerer o estabelecimento de uma estrutura organizacional para adequar as suas atividades específicas e complementares às determinações das transformações econômicas, realizando um grande esforço para racionalizar e ajustar as técnicas da administração científica: a escola precisava produzir em massa, visto que estava obrigada a receber e a trabalhar em massa.

A dimensão e as exigências político-econômicas capitalistas determinaram as relações econômicas no interior do sistema e da unidade escolar, demarcando dois aspectos distintos no seio do processo de escolarização: a) a educação foi transformada em mercadoria de primeira necessidade, adquirida ao preço de produto de alto custo; b) a insuficiente quantidade de vagas (acesso) determinou uma minuciosa seleção dos candidatos, na medida em que conciliou qualidades e habilidades lógicas, psicológicas e úteis, de modo a equacionar a realização do rendimento das atividades de ensino e de aprendizagem.

As questões, consideradas no primeiro aspecto, remetem ao melhor e maior rendimento, em função da maximização do aproveitamento das energias e dos materiais. No segundo aspecto, a centralidade encontra-se nas técnicas de informação e comunicação para utilizar as experiências selecionadas e planejadas nos limites das prescrições das ciências que contribuem para a elucidação do processo educativo, ao mesmo tempo em que implica a realização e o desenvolvimento das atividades específicas e complementares da escola (RIBEIRO, 1978).

A escola ajustou-se às intempéries e ao dinamismo do mercado econômico de forma flexível, na proporção das disponibilidades técnicas e nas formas para a abordagem e tratamento da formação da mão de obra em atendimento às suas demandas. A receptividade da escola às imposições do sistema econômico capitalista constituiu (constitui) princípio fundamental para proporcionar os meios para a definição, estabelecimento e oferecimento de cursos, organizados em currículos, conteúdos e horários de atividades, específicas e complementares.

A institucionalização das atividades científicas e a consequente ampliação dos conhecimentos técnicos passaram a constituir um segmento integrado à sociedade, estruturado e organizado em bases profissionais concretas, garantindo ao tecnocrata o reconhecimento de seu valor e utilidade pela e para a burguesia. As habilidades e competências, a intelectualidade e racionalidade da administração científica, possibilitou à administração econômica proposta por Keynes, assegurar ao economista uma posição de destaque na coordenação e direção da sociedade. Coordenação disposta e contida na ampla utilização do Estado e de seu aparelho burocrático para a criação de políticas econômicas e sociais, adequadas à contemplação das imposições do sistema econômico capitalista, sobretudo em momentos de crise.

Em decorrência de suas virtudes e utilidade prática, o economista passou a representar a essência tecnocrática para movimentar o capitalismo contemporâneo. De acordo com as proposições *keynesianas*, o cientista econômico assumiu a tarefa promotora dos pressupostos de eficácia na definição dos métodos e de eficiência na aplicação dos recursos, para a reorganização das funções e objetivos no campo político, no campo social, no campo econômico em condições macro, assim como na utilização da educação para aumentar a produtividade do sistema por meio da formação e do aperfeiçoamento da força de trabalho do proletariado.

O economista desempenha com maestria o papel de escudeiro da burguesia, na medida em que promove as reformas nas estruturas organizacionais desses campos; sem permitir qualquer alteração nas posições e nas relações entre as classes sociais, assegura a preservação e reafirma por suas ações a hegemonia burguesa no sistema. A administração competente, eficiente e eficaz depende do planejamento amplo e de uma previsão permanente, fundamentais para manter a economia na estrada do desenvolvimento, pelo menos no entendimento da classe dominante (KEYNES, 1970).

A racionalidade, eficácia e eficiência tecnocráticas das políticas econômicas *keynesianas* fundamentaram-se e organizaram-se em torno de uma administração ampla do aparelho burocrático do Estado em relação às questões fiscais-tributárias, monetárias e cambiais, proporcionando o planejamento, a fiscalização e o controle da complexa rede de relações dinâmicas que envolvem tais âmbitos, fundamentais para a sobrevivência da economia capitalista.

A tecnocracia reiterou de forma convicta, a sua posição no bloco de poder, característico do capitalismo, na medida em que a ação intervencionista do Estado na

economia demandou uma maior e mais contundente participação e incorporação de administradores, engenheiros, assessores, técnicos, estatísticos e, especialmente, de economistas nos órgãos planejadores e executores das políticas públicas (MARTINS, 1974).

No contexto do *Welfare State*, a educação constituiu o campo da mais significativa importância para a preservação do sistema econômico capitalista como produto de investimento. A educação representou o caminho para o desenvolvimento técnico-científico, e deve ser entendida sob um ponto de vista economicista, pois a união entre capital e trabalho, de acordo com Theodore Schultz (1963), deixou de ser suficiente para justificar o crescimento econômico do capitalismo no pós-guerra, sendo necessária a formação de mão de obra especializada e o investimento em educação pelo próprio sujeito.

As concepções de Schultz decorrem da análise e do entendimento amplificado do conceito de capital, transposto da homogeneidade para a heterogeneidade, na medida em que admite o valor econômico do ser humano na dinâmica relação entre investimento em educação e aumento da capacidade produtiva individual. A teoria do capital humano exprime a sua importância para o estudo da economia da educação, assentada no investimento racional em educação e nas perspectivas futuras de rentabilidade.

A educação representa um campo repleto de atrativos para a economia, no qual é preciso considerar as implicações consequentes da forma em que se estrutura e com que eficácia os recursos são aplicados nesse campo. A importância da educação na apreensão de Theodore Schultz se justifica na proporção em que atende as necessidades e exigências determinadas pelo sistema econômico capitalista. Portanto, o campo educacional precisa manter-se em permanente ajustamento, para assegurar o fornecimento de força de trabalho especializada às demandas do mercado.

O caráter universal da formação e da pesquisa acadêmico-científica de beneficiar a todos, indistintamente, foi transformado em técnica mercadológica e passou a servir aos interesses diretos do capital, consubstanciado na utilização da tecnologia das máquinas, da tecnologia organizacional, fundamental para a acumulação e exploração mais eficaz do capital, que se supõe velada sob um processo de socialização da forma de viver em âmbito político-econômico (COVRE, 1990).

Reiteramos que, a partir do momento em que a tecnocracia se acomodou na estrutura do aparelho técnico-administrativo do Estado, afirmou a sua movimentação político-econômica e passou a orientar as transformações para o desenvolvimento do sistema em

função e por decorrência de sua intelectualidade e racionalidade para a previsão e planejamento das ações, da competência técnica e científica, da evolução tecnológica para (re)organização da sociedade capitalista, sobretudo, em situações de convulsão do sistema.

A racionalidade tecnocrático-burocrática estende as suas mais profundas raízes como projeto histórico-social da sociedade, projeta os seus interesses e define as ações sobre os homens e as coisas. Estabelece as metas da primazia material do mercado e de suas liberdades, condicionadas por uma regulamentação implacavelmente eficaz, na qual o interesse comum é controlado e determinado pelos interesses econômicos capitalistas.

A sujeição à técnica burocrática é assegurada pela permanente transformação da intervenção tecnocrática traduzida pelo racionalismo material sobre a política econômica, por uma administração pautada em uma perspectiva puramente racional, traduzida em valor único e terminal, para decidir sobre a direção e o controle dos assuntos da sociedade. O utilitarismo tecnocrático que marcou o período 1930-1970 consagrou a intervenção político-econômica concentrada na eficácia, eficiência, melhor aproveitamento dos recursos produtivos utilizados para a maximização da produtividade dos trabalhadores, definidos como ferramentas de utilidade do jugo burguês para a geração de riquezas (lucro) (MARCUSE, 1999).

Em oposição à economia planejada, encontramos o liberalismo econômico *hayekiano-friedmaniano* centrado nos pressupostos da superioridade competitiva do mercado sobre qualquer forma de coletivismo, e por constituir o meio pelo qual as atividades humanas podem ser compatibilizadas com a ação coercitiva e arbitrária da autoridade, sem que haja prejuízo à livre iniciativa e à propriedade privada (HAYEK, 1946).

Como fundamento da organização social, a competição seria capaz de eliminar e/ou restringir as ações intervencionistas do Estado na razão da conveniência dos interesses burgueses e, portanto, admite a *intervenção controlada* desde que não prejudique a livre iniciativa ou a propriedade privada dos meios de produção. O Estado, no liberalismo econômico, tem funções previamente definidas para auxiliar e defender a livre concorrência, pois seria ele que poderia garantir ao sistema a legitimação ideológica burguesa na conformidade da legalidade jurídica, racionalmente designada e permanentemente reajustada. Portanto, a concorrência e o planejamento coexistem, na concepção tecnocrática liberal, com o propósito único de planejar os interesses da própria concorrência, nunca contra ela.

Em outras palavras, a existência e a atuação intervencionista estatal na livre economia são necessárias para a formulação e instituição das leis que regulam, fiscalizam e controlam as relações no e do mercado. Leis que estabelecem os limites da intervenção desejada nos assuntos econômicos e sociais por meios políticos, minimizando, por consequência, o papel a ser desempenhado pelo Governo sobre as questões referentes à liberdade do capitalismo competitivo em si.

Ao descentralizar a autoridade política da organização da atividade econômica, o mercado, automaticamente, limita a fonte de poder do Estado e institui a força econômica como instrumento de controle do poder político, isto é, ao afastar o raio de ação e influência do poder político, o poder econômico se constitui um instrumento essencial para controle e defesa contra o próprio poder político, utilizando-o em razão de suas necessidades constantes e imediatas (FRIEDMAN, 1977).

A descentralização é impreterível, diante da impossibilidade de contemplação dos inúmeros aspectos que envolvem o problema da coordenação – uma coordenação eficiente para fornecer os recursos para o âmbito privado realizar os ajustes e adequações de suas atividades aos acontecimentos que são de seu conhecimento exclusivo, adequando respectivamente o seu planejamento individual. É nesse sentido que a ação do Estado se torna imprescindível, pois deve assumir as responsabilidades pelos efeitos laterais do mercado, subsidiados pelos impostos privados e pela benevolência burguesa, de acordo com o discurso econômico liberal.

Somente o Estado, por meio da ação e atuação dos especialistas (tecnocratas), pode atuar coercitivamente para garantir vida longa à economia. As pessoas, de forma individual, não têm esse direito, pois as suas relações e interações devem obedecer ao Regime de Leis e à liberdade total do mercado. Desse modo, o exercício do poder político concentra-se na garantia da liberdade do mercado para organizar as atividades econômicas da sociedade capitalista.

A retórica liberal *friedmaniana*, afirmava que o Estado deveria responsabilizar-se ainda, pelo financiamento da educação básica, mas limitado a garantir a manutenção de padrões mínimos ao campo educacional, como o acesso, a inclusão de conteúdos básicos e comuns em seus programas. O oferecimento do ensino institucionalizado deveria ser realizado por empresas privadas “sem fins lucrativos”, obediente ao regime de concorrência, visto que o espírito competitivo exalta a preocupação com a qualidade do serviço instrucional por uma variedade amplificada de escolas, contribuindo para a flexibilização dos sistemas escolares e

para tornar os salários dos professores sensíveis às demandas do mercado (FRIEDMAN, 1977).

As proposições tecnocráticas liberais para promover tanto a eficiência quanto a eficácia do sistema de educação foram amplamente consideradas pelo Governo dos Estados Unidos, especialmente aquelas que tratam da livre escolha da escola pelos pais, do crescimento das competências básicas dos estudantes e descentralização das decisões (desconcentração), somadas ao desenvolvimento de uma cultura avaliativa para reduzir os índices de analfabetismo e das desigualdades escolares e sociais.

As reformas introduzidas pelas políticas estadunidenses indicaram o caminho a ser seguido pelos países capitalistas subdesenvolvidos e/ou emergentes, para ajustar e/ou adequar os seus sistemas econômico e de educação, em conformidade com o ideário liberal, oficializado pelo Consenso de Washington (1989) e reafirmado pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990).

Podemos inferir que, como prática social, o liberalismo econômico existe na essência das dinâmicas de suas transformações, na medida em que superou e redefiniu alguns de seus objetivos centrais, assegurando a existência do capitalismo como sistema hegemônico, coordenado pela racionalidade administrativa burocrático-tecnocrática, apropriada e ajustada às necessidades do campo econômico.

Encerrando as nossas análises e reflexões, apontamos algumas limitações deste estudo, na medida em que a tecnocracia e suas implicações para o campo educacional foram consideradas exclusivamente, no âmbito da sociedade capitalista ocidental. Não nos ocupamos, por exemplo, da tecnocracia socialista soviética, das tecnocracias comunistas chinesa, cubana ou norte-coreana. Assim, também, não nos remetemos à análise das estruturas tecnocrático-burocrática e sua relação com o campo educacional em países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita, o Kuwait, o Bahrein, a Jordânia, a Síria, o Líbano, dentre outros e dentre outras realidades históricas.

Entendemos que existe a necessidade da realização de novas pesquisas sobre tecnocracia e educação nas mais diversas partes do mundo, especialmente nos países da periferia do capitalismo, pois, no desenvolvimento deste estudo, pudemos constatar que as políticas tecnocráticas elaboradas pelos países centrais, se destinam ao ajustamento do mundo às demandas do capital internacional, mas seus efeitos e consequências, nas distintas

realidades e particularidades que envolvem cada país, não têm sido considerados, em profundidade e efetividade.

7 REFERÊNCIAS

- ANSART, Pierre. **Saint Simon**. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.
- ARANTES, Aldo. Neoliberalismo e liberdade do capital. **Princípios: Revista Teórica, Política e de Informação**, São Paulo, n. 62, ago./out. 2001. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_50_164.pdf>. Acesso em: 30 out. 2013.
- AZEVEDO, Aldo. A contribuição de Taylor para o progresso industrial. In: SILVA, Benedicto. **Taylor e Fayol**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Da microeconomia clássica à keynesiana**. São Paulo: EC-MACRO-L, 1968. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1968/68-98DaMacroclassicaAKeynesiana.apostila.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2012.
- BROWMAN, Mary Jean; DEBEAUVAIS, Michel; VAIZEY, John; KOMAROV, Vladimir (Orgs.). **Readings in the economics of education**. Paris: UNESCO, 1971. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000009/000982mb.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2012.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 11ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1994.
- CARVALHO, Fernando José Cardim. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 26, n. 50, p. 7-25, set. 2008.
- CONDORCET, Jean Antoine Nicolas de Caritat. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **Educação, tecnocracia e democratização**. São Paulo: Ática, 1990.
- CREMONESE, Dejalma. Neoliberalismo: o capitalismo globalizado: um modelo de vida não sustentável. **Cadernos UNIJUÍ**, Série Ciências Sociais, n. 17, 2002.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- DRAIBE, Sonia Miriam; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 6, fev. 1988. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=231:rbc-06&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em: 02 ago. 2013.
- ENGELS, Friedrich. **La revolucion de la ciência de Eugênio Dühring**. Moscú: Instituto Del Marxismo-Leninismo & Editorial Progreso, 1878. Marxists Internet Archive, 2003. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/anti-duhring/>>. Acesso: 26 mar. 2009.
- FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral (1916)**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas. 1954.

FEIJÓ, Ricardo Luís Chaves. Uma interpretação do primeiro milagre econômico alemão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 2. Abr./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572009000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 jul. 2013.

FERRARI FILHO; TERRA, Fábio Henrique Bittes. O modus operandi das políticas econômicas keynesianas. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo/RS, ano 10, n. 162, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/162cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

FONSECA, Odemiro. **Crônica de uns liberais impertinentes: The Mont Pèlerin Society**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, Campinas/SP, v. 19, n. 3, p. 425-447, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/01.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade (1962)**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

GALBRAITH, John Kenneth. **A era da incerteza: história das idéias econômicas e suas consequências**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1980.

GERTH, Hans; MILLS, Charles Wright. From Max Weber. In: WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Maquiável – notas sobre o estado e a política**. 3ª ed. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRIFFITHS, Daniel Edward. **Teoria da administração escolar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da USP, 1971.

GURVITCH, Georges. **Los fundadores franceses de la sociologia contemporánea: Saint Simon y Proudhon**. Buenos Aires: Ediciones Galatea, 1958.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia (1968)**. Lisboa: Edições 70, 2009.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Edição Livraria do Globo, 1946.

HARVARD UNIVERSITY. **Washington Consensus, 1989**. Center for International Development at Harvard University. Global Trade Negotiations. Disponível em: <<http://www.cid.harvar.edu/cidtrade/issues/washington.html>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

HOBBSAWM, Eric John. **A era das revoluções (1789-1848)**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

- KEYNES, John Maynard. A teoria da taxa de juros (1937). In: SZMRECSÁNYI, Tamás József Márton Károly (Org.). **Keynes**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984a.
- KEYNES, John Maynard. **An open letter to president Roosevelt**. Oxford/England: 16. XII. 33. The New York Times, 31 dez. 1933. Disponível em: <<http://newdeal.feri.org/misc/keynes2.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2011.
- KEYNES, John Maynard. As possibilidades econômicas de nossos netos (1930). In: SZMRECSÁNYI, Tamás József Márton Károly (Org.). **Keynes**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984b.
- KEYNES, John Maynard. O fim do laissez-faire (1926). In: SZMRECSÁNYI, Tamás József Márton Károly (Org.). **Keynes**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984c.
- KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro (1936)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEMA, Vicente ; MÁRQUEZ, Angel. Qué tipo de desarrollo y qué educación. **Perspectivas**, Revista Trimestral de Educación de la UNESCO, v. VIII, n. 3, Madrid/Espanha, 1978.
- LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do new deal**: estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. 2003. 289f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCUSE, Herbert. Sobre Max Weber. In: WEBER, Max. **O político e o cientista**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo, Editora UNESP, 1999.
- MARTINS, Carlos Estevam. **A tecnocracia na história**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- MARTINS, Carlos Estevam. **Tecnocracia e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Volume II. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, Volume 2. São Paulo: DIFEL, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1961a.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1961b.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. A teoria da administração escolar de Querino Ribeiro. São Paulo, **RBPAAE**, v. 23, n. 3, set./dez. 2007.

MISES, Ludwig Von. **Ação humana**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

OCDE. Organisation de Coopération et Développement Économiques. Direction des Affaires Scientifiques. **Le projet regional méditerranéen**: six pays en quête d'un plan. Paris: OCDE, 1965.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Volume II. Petrópolis: Vozes, 2010.

PARSONS. Talcott. **El sistema social**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

PIRES, Valdemir. **Economia da educação**: para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A economia política da grande depressão da década de 1930 nos EUA**: visões da crise política econômica, semelhanças e diferenças com a crise atual. Disponível em:

<<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

PSACHAROPOULOS, George. A planificação da educação antigamente e agora.

Perspectivas, Revista Trimestral de Educação da UNESCO, v. 8, n. 2, Lisboa/Portugal, 1978.

RIBEIRO, José Querino. **Ensaio de uma teoria da administração escolar (1953)**. São Paulo: Saraiva, 1978.

SAINT PIERRE, Héctor Luís. **Max Weber**: entre a paixão e a razão. 3ª ed. Campinas/SP: UNICAMP, 2004.

SAINT SIMON, Henri Comte de. **Cartas de un habitante de Ginebra a sus contemporáneos (1802)**. Primeira Edição Cibernética, maio de 2004. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/filosofia/saint_simon/saint_simon.html>. Acesso em: 01 fev. 2011.

SAINT SIMON, Henri Comte de. **Catéchisme des industriels (1823)**. Paris: Libraire de la Société des Gens de Lettre, 1875.

SAINT SIMON, Henri Comte de. **De la réorganisation de la société européenne**. Paris: DelaunayLibraire, 1814.

SAINT SIMON, Henri Comte de. **Des Bourbons et des Stuarts**. Paris : Correard Libraire, 1822.

SAINT SIMON, Henri Comte de. **Du système industriel**. Paris : Antoine-Augustin Renouard, 1821a.

SAINT SIMON, Henri Comte de. **Du système industriel**: au roi, première adresse. Deuxième Partie. Paris : Marchands de Nouveautés, 1821b.

SAINT SIMON, Henri Comte de. **L'industrie**: discussions politiques, morales et philosophiques. Tome Premier. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Salle de Lecture des Imprimés, 1817.

SAINT SIMON, Henri Comte de. **Nuovo cristianesimo**. Milano: Universale Economica, 1949.

SAINT SIMON, Henri Comte de. **Opinions littéraires, philosophiques et industrielles**. Paris: Galerie de Bossange Père Libraire, 1825.

SAINT SIMON, Henri Comte de. La disputa entre las abejas y las avispas de la situación respectiva de los productores, de los consumidores y no productores (1819). In: IONESCU, Ghita. **El pensamiento político de Saint Simon**. 2ª ed. México: FCE, 2005.

SCHULTZ, Theodore William. Investment in human capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, mar. 1961, p. 1-17. Disponível em: <<https://webpace.utexas.edu/hcleaver/www/330T/350kPEESchultzInvestmentHumanCapital.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa (1971). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973a.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação (1963)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973b.

SEARS, Jesse Brundage. **The nature of the administrative process**: with special reference to public school administration. New York: McGraw-Hill, 1950.

SILVA, Adroaldo Moura. Keynes e a teoria geral. In: KEYNES, John Maynardes. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SILVA, Benedicto. **Taylor e Fayol**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica (1911)**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1960.

TRAGTENBRG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: ED/90/CONF/205/1, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2011.

USA. **A nation of risk**: the imperative for education reform. Washington/DC: Department of Education, 1983. Disponível em: <http://datacenter.spps.org/uploads/sotw_a_nation_at_risk_1983.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2012.

VEBLÉN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições (1899). São Paulo: Pioneira Editora, 1965.

VEBLÉN, Thorstein. **The engineers and the price system**. New York: The Viking Press, 1944.

WALRAS, Léon. **Éléments d'économie politique pure**. Paris: Guillaumin & Cie Éditeurs, 1874.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Volume 1. Brasília: Editora UnB, 2000.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.